

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**IDENTIDADES VIAJEIRAS
FAMÍLIA E TRANSNACIONALISMO NO
CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE
MOÇAMBICANOS PARA AS MINAS DA TERRA
DO *RAND*, ÁFRICA DO SUL**

Dulce Maria Domingos Chale João Mungoi

Porto Alegre, março de 2010.

Dulce Maria Domingos Chale João Mungoi

**IDENTIDADES VIAJEIRAS
FAMÍLIA E TRANSNACIONALISMO NO
CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE
MOÇAMBICANOS PARA AS MINAS DA TERRA
DO *RAND*, ÁFRICA DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Carlos Alberto Steil

Porto Alegre, março de 2010.

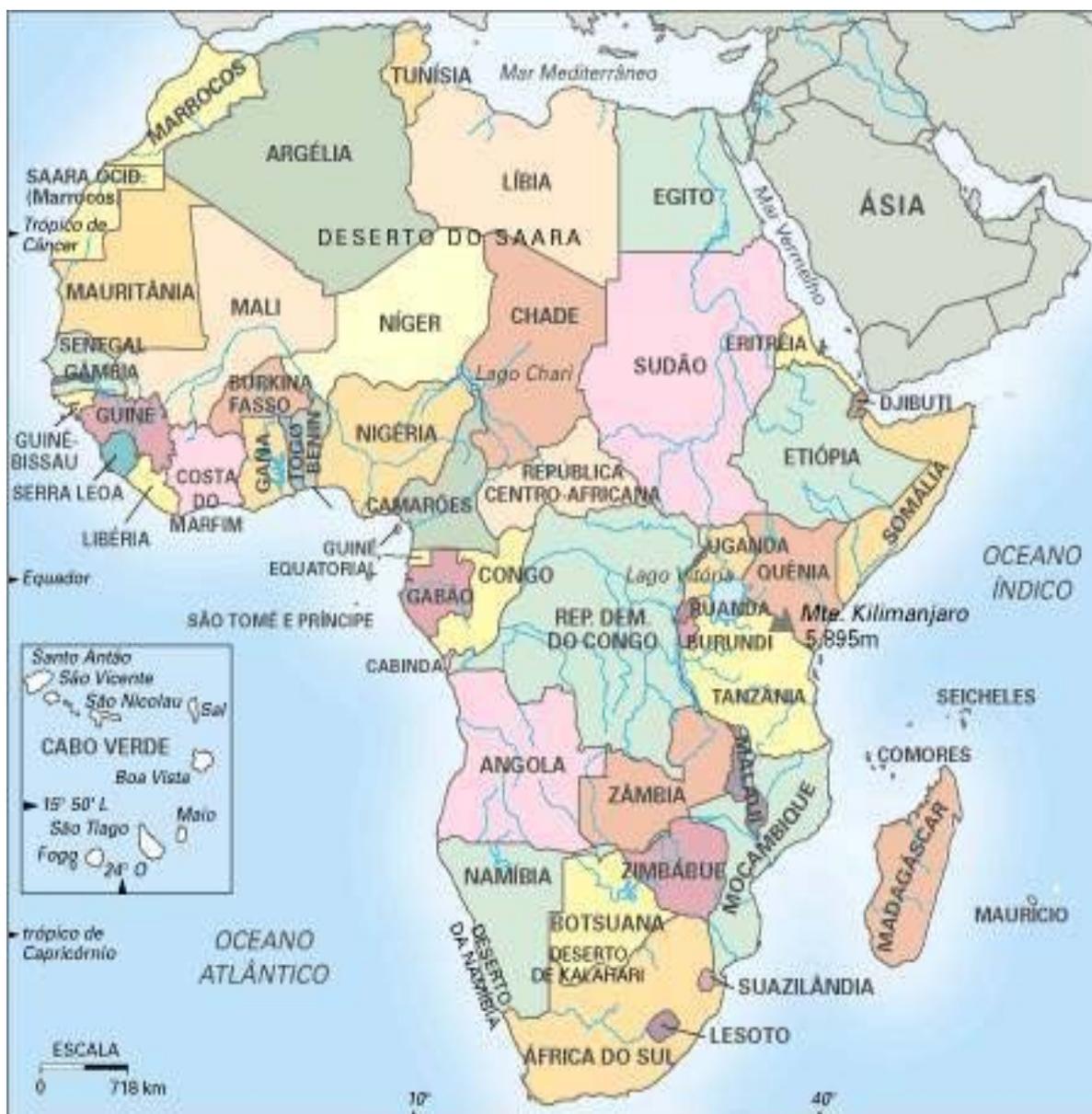
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRGS (Orientador)

Prof. Dr. Bernardo Lewgoy
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRGS

Prof. Dr. Emerson Giumbelli
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Universidade Estadual de Campinas



Fonte: <http://www.suapesquisa.com/mapas/mp-africa.jpg>.

MAGAÍÇA

A manhã azul e ouro dos folhetos de propaganda
engoliu o mamparra,
entontecido do todo pela algazarra
incompreensível dos brancos da estação
e pelo resfolegar trepidante dos comboios
Tragou seus olhos redondos de pasmo,
seu coração apertado na angústia do desconhecido,
sua trouxa de farrapos
carregando a ânsia enorme, tecida
de sonhos insatisfeitos do mampara.

E um dia
O comboio voltou, arfando, arfando...
oh, nhanisse, voltou.
e com ele magaíça
de sobretudo, cachecol e meia listrada
e um ser deslocado
embrulhado em ridículo.

Às costas – ah onde te ficou a trouxa dos sonhos, Magaíça?
trazes as malas cheias do falso brilho
do resto da falsa civilização do *coumpound* do *Rand*.
e na mão,
Magaíça, atordoado ascendeu o candeeiro,
à cata de ilusões perdidas,
da mocidade e da saúde que ficaram soterradas
lá nas minas do Jone....

A mocidade e a saúde,
as ilusões perdidas
que brilharão como astros no decote de qualquer *lady*
nas noites deslumbrantes de qualquer *City*.

(Noémia de Sousa, poetisa moçambicana)

Dedico esta tese:

*A Cláudio, Cassiano e Camila, meu suporte
emocional. Vos amo!
À minha mãe e À tia Irene (in memoriam),
obrigada tia! Descansem em paz!
Ao velho Macaringue, em representação aos
mineiros e ex-mineiros moçambicanos nas minas
da terra do Rand!*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
O TRABALHO DE CAMPO E AS SUAS ETAPAS	29
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O METÓDO	34
ESTRUTURA DA TESE	40
1 MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL: FLUXOS MIGRATÓRIOS E ACORDOS BILATERIAS	43
1.1 SITUANDO MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL	43
1.1.1 Localização, População e Indicadores Socioeconômicos	43
1.1.2 Delineando Fronteiras	49
1.1.3 Colonização e Independências Nacionais	52
1.1.4 Paradoxos das Relações entre os Dois Países	55
1.2 A GUERRA CIVIL E A EMIGRAÇÃO PARA AS MINAS	58
1.3 PERCURSOS: DAS PLANTAÇÕES DE AÇÚCAR ÀS MINAS DE CARVÃO, DIAMANTES E OURO	60
1.4 ORDENAMENTO JURÍDICO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RECRUTAMENTO DOS TRABALHADORES	66
2 A EMIGRAÇÃO COMO ALTERNATIVA OU PROJETO MIGRATÓRIO?	79
2.1 SOBRE A INDÚSTRIA MINEIRA	79
2.2 DELIMITANDO O UNIVERSO DE PESQUISA	82
2.3 AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS COMO ELEMENTO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL	87
2.4 A DECISÃO DE PARTIR	92
2.4.1 As Razões do Passado na Perspectiva da Literatura	92
2.4.2 As Razões do Presente na Perspectiva dos Entrevistados	94
2.4.2.1 Migramos por Causa da Pobreza	94
2.4.2.2 A “Negação” da Profissão e a Ruptura Geracional	97
2.4.2.3 A Conjuntura Política e Sociocultural	99
2.4.2.4 A Migração como Modelo Exemplar	102
2.5 FAMÍLIA E PROJETOS MIGRATÓRIOS	103
3 PAPEL MEDIADOR DAS INSTITUIÇÕES E JOGO DE INTERESSES	106
3.1 OS AGENTES ENVOLVIDOS	106
3.2 A TEBA E O SEU FUNCIONAMENTO	111
3.2.1 Os Serviços da TEBA e a Interação dos Atores	112
3.2.2 As Percepções das “Injustiças”	115
3.2.3 O Pagamento das Remessas e das Pensões	119
3.2.4 O “Passaporte” para as Minas	124
3.2.5 Os Contratos e as Perspectivas de Retorno	129

4 RELATOS DA VIDA NAS MINAS: ALOJAMENTOS, MEDOS E SEGREDOS	133
4.1 OS ALOJAMENTOS: NOVOS TEMPOS, NOVAS ABORDAGENS	133
4.1.1 Os <i>Hostels</i> como um Espaço para Transmigrantes	133
4.1.2 Percepções sobre a Vida nos <i>Hostels</i>	138
4.2 PERCURSOS DE UM RITO DE PASSAGEM	142
4.3 UNDERGROUND: O MUNDO QUE NINGUÉM CONHECE	144
4.4 SOBRE O PERIGO NAS MINAS E OS RITUAIS DE SEGURANÇA	149
4.5 PERCEPÇÕES SOBRE A AIDS	152
4.5.1 O Cenário e as Intervenções da TEBA	152
4.5.2 Sexualidade e Identidade Masculina	156
4.5.3 Reflexões sobre as Práticas Culturais “Nocivas”	159
5 ALIANÇAS, RUPTURAS E REDES DE SOLIDARIEDADE	164
5.1 FAMÍLIA(S) MOÇAMBICANA(S): CONCEPÇÕES GERAIS	164
5.2 HOMEM QUE NÃO MIGRA NÁ QUER COZINHAR	167
5.3 OS SIGNOS DE SUCESSO	171
5.4 DA QUEBRA DOS COMPROMISSOS E TRANSFERÊNCIA DAS DÍVIDAS SOCIAIS	177
5.5 VIUVEZ E RUPTURAS: A HISTÓRIA DE FLORÊNCIA	181
5.6 REDES DE SOLIDARIEDADE FEMININA E INTERAJUDA	183
5.7 VIAGENS E FLUXOS	187
5.8 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO	190
6 NEM LÁ, NEM CÁ - XENOFOBIA, PRECONCEITO E ESTEREÓTIPOS	193
6.1 RECLASSIFICANDO OS NACIONAIS E OS NÃO NACIONAIS	193
6.1.1 Contexto Político na África do Sul pós-<i>Apartheid</i>	193
6.1.2 “Etnicização” da Xenofobia	197
6.1.3 Relatos das Vítimas de Xenofobia	201
6.1.4 A Xenofobia entre os Mineiros	205
6.2 OS PROBLEMAS DE REINTEGRAÇÃO NA TERRA NATAL	207
6.2.1 De Regresso à África do Sul	207
6.2.3 <i>Magaízas e Madjonidjonis</i>	211
7 CONCLUSÕES	216
REFERÊNCIAS	222
ANEXOS	230

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1.1: Divisão administrativa de Moçambique	44
Mapa 1.2: Divisão administrativa da África do Sul	48
Tabela 1.1: Trabalhadores recrutados pela wenela para as minas da África do Sul (1970-1976)	63
Tabela 2.1: Trabalhadores moçambicanos por minas em 2005	81
Quadro 2.1: Categorias profissionais destinadas aos trabalhadores Negros	87
Foto 1.1: Viatura transportando bens de mineiros	51
Foto 3.1: Parte exterior dos setor de pagamento da Delegação da TEBA na Cidade de Maputo	113
Foto 3.2: Cartaz informativo sobre remessas de dinheiro	114
Foto 3.3 : Câmbio do dia	119
Foto 3.4 : Mineiros conferindo os documentos para emissão dos contratos	132
Foto 4.1: Esposas de mineiros na fila de pagamentos	163
Foto 5.1: Produtos armazenados em uma das lojas do Kawena	173
Foto 5.2: Casa do Sr. Mabunda, Chipenhe, Gaza.	176
Foto 5.3: Chipenhe: entrevista com a Felismina e o vizinho, 2008	180
Foto 5.4: Lourenço no ponto de ônibus acompanhado pelos seus familiares, XaiXai, 2009	189
Figura 3.1: Os atores envolvidos no fluxo migratório	110
Figura 3.2: Etapa do processo das contratações	130

AGRADECIMENTOS

No fim dessa importante e tão ansiada etapa da minha vida pessoal e acadêmica, gostaria de endereçar os meus sinceros agradecimentos a instituições e pessoas que tornaram possível este projeto, concretizado depois de uma longa caminhada e de grandes desafios.

Sou grata primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade e apoio financeiro que permitiu a realização dos meus estudos de Mestrado e Doutorado no Brasil.

Agradeço igualmente ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS e ao seu corpo docente, em particular, aos professores Denise Jardim e Bernardo Lewgoy, pelas valiosas contribuições durante a Qualificação. Com eles pude aprender o ofício do antropólogo e aprimorar os conhecimentos teóricos, as técnicas e as metodologias de investigação que tornaram possível esta pesquisa.

Os meus agradecimentos também vão para Rose Feijó, que sempre com eficiência e profissionalismo soube responder os meus pedidos, algumas vezes estando em Moçambique. A meus colegas de turma do Mestrado e Doutorado, pela amizade e convivência, em particular, a Vera Rodrigues, minha companheira lutadora e batalhadora, que me propôs ver o Brasil com um novo olhar, à Lúcia Scalco e ao Subuhana, pela força e apoio moral.

Aos colegas da Agência Islandesa de Desenvolvimento Internacional (ICEIDA) em Moçambique, em particular a Jóhann Pálsson, ex-Diretor Residente, pela confiança e oportunidade de conciliar minha vida profissional e estudantil.

Aos Srs. João Martins e Eugénio Munguambe, pela prontidão durante o trabalho de campo. Aos funcionários da TEBA, especialmente ao Sr. Carlos Salé, por terem facultado informação e minha inserção no campo desde o primeiro dia em que me apresentei à instituição.

O meu *kanimambo*¹ é endereçado aos mineiros e ex-mineiros e seus familiares, em especial o velho Macaringue (principal personagem desta tese), por terem aberto suas casas e almas para falarem de si e de suas vidas. Sem eles, esta tese não seria uma realidade.

Endereço agradecimentos especiais ao meu Orientador, Prof. Dr. Carlos Steil, pelo apoio intelectual, pela confiança, compreensão e paciência. Mesmo nos momentos mais difíceis, soube me incentivar e acreditar que seria possível concretizar este projeto. Obrigada, Professor, por ter aceito o desafio de orientar uma pessoa que tenha vindo de uma realidade tão distante da brasileira.

Quero agradecer à minha família, em especial ao meu esposo e amigo Cláudio, pelo incentivo, amor, escuta e debate intelectual; aos meus filhos Cassy e Camy, pelo encorajamento e paciência devido às minhas ausências constantes; às minhas queridas irmãs Nandinha e Sónia, pela amizade; ao meu pai, pela educação e pelos ensinamentos; e a meus sogros, pelo companheirismo e pela amizade.

Por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles aqui não mencionados que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste projeto acadêmico e de vida.

Kanimambo Moçambique! Kanimambo Brasil!

¹ Significa obrigado em língua changana do Sul de Moçambique.

RESUMO

A partir da análise antropológica da experiência migratória de moçambicanos para a África do Sul, em particular para as minas de ouro, platina e carvão, a presente tese busca compreender as dinâmicas migratórias internacionais no contexto da economia capitalista e procura olhar essa realidade a partir de uma perspectiva teórica das migrações circulares transnacionais, lançando novas questões para a análise do fenômeno migratório contemporâneo. A tese procura colocar em evidência as dimensões transnacional, social, econômica, política, histórica e simbólica desse fluxo, enfatizando aspectos macro (gerais) e micro (específicos). Nos aspectos macro, são considerados o papel dos Estados moçambicanos e sul-africano, as relações que eles estabelecem com o mercado e os mecanismos jurídico e burocrático que orientam esse fluxo. Nos aspectos micro, consideram-se as questões relacionadas diretamente com o impacto do fenômeno migratório na vida familiar e profissional dos sujeitos que migram, assim como os aspectos ligados às relações de gênero e trajetórias que recriam e atualizam as múltiplas identidades do migrante no contexto da sua transição entre os países de origem e de acolhimento.

Palavras-chave: mineiros moçambicanos, transnacionalismo, família e identidades.

ABSTRACT

From the anthropological analysis of the Mozambican migratory experience to South Africa, in particular to the gold, platinum, and coal mines, this paper tries to understand the international migratory dynamics within the context of the capitalist economy, it also tries to see this reality from a theoretical perspective of the circular transnational migrations, launching new questions to examine the contemporary migratory phenomenon. The thesis attempts to put in evidence the transnational, social, economic, politic, historic, and symbolic dimensions of this flow, highlighting both macro (general) and micro (specific) aspects. Within the macro aspects, attention is given to the role of the Mozambican and South-African States, the relationship they establish with the market, and the legal, and bureaucratic mechanisms. Within the micro aspects, attention is focused on the issues directly related to the impact of the migratory phenomenon in the family and professional life of the migrating individuals, as well as the aspects related to the gender relations and trajectories which recreate and update the multiple identities of the immigrant in the context of his/her transition between the country of origin and host country.

Key-words: Mozambican miners, transnationalism, household, and identities.

RÉSUMÉ

En partant de l'analyse anthropologique de l'expérience migratoire de Mozambicains vers l'Afrique du Sud, notamment dans le travail des mines d'or, de platine et de charbon, cette thèse se propose de comprendre les dynamiques migratoires internationales dans le contexte de l'économie capitaliste et elle entend se pencher sur cette réalité à partir d'une perspective théorique des migrations circulaires transnationales, en posant de nouvelles questions pour l'analyse du phénomène migratoire contemporain. La thèse entend mettre en relief les dimensions transnationale, sociale, économique, politique, historique et symbolique de ce flux, en soulignant les aspects macro (généraux) et micro (spécifiques). Concernant les aspects macro, sont analysés le rôle des Etats mozambicain et sud-africain, les relations que ils établissent avec le marché et les mécanismes juridique et bureaucratique. Dans les aspects micro, sont analysées les questions directement liées à l'impact du phénomène migratoire sur la vie familiale et professionnelle des sujets qui émigrent, ainsi que les aspects liés aux relations de genre et aux trajectoires qui recréent et renouvellent les multiples identités du migrant dans le contexte de sa transition entre les pays d'origine et d'accueil.

Mots clé : mineurs mozambicains, transnationalisme, famille et identités.

LISTA DE SIGLAS

AIDS – Acquired Immune Deficiency Syndrome

AMIMO – Associação de Mineiros Moçambicanos

ANC – Congresso Nacional Africano (Sigla em Inglês)

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPH – Índice de Pobreza Humana

FRELIMO – Frente De Libertação de Moçambique

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Sigla em Inglês)

NUM – National Union of Mineworkers

ONGs – Organizações não Governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

TEBA – The Employment Bureau of Africa

TOM – Teba on the Mine

UA – União Africana

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

WENELA/WNLA – Witwatersrand Native Labour Association

GLOSSÁRIO

Bantu – Categoria etnolinguística aplicada para se referir aos habitantes da África Subsaariana falantes da língua de origem bantu.

Bôeres – Refere-se a indivíduos sul-africanos descendentes do holandês.

Capulana – Espécie de canga utilizada principalmente pelas mulheres como traje do dia-a-dia.

Kutchinga – Nome atribuído à cerimónia de purificação de viúvas no Sul de Moçambique. Essa cerimônia é designada *Epuke* no Norte e *Pita-Kufa* no Centro de Moçambique.

Lobolada – Mulher cuja família recebeu bens de lobolo.

Lobolo ou lovolo – Enlace matrimonial no qual a família do noivo “oferece” à família da noiva bens materiais e simbólicos como forma de “gratificação”.

Madjonidjonis – Esta expressão provém da junção das palavras *ma* e *joni*. O prefixo *ma* é de origem Bantu e é geralmente utilizado pelos falantes dessas línguas para se referir à origem étnica e geográfica das pessoas. Portanto, *ma + joni* é igual a *madjonidjoni* e, nesse contexto, significa os que vieram da África do Sul.

Machamba – Espaço para produção agrícola. O mesmo que roça no Brasil.

Machanganas - Grupo etnolinguístico da província de Gaza, falantes da língua changana.

Makwerekwere – Termo utilizado pra designar de forma pejorativa os estrangeiros na África do Sul.

Palhota – Casa de caniço.

Team leader – Chefe da equipe, categoria profissional da mina.

Tsongas – Nome genérico de vários grupos etnolinguísticos falantes da língua tsonga que habitam parte do sul de Moçambique.

Underground – Subsolo.

INTRODUÇÃO

A África do Sul, também conhecida como *Joni*², terra do *Rand*³, país de Mandela e para muitos, o Eldorado africano, ocupa um lugar privilegiado no cenário regional e mundial devido ao seu potencial econômico resultante, principalmente, da sua riqueza em minérios como ouro, platina, carvão, crómio, o que torna esse país o principal polo de desenvolvimento da África, atraindo milhões de imigrantes africanos⁴. Essa situação contribuiu para a emergência de um sistema econômico marcado pela dominação e subordinação que, durante muito tempo, transformou os países vizinhos (como Lesoto, Malawi, Botsuana, Suazilândia, Namíbia e sobretudo Moçambique) em economias de serviços que se traduziram em fornecimento de mão-de-obra barata para a indústria mineira e a agricultura no contexto de uma economia capitalista, colonial e racista. A preferência pela mão-de-obra estrangeira acontece em parte em virtude de maior rentabilização e controle.

Na realidade, o fluxo de moçambicanos para África do Sul remonta há mais de um século e foi condicionado por fatores internos e externos. Nas décadas de 1850 e 1860, homens moçambicanos da DeLagoa Bay⁵ (atual Baía de Maputo, capital de Moçambique), já atravessavam as fronteiras rumo às plantações de cana-de-açúcar de Natal⁶ de forma espontânea e desordenada. Com a descoberta dos jazigos de diamantes de Kimberley em 1867 e mais tarde das minas de ouro no Witwatersrand em 1886, a indústria mineira sul-africana se estabeleceu, e tais deslocamentos intensificaram e tornaram-se um estilo de vida adulta⁷ de

² Joni surge da palavra Johannesburgo, uma das principais cidades sul-africanas. É uma expressão utilizada pelos moçambicanos para se referirem à África do Sul.

³ Em referência à região mineira do witwatersrand e moeda sul-africana.

⁴ Em 1991, a África do Sul acolheu cerca de 10 milhões de africanos, dos quais 4 milhões são moçambicanos (BOUILLON, 1999).

⁵ Mais tarde conhecida como baía de Espírito Santo e Lourenço Marques (CABAÇO, 2007).

⁶ Ex-República britânica fundada no final do século XIX.

⁷ Sayad (1998).

homens do sul de Moçambique e um caminho para a prosperidade que se mantém atual.

Apesar das várias transformações socioeconômicas e políticas que ocorreram desde a revolução mineira e das divergências políticas que marcaram as relações entre Moçambique e África do Sul em determinados períodos, existe continuidade no fluxo de moçambicanos para indústria mineira e plantações sul-africanas entre os período colonial e pós-colonial. Esse fenômeno migratório está intrinsecamente ligado à expansão da economia colonial e capitalista na região austral da África, às relações históricas e políticas entre Moçambique e África do Sul em diferentes momentos históricos⁸ e à emergência dos dois estados-nação no contexto pós-colonial.

A exploração mineira na África do Sul é marcada por uma correlação de forças que mescla o global e o local e vincula essa experiência a um contexto internacional que transcende os sujeitos migrantes. Desde que as minas foram descobertas, a sua exploração está a cargo de agentes poderosos globalizados, mas que atuam localmente conectados com grupos internacionais, estabelecendo um fluxo contínuo de homens, matéria-prima, bens, capitais e tecnologia⁹. Embora os estados sul-africano e moçambicano assumam um papel central na fiscalização e regulamentação da exploração mineira e controle do fluxo dos trabalhadores migrantes, essa atividade sempre esteve nas mãos de consórcios e grupos de empresas privadas com capitais ingleses, australianos, sul-africanos, canadenses e norte-americanos, como a *Anglogold Ashanti Limited*, *Anglo American Platinum Corporation Limited*, *Gold Fields Limited*, *Harmony Gold Mining Company Limited*, *Anglo Coal*

⁸ Esse período pode heurísticamente ser subdividido em: pré-colonial, colonial e pós-colonial para Moçambique; e pré-colonial, colonial, *apartheid* e pós-*apartheid* para África do Sul.

⁹ Para entender a ação dos atores envolvidos no processo migratório, recorro à noção de biopoder de Foucault utilizada por Ong (1999) na análise do fenômeno migratório no contexto asiático. Essa noção pressupõe o “controle de corpos” e a subjugação por parte dos governantes através de estratégias que envolvem relações de poder entre as diferentes forças.

Division, BHP Billiton, etc. Algumas dessas corporações operam em vários países no mundo, fato que transforma as trajetórias dos trabalhadores envolvidos e a exploração mineira em uma experiência transnacional. É o caso de trabalhadores que saem da sua aldeia em Moçambique e transitam por vários países do continente africano, China e Austrália e companhias como a AngloGold Ashanti, sediada em Johannesburgo, produtora de ouro que conta com minas em países como Argentina, Austrália, Ghana, Tanzânia, Brasil, Guinéa, Mali, Namíbia, Estados Unidos da América e África do Sul, e GoldFields, com minas na África do Sul, Austrália, Ghana e Peru.

Ao longo dos tempos, a conjuntura sociopolítica, os interesses, os protagonistas e as motivações para a migração para as minas tomaram configurações e dinâmicas diferentes, embora o fenômeno tenha permanecido. Antes da ocupação efetiva de Portugal, no Sul de Moçambique, os fluxos eram motivados por questões internas relacionadas com a seca, cheias e calamidades naturais que assolavam as populações rurais do sul de Moçambique, e eram controlados por comerciantes e soberanos africanos, como Gungunhane do Império de Gaza¹⁰, que forneciam homens para as minas tendo como contrapartida o estabelecimento de relações políticas e econômicas com o governo da Sua Majestade Britânica. Durante esse período, o governo colonial português não tinha controle do fluxo de migrantes para as minas. Ciente disso, o governo britânico travava negociações simultâneas com os chefes tradicionais e com a administração portuguesa, fato que preocupava Portugal devido ao interesse dos britânicos pela região que ainda não estava totalmente sob seu controle (CABAÇO, 2007).

¹⁰ Unidade política criada na década de 1820 como resultado da dominação dos *ngunis* aos reinos existentes no sul de Moçambique. Os *ngunis* eram guerreiros invasores provenientes da África do Sul, liderados pelo zulu Sochangana ou Manicuse, primeiro rei de Gaza durante o período que vai de 1821 a 1858, que fugia da subjugação de Chaka na Zululândia. Esse reino foi extinto em 1895 depois da prisão do rei Ngungunhane, Filho de Muzila, um dos filhos de Sochangane.

Para um melhor controle do fluxo de migrantes, foram criadas instituições e adotados mecanismos que permitiam a regulamentação e o controle do fluxo de migrantes para as minas. Foi nesse contexto que, em 1897, a Witwatersrand Native Labour Association – WNLA (atual TEBA¹¹) foi criada em Transvaal¹² pelos proprietários das minas, assumindo um papel central no recrutamento, agenciamento e tramitação de todo processo administrativo que permite a vinda e ida de mineiros de países como Botswana, Suazilândia, Lesotho, África do Sul e Moçambique. Até hoje, todo esse processo é agenciado por instituições credenciadas através de dispositivos legais e administrativos. Isso significa que o controle de fluxo de trabalhadores para a indústria mineira foi desde muito um palco de disputa e de negociações que colocam em cena interesses que transcendem o mineiro e suas famílias e envolvem atores estatais e privados de dimensão transnacional que alimentam o mercado capitalista. Em outras palavras, o fluxo migratório em análise traz benefícios monetários diretos aos estados sul-africano e moçambicano, aos proprietários das minas, aos agentes intermediários e privados, como a TEBA, e serve de veículo de construções e reconstruções identitárias, culturais e configurações de relações familiares e de gênero. Além de responder aos interesses das grandes empresas capitalistas, que operam em escala internacional, os fundos dos mineiros foram historicamente fonte de reprodução social das famílias do Sul de Moçambique e em outros países que participam desse fluxo (HEAD, 1995).

É dando continuidade a esse processo secular ininterrupto, marcado pela reposição permanente de homens em diferentes gerações e momentos históricos que, na delegação e subdelegações da TEBA em

¹¹ Essa instituição foi criada como Rand Native Labour Association (RNLA). Em 1912, a Câmara das Minas criou a Native Recruiting Cooperation (NRC) para o recrutamento de trabalhadores nacionais. Mais tarde, a RNLA passou a ser chamada WNLA conhecida por WENELA. A *The Employment Bureau of Africa* (TEBA) é fruto da fusão entre WENELA e NRC. Apesar da mudança do nome, esta instituição continua sendo referida como WENELA tanto pelos entrevistados como pelos moçambicanos, em geral.

¹² Transvaal é nome da ex-República *Bôer*, fundada em 1850 com Sede em Pretória ao norte do Rio Vaal. Essa república foi ocupada pelos britânicos em 12 de Abril de 1877, passando a estar sob o domínio do Governo Britânico.

Moçambique, transitam diariamente centenas de pessoas com objetivos e perfis diferenciados. A grande maioria dos mineiros ali presentes dirige-se para o setor de pagamento e recrutamento para receber seus salários e regularizar a sua documentação para o seu regresso ao trabalho, depois de um período de férias em Moçambique. Trata-se de homens adultos, com experiência na indústria mineira, na sua maioria de origem camponesa, pobre e com baixa escolaridade provenientes das zonas rurais e de bairros periféricos da cidade de Maputo e províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. Esses homens refazem a trajetória de seus progenitores e outros migrantes que os antecederam há mais de um século, desenvolvendo trabalhos duros e perigosos nas minas sul-africanas em busca de seu sustento e de seus familiares. Também circulam pelas subdelegações da TEBA um número reduzido de homens que ingressam para as minas pela primeira vez e uma quantidade expressiva de parentes de mineiros e já falecidos que vão em busca de remessas financeiras, pensões ou tratamento de questões relacionadas com seus familiares. Os poucos ex-mineiros que lá se encontram (sobretudo os aposentados¹³) são funcionários da TEBA que exercem funções como ativistas e intermedeiam o acesso dos mineiros e seus familiares aos serviços lá existentes.

Tratando-se de uma forma de trabalho inserido no sistema capitalista, a migração para as minas coloca os mineiros em contato com um mundo que lhes ajuda a acumular recursos financeiros, adquirir bens, educar seus filhos, construir suas casas e introduzir mudanças no seu estilo de vida e de suas famílias. É a partir dessa experiência singular de deslocamento, marcada por percursos particulares, que esses homens lutam pelo exercício de cidadania, adquirem *status* junto à sua comunidade, fundam suas famílias, concebem seus projetos de vida ou de morte física e social e reconstróem suas identidades individuais e coletivas. Entender como essa experiência migratória ocorre e as

¹³ Refere-se àqueles que interromperam o seu trabalho devido à sua idade e tempo de serviço.

diferentes forças que cooperam para a configuração desse processo torna-se uma questão premente para a compreensão das dinâmicas migratórias contemporâneas internacionais, e do continente africano em particular, no contexto do capitalismo.

Considerando a experiência migratória para as minas como um *fato social total*¹⁴, a presente tese procura apresentar uma dimensão diacrônica e sincrônica desse processo, colocando em evidência as dimensões transnacional, social, econômica, política, histórica e simbólica desse fluxo. Nesse sentido, são enfatizados tanto os aspectos macro (gerais) – como o papel das instituições estatais e privadas e a relação dos Estados com o mercado no processo de acumulação capitalista – quanto micro (específicos), relacionados diretamente aos sujeitos que migram como os custos sociais desse fenômeno migratório na sua vida familiar e profissional. Também são considerados aspectos ligados às relações de gênero que recriam e atualizam as múltiplas identidades do migrante no contexto da sua transição entre os países de origem de acolhimento.

A tese discortina-se igualmente sobre questões que envolvem a relação que o mineiro estabelece com o Estado, com as agências de recrutamento e o patronato através de acordos bilaterais e os ordenamentos jurídico e contratual que conferem direitos e obrigações. Incluem-se na análise a percepção dos entrevistados sobre as condições e ambiente do trabalho do mineiro, as funções desempenhadas, a rotina nas minas e o uso do corpo no exercício da sua profissão à luz das mudanças profundas, registradas no setor mineiro sul-africano.

Todo esse processo deve ser analisado como um fenômeno global que ilustra formas mais amplas de acumulação capitalista à semelhança do que acontece nos Estados Unidos da América, na Ásia e em outros países do continente africano. Desse modo, para analisar esse fenômeno,

¹⁴ Sayad (1998) analisa a imigração como fato social que envolve a reflexão da sociedade como um todo, abarcando a sua dimensão diacrônica (história política e demográfica) e sincrônica, do ponto de vista das estruturas presentes na sociedade e do seu funcionamento.

dialogamos com Ong (1999), que, partindo do exemplo asiático, mostra de que forma o transnacionalismo acelera o fluxo e capital, pessoas e culturas, implicando, com isso, em redução do poder do Estado e na relação entre o capital e os governantes mais flexíveis. A partir da experiência migratória dos trabalhadores migrantes no sudoeste asiático e China, a autora mostra que as agências não governamentais assumem um papel central na definição de mecanismos que orientam a circulação dos migrantes de distribuição da riqueza. Essas agências negociam com as instituições governamentais para garantir o exercício da cidadania dos trabalhadores migrantes e a concretização de projetos migratórios.

A abordagem sobre a questão identitária surge na medida em que, no contexto dessa experiência de emigração e imigração¹⁵, esses sujeitos de origens, religiões, culturas, rituais e valores diversos deparam-se com uma nova realidade social, permitindo assim a emergência de novas identidades. Assim, a tese se propõe a compreender como essas novas identidades se configuram, entendendo-as não como uma essência como defendem os primordialistas¹⁶, mas sim um *foyer virtuel* e um ponto de referência para a explicação das coisas, isto é, a identidade é vista como uma categoria analítica para a compreensão das relações sociais (LÉVI-STRAUSS, 1983).

O argumento que desenvolvo é de que a ida para as minas sul-africanas constitui uma das etapas de um processo singular e diferencial pelo qual homens moçambicanos constroem e reconstróem suas identidades sociais. Parto desse argumento para mostrar que essa experiência deixa marcas visíveis e invisíveis no seio dos atores envolvidos e extrapola escolhas racionais e projetos individuais, motivados unicamente por razões econômicas, tornando-se uma questão complexa

¹⁵ Sayad (1998) entende a emigração (saída de um país de origem um de destino) e imigração (permanência no país de destino) como face da mesma moeda. Portanto, o emigrante (o que sai da sua terra natal) e o imigrante (o que permanece na terra dos outros) correspondem a um mesmo sujeito.

¹⁶ Os primordialistas pressupõem a etnicidade como natural, uma qualidade nascida com o indivíduo, tais como características físicas, nome, filiação tribal ou religiosa (MUNGOI, 2006).

que conecta vários atores formais e informais que se situam nas esferas identitária, familiar, institucional (estatal e privada) do trabalho.

Embora não seja o principal foco desta pesquisa, a tese incorpora uma perspectiva que vincula a questão da imigração à temática da etnicidade e interculturalidade que se fabricam no movimento circular de ida-volta-ida e problematiza as relações que se estabelecem no mercado de trabalho sul-africano a partir da análise da xenofobia¹⁷. A dimensão étnica é incorporada nesta pesquisa por se tratar de um movimento que culmina com a construção social de sujeitos que realçam suas identidades individuais e grupais, enraizadas local e globalmente no processo do cruzamento de fronteiras. Esses migrantes, ao atravessarem suas fronteiras, levam consigo seus valores culturais e étnicos e se juntam a outros povos falantes de línguas e costumes diferentes.

Na análise, toma-se como base o pressuposto definido por Roberto Cardoso de Oliveira (1976), segundo o qual as identidades abarcam duas dimensões que se interconectam: pessoal (individual) e social (coletiva) e que a identidade étnica se constrói através de uma afirmação do “nós” diante dos “outros”. Trata-se de uma identidade relacional e contrastiva pelo fato de resultar de um processo de confrontação, diferenciação, oposição, resistência e principalmente de dominação e submissão (BARTH, 1998). A heterogeneidade étnica é das principais características dos mineiros que trabalham nas minas da África do Sul, em geral. Existem mineiros oriundos da Suazilândia, Lesotho, Botswana, moçambicanos e sul-africanos, o que transforma as minas em um mosaico étnico onde se confrontam diferentes sistemas de pensamento e práticas sociais. Portanto, os mineiros partilham a mesma categoria profissional, rotina de trabalho e ambiente geográfico, mas não provêm de uma mesma origem étnica, cultural ou linguística, transitando entre as minas (onde passam

¹⁷ Definida como aversão a pessoas e coisas estrangeiras e uma forma de nacionalismo extremado. Dicionário Aurélio disponível em: www.dicionarioaurelio.com. Acesso em: 26 de fevereiro de 2010.

maior parte da sua vida produtiva) e a terra natal (onde mantêm a sua família e concretizam seus projetos).

Apesar de recente em relação ao fenômeno em estudo, a abordagem apresentada por Nina Glick Schiller, Linda Bach e Cristina Blanc-Szanto (1992) na introdução do livro *"Towards a transnational Perspective on Migration"* e no artigo *Transnationalism: a New Analytic Framework for Understanding Migration* é de extrema importância para esta pesquisa, por considerar o transnacionalismo um processo social no qual os imigrantes constroem campos sociais ancorados simultaneamente nos países de origem e de acolhimento. Esses migrantes estabelecem campo de relações que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas. A ideia central defendida pelas autoras é de que a imigração internacional no contexto da globalização gera identidades transnacionais que se caracterizam pelo duplo pertencimento.

Esse duplo pertencimento que Ong (1999) chama de *Cidadania Flexível* é o que torna possível os indivíduos construir identidades plurais e interpretarem de forma seletiva os significados do transnacionalismo e da globalização. Segundo a autora, no contexto da globalização, indivíduos e governos desenvolvem cidadanias e soberania flexível como forma de acumulação de poder e capital. Essa flexibilidade permite que os sujeitos que trabalham distantes dos seus familiares acumulem dinheiro, sejam portadores de múltiplos passaportes, habitações e até contas bancárias no exterior. Os custos da imigração são assumidos pelas empresas e, em última instância, pelas famílias. Na sua análise, a autora aborda o transnacionalismo a partir da relação entre o movimento e a ordem social e da tensão permanente entre o capital e o poder do Estado, focando seu olhar na *agency* e nos paradoxos dos sujeitos migrantes.

Desse ponto de vista, os migrantes consideram-se transmigrantes inseridos em múltiplas redes familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que se situam dentro e fora das suas fronteiras nacionais. O migrante transnacional relaciona-se tanto com a sua terra de origem quanto com o local de imigração, sujeitando-se às

contradições que ambas lhe colocam e produzindo, assim, um duplo pertencimento. A própria terminologia *madjonidjoni*¹⁸ é útil para a compreensão da produção desse sujeito transnacional que surge no processo de deslocamento. Diante disso, a pesquisa foi orientada no sentido de responder questões como: *De que forma os mineiros se relacionam com os países de origem e de acolhimento? Como eles vivenciam suas experiências transnacionais?*

Outros autores, como Rouse (1992), Lessinger (1992) e Georges (1992), apresentam contribuições valiosas para análise da migração transnacional, trazendo experiências de imigrantes mexicanos, indianos e dominicanos nos Estados Unidos. A partir dos seus estudos, esses autores mostram que os migrantes transnacionais são parte integrante do processo político, cultural, econômico e social, levado a cabo nos países de origem e de acolhimento e, por isso, estão enraizadas em ambas as terras. Essa ideia é reforçada por Sahlins (2007) ao argumentar que:

“É precisamente enquanto lugar de origem que a terra natal permanece como laço de um amplo espectro de relações culturais. Fonte de valores e identidades herdadas, a comunidade natal transcende outras fronteiras culturais, conformando as ações e atitudes da parcela de seu povo que vive em contextos urbanos e/ou estrangeiros” (SAHLINS, 1997, p. 117).

A posição de Sahlins aplica-se perfeitamente ao universo pesquisado, visto que, apesar do deslocamento, os mineiros continuam enraizados à terra natal e estabelecem fortes vínculos com os seus familiares através de remessas, viagens periódicas e participação de eventos importantes, conforme será demonstrado ao longo desse trabalho. Trata-se de uma questão identitária que nos revela não só uma experiência histórica das relações entre Moçambique e África do Sul, mas como se configuram as novas formas de acumulação capitalista pós-coloniais nas quais empresas privadas assumem praticamente um total controle sobre as aduanas e os imigrantes. São essas empresas que

¹⁸ Expressão utilizada pelos moçambicanos para se referir aos mineiros (ver glossário).

efetivam e viabilizam a implementação das políticas migratórias, renovam ou não os contratos dos migrantes, possibilitam vistos e, mais ainda, encarregam-se pelo controle da circulação de pessoas e identificação dos migrantes através de fotografias, documentos, impressões digitais, assim como pelo pagamento das indenizações e pensões. Para além dessa dimensão, os dados de campo mostram que o projeto migratório em análise integra aspectos ritualísticos que constroem e reconstroem os processos identitários nos quais se inclui a questão das relações de gênero, parentesco, masculinidade e as categorias identitárias acionadas pelos mineiros nos dois países.

A partir da análise da questão de gênero¹⁹, procuro mostrar como homens e mulheres se inserem nesse processo migratório e argumento que, apesar da migração para as minas ser majoritariamente feita por homens, o papel da mulher não deve ser negligenciado. As mulheres não só atuam no projeto familiar, reforçando o rendimento familiar a partir do trabalho da machamba (roça), pequenos negócios, acionamento de redes de solidariedade feminina e institucional como também viabilizando os empregos dos maridos. Assim, a presença significativa que se registra nos últimos tempos de mulheres que viajam com os seus maridos para a África do Sul acompanhadas por crianças é um sinal da reestruturação da relação entre homens e mulheres.

Toda essa trama de relações está calcada em um dever amoroso no sentido de Foucault (1994), em um disciplinamento baseado nas disposições culturais, reiteradas pelos diferentes agentes (governamentais e não governamentais), que permite que o contrato com a empresa seja um ritual a mais na trama do projeto migratório e que os imigrantes se sintam obrigados a enviarem dinheiro, contraírem casamentos e as mulheres sejam castas, comprometidas com o esforço do sujeito que se sacrifica por elas. Portanto, as esposas são ao mesmo tempo “guardiãs do lar” e paradoxalmente responsáveis pela morte do marido nas minas (e

¹⁹ Aqui entendida como um elemento constitutivo das relações fundamentadas das diferenças entre os sexos (SCOTT, 1999).

por isso devem colocar luto) *porque eles morreram por elas* (Grifo meu).

No contexto do presente estudo, a masculinidade é pensada a partir das relações de poder que os homens estabelecem com as mulheres e com outros homens (KIMMEL, 1998). Construir uma casa, enviar remessas de dinheiro para sustentar a família e fazer crescer os filhos representam alguns dos mecanismos pelos quais os migrantes expressam sua masculinidade. Apesar de as famílias serem orientadas por uma ideologia patriarcal que estabelece espaços e papéis diferenciados para homens e mulheres – colocando o trabalho mineiro como reservado ao homem, e a mulher como “guardiães do lar” e responsável pela educação dos filhos –, os dados do campo indicam que o projeto migratório é concebido por meio de compromissos amorosos e práticos que envolvem outros membros da família, além do marido e da mulher.

A análise da dimensão econômica é feita pela reflexão em torno dos mecanismos de circulação de bens simbólicos, materiais e financeiros e das remessas periódicas de dinheiro e bens de consumo doméstico para a terra natal, assim como os investimentos feitos pelos mineiros no país de origem. Portanto, o trabalho soma-se àqueles que buscam compreender as dinâmicas migratórias internacionais no contexto da economia capitalista e procura olhar essa realidade a partir de uma perspectiva teórica das migrações circulares transnacionais, lançando novas questões para análise do fenômeno migratório contemporâneo. Esse esforço representa uma continuidade das reflexões iniciadas no mestrado sobre imigração estudantil africana no Brasil, que esteve basicamente centrada na questão de etnicidade no contexto da experiência cotidiana desses estudantes em Porto Alegre, onde, de alguma forma, tive a oportunidade de analisar criticamente a minha experiência de imigração estudantil no

Brasil, iniciada em 1992 como bolsista da Fundação Ford em um projeto²⁰ coordenado pelo Professor Peter Fry.

O TRABALHO DE CAMPO E SUAS ETAPAS

Em Janeiro de 2007, regressei a Moçambique, depois de cerca de quatro anos em formação no Brasil, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De Porto Alegre, levava o tão comemorado diploma de Mestrado em Antropologia Social e deixava para trás amigos, colegas e professores com a promessa de um breve regresso. Em Moçambique, depois de rever familiares e amigos, integrar meus dois filhos na escola e “arrumar a casa”, no verdadeiro sentido do termo, chegava o momento de delinear uma nova etapa da minha vida acadêmica: o Doutorado. A partir daí, o desafio foi lançado, ciente de que uma longa jornada estava apenas começando.

Ainda procurando entender as transformações que ocorreram na sociedade moçambicana na minha ausência, a começar por mudança do governo, redução dos zeros na moeda e aumento do custo de vida, mortes e doenças de pessoas queridas, encontrei espaço e tempo para me concentrar e terminar o projecto de Doutorado e submetê-lo, no mês de março do mesmo ano, ao PPGAS. Portanto, estava vivendo uma experiência migratória procurando me reenraizar na minha terra de origem.

Antes de explicitar as etapas que acompanharam o trabalho de campo, é importante fazer referência a alguns aspectos de natureza prática e metodológica que determinaram a redefinição das estratégias

²⁰ Trata-se de um projeto que contou com a participação de 20 estudantes moçambicanos provenientes de várias províncias de Moçambique que se formaram em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1991 a 1997. Sinto-me particularmente privilegiada por ter feito parte deste projeto e ter dado continuidade aos meus estudos até nível de doutorado, vindo de um país como Moçambique onde menos de 1% possui ensino superior.

delineadas no projeto de pesquisa inicial. Uma delas foi o grupo alvo da pesquisa. No projeto, submetido ao PPGAS, minha proposta era trabalhar diretamente com os mineiros no ativo, ou seja, os mineiros que exercem a profissão de mineiro atualmente. Entretanto, o acesso a esse grupo foi bastante difícil pelo fato de regressarem para o país no tempo de férias, festas do fim de ano e Páscoa e disporem de um tempo reduzido para estadia no país. São épocas bastante agitadas, em que os mineiros tentam aproveitar o máximo possível o seu tempo livre junto a seus familiares e para tratar de assuntos pessoais. Portanto, ter mais tempo com eles significava interromper os seus programas familiares. Assim, foi mais fácil abordá-los quando estavam na TEBA e na fronteira, enquanto tratavam de assuntos relacionados com a sua contratação, salários, etc. Por isso, decidi privilegiar o contato com ex-mineiros que trabalharam nas minas em diferentes períodos e interromperam seus trabalhos em função de idade, doença, invalidez, despedimento, desistência ou outro motivo. Alguns eram funcionários contratados pela TEBA que trabalhavam como pessoal de apoio, ativistas de programas sociais, ao passo que outros eram membros da Associação de Mineiros Moçambicanos (AMIMO²¹). Um outro grupo de ex-mineiros foi identificado casualmente e através da minha rede de relações em outros espaços e não tinham vínculo com nenhuma dessas duas instituições.

Durante o período que estive em Moçambique, ocupei-me com outras atividades que contribuíram para o conhecimento do universo da pesquisa através da realização de trabalhos de consultoria nas províncias de Inhambane e Gaza e estabelecido vínculo com a Agência Islandesa de Desenvolvimento Internacional (ICEIDA) no apoio a programas de desenvolvimento aos Ministérios da Mulher e da Acção Social e da Educação no âmbito de implementação de programas relacionados com direitos humanos e das mulhereres e alfabetização e educação de adultos.

²¹ Associação criada em 1996 e oficializada em 1999 pelo despacho do Boletim da República nº 29/III Série de 21 de Junho de 1999. Essa associação conta com cerca de 3 mil membros e possui núcleos em várias minas.

Isso facultou o contato direto com comunidades, lideranças comunitárias e esposas de mineiros em algumas zonas rurais das províncias de Inhambane e Gaza, ao ministrar seminários de capacitação ou assistir aulas de alfabetização. Algumas dessas esposas faziam parte de grupos que se beneficiavam das formações promovidas por essas instituições e eram membros de associações femininas que recebiam apoio da ICEIDA.

A estratégia de identificação das famílias também sofreu alteração. Apesar da facilidade de identificá-las através da TEBA, inicialmente preferi recorrer à minha rede de relações por considerar que o fato de estabelecer relações próximas com os funcionários que ocupavam cargos de chefia na instituição, poderia induzi-las a me identificar com os chefes e inibi-las. Isso porque as famílias associam a TEBA com o patronato e como pesquisadora corria o mesmo risco. Todavia, essa opção fracassou porque as pessoas que contatei nessa fase não conheciam famílias de mineiros. Depois de ter identificado apenas um mineiro aposentado através das minhas amigadas, decidi voltar à TEBA, a partir de então tornou-se possível a minha aproximação junto aos mineiros e suas famílias.

Outra mudança significativa foi a não realização do trabalho de campo das minas. Previa uma deslocação para algumas minas na África do Sul, no entanto, devido a questões de natureza burocrática, isso não foi possível. Quando contatei a TEBA, esta encaminhou-me para o Ministério de Trabalho e no contato com essa instituição governamental fui reencaminhada para a TEBA. Percebi, então, que nenhuma das instituições estava disposta a assumir a responsabilidade da minha ida às minas, provavelmente por motivos de segurança. Nesse sentido, a única solução era viajar com um dos meus informantes (Macaringue), mas este andava muito doente, ou entrar em contato direto com as minas. Sem a “protecção” de nenhuma dessas instituições, nem do Macaringue, e considerando a tensão política vivida na África do Sul por causa da xenofobia, optei por não arriscar e realizar meu trabalho de campo em Moçambique. Contribuiu para tal decisão o fato de minha pesquisa não se

restringir unicamente à observação do sujeitos que migram no país de destino, mas na compreensão do fenômeno migratório no qual se inserem como um todo.

Reformuladas algumas estratégias, o trabalho de campo que resultou na elaboração desta tese realizou-se entre os meses de março de 2007 a dezembro de 2009, seguindo várias etapas. Essas etapas não se seguiram de forma linear, tal como apresento a seguir.

A primeira fase do trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica e documental, relacionadas com aspectos teóricos e etnografias do tema pesquisado. O material foi recolhido nas bibliotecas da UFRGS, do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e do Arquivo Histórico da mesma universidade, bem como através de bibliotecas virtuais e internet .

A maior parte da literatura consultada em Moçambique foi escrita na língua inglesa por historiadores estrangeiros, provenientes de países como África do Sul, Inglaterra e Estados Unidos. Os autores desses estudos produziram teses de Doutorado e pesquisas acadêmicas, em que se destacam Henri Junod (1996 [1912]), etnógrafo suíço e pastor da Igreja Presbiteriana Suíça, que pesquisou a vida dos tsongas no sul de Moçambique nos finais do século XIX; Ruth First²² (1983, 1998[1977]), pesquisadora sul-africana do CEA; Patrick Harries (1994), Professor sul-africano de História Africana da Universidade de Cape Town; Penvenne (1994), historiadora americana; e Luís Covane (1989, 2001), professor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

A maior parte desses estudos analisa o percurso da economia do sul de Moçambique antes do período colonial e fornece informações que permitem a compreensão das origens do trabalho migratório e das transformações políticas, econômicas e sociais, ocorridas no Sul de Moçambique a partir do final do século XIX. Os estudos são de cunho histórico e estão concentrados essencialmente na análise da economia

²² Ruth First foi uma ativista anti-*apartheid*, assassinada em Maputo, em 1982, por um ataque de bomba, quando se encontrava exilada no país.

política de Moçambique e refletem a respeito das condições de trabalho dos mineiros moçambicanos face ao sistema capitalista. O trabalho nas minas é considerado não como uma preferência, uma decisão racional, mas o resultado do sistema capitalista no qual o homem vende a sua força de trabalho em troca de salário. Os estudos evidenciam os aspectos macroeconômicos e políticos, resultantes do fluxo migratório de moçambicanos, para as minas da África do Sul durante o período colonial e suas implicações no sistema capitalista e na economia rural moçambicana. A pesquisa bibliográfica realizada no Brasil e através da internet esteve focada no levantamento de autores referenciados na introdução desta tese, que abordam o fenômeno migratório, a partir de uma perspectiva direcionada para o transnacionalismo, família e gênero, bem como em trabalhos etnográficos sobre a temática desta tese.

Na segunda etapa, realizaram-se visitas às entidades governamentais e privadas ligadas à contratação e prestação de serviços aos mineiros e suas famílias em Moçambique. Em nível governamental, estabeleci contatos com o Ministério do Trabalho através do Departamento do Trabalho Migratório e Delegação Distrital do Trabalho de Ressano Garcia, onde obtive credencial para pesquisar junto à TEBA. Nas instituições privadas, contatei a delegação central da TEBA, na cidade de Maputo, e as subdelegações de Xai-Xai (Província de Gaza), Maxixe (Província de Inhambane) e de Ressano Garcia (Província de Maputo)²³. Também contatei os escritórios centrais da KAWENA, em Maputo, e a transportadora VAALMASERU, em Xai-Xai, empresas sul-africanas responsáveis pela venda de produtos e transporte dos mineiros respectivamente.

Nos contactos estabelecidos com essas instituições, tinha como principal objetivo apreender o seu discurso oficial sobre o trabalho migratório e recolher informações relacionadas com ordenamento jurídico,

²³ Xai-Xai, Maxixe e Ressano Garcia situam-se a cerca de 200, 600 e 90 quilômetros da Cidade de Maputo respectivamente. O acesso a esses locais só foi possível com autorização do gerente da TEBA, em Moçambique.

atual estágio do processo de contratação, recrutamento, pagamentos, mecanismos de circulação de bens materiais e dados estatísticos sobre os mineiros.

Seguindo as pistas indicadas por Covane (2001) em seu livro *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*, sobre a existência de documentos históricos, culturais e políticos relacionadas com acontecimentos ocorridos com mineiros em Gaza, procurei, sem sucesso, ter acesso ao Arquivo dos Serviços distritais de Educação e Cultura de Gaza (atual Serviço Distrital de Educação e Cultura). No entanto, descobri, com tristeza, que o espaço onde funcionava o Arquivo tinha acabado de ser transformado em Arquivo de Patrimônio Cultural (ARPAC) e que tudo que lá existia tinha sido destruído pelas cheias que afetaram o sul de Moçambique no ano 2000.

Na etapa seguinte, estabeleceu-se contato direto com o grupo pesquisado, ou seja, mineiros no ativo, ex-mineiros e suas famílias. O primeiro contato formal com os mineiros aconteceu na delegação da TEBA, em Ressano Garcia, em Junho de 2007, com a intermediação de seu funcionário. Na ocasião, foi realizada uma entrevista coletiva com aproximadamente 20 mineiros²⁴, na qual procurei perceber as motivações para o trabalho nas minas e as suas trajetórias.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS MÉTODOS DE PESQUISA

A prática antropológica caracteriza-se pelo processo de tradução que ocorre com o exercício de alteridade. Foi com vista a compreender e interpretar as práticas, as percepções e a vida social do grupo pesquisado que, no processo da realização de minha pesquisa de campo, procurei estabelecer uma relação de intersubjetividade com o grupo estudado.

²⁴ Esses entrevistados não quiseram dar dados pessoais, por isso, ao longo da tese, serão tratados como os entrevistados de Ressano Garcia.

Essa preocupação com a tradução esteve presente durante a escrita desta tese, considerando que seria avaliada por uma banca de antropólogos brasileiros. Nesse sentido, a utilização da língua e a explicação minuciosa dos termos e contextos tornaram-se uma preocupação constante durante todo o trabalho.

Tratando-se de um estudo baseado em informações qualitativas, em que os sujeitos constroem e reconstróem suas histórias e trajetórias por meio de seus relatos e discursos, a presente pesquisa foi fundamentada pelo método etnográfico. Para tal, privilegiou-se a observação da rotina dos entrevistados particularmente nas quatro delegações e subdelegações da TEBA, na fronteira entre Moçambique e África do Sul e nos pontos de ônibus por onde transitam os mineiros, de modo que tive a oportunidade de observar as atitudes dos agentes envolvidos no atendimento dos mineiros.

O levantamento de dados baseou-se igualmente na aplicação de entrevistas semiestruturadas com base em um guião previamente elaborado. Entretanto, por vezes, os entrevistados se mostravam reservados em prestar informações, optando-se, nesses casos, pela aplicação de entrevistas não diretivas, a fim de que pudessem exprimir suas ideias livremente.

Ao todo foram entrevistados formalmente seis mineiros no ativo²⁵, nove ex-mineiros²⁶, quatro esposas de mineiros (das quais duas viúvas), uma irmã de mineiro, e um filho de ex-mineiro e quatro vítimas de xenofobia, conforme descrito no anexo 1. Os dados também foram coletados através da aplicação de entrevistas coletivas com mineiros no ativo, esposas de mineiros, grupo de homens e mulheres nas comunidades visitadas nas províncias de Gaza e Inhambane e de conversas informais com funcionários da TEBA e mineiros que encontravam casualmente na TEBA, KAWENA e VAALMASERU. Tais

²⁵ Antônio Dimas, Alexandre Vilanculos, Américo Marrengula, Artur Nhavene, Lourenço Chambisso e Samuel Mabunda.

²⁶ Júlio, Macaringue, Pelembe, Macuavene, Mondlane, Carlos, Cume, Jafete e Uamusse.

entrevistas foram realizadas em diferentes momentos (de março de 2007 a agosto de 2009) em vários locais em função da disponibilidade dos entrevistados. Contudo, a maior parte das entrevistas com os mineiros no ativo e ex-mineiros foram realizadas nas delegações da TEBA, ao passo que com as entrevistas com as esposas dos mineiros foram realizadas nas suas residências.

Também realizei visitas aos centros de acomodação de vítimas de xenofobia em Maputo, nos quais entrevistei vítimas de xenofobia. A recolha de dados sobre a onda de xenofobia que eclodiu na África do Sul no mês de maio de 2008 foi complementada por reportagens de jornais e televisão e visitas às residências de algumas vítimas no distrito de Homoine e Centro de Trânsito, na província de Inhambane.

As entrevistas e os diálogos entre a pesquisadora e os pesquisados motivaram depoimentos biográficos colhidos na dinâmica da experiência (ECKERT, 1996-1997). Por isso, foram aplicados outros métodos e instrumentos de pesquisa em que se inclui o método biográfico. Nesse sentido, escrever uma biografia não significou compilar os acontecimentos da vida dos informantes de forma linear como acontecimentos sucessivos e coerentes que ocorrem em uma sequência lógica e ordem cronológica, mas sim como deslocamentos descontínuos no espaço social (BOURDIEU, 2005).

Utilizando essa técnica, foi possível resgatar trajetórias de vida dos ex-mineiros em forma de relatos autobiográficos. Os informantes reconstituíram suas trajetórias passadas com base no presente, sem seguir uma sequência lógica e previsível, mas mediante negociações e reinvenções identitárias que os vincula ao seu contexto.

Como bem destaca Carvalho (2003), o autorrelato permite estabelecer uma conexão entre a vida íntima do indivíduo e o seu contexto social e cultural e reconstituir as trajetórias de um determinado grupo. Assim,

(...) ao tomar os relatos biográficos como modalidades narrativas, estes deixam de ser produções individuais e factuais e evidenciam a interpenetração entre sujeito e história bem como entre os acontecimentos e sua reconfiguração na tessitura de vidas narradas. (CARVALHO, 2003, p. 293).

Ainda sobre o método biográfico, Eckert (1996-1997) lembra que:

A ênfase nos relatos e narrativas biográficas tenta apresentar os atores a partir da sua própria perspectiva, onde não é tanto uma história particular, ou fato que são apreendidos, mas "o processo compreensivo e interpretativo que se estrutura linguisticamente em torno da construção de uma imagem (situacional) que protagoniza a própria biografia, onde a cada entrevista se coloca a mediação do pesquisador, bem como suas expectativas genéricas". (ECKERT, 1996-1997, p. 32).

No exercício da alteridade, algumas questões inerentes à minha condição de urbana de classe média²⁷, jovem e mulher em um mundo de homens e de pessoas adultas devem ser refletidas. Por ser de uma origem social diferenciada dos entrevistados, percebida não só pela maneira de vestir, como também pelo uso do português e de falar changana sem a mesma fluência dos entrevistados, minha presença nos locais por onde transitam os mineiros era motivo de curiosidade. Para muitos, causava estranhamento a minha presença ora conversando com homens, ora com mulheres por longas horas. Curiosos, alguns mineiros e mulheres, principalmente viúvas, aproximavam-se de mim para se inteirarem do assunto e aproveitavam para expor suas preocupações, na expectativa de que eu pudesse solucioná-las. Depois de um tempo de convivência, minha presença passou a ser menos perturbadora, principalmente para os funcionários, ex-mineiros e esposas dos mineiros que frequentam a TEBA, o que permitiu uma familiarização e inserção no campo, sobretudo na cidade de Maputo, onde concentrei maior parte do tempo do trabalho de campo. Todavia, a questão feminina e de idade tornou-se preocupação quando se tratava de falar de questões íntimas como a sexualidade e as

²⁷ A diferenciação mais comum entre os moçambicanos é, entre outras, a geográfica (urbano-rico e rural-pobre), regional (Norte, Centro e Sul), étnico e racial. As subdivisões classe alta, média e baixa são pouco frequentes.

relações entre os gênero com homens adultos em uma sociedade como Moçambique, onde o sexo e a idade continuam sendo um importante elemento de diferenciação e exercício de poder.

O trabalho de campo foi conduzido em duas línguas: português (minha língua materna²⁸) e changana²⁹. Muitas vezes, a entrevista iniciava em português e terminava em changana, especialmente quando contatava que os entrevistados sentiam dificuldades em se expressar. O uso da língua chagana permitia uma maior aproximação, tendo em vista que, para maioria, era a língua materna. O português era geralmente falado com pessoas que viviam nas zonas urbanas e com maior nível de escolarização. Apesar da língua oficial de Moçambique ser o português, somente 39,6% da população, sobretudo das áreas urbanas, comunicam-se através dessa língua. Apenas 7% da população moçambicana fala português como língua materna (Censo de 1997). Portanto, expressar-se em português em Moçambique ainda significa falar a língua dos brancos e continua sendo um elemento diferenciador entre os letrados e iletrados, urbanos e rurais, embora uma parcela considerável da população rural compreenda o português.

Mesmo falando em português ou em changana, os entrevistados expressavam alguns termos por meio de palavras tomadas de empréstimo do inglês e *fanagaló*³⁰. Os nomes das minas, os locais de residência e as categorias que desempenham eram expressos nessas duas línguas, embora muitos não soubessem escrever.

²⁸ Meu processo de socialização foi em língua portuguesa pelo fato de meus pais pertencerem a grupos étnicos diferentes. A minha mãe é do Sul da etnia *Xitsua* e meu pai é *chuabo*, Centro. O domínio que tenho da língua changana é limitado, mas, foi suficiente para interagir com os informantes. Quando sentia dificuldades, recorria à ajuda dos funcionários da TEBA para traduzirem algumas expressões.

²⁹ Língua falada pelos integrantes da etnia changana que habitam a Província de Gaza. Esta língua é compreendida pelos habitantes do sul de Moçambique.

³⁰ Fanagaló ou fanakaló (pidgin) é língua falada pelos mineiros e proprietários das minas que consiste na mistura de zulu (falada majoritariamente por sul-africanos negros), inglês e afrikaans (língua falada pelos bôeres). Essa língua foi introduzida nas minas para facilitar a comunicação de mineiros de diferentes países e seus proprietários. Além disso, foi usada como língua de comunicação entre *afrikaners* e ingleses durante o período colonial. Na ausência de uma língua comum, o pidgin assumiu um papel central na comunicação entre povos de grupos e línguas diferentes.

Era comum ouvir os entrevistados dizerem *gold* no lugar de ouro, *mine* e não mina, *platinum* e não platina e fazerem referência aos números de telefone ou documentos de identificação em inglês com um forte sotaque. O fato de os mineiros recorrerem ao vocabulário dessas línguas para relatarem suas experiências remete à reflexão sobre os efeitos dessa experiência nas identidades desses sujeitos.

O processo de negociação para a realização das entrevistas não foi tão pacífico quanto no momento em que realizei o meu trabalho com os estudantes africanos no Brasil, na época do mestrado. Não foi fácil explicar para os entrevistados que eu estava fazendo uma pesquisa de doutorado. Apenas os funcionários das instituições e alguns mineiros entendiam as motivações da minha pesquisa. Assim, a estratégia foi dizer que ia escrever um livro sobre a vida dos mineiros e suas famílias. Uns aceitaram participar, relatar suas vidas sem nenhum questionamento, mas alguns quiseram saber o que ganhariam com isso em termos financeiros e até chegaram a se recusar a dar entrevistas. Expliquei-lhes que não havia nenhum valor monetário envolvido, mas que eles poderiam contribuir para que o país conhecesse a vida dos mineiros e a história de Moçambique.

As letras das músicas sobre os mineiros foi uma importante fonte de informação. Por falta de documentação nos arquivos pesquisados, limitei-me a analisar as músicas que constam nos livros de Ruth First et al. (1998[1977]), Covane (2001) e Penvenne (1994). A partir da análise das letras das músicas escritas em changana e traduzidas para o português e o inglês, foi possível entender como é veiculada a ideia de imigração através das relações de gênero e o ponto de vista dos mineiros sobre suas condições de trabalho.

Por fim, como forma de complementar a coleta de dados, recorri a uso de materiais audiovisuais (fotografias, gravador) mediante negociação com os informantes. No entanto, muitos mineiros no ativo mostraram-se reticentes ao uso desse material, principalmente fotografias. Percebendo que o gravador constrangia os entrevistados, incluindo as famílias, a

maior parte das entrevistas não foi gravada e, nesses casos, os diários de campo serviram de base e registro das informações apreendidas durante o trabalho de campo.

ESTRUTURA DA TESE

A presente tese é composta por uma introdução, seis capítulos e uma conclusão. O **primeiro capítulo**, denominado *Moçambique e África do sul: fluxos migratórios e Acordos bilaterais*, inicia com uma breve apresentação dos países e da sua história social e política com destaque para os momentos importantes que marcaram a trajetória e a história das relações entre os dois países. Em seguida, o capítulo contextualiza o processo migratório a partir de uma perspectiva reflexiva, com base nos instrumentos jurídicos que nortearam as negociações que permitiram a “exportação” de mão-de-obra de Moçambique para as minas da África do Sul desde o período colonial até hoje. Também se estabelece uma comparação entre a experiência migratória para as minas e a emigração de moçambicanos para Alemanha ocorrida na década de 1980. O **segundo capítulo** (*emigração como alternativa ou projeto migratório?*) faz uma caracterização da indústria mineira sul-africana e dos mineiros em termos étnicos, estado civil, proveniência e nível de instrução com o objetivo de mostrar o seu perfil heterogêneo e se debruça sobre as categorias profissionais e a multiplicidade dos fatores que determinaram a concepção dos projetos migratórios em diferentes momentos históricos. O **terceiro capítulo**, *o papel mediador das instituições e o jogo de interesses*, debruça-se sobre os diferentes agentes que participam do fluxo migratório, no qual se destaca o papel da TEBA, enquanto prestador de vários serviços ao mineiro e suas famílias. O capítulo reflete sobre a intervenção do Estado moçambicano nesse processo; a interação entre os funcionários da TEBA, mineiros e seus familiares; a percepção dos

mineiros sobre os serviços, bem como a eficiência e os constrangimentos do sistema instituído para a gestão da migração, em particular o processo de atribuições de pensões, recrutamento e pagamento dos salários. O **quarto capítulo**, *Relatos da vida nas minas: alojamentos, medos e segredos*, apresenta a vida dos mineiros nas minas a partir dos discursos e pontos de vista de ex-mineiros e dos que ainda exercem a profissão. Nesse capítulo, particular atenção é dada ao cotidiano nas minas, o processo de treinamento, a experiência da descida ao subsolo (*underground*), a vida nos alojamentos e as formas de sociabilidade. O capítulo analisa igualmente os aspectos de natureza cultural e identitária, estabelecendo uma relação com a AIDS. No **quinto capítulo**, *Alianças, rupturas e redes de solidariedade*, explicitam-se as relações que se estabelecem entre os migrantes e os seus familiares por meio da análise dos aspectos econômico e afetivo. A análise está focada nas redes de solidariedade e relações de gênero que se constroem e reconstroem na experiência migratória. Nesse contexto, a esposa do mineiro é tomada como figura central, uma vez que ela, longe de ser uma figura passiva, desempenha um papel importante na intermediação dentro do universo familiar, ocupando simultaneamente o lugar de mãe, esposa, nora, etc. O capítulo trata igualmente de aspectos relacionados com os laços do mineiro com a terra natal, circulação de pessoas e bens, fluxo de informação entre os dois países e, por último, a dimensão simbólica da casa do mineiro. O **sexto e último** (*Nem lá, nem aqui: xenofobia, preconceitos e estereótipos*) explora a problemática da xenofobia, revelando a disputa que se trava no mercado de trabalho sul-africano, que resulta na demarcação de fronteiras étnicas entre os nacionais e estrangeiros. Procuro mostrar que a retórica nacionalista revela uma precarização maior de contratos com estrangeiros, em particular os considerados ilegais³¹, e uma luta por um maior ingresso de seguimentos

³¹ Do ponto de vista jurídico, são considerados imigrantes ilegais os sujeitos que se encontram em um país estrangeiro sem nenhum documento válido que garanta a sua permanência e obtenção de estatuto legal.

deserdados da África do Sul. Portanto, o pagamento de baixos salários surge como uma das formas encontradas pelas empresas para baratear a mão-de-obra, colocando em conflito os estrangeiros (que no olhar dos nacionais aceitam trabalhar por baixos salários) e os nacionais (vistos pelos estrangeiros como preguiçosos e ingratos). O capítulo debruça-se igualmente sobre a relação que os imigrantes passam a estabelecer com a população local após o seu regresso.

1 MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL: FLUXOS MIGRATÓRIOS E ACORDOS BILATERAIS

(...) Uma das armadilhas da imigração, transação bilateral de direito (ficção que ambos parceiros estão interessados a manter), mas na verdade, resolvida de forma unilateral pelo parceiro dominante, é o que o país de origem não pode aprovar ou ignorar completamente o que o interlocutor tiver resolvido (...) (SAYAD, 1998, p. 235)

Este capítulo faz uma apresentação dos aspectos socioeconômicos e políticos de Moçambique e África do Sul e destaca as relações entre os dois países com ênfase nas transições políticas que marcaram suas histórias políticas. Na análise das trajetórias históricas do fluxo migratório para as minas, são destacados três momentos-chave históricos e os principais instrumentos legais e bilaterais que orientaram esse fluxo. A experiência migratória para Alemanha ocorrida na década de 1980 é apresentada neste capítulo, por apresentar semelhanças com a migração para as minas.

1.1 SITUANDO MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL

1.1.1 Localização, População e Indicadores Socioeconômicos

Moçambique³², também conhecido como pérola do Índico, país de Samora Machel e da Marrabenta³³, situa-se na costa oriental do continente africano, ocupando uma área de 799.380 km². O país é banhado pelo oceano Índico, a Leste; faz fronteira com a Tanzânia, ao Norte; Zimbábue, Zâmbia e Malawi, ao Oeste; e África do Sul e

³² O nome Moçambique surgiu em homenagem a *Mussa al bique ou Mussa Bin Bik*, um mercador árabe muito influente que já habitava a ilha designada pela população local como *Muipiti* quando Vasco da Gama chegou naquele lugar no século XV. Mais tarde, essa ilha viria a se chamar de Ilha de Moçambique e seria a primeira capital de Moçambique no final do Século XIX. Em 1898, a capital foi transferida para Lourenço Marques, atual Maputo.

³³ Dança típica moçambicana.

Swazilândia, ao Sul. A localização geográfica de Moçambique é privilegiada e estratégica do ponto de vista da economia da região Austral do continente africano, visto que é dos seus portos e caminhos de ferro que os países do *hinterland* (*Malawi, Zimbábue, Zâmbia*) e a África do Sul escoam seus produtos para o mercado internacional, representando, assim, um elemento a mais nas relações econômicas e diplomáticas entre os dois países. O país é membro de organizações regionais e internacionais, com destaque para a Conferência para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), União Africana (UA), Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Commonwealth.

Administrativamente, Moçambique é composto por 11 províncias, nomeadamente: Niassa, Cabo Delgado, Nampula ao Norte; Tete, Zambézia, Sofala, Manica ao Centro; e Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo ao Sul ilustrados no mapa 1.1, a seguir.



Mapa 1.1: Divisão administrativa de Moçambique.

Fonte: <http://www.suapesquisa.com/mapas/mp-africa.jpg>.

Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

Assim como outros países do continente africano, a divisão geopolítica é resultado da Conferência de Berlim, realizada em 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, na qual as potências europeias chegaram a um acordo sobre a partilha da África sem levar em consideração as particularidades dos seus povos. Essa conferência criou fronteiras geográficas arbitrárias, separando e unindo grupos étnicos diferentes em um mesmo espaço geográfico. Por esse motivo, as fronteiras nacionais não coincidem com as fronteiras étnicas e são caracterizadas pela fluidez étnica e identitária, razão pela qual é comum encontrar grupos étnicos existentes em Moçambique, espalhados em vários países: shonas no Zimbábue; makondes na Tanzânia; tsongas na África do Sul, etc. Essas fronteiras coloniais foram mantidas pela Organização da Unidade Africana (OUA)³⁴ e configurou os atuais estados nacionais (CABAÇO, 2007). O Continente africano conta com 54 países subdivididos em cinco macroáreas geográficas, nomeadamente: África do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental, África Austral.

Em 2007³⁵, Moçambique contava com uma população de cerca de 20.226.296 habitantes (52% de mulheres), dos quais 70,2% residem nas zonas rurais. Uma das principais características dessa população é a sua diversidade religiosa, étnica e linguística como resultado da confluência de povos de origens diferenciadas (africanos, europeus e árabes). As religiões mais professadas pelos moçambicanos são a católica (28,4%), a islâmica³⁶ (18,5%), *Zion/Sião* (10,9%), evangélica (10,9%), outras (6,7%) e sem religião (18,7%). Os grupos étnicos são definidos com base em critérios linguísticos, sendo os mácuas³⁷, makondes, nyanjas, tsongas, chopes, shonas, senas, nyungues, chuabos, yaos e ndaus os mais

³⁴ Fundada em 1963 no contexto da descolonização do continente africano e transformada em União Africana em 2002.

³⁵ Censo de 2007, Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponível em: http://www.ine.gov.mz/censo_2007/enfoco/ic07. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

³⁶ Os árabes instalaram-se na costa norte de Moçambique no século VIII, fato que culminou com a implantação do Islã. Os Qadiriya, vindos do Iraque, e os Chadhilliya, do Comores, constituem as principais confrarias islâmicas em Moçambique (CABAÇO, 2007).

³⁷ Os mácuas do norte de Moçambique representam 40% da população.

representativos. As cerca de treze principais línguas de Moçambique são de origem *bantu*³⁸ e são faladas de norte a sul do país. Para a maior parte da população, essas línguas são maternas e de comunicação cotidiana.

Em termos raciais, a grande maioria de moçambicanos (99%) é classificada como negra. Os grupos restantes são considerados pelos dados censitários de 2007 como brancos, mistos e indianos. Entre os brancos, encontram-se os que nasceram em Moçambique, na sua maioria lusodescendentes³⁹, estrangeiros naturalizados e os que vivem no país trabalhando em organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições internacionais. Os mistos e mulatos⁴⁰ são descendentes de portugueses, gregos, ingleses, chineses e outras nacionalidades e formam um grupo fechado que se autoproduz por meio de trocas matrimoniais entre eles (PASSADOR; THOMAZ, 2006). Os indianos, também conhecidos de forma pejorativa por *monhés*, constituem outro grupo mais fechado com grande influência econômica que domina o comércio e são detentores de grandes empreendimentos.

Os indicadores socioeconômicos apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴¹ colocam Moçambique entre os países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,402, ocupando o 172° lugar no *ranking* da classificação dos países em termos do IDH. Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de 802 USD; a esperança de vida à nascença de 47,8 anos; o índice de esperança de vida média de 0,38; e o índice de educação de 0,478. No que tange à pobreza humana, Moçambique encontra-se no 127° lugar, apresentando um Índice de Pobreza Humana (IPH) de 46,8%; 58% da

³⁸ Bantu é o termo aplicado pelo linguista alemão Bleek para fazer referência ao grau de parentesco entre 300 línguas dos habitantes do sul do continente africano. (SERRA et al., 2000). Geograficamente, os povos bantu estão localizados na África Subsaariana, isto é, ao sul do deserto de Sahara.

³⁹ Trata-se de filhos de portugueses que permaneceram em Moçambique mesmo depois de sua independência.

⁴⁰ São designados mistos os sujeitos que resultam da relação entre negro e mulato (ou entre mistos) e mulatos da relação entre branco e mulato ou entre mulatos.

⁴¹ Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, 2009, baseado na informação de 2007.

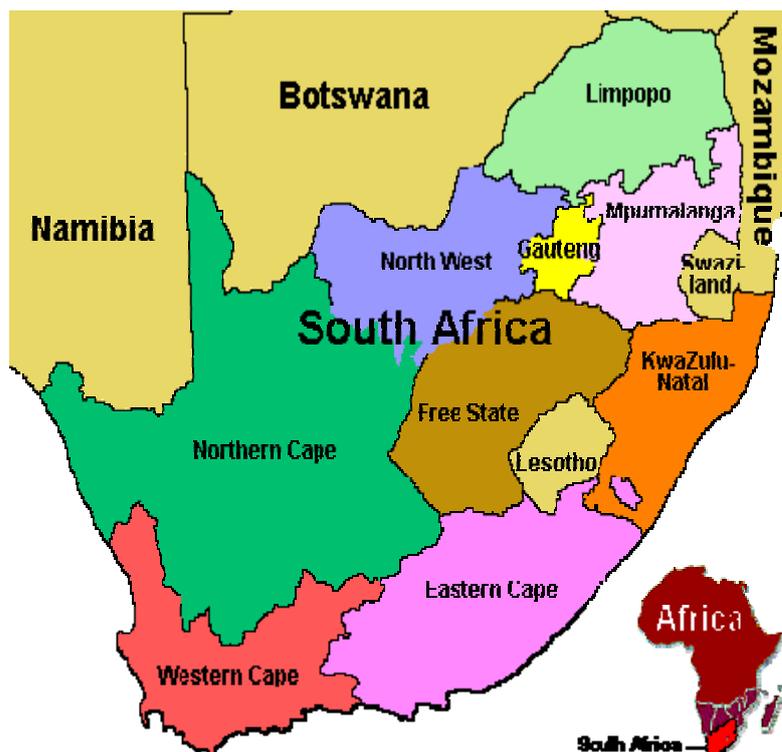
população sem acesso a fontes de água melhorada; 55,6% de analfabetos; 38% de crianças abaixo do peso; 74,7% vivem com \$1,25 por dia; e uma média nacional de 54,1% da população vive abaixo da linha da pobreza. Esses indicadores são mais expressivos nas zonas rurais, onde vive a maior parte das famílias dos trabalhadores migrantes. Esse cenário torna o país dependente da ajuda externa proveniente de países europeus, em particular da União Europeia, que contribui com 60% do Orçamento Geral do Estado.

A África do Sul situa-se no extremo sul do continente africano, ocupando uma superfície de 1.219.912 km² e uma área de 2.789 km de litoral banhado pelos oceanos Índico e Atlântico. Ao norte, o país faz fronteira com Namíbia, Zimbábue e Botswana; ao leste, com Moçambique e Suazilândia e o Lesotho, um enclave que se localiza no interior da África do Sul.

Em 2008⁴², o país contava com 48,7 milhões de habitantes, 40% dos quais vivendo nas zonas rurais. O país é também marcado por uma enorme diversidade étnica e religiosa. Os sul-africanos são falantes de mais de onze idiomas nacionais, entre eles o afrikâner, o inglês, o ndebele, o sotho, o suázi, o tsonga, o tsuana, o venda, o xhosa e o zulu. A população é majoritariamente negra (79%), seguindo-se de brancos (9,6%), mestiços (8,9%) e asiáticos (2,5%). Em termos religiosos, 70% de sul-africanos são protestantes, 7% católicos, 3,8% anglicanos e 1,5% muçulmanos.

O país é constituído por nove províncias, nomeadamente, Eastern Cape, Western Cape, Northern Cape, Free State, Gauteng, Kwazulu-Natal, Limpopo, Mpumalanga e North Western, conforme o mapa 1.2, a seguir. A maior parte das minas de ouro situa-se nas províncias de Gauteng, Free State e Northern-West, e as minas de platina e carvão nas províncias de Mpumalanga e Limpopo respectivamente.

⁴² Disponível em: <http://africa-turismo.com/africa-do-sul/cultura.htm>. Acesso em: 16 e dezembro de 2009.



Mapa 1.2: Divisão administrativa da África do Sul
Fonte: <http://www.suapesquisa.com/mapas/mp-africa.jpg>.

Os indicadores socioeconômicos são melhores quando comparados aos de Moçambique. A África do Sul encontra-se entre os países com IDH médio (0,688), ocupando o 129° no *ranking* da classificação dos países em termos de IDH. Em 2007, o PIB per capita era de 4,108 USD (cinco vezes mais do que Moçambique); a esperança de vida à nascença de 51,4 anos; o índice de esperança de vida média de 0,442; e o índice de educação de 0,843. No que se refere à pobreza humana, o país encontra-se no 86° lugar, apresentando um IPH de 25,4%; 7% da população sem acesso a fontes de água melhorada; 12% de analfabetos; 24% de crianças abaixo do peso; e 26,2% da população vivem com \$1,25 por dia⁴³. A economia sul-africana está centrada na agricultura, comércio e indústria mineira. Os recursos minerais, como carvão, cobre, manganês, ouro, cromita, urânio, ferro, platina e diamante, colocam o país em uma

⁴³ O Relatório de Desenvolvimento Humano não apresenta dados relativos à taxa de pessoas que vivem abaixo da pobreza.

situação privilegiada. À semelhança de Moçambique, a África do Sul é membro da SADC, UA e NEPAD. Um dos problemas que afeta os dois países é a AIDS. Em 2007, a taxa de seroprevalência em Moçambique era de 16% e, na África do Sul, essa percentagem era de 18,1%,⁴⁴.

1.1.2 Delineando fronteiras

Moçambique conecta-se à África do Sul por via terrestre, ferroviária, marítima e aérea. As vias de acesso mais utilizadas para o fluxo de pessoas e bens são a terrestre e a aérea. A fronteira entre Moçambique e África do Sul, vista por muitos como uma *fronteira de amor e ódio*⁴⁵, sucessos e fracasso, sonhos e pesadelos, representam espaços privilegiados para compreender a relação entre os dois países. É nesse ponto que os dois estados controlam o movimento das pessoas através de serviços alfandegários e migratórios instituídos. Os postos fronteiriços oficiais que dão acesso por terra à África do Sul estão localizados na província de Maputo e se situam no Distrito de Namaacha (fronteira com Suazilândia), Goba, Ponta de Ouro e Ressano Garcia. Na província de Gaza, existem duas fronteiras secundárias que dão acesso àquele país, nomeadamente Pafuri e Chicualacuala.

Existem outros caminhos não oficiais de Moçambique para África do Sul, utilizados por imigrantes ilegais, os chamados *mafohlane*⁴⁶. Frequentemente, os jornais locais relatam casos de pessoas que enfrentam animais ferozes para chegar à África do Sul, especialmente nas províncias de Gaza e Inhambane, e acabam por perder a vida.

⁴⁴ UNAIDS, 2008.

⁴⁵ Nome de um documentário sobre xenofobia do cineasta moçambicano Camilo de Sousa.

⁴⁶ Expressão em changana utilizada para designar os que atravessam a fronteira sem documentação.

A fronteira de Ressano Garcia, situada a 90 km da Cidade de Maputo, é a mais utilizada pela maioria dos moçambicanos, incluindo mineiros que atravessam o país rumo à terra do *rand*. Diariamente, por ali transitam pessoas, são estabelecidas trocas comerciais entre os dois países e, semanalmente, ao abrigo da *white paper on international migration*⁴⁷, são repatriados e retornam ao país mais de mil moçambicanos ilegais.

Durante o trabalho de campo, ao cruzar a fronteira, observei que os principais usuários das duas fronteiras são moçambicanos que se deslocam entre os dois países com vários propósitos: trabalho, turismo, negócio, etc. Esse fluxo tornou-se mais frequente a partir de 2006 com a abolição, em 2005, de vistos de entrada entre os dois países. Muitos residentes de Maputo deslocam-se para a cidade de Nelspruit aos fins de semana e feriados para fazerem suas compras em busca de preços acessíveis e realizarem consultas médicas. Os poucos sul-africanos que atravessam a fronteira são turistas brancos que se deslocam para estâncias turísticas (praias e *lodges*) de Inhambane e Gaza.

As fronteiras sul-africana e moçambicana também revelam diferenças no nível organizacional e de desenvolvimento dos dois países. A eficiência e a limpeza visíveis no lado sul-africano contrastam com a desordem que se registra no lado moçambicano. Por esse motivo, é comum ouvir murmúrios dos viajantes dizendo: *“já chegamos a Moçambique”*, em uma clara alusão ao descontentamento dos serviços que são prestados pelos organismos migratórios e alfandegários, sobretudo a morosidade que caracteriza o processo.

A presença dos mineiros na fronteira é facilmente perceptível não só pelas filas que formam como também pelas mercadorias que movimentam. Geralmente, os seus bens são transportados em atrelados e consistem em material de construção, utensílios domésticos e bens alimentícios (cebola, batata, ovos, óleo alimentar). Para flexibilizar o

⁴⁷ Um dos instrumentos legais do governo sul-africano que define as condições de repatriamento de imigrantes ilegais com vista à sua reintegração no país de origem.

atendimento aos mineiros, no lado moçambicano existe um balcão específico só para eles. Apesar das facilidades criadas pelo Estado moçambicano em relação à importação dos bens trazidos pelos mineiros, para alguns entrevistados, o limite que lhes é imposto é considerado irrisório e um “insulto”. Jafete, 60 anos, ex-mineiro, membro da AMIMO, fala dessa questão nos seguintes termos:

(...) O mineiro tem uma certa franquia de 2.000 Randes⁴⁸. Este valor não significa nada para eles. É um castigo. Ninguém consegue trazer coisas abaixo de 2.000 Randes. Eles trazem muitas coisas quando terminam o contrato. Por isso, eu tenho que estar nos *machimbombos* [ônibus] para contar as caixas e negociar com os homens das Alfândegas. Uns aceitam, outros não aceitam. Às vezes, há confusão e nós tentamos acalmar (...)

O excesso de mercadoria resulta no pagamento de taxas alfandegárias, provocando a irritação dos mineiros que, segundo eles, “*estamos a desenvolver o país e o governo não reconhece*”. Muitos mineiros referiram que só se sentem tranquilos quando conseguem entrar em Moçambique com a mercadoria que trazem, visto que é muito frequente o desaparecimento de mercadorias e a cobrança de valores elevados para a sua liberação.



Foto 1.1: Viatura transportando bens de mineiros. Fronteira de Ressano Garcia, Junho de 2009. **Fonte:** Pesquisadora.

⁴⁸ Cerca de 200 USD.

1.1.3 Colonização e Independências Nacionais

A história política de Moçambique como Estado-nação inicia a 25 de junho de 1975 com a conquista da independência de Portugal e é marcada por três sistemas que se sucederam: colonialismo, socialismo e capitalismo. A colonização portuguesa durou mais de oito décadas (1886-1974)⁴⁹. A chegada dos portugueses no século XV à costa oriental africana resultou em conflitos com os árabes e suahilis que lá se encontravam devido ao controle pelo comércio com a Índia (SERRA et al., 2000). A ocupação efetiva de Portugal em Moçambique, em particular no sul, só se concretizou em 1895, com a derrota do Estado de Gaza que resultou na deportação e prisão de Gungunhana, o Rei de Gaza.

A luta de libertação nacional contra o governo colonial foi desencadeada de 1964 a 1974 sob a liderança da Frente da Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO⁵⁰). Após a conquista da independência, A FRELIMO, no contexto da Guerra Fria, apostou em um governo socialista, baseado na planificação centralizada.

As mudanças de orientação política da FRELIMO, que culminaram com o abandono do socialismo, viriam a ser consolidadas pela introdução de uma economia de mercado com o Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987; com a associação do país às instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional); e com a nova Constituição, em 1990, que permite a transição do monopartidarismo para

⁴⁹ A ocupação formal de Moçambique pelos portugueses iniciou em 1886 após a Conferência de Berlim. Esse processo foi precedido pela viagem que o Navegador português Vasco da Gama realizou em 1498 com o objetivo de descobrir o caminho marítimo para Índia.

⁵⁰ A FRELIMO foi fundada em 1962 e resultou da fusão de três movimentos nacionalistas: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMO) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI).

o multipartidarismo. O Acordo Geral de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO, que teve lugar em Roma, em 4 de outubro de 1992, depois de negociações intermediadas pela Igreja Católica através da Comunidade da Santo Egídio da Itália, põe fim a uma guerra de mais de uma década que teve como consequências estragos econômicos, perda de vidas (civis na sua maioria), mutilações e deslocamentos forçados da população⁵¹.

A história da independência da África do Sul é mais antiga. O país tornou-se independente a 31 de Maio de 1910, a partir da união das colônias britânicas de Cabo, Natal e colônias bóeres de Transvaal e Orange River. Os holandeses foram os primeiros europeus a se instalarem na África do Sul, em 1652, com a implantação da Companhia Holandesa das Índias Orientais na península do Cabo, despojando os *khoisan*⁵² das suas terras, fato que mais tarde originou confrontos entre esses dois grupos entre 1673 e 1677 que, à semelhança dos portugueses em Moçambique, culminou na vitória dos holandeses (BRANCO, 2003). A presença britânica efetivou-se em 1795 com a ocupação de Cabo pelos Britânicos e, a partir daí, as relações entre bóeres e britânicos foram caracterizadas por tensões que resultaram na criação de duas repúblicas independentes pelos bóeres, nomeadamente: Orange Free State e Transvaal e duas britânicas: Cabo e Natal.

De 1899 a 1902, bóeres e britânicos confrontaram-se em uma guerra com grandes repercussões na vida política, econômica e social nacional. Esse conflito foi agudizado pela descoberta dos diamantes em Kimberley e ouro na região de Witwatersrand. A Guerra Anglo-bôer culminou com a derrota dos bóeres, porém estes últimos não deixaram de assumir um papel político importante.

Apesar de derrotados, influenciados pelos princípios raciais vigentes na Europa na época, os bóeres pautaram pelo nacionalismo africâner que

⁵¹ As primeiras eleições foram realizadas em 1994 com a vitória da FRELIMO. Em 1999, 2004 e 2009, sucederam-se as eleições subsequentes vencidas pela FRELIMO.

⁵² Descendentes dos primeiros habitantes da África do Sul (Os san).

defendia a existência de uma pureza branca⁵³. Essa filosofia chegou ao seu auge com a implantação do *apartheid*, política de segregação racial que vigorou oficialmente de 1948 a 1994 e foi respaldada por princípios de natureza ideológica. A fundamentação religioso-ideológica partia do princípio de que a população branca devia assumir um papel civilizador, atribuído por Deus, e que a segregação racial era vista como a defesa branca (BRANCO, 2003). Nesse sentido, aos negro era negado o direito de assimilação política e cultural, contrariamente ao assimilacionismo⁵⁴ português, que pressupunha a conversão dos *indígenas* em gente “civilizada” com usos e costumes europeus. Na realidade, o estatuto de assimilado não conferia os mesmos direitos e privilégios aos africanos, e a discriminação expressava-se na legislação, nos regulamentos, nas instituições e nas atitudes dos funcionários brancos da colônia (HEDGES et al., 1999).

Durante o período do *apartheid*, os poderes político, econômico e social concentravam-se nas mãos de uma minoria branca racista. Essa política, que preconizava a supremacia dos brancos em detrimento de outras “raças”, viria a ser desmantelada em 1990 sob a liderança de Nelson Mandela, líder histórico do Congresso Nacional Africano (ANC), e Frederick De Klerk, ex-presidente sul-africano e do Partido Nacional, ambos vencedores do prêmio Nobel da Paz de 1990, resultando na introdução do sistema democrático e multirracial.

O *apartheid*, enquanto regime político, afetou de forma direta o trabalho nas minas. Alguns entrevistados que migraram para as minas naquela época contam que os espaços entre brancos e negros estavam

⁵³ Com a formação da União sul-africana, a estratificação social sustentava-se na ideia de raça e os brancos [ingleses e *afrikaners* (bôeres)] estavam hierarquicamente acima dos não brancos, classificados como *coloureds* (pessoas de cor), *asians* (asiáticos) e *natives* (nativos ou africanos) (KUPER, 2002).

⁵⁴ Para se tornar assimilado, o candidato deveria cumprir os seguintes requisitos: ter 18 anos, falar corretamente a língua portuguesa, exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas da família a seu cargo ou possuir bens suficientes para o mesmo fim, ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses e não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor (CABAÇO, 2007).

claramente separados, a diferença salarial era enorme, e os salários dos negros eram insignificantes.

1.1.4 Os Paradoxos das Relações entre os Países

A independência de Moçambique abriu uma nova página nas relações entre os dois países. Os ideais políticos dos dois países entraram em confronto e o diálogo tornou-se difícil. Moçambique condenava o regime de *apartheid*, apoiando os membros do ANC que lutavam com o regime, ao passo que a África do Sul via no marxismo-leninismo da FRELIMO uma ameaça para a expansão capitalista. Mesmo assim, o trabalho migratório permaneceu orientado por dois Estados com princípios conflitantes e coabitação dos regimes socialista e capitalista. Em outras palavras, Moçambique assumiu o seu posicionamento contra o regime do *apartheid*, mas não eliminou a sua dependência em relação à África do Sul, que perdura há mais de um século.

Um dos legados do colonialismo português foi o trabalho migratório para as minas da África do Sul. O setor mineiro teve um papel central para permanência desse quadro por ter transformado Moçambique em uma reserva de mão-de-obra barata e as populações rurais do sul de Moçambique dependentes do trabalho migratório. Foi devido a essa situação de dependência que, mesmo depois da conquista da independência nacional, a emigração para as minas prosseguiu, apesar das fortes condenações feitas pela FRELIMO, enquanto movimento de libertação nacional sob orientação socialista, anti-capitalista e anti-imperialista.

Com a tomada do poder, a FRELIMO, liderada pelo carismático Presidente Samora Machel, percebeu quão complexo era o fenômeno que acabava de herdar. O partido pretendia, por um lado, acabar com o trabalho migratório com objetivo de fomentar a produção agrícola e se

tornar autossuficiente e, por outro, reduzir essa dependência através do enfraquecimento da economia sul-africana (FIRST et al., 1998[1977]). Portanto, o projeto de construção do Estado-nação passava pela redução da migração. Entretanto, com as evidências do enraizamento do trabalho migratório nas famílias, o novo governo não teve outra alternativa senão dar continuidade ao fluxo migratório com a mesma lógica capitalista que tanto contestava, visto que o trabalho mineiro era fonte de rendimento de milhares de famílias e do próprio governo. Nessa perspectiva, a FRELIMO, teve que abrandar as críticas dirigidas ao trabalho migratório, deixando de considerar essa atividade como *exploração do homem pelo homem*⁵⁵ e se ajustar à antiga realidade econômica e política.

A nova postura Frelimista foi embasada por estudos realizados por pesquisadores do Centro de Estudos Africanos da UEM, com destaque para o livro "O Mineiro Moçambicano". Essa obra teve muita força naquela época pelo fato de ter sido escrita por atores favoráveis ao novo governo da FRELIMO e ter trazido subsídios para uma compreensão profunda do sistema do trabalho migratório no contexto de transição para o socialismo. Uma das principais constatações deste estudo foi de que:

"(...) O trabalho migratório, embora seja um vestígio colonial, não poderá ser combatido apenas no plano ideológico, por um apelo ao engajamento político do trabalhador migrante. É necessário pôr de parte, definitivamente, a interpretação do sistema migratório como resultante de uma escolha voluntária de um grupo de homens em busca de melhores condições. Terá de se sublinhar a essência do fenômeno: o trabalho migratório integrado num esquema de penetração monetária no período em que as transformações sociais moçambicanas se subordinavam aos objectivos da expansão do capitalismo (...)" (FIRST et al., 1998 [1977], p. 3)

Perante esse quadro, em vez de acelerar as suas críticas, a FRELIMO passou a incentivar a emigração apelando para que o governo sul-africano aumentasse o número de vagas para a contratação dos mineiros. Tal dependência em relação à África do Sul não se restringia a Moçambique.

⁵⁵ Slogans utilizados pela FRELIMO na época.

Foi nesse contexto que, em 1983, surgiu a SADCC⁵⁶, formada pelos países da região Austral do continente, com o objetivo principal de diminuir a dependência política e econômica da África do Sul.

Entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, Moçambique e África do Sul continuaram atravessando profundas e sucessivas transformações econômicas e políticas. Enquanto a África do Sul ia se rendendo às pressões para pôr término ao regime racista do *apartheid*, Moçambique, sob direção da FRELIMO, introduzia mudanças significativas na sua política interna. O fim do *apartheid* resultou na realização das primeiras eleições multirraciais e na eleição de Nelson Mandela, primeiro presidente negro, abrindo uma outra página nas relações políticas entre Moçambique e África do Sul. Até então, o vínculo entre esses dois países era marcado por ambiguidades que se caracterizavam pelo distanciamento ou aproximação, conflitos ou alianças entre ambos. O regime do *apartheid*, que impedia o convívio entre o povo sul-africano de origem mestiça e cultural, sem dúvidas, foi o principal vetor desses desencontros. Entretanto, os interesses em jogo e a diplomacia dos dois países conscientes do interesse que o fluxo de moçambicanos representava para o desenvolvimento não permitiram que esse projeto migratório fosse inviabilizado pelas tensões que caracterizaram as relações político-ideológicas. Desde 1994, a nova África do sul, liderada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), enfrenta o desafio de reconstruir a nação em uma base multirracial e democrática que garanta que os seus cidadãos e os estrangeiros que por lá transitam gozem dos seus direitos e exerçam a sua cidadania.

⁵⁶ Atual Conferência para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

1.2 A GUERRA CIVIL E A EMIGRAÇÃO PARA AS MINAS

A guerra civil⁵⁷ desencadeada entre a FRELIMO e a RENAMO, mencionada anteriormente, sem dúvidas, representou um dos elementos que agravaram os conflitos com África do Sul e a dependência econômica. Essa guerra contou com forte apoio do regime do *apartheid* e do regime minoritário branco de Ian Smith (ex-Rodésia, atual Zimbábue) e contribuiu para que boa parte do tecido social e econômico de Moçambique fosse destruído. Entretanto, tal guerra não impediu que os novos dirigentes moçambicanos, que se consideravam depositários e dignos representantes do povo, levassem adiante o seu projeto de construção da nação moçambicana.

O discurso político dos novos dirigentes foi se construindo em torno do "marxismo" enquanto ideologia que constituía o *corpus* conceptual que permitiu a invenção do país imaginário e a criação de uma coerência interna com base em uma ficção que alimentava o projeto nacionalista (GEFFRAY, 1991). A FRELIMO assumiu-se socialista no seu III Congresso realizado em 1977, e pretendia, assim, criar uma "*nova sociedade*" livre do imaginário do colonizador.

Foi assim que se efetuaram as nacionalizações de todo o patrimônio deixado pelo regime colonial, incluindo os bens da Igreja Católica, abriram-se grandes *machambas* (roças), criaram-se aldeias comunais e cooperativas agrícolas, foram introduzidas guias de marcha para a circulação interna e institucionalizados campos de reeducação para aqueles que estavam envolvidos com o regime anterior e eram suspeitos de estarem contra a revolução e acusados de condutas e costumes inadequados (PASSADOR; THOMAZ, 2006).

Durante a guerra civil, os grupos militares, apoiados pelo regime do *apartheid* chamados de "*bandidos armados*" pela FRELIMO, efetuavam

⁵⁷ Interpretada pelo governo da FRELIMO como guerra de desestabilização e pela RENAMO como guerra pela Democracia e contra o comunismo.

incursões militares atacando e destruindo alvos econômicos moçambicanos como postos de energia, linhas férreas, estradas, pontes, etc. O período da guerra foi apontado por alguns entrevistados como um dos momentos mais dramáticos dessa experiência migratória. Durante as entrevistas, muitos mineiros, visivelmente emocionados, lembraram-se com tristeza desse período e referiram que tiveram seus bens saqueados, casas destruídas e familiares mortos.

Um dos momentos críticos em que o projeto migratório foi colocado em risco ocorreu a 8 de Outubro de 1986, dois anos depois do Acordo de Inkomati⁵⁸, quando o governo sul-africano decidiu unilateralmente repatriar 60 mil mineiros e não renovar os contratos de mineiros e trabalhadores das plantações sul-africanas. A decisão foi anunciada publicamente pelo governo Sul-africano em representação dos Ministros de Negócios Estrangeiros, Trabalho, Interior e Minas e Energia. Essa decisão, que mais tarde foi reconsiderada por pressões do patronato das minas, farmas (plantações) e Câmara das Minas, teve como argumento a retaliação em face à explosão de minas terrestres supostamente colocadas pelo ANC que feriram soldados sul-africanos que patrulhavam a fronteira sul-africana junto a Moçambique.

1.3 PERCURSOS: DAS PLANTAÇÕES DE AÇÚCAR ÀS MINAS DE CARVÃO, DIAMANTES E OURO

O antropólogo português, José Fialho Feliciano (1998), em seu livro *“Antropologia econômica dos thonga de Moçambique”*, indica que a migração de moçambicanos para a África do Sul é um fenômeno antigo.

⁵⁸ O Acordo de Inkomati denominado “Acordo de não Agressão e boa Vizinhança entre o governo da República Popular de Moçambique e o governo da República da África do Sul” foi assinado em 16 de Março de 1984 com vista a reforçar as relações diplomáticas entre os dois países. O acordo previa que a África do Sul cessaria o apoio a RENAMO, e Moçambique expulsaria todos os membros da ANC.

Esse fluxo já ocorria mesmo quando o sul de Moçambique ainda se encontrava sob domínio do Estado de Gaza e de outros estados africanos,⁵⁹ deixando marcas profundas em algumas regiões das províncias de Gaza e Inhambane, onde quase todas as famílias têm ou tiveram um membro na África do Sul. Nessas regiões, gerações de avós, pais, filhos e netos fizeram parte desse movimento migratório contínuo em diferentes períodos históricos.

As dinâmicas migratórias para as plantações e minas da África do Sul podem ser analisadas a partir de três⁶⁰ períodos marcados por acontecimentos políticos e sociais. O primeiro inicia em 1850, com os primeiros fluxos para as plantações de açúcar, a descoberta das minas de carvão, diamantes e ouro e o estabelecimento da indústria mineira, e termina em 1976, quando se registram mudanças nos padrões e na política de recrutamento do governo sul-africano.

O segundo começa a partir de 1977 até 1993 e se caracteriza pela diminuição significativa de contratações de estrangeiros para as minas, priorização da mão-de-obra nacional em detrimento da mão-de-obra migrante, melhoria das condições salariais do mineiro como resultado da subida do preço do ouro e fortalecimento do ativismo dos trabalhadores com a criação da *National Minersworkers Union* (NUM). O terceiro período começa em 1994, com a ascensão do ANC ao poder e abolição do *apartheid* até 2009 e tem como principal característica as mudanças no contexto político e introdução de políticas que afetaram as relações entre os mineiros e a industrialização das minas.

⁵⁹ Estados de Maputo, Matola e Moamba.

⁶⁰ Este recorte é apenas heurístico para permitir uma melhor clarificação do processo.

Aspectos Fundamentais da Primeira Fase

Na década de 1850, inicia-se um movimento significativo de deslocamento de moçambicanos para as plantações de cana de açúcar do Natal e abertura de caminhos das colônias inglesas do Natal e Cabo (FELICIANO, 1998). A onda de migração que emerge na década de 1860 tinha como destino as minas de carvão do Transvaal e destinava a suportar a modernização da economia capitalista dos europeus a custo de uma sangria de africanos por meio de novas formas de escravidão. Trata-se de um período em que o carvão representava a principal fonte energética do mundo.

O surto de emigração de moçambicanos para as minas de diamante de Kimberley ocorre apenas na década de 1870, ou seja, 20 anos antes da conquista dos estados africanos existentes no sul de Moçambique pelo regime colonial português. Esse fluxo intensificou-se em 1886 com o início da extração de ouro nas minas de Witwatersrand, uma das áreas mais ricas de mineração de ouro responsável pela produção de grande parte do ouro produzido mundialmente. A descoberta dessas minas despertaram interesse não só dos migrantes como também de homens de negócios ingleses e que viam na indústria uma fonte de acumulação de riqueza e não pouparam esforços para criar um sistema eficiente para a exploração mineira.

Nessa primeira fase, a indústria mineira sul-africana dependia da mão-de-obra dos migrantes estrangeiros, oriundos de países da região Austral. Até a década de 1970, Malawi, Lesotho e Moçambique eram tradicionalmente os principais países fornecedores de trabalhadores estrangeiros na indústria mineira. A contratação de mineiros moçambicanos para as minas atingiu o seu auge entre 1975 e 1976, quando mais 115.300 mineiros foram recrutados ultrapassando a meta prevista na Convenção de 1928, que era de 100 mil trabalhadores. Conforme Davies e Head (1994), em 1975, os trabalhadores provenientes

dos países da SADC que trabalhavam nas minas de ouro e carvão, filiadas à Câmara das Minas, correspondiam a 73,8% do total dos trabalhadores negros.

Aspectos Fundamentais da Segunda Fase

Na segunda fase (1977-1993), a participação histórica dos trabalhadores moçambicanos na indústria mineira, em particular na produção de ouro, platina e carvão, começa a decrescer drasticamente, sobretudo devido à política de nacionalização da mão-de-obra iniciada em meados da década de 1970, que consistia na “expulsão” dos estrangeiros e priorização dos nacionais.

Um dos pressupostos dessa política consistia na diminuição da contratação de trabalhadores estrangeiros para as minas e sua substituição pelos nacionais para fazer face ao desemprego dos sul-africanos. A estratégia adotada pela indústria mineira foi intorromper o recrutamento dos *novices*. Essa medida de caráter nacionalista, sem dúvidas, vem alterando de forma significativa os padrões e a importância social, econômica e política desse fluxo migratório nas comunidades de origem desses migrantes.

De acordo com David e Head (1994), esse processo foi feito em dois momentos. O primeiro inicia na década de 1970 e vai até 1985, quando as minas contrataram o triplo dos trabalhadores nacionais; o segundo acontece em meados da década de 1980, com a redução de contratação de estrangeiros. Em 1982, a proporção de estrangeiros reduziu para 42,8%. Os dados da tabela 1.1 a seguir ilustram essa tendência decrescente que se registra na década de 1970.

Tabela 1.1 – Trabalhadores moçambicanos recrutados pela Wenela para as minas da África do Sul (1970 – 1976)

Ano	Número de trabalhadores contratados
1970	94.525
1971	75.517
1972	73.735
1973	74.689
1974	87.169
1975	115.309
1976	32.803

Fonte: First et al., 1998 [1977].

Como resultado dessas políticas restritivas, aplicadas pelo governo sul-africano sob orientação da Câmara das Minas, em 1980, o número de mineiros moçambicanos era de apenas 39.539, o equivalente a 1/3 da mão-de-obra existente após a proclamação da independência de Moçambique (COVANE, 2001). Em 1988, registra-se novamente uma redução de contratações de trabalhadores estrangeiros de 536.112 para 389.859, significando uma perda de 146.253 empregos (DAVID; HEAD, 1994).

Dados obtidos na TEBA indicam que, na década de 1990, o número de mineiros continuou muito aquém dos contratados na década de 1970, mas aumentou ligeiramente em relação à década anterior, oscilando entre 60.000 e 70.000. Em 1993, o número de trabalhadores moçambicanos representava apenas 13,6% de trabalhadores estrangeiros e 28,4% de trabalhadores das minas de ouro. No mesmo ano, os trabalhadores moçambicanos representavam 4,9% da força de trabalho nas minas de carvão e 23,8% dos trabalhadores estrangeiros.

Aspectos Fundamentais da Terceira Fase

Na terceira fase (1994-2009), a indústria mineira mantém a sua política de internalização da mão-de-obra e introduz mudanças nas condições de trabalho dos trabalhadores (em termos de direitos laborais) como resultado das alterações das políticas do governo sul-africano e reversão da lógica de trabalho vigente no tempo do *apartheid*. Esse período é também marcado pela proliferação do vírus da AIDS entre os trabalhadores mineiros, despedimentos e subcontratações⁶¹ dos trabalhadores (RABE, 2006).

De 2000 a 2005⁶², nota-se novamente um ligeiro aumento de trabalhadores moçambicanos nas minas de ouro com uma média anual de 70 mil trabalhadores. Contudo, esse número decrescera novamente em 2007, quando o contingente de moçambicanos para minas contratados pela TEBA passou para 44.879⁶³ mineiros, representando uma redução de 3% em relação ao ano anterior, quando alcançara a quantidade de 46.258⁶⁴.

Outros fatores não menos importantes que concorrem para esse quadro são o avanço tecnológico que aos poucos tem dispensado o trabalho humano, a crise energética que assola África do Sul e que originou a falência de algumas minas e a necessidade de a Câmara das minas diminuir a dependência histórica da mão-de-obra estrangeira.

As mudanças na conjuntura social, política e econômica em Moçambique também reorientaram os destinos e as trajetórias dos mineiros e seus familiares. Com a introdução de uma economia de

⁶¹ Consiste na contratação de trabalhadores com contratos vencidos para categorias inferiores e/ou pagamentos de salários abaixo do previsto.

⁶² Em 2004, a percentagem de trabalhadores sul-africanos era de 53% contra 21% de moçambicanos, 21% de Lesoto, 2% de Botsuana e 3% de Suazilândia (TEBA, 2005).

⁶³ Sendo 36.709 (renovação de contratos), 7.950 (novos ingressos) e 227 (*novices*) (TEBA, 2007).

⁶⁴ Na última década, a mão-de-obra estrangeira baixou de 158.682 em 1996 para 100.431 em finais de 2007 (TEBA, 2008).

mercado em 1987, o fim da guerra civil em 1992, o processo de reconstrução nacional (obras de construção de escolas, estradas, pontes, postos de saúde), o surgimento de grandes empresas como a Mozal⁶⁵ e a implementação de programas de desenvolvimento rural nas comunidades pobres pelo governo de Moçambique, privados, ONGs e parceiros de cooperação, alguns postos de emprego e oportunidades de produção de recursos para a sobrevivência tem emergido.

Sem menosprezar a importância das remessas dos migrantes na economia dos agregados familiares dos mineiros, pode-se dizer que as famílias sobrevivem não só dessas remessas como também da produção agrícola e de pequenos negócios de madeira, lenha, carvão, coco, etc. Portanto, com a abertura da economia de mercado, os mineiros e os seus familiares deixaram de ser os únicos a ter acesso ao mundo do consumo (que oferecia produtos alimentares e vestuário) e a ocupar o centro das atenções na sua comunidade.

Deve-se referir também que, a história recente de Moçambique, mostra que, o processo de socialização dos rapazes e raparigas nas zonas rurais também sofreu alterações. Hoje, por exemplo, as famílias estão mais preocupadas em quebrar o ciclo vicioso da baixa escolaridade e analfabetismo, que acompanhou diferentes gerações, mandando seus filhos para a escola. Nesse contexto, os rapazes, que durante a sua infância se dedicavam unicamente à caça, pastorícia e a ida para África do Sul já têm acesso à escola. Portanto, essas famílias estão paulatinamente deixando de produzir potenciais mineiros, o que constitui uma mudança em relação ao passado. Isso não significa que a emigração tenha perdido a sua importância social em todas as zonas de Moçambique, como será demonstrando mais adiante.

Na análise das tendências nas contratações de moçambicanos para as minas, tudo indica que devido às transformações das políticas e leis

⁶⁵ Mozal é uma fábrica de fundição de alumínio que funciona desde 1999 em Moçambique. Um dos principais acionistas da Mozal é BHP Billiton, uma das proprietárias das minas de ouro, carvão da África do Sul.

migratórias sul-africanas e a reestruturação do funcionamento das minas, ao longo dos anos, o número de trabalhadores estrangeiros legalmente recrutados para as minas no quadro dos Acordos bilaterais irá reduzir cada vez mais. Como resultado, temos o aumento de imigrantes ilegais para as minas, como destacam Davies e Head (1994). Isso significa que, se o recrutamento legal de trabalhadores reduzir, a contratação ilegal de trabalhadores poderá aumentar, o que significará uma mudança de estatuto desses trabalhadores e a precarização das suas condições laborais.

1.4 ORDENAMENTO JURÍDICO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RECRUTAMENTO DOS TRABALHADORES

Por detrás do fenómeno migratório analisado, existe uma série de instrumentos legais e interesses dos Estados colonial português e britânico que sempre orientaram o fluxo e definiram as modalidades de cooperação entre atores envolvidos. Tal processo é orientado por dispositivos legais, reconhecidos pelos atuais governos de Moçambique e África do Sul. A introdução desses dispositivos foi acompanhada pela definição do Estatuto Jurídico dos Mineiros em diferentes momentos históricos e das regras do jogo para a contratação dos mineiros. Desse modo, a migração sempre extrapolou interesses e projetos individuais e tornou-se também uma questão económica e política que envolveu diferentes agentes privados e a administração colonial portuguesa e britânica e, mais recentemente, os governos de Moçambique e da República da África do Sul em um contexto pós-colonial.

A existência desses instrumentos trouxe uma grande transformação no movimento migratório, assim como nas relações entre os atores envolvidos na gestão desse fluxo, visto que nos primeiros anos da exploração mineira não existia nenhum dispositivo legal nem organização

de recrutamento de migrantes. Os movimentos para as minas eram controlados por chefes africanos e organizados por comerciantes brancos e asiáticos que se interessaram pelo negócio, pagando os *runners*, também conhecidos como polícias de recrutamento, para recrutar homens de localidade a localidade (FIRST, 1998[1977]).

Nessa época, o governo britânico estabelecia contatos diretos com os chefes africanos locais para a organização de grupos dos trabalhadores. Esses chefes tiravam vantagem desse fluxo a partir de cobranças de impostos, gado e taxas dos sujeitos que atravessavam as suas terras rumo às plantações ou minas da África do Sul. Durante esse período, o governo britânico estabelecia acordos simultâneos com o Império de Gaza e Portugal.

As convenções, os acordos e os regulamentos foram introduzidos no contexto desse fluxo pelo governo colonial português somente no final do século XIX, com ocupação efetiva do Sul de Moçambique e tinham como principal objetivo regulamentar o movimento de ir e vir dos migrantes para a África do Sul. Na sua relação com África do Sul, Portugal atuou como um agente formalizador dos desejos e necessidades dos capitais estrangeiros, especialmente portugueses, e sempre se preocupou em assegurar o controle total sobre o fluxo migratório e conseqüentemente monopolizar a gestão da mão-de-obra (COVANE, 1989).

Uma retrospectiva acerca dos instrumentos legais que regularam o movimento migratório para as minas na África do Sul permite entender melhor a transição política, o contexto legal do fluxo de moçambicanos para as minas da África do Sul e o processo de negociação em torno do envio dos trabalhadores.

Assim, Covane (1989) aponta que a emigração voluntária de trabalhadores de Lourenço Marques para Natal foi autorizada pela primeira vez em 1875⁶⁶. Essa medida abrangia ex-escravos que eram

⁶⁶ Portaria n° 152, de 2 de Agosto de 1875, B. O n° 32, I Série de 7 de Agosto de 1875, p. 193.

capturados e libertos pelos britânicos. A medida foi publicada nos seguintes termos:

“Os pretos que entrarem no depósito são inteiramente livres para todos os efeitos (...) Poderão ir para Natal aquelles que expressamente declararem querer fazê-lo, como emigrantes contractados (...) Não será permitido o transporte de emigrantes senão no vapor da mala (...)”

Em 1888, Portugal autoriza a emigração de Lourenço Marques e Inhambane para Natal⁶⁷. Um dos principais motivos dessa decisão foi a necessidade do controle da emigração considerada clandestina pelos portugueses que se verificava a partir dessas regiões. Foi nesse contexto que, em 1889, surge um ator importante que impulsiona a indústria mineira: a Câmara das Minas⁶⁸. Essa organização foi criada pelos proprietários das minas com o objetivo de regulamentar e uniformizar a exploração mineira e representar os interesses dos proprietários das minas a ela afiliadas. A intensificação dos fluxos para a África do Sul demandou a introdução de fortes mecanismos de controle.

Assim, em 1891, Portugal instituiu o uso do passaporte. Essa medida é vista por Torpey (2003) como uma forma legítima de os Estados modernos controlarem a circulação das pessoas e diferenciarem os nacionais dos não nacionais. O governo de Portugal monopolizava a autoridade do controle da circulação oficial das pessoas, consolidando desse modo o seu poderio estatal e contribuindo assim para sua constituição como Estado-Nação.

Com a conquista efetiva do Sul de Moçambique por Portugal, em 1895, inicia-se uma nova fase das relações entre Portugal e o governo britânico e o fluxo dos migrantes passou a estar praticamente sob controle de Portugal, deixando de ser feito informalmente. Assim, em 1896,

⁶⁷ Portaria n° 596, de 8 de Dezembro de 1888, B. O. n° 49, 1 de Dezembro de 1888.

⁶⁸ Chamber of Miners of South Africa (em inglês). Desde o seu surgimento, essa instituição adquiriu vários nomes Witwatersrand Chamber of Mines, Chamber of Mines of the South Africa Republic, Transvaal Chamber of Mines e Transvaal and Orange Free State of Mines.

Portugal autoriza a emigração para o Transvaal⁶⁹ e estabelece contatos com a Câmara das Minas visando à introdução de um sistema de recrutamento de mão-de-obra em Moçambique.

Em 1897, surge o primeiro instrumento legal que define as regras de recrutamento e contratos dos trabalhadores. Trata-se do regulamento para o enjamento dos indígenas da República de Moçambique para o trabalho na República Sul-Africana⁷⁰, que classificava o mineiro como indígena, introduzia a figura do curador e definia que todos trabalhadores deveriam ser obrigatoriamente repatriados para a sua a terra de origem após o término do seu contrato de trabalho, transformando assim, o trabalho migratório em uma migração temporária circular. Esse documento definia as responsabilidades dos atores envolvidos e pressupunha que o recrutamento dos trabalhadores deveria ser feito apenas por recrutadores autorizados, os chamados engajadores. Essa foi a alternativa encontrada pelo governo colonial para fazer face ao controle do fluxo de mão-de-obra, que até o momento era controlado pelos chefes dos reinos locais e outros agentes.

A partir de então, o governo português passou a ocupar um lugar privilegiado como interlocutor importante do fluxo migratório para as minas, o que favoreceu a sua transformação em um dos principais fornecedores de mão-de-obra barata para as minas. O recrutamento passou a ser feito por agentes reconhecidos pelo governo colonial de Moçambique como a WENELA, garantido, assim, a intervenção dessa instituição até hoje.

Após a promulgação do regulamento para o engajamento do indígena para a República Sul-Africana e a implantação da WENELA como agente responsável pela organização do recrutamento da mão-se-obra estrangeira, seguem-se a assinatura de outros acordos e convenções com destaque para o *modus vivendi* assinado em 1901, convenções de 1909 e

⁶⁹ Portaria n° 129-A de 23 de Abril de 1896, B. O. n. 18, I Série, 2 de Maio de 1896.

⁷⁰ Publicado através do Decreto Provincial n° 109, 18 de novembro de 1897 e assinado pelo então Comissário Regio, Mouzinho de Albuquerque.

1928 e o Acordo 64. O Acordo para um *modus vivendi* foi rubricado na esteira das negociações entre Portugal e o Transvaal, em 18/12/1901. Esse acordo estabelecia as regras do recrutamento dos indígenas entre os governos português e do Transvaal em um período em que os proprietários das minas precisavam intensificar a sua exploração. É nessa altura que o tempo do contrato dos trabalhadores é fixado em 1 ano, sem limites de recontrato, trazendo benefícios para Portugal, visto que em contrapartida Portugal recebia 13 *shillings* a cada trabalhador recrutado para despesas de fiscalização, passaportes, contratos, registros, etc.

A Curadoria dos Negócios Indígenas e Emigração em Moçambique surge em 1902 com o objetivo de controlar o sistema judicial indígena e o fluxo da mão-de-obra e pagamento de impostos. Serra et al. (2000) destaca que o curador tinha, entre outras funções, estabelecer a ligação entre Portugal, o governo sul-africano e as minas.

A política indígena⁷¹, implementada a partir da primeira reforma colonial, ocorrida em 1907, trouxe uma nova dinâmica na Administração. Um dos objetivos da política indígena consistia em integrar as populações nativas das colônias na nação portuguesa, a partir da transformação dos seus usos e das concepções morais e sociais. Esse processo aconteceria de forma progressiva através do processo de assimilação que culminaria com a transformação do indígena⁷² em civilizado, permitindo assim que este tivesse a mesma condição jurídica (direitos e deveres) dos portugueses de origem. Foi nesse contexto que, em 1940, o governo colonial criou os Serviços dos Negócios Indígenas, a partir do Decreto-Lei nº 35.962, de 20 de novembro, com o objetivo de fiscalizar e controlar a execução da política indígena nas colônias. O estatuto de indigenato terminou em 1961, juntamente com a política do trabalho.

⁷¹ Os objetivos dessa política são claramente definidos em 1933 com a publicação do Acto colonial da Carta Orgânica do Império Colonial Português, do Decreto-Lei nº 23.228, de 15 de Novembro de 1933, e da Reforma Administrativa (RAU) Ultramarina, Decreto Lei nº 23.299.

⁷² Para além de indígenas, os portugueses classificavam os seus cidadãos de cafres, negros, gentios, autóctenes, pé-descalço, português-de-cor, mestiço-mulato, asiáticos e brancos.

De certa forma, o trabalho nas minas foi um vetor importante de transformação das leis trabalhistas, instituídas pelo governo de Portugal. A legislação trabalhista colonial em Moçambique, aprovada em 1899, entre outros aspectos, determinava que todos os *indígenas*⁷³ das províncias ultramarinas portuguesas eram obrigados a adquirir meios para a sua subsistência através do trabalho. Essa legislação surgiu como uma forma de legalizar o trabalho forçado e previa que as autoridades coloniais portuguesas coagissem os indígenas a trabalhar caso estes não fizessem de forma voluntária. Como resultado, foi criado o *Regulamento do Trabalho*, que introduziu a obrigatoriedade de trabalhar. Na prática, essa legislação visava à caça ao “vagabundo”, “vadio”, como forma de culpabilizar e criar dever moral do trabalho de forma coerciva, permitindo, desse modo, a afirmação do Império Português. O desemprego estava diretamente ligado ao crime. Os indivíduos saudáveis de 18 anos que não ofereciam a sua força-de-trabalho eram considerados criminosos e o *chibalo* era aplicado como medida punitiva.

O *modus vivendi* foi mais tarde substituído pela Convenção assinada em 1909 entre Portugal e o governo britânico em um momento em que a África do Sul preparava-se para se constituir como União. O Acordo permitia o recrutamento dos trabalhadores nas terras sob jurisdição portuguesa, cobrança de impostos dos indígenas nas minas e introdução da cláusula do pagamento diferido a título voluntário. Em 1912, Portugal negociou com a WENELA a implementação do pagamento diferido obrigatório, no entanto esse acordo não foi ratificado pelo governo sul-africano devido aos interesses em jogo. Nem a Câmara das minas nem os comerciantes sul-africanos estavam dispostos a perder os benefícios oferecidos pelo pagamento diferido (COVANE, 2001). Em 1913⁷⁴, é proibido o recrutamento de trabalhadores provenientes do norte do

⁷³ Eram considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou seus descendentes, nascidos ou que viviam no território moçambicano, angolano e guineense que não possuíam hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. O indígena surge em oposição ao assimilado.

⁷⁴ Portaria n° 757 B. O. 22, I Série, 27 de Maio de 1913.

paralelo 22°, em virtude da elevada mortalidade dos habitantes dessas regiões. Esse fato contribuiu para a etnicização da migração.

Com a Convenção de 1928 entre Portugal e a República da União Sul-Africana, a principal mudança registrada foi a introdução do pagamento diferido a título obrigatório. A cláusula XIII desse documento previa que:

Depois dos primeiros nove meses (234 dias úteis) do contrato e durante qualquer período ou períodos de recontrato, a quantia de 1 (um xelim) por dia útil de trabalho (metade da média dos salários fixados no contrato) será reduzida dos salários dos indígenas portugueses, pelas minas em que estiverem empregados, para lhes ser paga em Moçambique por ocasião do seu regresso.

Esta e outras convenções que se sucedaram foram substituídas pelo último e atual acordo de trabalho que regula o recrutamento da mão-de-obra que surge em 1964. Esse acordo, aprovado somente em 1971, regulamenta, entre outros aspectos, questões relacionadas com recrutamento, transporte dos trabalhadores, critérios de selecção, repatriamento, direitos e deveres dos trabalhadores, modalidades de pagamento do salário e sua transferência, obrigações dos governos e das empresas de contratação de mineiros. O Acordo 64 introduz uma nova estrutura do funcionamento ao transferir os interesses dos trabalhadores para o consulado de Portugal, na África do Sul (atual Embaixada de Moçambique) e tem a particularidade de não ser unicamente econômico por se concentrar também na protecção dos direitos dos trabalhadores através de atribuição de direitos e previdência social. Esse acordo determina, por exemplo, que o trabalhador moçambicano seja tratado em pé de igualdade com o trabalhador local, como pode ser observado a partir do seu artigo 13. Esse artigo estabelece que:

“Não obstante as disposições dos seus contratos, os trabalhadores portugueses não serão tratados de forma menos favoráveis que os trabalhadores sul-africanos empregados na mesma espécie de

trabalho, em especial no que respeita à remuneração, alimentação, alojamento, vestuário, horas de trabalho, horas extraordinárias, períodos de descanso, acidentes sofridos e doenças profissionais contraídas no decurso do seu emprego, aprendizagem e graduação profissional”.

Com a vigência desse acordo, a presença de moçambicanos nas minas é condicionada pela assinatura de um contrato de trabalho mediante passaporte ou outro documento de viagem. O Instituto de Trabalho (atual Ministério do Trabalho) passa a ser responsável pela aprovação final dos contratos assinados entre os trabalhadores, e a Delegação do Instituto de Trabalho na África do Sul (atual Delegação do Ministério de Trabalho) assume a responsabilidade pelas questões administrativas referentes aos mineiros, nas quais se incluem o acompanhamento da sua vida social e laboral e registro.

A partir de uma análise crítica do Acordo 64, percebe-se que, embora a preocupação com o bem-estar do trabalhador esteja explícita, os interesses econômicos dos governos estão subjacentes.

Nesses termos, Nhantuve (2002), em sua dissertação de licenciatura em História na UEM, aponta que, a partir de acordos secretos⁷⁵, os dois governos definiram critérios de transferência de fundos que lhes beneficiavam economicamente. Os interesses em jogo são, talvez, as principais razões pela qual o Acordo não tenha sido alterado, mesmo depois de mudanças de governos e sistemas políticos. Nenhuma das partes se mostra interessada em alterar as modalidades que regem os fluxos migratórios enquanto os trabalhadores não param de reclamar sobre as suas condições de trabalho, principalmente no que tange ao pagamento diferido. Até hoje, a partir do momento em que se contam seis meses trabalhados, são retidos 60%⁷⁶ do salário do mineiro, devendo este recebê-lo no seu país de origem através da WENELA.

⁷⁵ Acordo Complementar Secreto conhecido como Cláusula de Ouro, previa o pagamento de uma das partes do salário dos mineiros em ouro. A cláusula de ouro foi unilateralmente interrompida pelos sul-africanos em 1978.

⁷⁶ Em Lesotho, essa taxa é de 30%.

O fato de o Acordo ainda estar vigente mesmo depois da mudança no jogo político, suscitou-me algumas inquietações. Quando procurei saber do governo e dos funcionários da TEBA as razões dessa situação, ficou claro que qualquer mudança no Acordo seria prejudicial à Moçambique, uma vez que com as altas taxas de desemprego na África do Sul, existe uma lista enorme de potenciais mineiros que poderão substituir os moçambicanos. Evidentemente que essa decisão poderia significar um retrocesso para a indústria mineira, uma vez que os mineiros moçambicanos que lá se encontram são bastante experientes. Sendo assim, a correlação de forças entre os atores envolvidos torna-se desigual, ou seja, o governo sul-africano insere mudanças no fluxo migratório a partir de políticas internas que não dependem de Moçambique; o governo de Moçambique opta por manter o silêncio sobre questões cruciais do Acordo, como o pagamento diferido, para não correr o risco de “perder” o pouco que ganha com esse fluxo; os mineiros vão se limitando a lamentar pelo dinheiro que perdem no decurso do seu trajeto; e a TEBA continua a monopolizar o processo de transferência desses fundos.

Atualmente, a condição legal do mineiro torna-o um trabalhador migrante definido como “(...) *uma força de trabalho provisória, em trânsito*” (SAYAD, 1998, p. 54). De acordo com esse autor, pela sua condição de imigrante, esse trabalhador é definido e tratado como provisório, e a sua qualidade de homem está estritamente subordinada à condição de migrante. A sua condição legal é determinada pelos procedimentos legais e administrativos seguidos no seu processo de recrutamento à luz do Acordo 64 e das políticas migratórias de cada país.

Na legislação sul-africana, os mineiros são enquadrados na categoria *treaty permit (Immigration Act, de 13 de Maio de 2002)*⁷⁷, a qual prevê a entrada de estrangeiros que desempenham alguma atividade no quadro de acordo internacional do qual a África do Sul é parte integrante.

⁷⁷ Trata-se da lei de imigração sul-africana, a qual sofreu ligeiras alterações em 2004, por meio do *Immigration Amendment Act de 2004*, e, em 2007, pelo *Immigration Amendment Act, de 2007*, mas a cláusula referente ao *treaty permit* se manteve.

No entanto, o governo de Moçambique conferiu um estatuto mais administrativo do que jurídico, definindo-o como:

“(...) todo cidadão de nacionalidade moçambicana em serviço nas minas da África do Sul, ao abrigo dos acordos governamentais entre a República de Moçambique e a República da África do Sul e com contrato visado pelo Ministério de Trabalho moçambicano⁷⁸”.

Por estar inserido em um acordo bilateral, o mineiro possui um tratamento diferenciado dos demais migrantes moçambicanos no exterior. Os passaportes dos mineiros (diferentes dos do cidadão comum) são produzidos pelo governo de Moçambique a partir dos Serviços de Migração mediante uma carta de apresentação fornecida pela TEBA.

Rotas Alternativas: a Alemanha como Destino

Na década de 1980, Moçambique vivia uma nova experiência migratória digna de registro que muito se assemelha ao trabalho migratório nas minas. Trata-se do fluxo de moçambicanos para as Repúblicas Socialistas e de imigração de estrangeiros oriundos desses países na condição de “cooperantes” em nome da consolidação do projeto Socialista em Moçambique. A vinda dos cooperantes enquadrava-se na política FRELIMO de desenvolver o país e consolidar parcerias com países socialistas para colmatar as grandes lacunas deixadas pela saída massiva de quadros portugueses que faziam parte da administração pública. A

⁷⁸ Diploma Ministerial n° 62/98, de 20 de maio de 1998. Esse diploma prevê a circulação de bens e remessas dos mineiros e a isenção de direitos à *bagagem acompanhada* do mineiro, que inclui o vestuário e objetos de uso pessoal, móveis, aparelhos e utensílios em estado de usados, em quantidade e qualidade razoáveis. Inclui-se, nesse grupo, as *remessas de bens dos mineiros*, ou seja, o envio de bens pertencentes aos mineiros e por eles adquiridos na África do Sul, destinado ao seu uso próprio ou de suas famílias, através de empresas devidamente licenciadas.

cooperação estava mais concentrada nas áreas de segurança pública, educação e saúde.

Durante minha formação secundária, na década de 1980, tive professores cubanos, russos e vietnamitas, fruto dessa cooperação. Viaturas importadas e profissionais vindos desses países, como médicos e professores circulavam entre as principais cidades moçambicanas e recebiam do governo um tratamento privilegiado: casas, lojas especiais, contrastando com a situação de miséria vivenciada pela maior parte da população.

Um dos grupos envolvidos nesse projeto migratório, concebido pelo novo governo, era composto por cerca de 25 mil jovens de 18 a 25 anos de idade, provenientes de vários cantos do país, selecionados nas escolas, nos bairros e em outros locais, que emigraram para a República Democrática Alemã (Ex-RDA) para trabalharem nas empresas estatais daquele país. Diferentemente dos mineiros, muitos eram jovens urbanos em busca de formação profissional e emprego a fim de concretização de um projeto nacional.

Esse movimento também envolvia acordos bilaterais assinados entre o Partido Socialista Unificado de Alemanha e a FRELIMO. Esse processo iniciou-se na década de 1980, com a assinatura do Acordo de cooperação entre Moçambique e RDA⁷⁹, o qual previa o envio de trabalhadores moçambicanos para a Alemanha do Leste por tempo limitado (4 anos) e rotativo através do pagamento de salário em partes (OPPENHEIMER, 2004).

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, esses acordos foram cancelados e muitos moçambicanos ficaram desempregados na RDA, e Moçambique assistiu ao regresso massivo desses migrantes que temporariamente formaram uma pequena elite econômica. Muitos

⁷⁹ O acordo entre Moçambique e RDA foi assinado a 24 de Fevereiro de 1979 e previa o emprego temporário de jovens moçambicanos na Alemanha visando a treinamento e formação profissional para os empreendimentos abrangidos pelos investimentos alemães em Moçambique, onde se destacam as áreas de minas de carvão, agricultura, pecuária, florestas, têxteis, metalmeccânica (LUCAS, 2002).

chegaram ao país munidos de contentores repletos de bens materiais, como motos, televisores, vídeos cassetes, roupas, etc., em um período em que o país enfrentava grandes constrangimentos econômicos e muitos desses bens eram inexistentes no mercado interno⁸⁰. Foi uma época em que as prateleiras das lojas estavam sempre vazias e os moçambicanos tinham acesso a bens alimentícios com muito suor, depois de suportar longas filas. Para garantir a distribuição equitativa dos produtos, cada família era detentora de um cartão de abastecimento de produtos com registro dos seus agregados familiares. As barras de sabão, as quantidades de açúcar, de arroz e de outros bens alimentícios eram repartidos em função do número de pessoas de cada família.

Os que passaram por essa experiência migratória são chamados de *madjermanes*⁸¹, e muitos deles, ainda hoje, formam grupos politicamente organizados que reivindicam pelo pagamento dos salários não pagos que, no seu entender, são devidos pelo Estado de Moçambique em decorrência da sua estada na Alemanha⁸². É em torno desse contencioso que tal grupo revive e relembra sua experiência migratória e reivindica o pagamento dos valores em questão.

A comparação entre a migração para a RDA e para as minas da África do Sul é muito frequente entre os entrevistados, sobretudo entre os mineiros mais letrados, quando se abordam questões relacionadas à intervenção do Estado nas transações financeiras. Para alguns entrevistados, a experiência dos *madjermantes* revela a fragilidade do Estado na gestão dos fundos que provêm do trabalho migratório e, por isso, muitos receiam que uma maior intervenção do Estado na gestão financeira possa prejudicar os mineiros.

⁸⁰ Foi a partir desses migrantes que muitas famílias moçambicanas, incluindo a minha (através de um dos meus irmãos mais velhos), teve acesso a televisor e vídeo cassete.

⁸¹ Palavra formada a partir da fusão de *ma* (prefixo de origem bantu utilizada para se referir à origem étnica ou geográfica das pessoas) e *Germany* (Alemanha).

⁸² Dos trabalhadores, era descontada certa percentagem do seu salário para o pagamento da segurança social e transferência do seu salário para Moçambique. Oppenheimer (2004), citando um documento oficial da RDA, indica que a transferência obrigatória desses valores foi uma alternativa encontrada pelo governo de Moçambique para o pagamento da dívida externa.

Ainda nesse período, embalados na concretização de um projeto socialista, grupos de moçambicanos que hoje constituem uma parte da elite política da FRELIMO migraram para Cuba, Ex-URSS, Hungria, Checoslováquia e outros países socialistas, a fim de dar prosseguimento a seus estudos secundários, superiores ou militares.

2 EMIGRAÇÃO COMO ALTERNATIVA OU PROJETO MIGRATÓRIO?

Nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. As migrações representam também uma movimentação no universo social e é deste ponto de vista que elas nos interessam de modo particular (...) (DURHAM, 1978, p. 136).

O objetivo central deste capítulo é refletir sobre os diferentes aspectos que concorreram para a concepção dos projetos migratórios com ênfase sobre a multiplicidade de fatores que determinam as escolhas dos sujeitos. O capítulo inicia com uma breve apresentação da indústria mineira sul-africana, enfatizando os dados referentes às minas, trabalhadores e o seu lugar na economia sul-africana. Em seguida, faz-se uma delimitação do universo de pesquisa, em que se destacam o seu caráter heterogêneo, as suas categorias profissionais e o processo de progressão nas carreiras. Na análise dos projetos migratórios, enfatizam-se os discursos que evidenciam a pobreza, a falta escolaridade, as conjunturas política e sociocultural, a migração como modelo exemplar e as relações familiares.

2.1 SOBRE A INDÚSTRIA MINEIRA SUL-AFRICANA

Em 2005, existiam na África do Sul 1.113 minas (incluindo de pequena escala) produzindo mais de 53 minérios diferentes, exportados para mais de 101 países⁸³. Essas minas são classificadas em filiadas e não filiadas à Câmara das Minas. As primeiras englobam as minas de ouro,

⁸³ Dados disponíveis no site oficial do Governo sul-africano.
<http://www.info.gov.za/aboutsa/glance.htm>.

carvão, platina e outros minérios e comportam um maior contingente de trabalhadores com seguros e direitos devidamente protegidos⁸⁴; as segundas integram as minas de ouro e outros tipos de minas. Nesse tipo de minas, os direitos dos mineiros são mais fragilizados. O agenciamento da TEBA cobre unicamente os mineiros com contrato nas minas filiadas à Câmara das Minas.

Os recursos financeiros que a indústria mineira movimenta são avultados. Em 2007⁸⁵, a contribuição do setor mineiro para a economia sul-africana foi de 19,2 bilhões de dólares, o que corresponde a 7,7% do PIB. A maior parte dos rendimentos do setor mineiro provém das minas de platina (40,8%), ouro (22,2%) e carvão (15,1%) representando, mais de 70% da produção mineira. Os dados do Relatório anual da Câmara das Minas (2008 e 2009) indicam que em 2008, os rendimentos da indústria mineira, em geral, foram de 404 bilhões de Randes, representando um aumento em 3% em relação a 2007. Deste valor, 60.7 bilhões de Randes (6% do total da compensação para aos trabalhadores formalmente empregues na África do Sul) foi destinado ao pagamento dos salários e benefícios dos trabalhadores.

O número de trabalhadores empregados no setor mineiro no mesmo período foi de 495.474 trabalhadores, correspondente a 2,9% da população sul-africana economicamente ativa. Em 2008, o número de trabalhadores subiu em 4.7%, ou seja, para 518.585 até Junho de 2009 este número reduziu novamente para 494.291. O número de trabalhadores que trabalham na indústria mineira corresponde a 6.1% do emprego formal não agrícola e 7.8% do setor privado não agrícola⁸⁶.

As minas situam-se em regiões distantes de zonas residenciais e comerciais, o que contribui para um certo isolamento dos mineiros da

⁸⁴ A TEBA contrata trabalhadores unicamente para as minas filiadas.

⁸⁵ Disponível em: <http://www.info.gov.za/aboutsa/glance.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2009.

⁸⁶ Annual Report 2008-2009 (Chamber of mines of South Africa)

população local. As minas contemplam, entre outros, *shafts*⁸⁷, serviços administrativos, cantinas, vestuários e alojamentos. Durante as entrevistas, dizer quem eram os proprietários das minas tornava-se uma tarefa difícil para os mineiros. Para eles, era mais fácil responder para que companhia trabalhavam, o que revela que essa complexidade de atores envolvidos na exploração da indústria mineira é pouco conhecida pelos trabalhadores.

Não se sabe ao certo o número de moçambicanos que estão trabalhando nas minas, visto que nem todos trabalham nas minas filiadas à Câmara das Minas. Embora os acordos bilaterais cubram os dois tipos de minas, os dados sobre essas minas são escassos.

Em 2005, foram contratados para as minas filiadas à Câmara das Minas cerca de 47.839 mineiros, distribuídos conforme a tabela 2.1, a seguir:

Tabela 2.1: Trabalhadores moçambicanos por minas em 2005

Região	Tipos de minas				Total
	Ouro	Carvão	Platina	Crómio	
Carletonville	12.855				12.855
Johanesburg	582				582
Rustenburg			16.210	88	16.298
Nelspruit	222				222
Limpopo			295		295
Welkom	6.135				6.135
Klerksdorp	8.908				8.908
Secunda	69				69
Witbank	195	2.280			2.475
Total	28.966	2.280	16.505	88	47.839

Fonte: Ministério de Trabalho, 2005.

⁸⁷ Refere-se ao espaço onde se procede a extração mineira. Portanto, os trabalhadores estão subdivididos em vários *shafts*.

2.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA

Os mineiros e ex-mineiros abrangidos nesta pesquisa⁸⁸ são homens de 30 a 68 anos⁸⁹, na sua maioria de origem camponesa, pobre e rural. Do grupo de entrevistados, seis possuem residências nos arredores da cidade de Maputo, dois na província de Maputo, cinco nos arredores da cidade de Xai-Xai e dois nas zonas rurais de Inhambane e Gaza. Todos os mineiros são casados, sendo 13 monogâmicos e dois polígamos (um com duas mulheres e dois com três mulheres). Todos os entrevistados tinham casado tradicionalmente através da cerimônia de *lobolo* ou *lovolo*. Esta cerimônia, também conhecida como preço da noiva, é uma das formas de casamento tradicional praticado no sul de Moçambique -não somente pelos mineiros- na qual a família do noivo compensa econômica e simbolicamente a família da noiva pela passagem desta e de seus descendentes (ou futuros) para a sua linhagem. O lobolo segue rituais e acordos pré-estabelecidos entre as duas famílias, tornando-se uma aliança de duas famílias e não somente de duas pessoas. Para além do reconhecimento social do lobolo, a lei da família em vigor desde 2004 em Moçambique classifica o lobolo como um casamento tradicional, mas o seu reconhecimento oficial só é feito se este for transcrito. Contudo, raramente as pessoas oficializam o *lobolo*, pelo fato de a legitimidade social ser mais importante do que a jurídica. Além do lobolo, alguns entrevistados tinham casado pelo civil e pelo religioso.

⁸⁸ Não inclui os mineiros entrevistados coletivamente ou em conversas informais. Nesses casos, era muito difícil obter dados pessoais.

⁸⁹ Esta idade foi estimada pelos próprios entrevistados visto que muitos não conheciam suas idades. Alguns diziam suas idades a partir do ano de nascimento mas sem muita certeza. Essa situação é muito comum nas zonas rurais de Moçambique devido a dificuldades de registro. No período colonial, muitos negros tinham dificuldades de ser registrados devido à política vigente.

Entre os mineiros em geral, o casamento (sobretudo, através do lobolo), assume uma importância particular por ser um meio importante que permite a passagem do homem à vida adulta e o estabelecimento de laços familiares. Além disso, embora com menos intensidade em relação ao passado, ter muitos filhos e mais de uma mulher continua sendo uma prática muito valorizada por muitos homens, principalmente os mais velhos. Na zona norte de Moçambique, a poligamia tem sido praticada por uma parcela da população, devido à influência do islamismo. Nos últimos tempos, com as mudanças que ocorreram na sociedade moçambicana, o elevado custo de vida, a associação da poligamia à AIDS, o contato com a cultura ocidental e as ações levadas a cabo pelos ativistas dos direitos humanos e ONGs, passaram a surgir sérias críticas à poligamia. Embora a poligamia não seja reconhecida pela lei moçambicana, os filhos que surgem de uma relação extra-conjugal são reconhecidos e gozam dos mesmos direitos atribuídos aos demais filhos, fato que é visto por muitos como uma forma sutil de reconhecer a poligamia.

Os entrevistados, à semelhança da maioria dos mineiros, pertencem a grupos étnicos distintos da zona sul de Moçambique, nomeadamente machanganas, marongas, matsuas, xichopis, que Junod chamou de tsongas⁹⁰. Desses grupos, os *machanganas* representam a maioria (11). Indivíduos pertencentes a esse grupo são detentores de um elevado poder simbólico, primeiro pelo fato de serem descendentes do poderoso Império de Gaza; segundo, porque os quatro presidentes da FRELIMO pertencem a essa etnia. Falar dos machanganas significa, portanto, falar de um grupo de grande prestígio político. Por outro lado, os machanganas também têm sido classificados pela sua rebeldia e espírito guerreiro. É por isso que os mineiros dessa origem fazem questão de se identificarem como tal e

⁹⁰ Tsonga é uma expressão de origem zulu que significa Oriente. Originalmente, o termo foi utilizado pelos invasores zulus da África do Sul para designar os grupos por eles subjugados entre 1815 e 1830. Quando utilizado pelos zulus, a expressão assumia o sentido pejorativo de escravo e vassalo. Junod (1996) define os Tsongas como grupos de origem bantu, estabelecidos na costa oriental da África, abarcando povos geograficamente dispersos de algumas regiões da África do Sul, atual Zimbábue e parte do sul de Moçambique que compartilhavam uma língua e os aspectos físicos comuns.

evocarem a sua determinação para o trabalho mineiro. Contudo, o fato de o sul de Moçambique ser o principal foco de migração para África do Sul não significa que as minas não acolham pessoas de outras zonas do país. Isso ficou evidente na consulta aos registros da TEBA e em uma das entrevistas coletivas, realizadas em Ressano Garcia, com um grupo de mineiros. Em um grupo de 20, pelo menos quatro dos presentes se identificaram como *Chuabos*⁹¹.

Outro aspecto comum entre os mineiros entrevistados é o fato de a maior parte professar a religião cristão (exceto um) baseada no protestantismo. Trata-se de igrejas com origens bastante diversificadas, implantadas em várias províncias da região sul de Moçambique. Alguns entrevistados referiram que se tornaram religiosos nas minas e outros antes da sua partida.

Também existem diferenças geracionais entre os entrevistados. Encontrei pais, filhos e netos de mineiros. O período da ida para as minas era variável. Uns estavam nas minas desde o período colonial (década de 1960), totalizando mais de 30 anos de serviço, enquanto outros no período pós-colonial (décadas de 1980 e 1990) e outro ainda nos anos 2000. Cada um desses momentos gerou perfis diversificados de mineiros e vivências diferenciadas. Os mineiros da geração da década de 1960, por exemplo, são em geral mais experientes e menos instruídos em termos de educação formal e ocupam as categorias mais baixas em comparação com as novas gerações contratadas entre as décadas de 1980 e 1990.

A média do tempo de trabalho dos mineiros e ex-mineiros entrevistados variava de 5 a 40 anos de serviço, mas a maior parte tinha trabalhado entre 5 e 15 anos, alguns dos quais com interrupções ao longo dos anos. A maior parte deles foi para as minas quando tinha apenas entre 18 e 20 anos e passou parte da sua juventude exercendo essa

⁹¹ Um dos grupos étnicos da Província da Zambézia, Centro do país, que mais participa das migrações internas em Moçambique e se dedicam principalmente ao comércio informal e trabalho doméstico.

profissão nas minas de ouro e platina nas regiões de Johannesburgo, Rustenberg e Randfontein.

O nível de instrução dos entrevistados oscilava entre a 4ª e a 9ª classe. Américo Joaquim Marrengula, natural de Vilanculos, etnia Xitsua, 35 anos, casado, pai de 2 filhos, crente da Igreja Episcopal, mineiro há mais de 10 anos, era dos mais instruídos e frequentava a 10ª classe na África do Sul juntamente com seu irmão que também é mineiro. Quando perguntei a Américo se pretendia entrar na Universidade, ele disse que não sabia, visto que *"quando se entra na mina, não se sai"*. Essa expressão pode ser interpretada de várias formas. Uma possível interpretação é que o entrevistado considera o trabalho nas minas satisfatório para a concretização dos seus projetos. Em outra perspectiva, tal expressão pode significar que o entrevistado tem noções dos riscos da profissão.

Outro entrevistado, com nível elevado de escolarização, é Júlio, 43 anos, casado, pai de 5 filhos, natural de Gaza de etnia Chopi, frequentador da Igreja Assembleia de Deus e atualmente exercendo a profissão de taxista na Cidade de Maputo. O entrevistado estudou até a 9ª classe do Antigo Sistema de Educação e teve passagem em três minas de ouro, situadas na região mineira de Cartetonville, de 1992 a 1998. Júlio passou por uma outra experiência migratória na Alemanha como *madjermane*.

Macaringue, 68 anos, casado, natural de Chilembene, Gaza, de etnia changana, protestante (professa a religião Zion Unido), mineiro durante pelo menos 37 anos (1961 e 1998) com vários contratos, era um dos mais instruídos da sua geração. Estudou até a 6ª classe no tempo colonial, fato raro para maioria de moçambicanos naquela época, visto que a maior parte dos mineiros era analfabeta, ou seja, não sabia ler nem escrever e não tinha acesso à educação⁹².

⁹² O quadro atual do setor da educação é totalmente diferente do período colonial. A maior parte da população em idade escolar frequenta a escola. O grau de analfabetismo reduziu de 90% (1975) para 50,4% (em 2007), de acordo com o Censo de 2007. O nível

O baixo grau de escolaridade é uma das marcas dominantes dos mineiros moçambicanos (média de 4^a classe). Entretanto, o nível educacional desse grupo tem se alterado ao longo dos tempos, embora continue muito abaixo dos mineiros sul-africanos. As transformações que começaram a surgir a partir da década de 1990 como a introdução de cursos de Alfabetização de Adultos nas minas contribuíram para a mudança desse cenário. A partir daí, os camponeses analfabetos, oriundos das zonas rurais, começaram a dar lugar a homens que sabem ler, escrever, contar e com noções de matemática (COVANE, 2001). Atualmente, embora em número reduzido, encontram-se mineiros com ensino médio, ocupando postos que exigem maior qualificação.

de escolaridade dos moçambicanos tende a aumentar com a expansão da rede escolar nos distritos e instituições de ensino superior. Além disso, vários programas de alfabetização de adultos têm sido levados a cabo pelo Governo e instituições não governamentais.

2.3 AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS COMO ELEMENTO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

As categorias profissionais revelam a complexidade do trabalho mineiro. Durante a vigência do *apartheid*, as categorias profissionais vigentes nas minas eram hierarquicamente definidas por critérios raciais que criaram dois grupos de trabalhadores: os brancos e os negros. Por lei fundamentadas no *apartheid*, os brancos tinham o monopólio das categorias especializadas (FIRST, 1983) e os trabalhos semiespecializados e não especializados eram destinados aos negros conforme descrito no quadro 2.1, a seguir:

Quadro 2.1: Categorias profissionais destinadas aos trabalhadores negros

Categoria	Profissões
Step 8 R 6,15	Senior training instructor
Step 7 R 5	Senior bossy-boy in stoping
Step 6 R 4,95	Artisan´s aides (boilermakers and fitters, carpenters, plumbers, electricians, bricklayers, smelters)
Step 5 R 3,90	Senior boss-boy
Step 4 R 3,40	Loader drivers, loco drivers, hoists-drivers, gang-supervisors
Step 3	Stoping teams (machine and spanner boys, cheesa boys, lashers and trammers)
Step 2 R 2,65	Belt-minders, timber construction, pipes and tracks, untrained loco-guards
Step 1 R 2,50	Labourers: sweeping, transport, tipping, pumps, stores
Surface Workers	
R 1,80	

Fonte: Firts (1983).

Para desempenhar uma determinada função, era necessário que o mineiro revelasse suas habilidades e aptidões durante o processo de treinamento e a mudança de categoria resultava da avaliação cotidiana. A partir dessas categorias, eram definidos os salários e marcada a diferenciação social no seio do grupo e estabelecidas as relações sociais dentro e fora da esfera do trabalho. O nível de escolarização não era determinante para a atribuição de uma determinada função. Pelo contrário, o elevado nível de escolarização podia ser um fator de exclusão ao trabalho mineiro, conforme relata Júlio:

(...) Eu tive problemas nas minas porque estudei um pouco (...) Eles desprezavam os que tinham maior conhecimento (...) Naquele tempo (final da década de 1990), não sei agora, os brancos gostavam daqueles rudes que não sabiam escrever. Esses é que eram escolhidos com *team leaders* (...).

De acordo com o que já foi referido, contrariamente ao passado, as companhias mineiras procuram elevar o nível de conhecimento de seus trabalhadores, tendo como objetivo uma maior profissionalização. Segundo os entrevistados, hoje é comum encontrar negros ocupando postos de supervisores, uma categoria que era destinada aos brancos. Contudo, mesmo depois do fim do *apartheid*, a lógica interna das minas continua sendo dominada por divisões raciais, isto é, as categorias mais altas são ocupadas por brancos, e os negros continuam ocupando as categorias mais baixas. Ou como referiu Lourenço Ernesto Chambisse, natural de Xai-Xai, 53 anos, mineiro desde 1968, “os negros podem fazer o mesmo trabalho mas os salários são diferentes, branco é branco”.

Júlio, por exemplo, diz que os brancos em geral ficam menos tempo no *underground* e os trabalhos mais pesados são desempenhados por negros.

Os trabalhadores menos renumerados nas minas são os que trabalham na superfície e ocupam os escalões mais baixos. A maior parte das mulheres mineiras faz parte dessas categorias. A presença delas nas

minas é recente, e o número é insignificante⁹³. Tal situação deve-se ao fato de o trabalho mineiro ser concebido como masculino por exigir o uso de força física. Um aspecto importante a ressaltar é que o parentesco assumiu um papel crucial para o acesso das poucas mulheres nas minas, embora estas não se enquadrem com o modelo de reprodução da ordem familiar. A inserção na mina só foi possível em virtude de tais mulheres terem substituído seus familiares mortos em acidentes de trabalho. Nesses casos, como medida compensatória, o empregador permite que a família do mineiro indique algum membro para ocupar o lugar deixado pelo falecido.

A explicação que encontrei sobre esse tipo de medida foi de que as mulheres são indicadas pelas famílias quando não existem homens capazes de substituir seus entes queridos. Essa forma de sucessão rompe com o costume que as famílias têm de indicar filhos do sexo masculino como garantia da continuidade à “tradição mineira”.

Durante o trabalho, percebi que a trajetória dos mineiros seguiu várias etapas. A grande maioria iniciou ocupando o posto de *malahicha*⁹⁴, da categoria *lashers*, que se encontra na categoria III do quadro 2.1 (anteriormente referido), e alguns terminaram como chefes do grupo (*team leaders*). Assim, Macaringue, que passou por esse processo, conta a sua trajetória.

(...) dantes eu trabalhei nas minas sem classificação. Era só *malahicha (sem categoria)*, mas no mesmo ano e no mesmo contrato consegui alterar aquele grau e passei a ser líder, aquilo que nas minas chama de *team leader*. Fiquei como *leader* até deixar de trabalhar nas minas (...)

Os *malahichas* são responsáveis pela escavação das minas juntamente com os *machine boys*, *spanners boys* e *trammers* descritos anteriormente. Essa é uma categoria considerada humilhante pelos

⁹³ Estima-se que existam nas minas cerca de dez mulheres moçambicanas.

⁹⁴ Algumas dessas categorias tem seus correspondentes em fanagaló, o que dificultou até certo ponto a análise.

mineiros, não só pelos baixos salários que recebem, como também pela natureza do trabalho. Conforme afirmam os entrevistados, "*os malahichas fazem o trabalho mais duro e sujo da mina*".

Os *teams leaders*, também conhecidos por *boss boy*, integram as categorias melhor remuneradas nas minas e ocupam um lugar intermediário da sua estrutura interna (categoria V), além disso, são dotados de conhecimentos técnicos específicos, o que lhes dá a condição de trabalhador semi-especializado. Em cada seção, existem *team leaders* que servem de intermediários entre os trabalhadores de hierarquias mais baixas e altas.

Um dos requisitos para ascender a essa categoria é a capacidade de liderança e de transmissão dos conhecimentos. A bravura, a força física e de certo modo o seu nível de escolaridade foram determinantes para a ascensão ocupacional de Macaringue, que só conseguiu ser *team leader* depois de ter se envolvido em uma luta com um mineiro branco, fato que na época (década de 1970) era considerado uma valentia.

Júlio também começou como *malahicha* e terminou como *pikinine*⁹⁵. O "*pikinini ya bunu*", que é ajudante do chefe, pode ser moçambicano, sul-africano ou de outra nacionalidade e tem a função de trazer e receber recados do chefe, carregar os mantimentos e assumir outras tarefas que lhe são atribuídas. A vantagem dessa função é o fato de não ter necessidade de muita força física e de ter privilégios em relação aos outros, como refere Júlio com a seguinte fala: "*todos me cobijavam por ser pikinine. Enquanto os outros começavam a trabalhar às 6 horas, eu iniciava às 8 horas*". Apesar desse privilégio, os mineiros que ocupam essa posição sofrem humilhações como se pode perceber a partir do trecho da canção retirada do livro *O Mineiro Moçambicano*, recolhida em Homóine, em 1977 por Manguze⁹⁶ :

⁹⁵ Não encontrei tradução em inglês, mas este trabalhador pode estar na categoria IV do quadro supracitado.

⁹⁶ Um dos pesquisadores que participou da elaboração do livro *O Mineiro Moçambicano*.

Hei! Rápido!
Levanta aquele tronco e traz aqui!
Rápido Você. Traga aquela máquina rapidamente!
Tswiyo-Tswiyo
Hei! Pequenino, traga a minha comida!
Estou com fome e quero comer, pa!
(...)
(FIRST et al., 1998 [1977], p. 59)

Com os exemplos apresentados, não quero dizer que todos os mineiros passam por uma ascensão profissional. Pelo contrário, existem mineiros que desde que entraram nas minas ocupam os mesmos postos. Um deles é Samuel Mabunda, 58 anos, casado com três mulheres, natural de Chipenhe, Gaza. O informante trabalha nas minas de platina há 40 anos e sempre ocupou a função de *malahicha*. Esse mineiro nunca foi à escola, o que mostra que de alguma forma o nível de educação acaba sendo um diferencial.

Outra particularidade da profissão dos mineiros é a sua mobilidade. Além de exercerem funções diferentes ao longo dos contratos, transitam por várias minas pertencentes a grupos diferentes. O caso muito específico que me chamou atenção foi o de Lourenço. Pela natureza da sua ocupação (responsável pela preparação de gases), ele não só trabalha de mina em mina como atravessa fronteiras indo para minas de outros países, como Austrália, China e Namíbia. Ele se orgulha de ocupar categorias exclusivas para mineiros brancos, mas lamenta pelas condições diferenciadas entre ele e seus colegas.

Percebe-se, portanto, que as experiências profissionais dos mineiros são diversas. Simboliza um dos grandes dilemas dos mineiros o fato de que, apesar de adquirirem experiências que lhes conferem certo grau de especialização, não têm as suas profissões reconhecidas oficialmente. Além disso, em Moçambique não existem empresas que possam acomodar as diferentes especializações da indústria mineira. Como resultado, os mineiros caem no desemprego logo depois do seu regresso ao país. Por esse motivo, renovar o contrato torna-se a única alternativa para que o

mineiro continue inserido no mercado de trabalho. Contudo, a idade avançada e sua condição de saúde não têm sido favoráveis ao mineiro depois de longos anos de jornadas de trabalho na mina. Os anos de exposição à altas temperaturas, barulho e ingestão de poeiras, gases e outros produtos tóxicos deterioraram precocemente seus corpos, deixando marcas visíveis e invisíveis.

O problema de inadequação das funções exercidas pelos mineiros também foi vivida pelos chamados *madjermanes*. Muitos deles trabalharam nas indústrias alemãs e, após o seu regresso, não tiveram nenhum enquadramento profissional em Moçambique, engrossando assim a lista dos desempregados. Muitos deles trabalham no mercado informal como vendedores. Deste modo, as minas podem ser produtoras de empregos, mas também de uma casta de desempregados.

2.4 A DECISÃO DE PARTIR

2.4.1 As razões do Passado na Perspectiva da Literatura

Os fatores que impulsionaram o fluxo de migrantes moçambicanos para as minas da África do Sul são diversos. Autores que procuraram entender as causas das migrações no passado, como Junod (1996), Harris (1959), Feliciano (1998), Covane (2001), referem que dentre vários elementos que incentivaram a imigração no passado, destacam-se as más condições de vida nas zonas rurais, os conflitos militares registrados no sul de Moçambique, a escassez de marfim, melhores salários oferecidos

nas minas, calamidades (fome e seca), aquisição de armas de fogo e pagamento do *lobolo*⁹⁷.

Autores como Penvenne (1994) e Harris (1994) indicam igualmente que, no período colonial, as migrações foram motivadas pela introdução de impostos e trabalho forçado a que homens e mulheres que se encontravam sob dominação portuguesa estavam sujeitos. Durante esse período, sob o comando do governo colonial português, muitos homens migravam para as minas para evitarem o *chibalo*⁹⁸. Além de as minas oferecerem melhores salários aos seus trabalhadores comparativamente aos pagos pelos colonos portugueses, garantiam a isenção do *chibalo* aos que lá trabalhavam. Portanto, o *chibalo* é instituído por Portugal como uma prática de trabalho compulsório que recrutava trabalhadores por meio de rusgas e outros processos violentos e repressivos e surge em resposta ao *déficit* de mão-de-obra resultante da migração para a África do Sul. Penvenne (1994) aponta ainda que um dos principais objetivos do *chibalo* era a identificação dos trabalhadores para o Estado Português e para os empregadores privados devido à baixa procura pelo trabalho assalariado que se registrava na época. No entanto, com o *chibalo*, o Estado pretendia manter a força de trabalho assalariado muito barata. Os trabalhadores do *chibalo* recebiam salários mínimos e eram submetidos a longas jornadas, obras públicas e privadas como a construção de estradas, manuseamento de cargas pesadas e plantações. Pode-se dizer que a política colonial de trabalho forçado, assim como os métodos para o recrutamento da mão-de-obra, estiveram voltados para o desenvolvimento da economia capitalista portuguesa e incentivaram a emigração para as minas. Nesse sentido, o trabalho migratório instituiu-se como uma forma alternativa ao trabalho servil vigente na época e, como

⁹⁷ Segundo Harris (1994) e Junod (1996), a emigração favoreceu que jovens acumulassem dinheiro para pagar o seu *lobolo*, fato que permitiu a monetarização do *lobolo*. O gado, os tecidos, as enxadas de aço passaram a ser substituídas por dinheiro. Por outro lado, os jovens deixaram de depender dos seus familiares para pagar o *lobolo*.

⁹⁸ Sistema de trabalho baseado em um recrutamento forçado de trabalhadores (trabalho forçado).

refere Penvenne (1994), *chibalo* e trabalho migratório alimentaram-se reciprocamente.

2.4.2 As Razões do Presente na Perspectiva dos Entrevistados

2.4.2.1 Migramos por Causa da Pobreza

O discurso predominante entre os mineiros e suas famílias indica que a principal razão para que, passados mais de um século, milhares de homens moçambicanos continuem “abandonando” seus lares, suas famílias e até seus empregos para trabalhar nas minas é a busca de melhores condições para o sustento familiar. Portanto, a migração é considerada pelos entrevistados como um “ganha pão” e o meio mais eficaz para superar a pobreza e as dificuldades financeiras das famílias.

Como foi mencionado anteriormente, a maior parte dos mineiros é oriunda de zonas rurais economicamente frágeis com elevados índices de pobreza, onde as oportunidades de emprego são escassas e não existem condições para o desenvolvimento da agricultura, principal atividade econômica. Fatores como fome, pestes, secas, estiagens, cheias afetam anualmente as regiões de onde provêm esses migrantes. De outra parte, no meio urbano, o desemprego toma conta de uma grande parcela da população ativa. Nesse sentido, o trabalho mineiro surge como uma das alternativas para a sobrevivência individual e familiar, bem como para superar o desemprego.

Para aqueles que já exerciam alguma profissão, como Macuavene, 52 anos, casado, natural de Chibuto, mineiro que trabalhou nas minas de 1984 a 1998 e regressou a Moçambique depois de ter sido despedido, devido à falência da mina onde trabalhava, a decisão de partir foi motivada principalmente pela busca de melhores salários para concretizar

seus sonhos. O entrevistado foi impulsionado pelo desejo de fazer negócio e comprar um carro. Eis suas palavras:

“(...) via essas pessoas fazer negócio. Ir comprar coisas na África do Sul e vender aqui (...). Eu disse para a minha mulher: vamos fazer negócio. Então eu fui em 1984 e em 1986 comprei um carro. Só consegui abrir barbearia, mas já fechei (...)”.

Assim como Mucuavene, muitos outros mineiros migram com planos e projetos pré-estabelecidos. Sustentar a família e construir uma casa condigna de alvenaria figuram como um dos principais projetos migratórios. Nessa perspectiva, a emigração surge como uma alternativa viável para a realização de projetos individuais e coletivos através de obtenção de bons salários .

Macaringue, por exemplo, declarou que a pobreza também contribuiu para a sua decisão de partir para as minas. O entrevistado se expressa da seguinte forma em relação a essa questão:

(...) vi que as coisas estão a se tornarem difíceis. Sabe de uma coisa?. Nos anos sessenta e tal as coisas eram pouco difíceis. Às vezes nas lojas não havia nada. Agora eu ficava a chorar de dia e de noite quando via as crianças a dormir sem cobertor, às vezes era único cobertor para cerca de sete filhos, nesse momento eram seis (...)

Esse discurso não é exclusivo das famílias moçambicanas. Para os mineiros de carvão de Charqueadas (Rio Grande do Sul) pesquisados por Eckert (1985), a opção pela mineração é vista, primeiramente, como a forma possível de obtenção de condições mínimas para a sua reprodução e de sua família. O mesmo discurso aparece em outros contextos nacionais.

Georges (1992), em um artigo sobre gênero, classe e migração transnacional na República Dominicana ressalta que a migração para os Estados Unidos foi incentivada pelo governo pela deterioração da economia local. Em um estudo realizado por Bálamo (2009) sobre a experiência migratória de jovens de dois países da África Ocidental

(Nigéria e Gana) envolvidos em migrações irregulares entre África Ocidental e América do Sul através de viagens em navios, o desemprego e as condições de trabalho de um país e de outro são apontados como os principais motivos para a emigração.

Entretanto, serão a pobreza e o desemprego as únicas razões estruturais para opção pelo trabalho mineiro como justificam os entrevistados ao elaborarem seus discursos? A pobreza e o desemprego podem ser fatores que impulsionam as emigrações desses homens, mas não fica restrito a isso.

Macuavene, por exemplo, ao referir-se ao desejo de fazer negócio, revela que ao emigrarem para as minas, os mineiros são motivados não só pela necessidade de sustentar a família, como também pela necessidade de aquisição de signos de prestígio típicos da sociedade capitalista.

Ao longo do trabalho de campo, ficou evidente que nem sempre o trabalho nas minas se traduz em riqueza ou na melhoria das condições de vida dos mineiros e seus familiares. Mesmo assim, continua sendo uma estratégia e um percurso valorizado por várias famílias. Depois de anos de trabalho, muitos mineiros caem na desgraça, e as suas famílias continuam a sofrer privações, como Macaringue, que enfrenta sérias dificuldades para custear as despesas de saúde e sustentar a sua família.

Em contrapartida, há casos de sucessos resultantes da emigração como o de Pelembe, ex-mineiro, 65 anos, natural de Chibuto, Gaza, etnia changana, católico que trabalhou nas minas durante 26 anos e conseguiu, com o dinheiro recebido com a sua pensão de reforma⁹⁹, abrir um negócio de furos de água¹⁰⁰.

⁹⁹ A questão da reforma dos mineiros será desenvolvida no Capítulo III.

¹⁰⁰ Consiste de um empreendimento subterrâneo (espécie de poços que funcionam com motobombas) para exploração de água (venda) nos bairros suburbanos devido à escassez de água que afeta grande parte dos bairros da periferia de Maputo.

2.4.2.2 A “Negação” da Profissão e Ruptura Geracional

A falta de escolaridade é indicada com frequência pelos mineiros como um dos fatores que definiu suas trajetórias para as minas. Alguns entrevistados acreditam que foi por não terem tido oportunidade de estudar que não tiveram outra alternativa senão *“tentar a vida nas minas”*. Como eu podia ganhar este dinheiro todo aqui em Moçambique se eu não estudei? Questionava um dos mineiros durante uma das entrevistas coletivas em Ressano Garcia, enquanto os outros acenavam a cabeça, aprovando o argumento do colega. Isso revela que os próprios mineiros associam a sua profissão ao baixo nível de escolaridade. Entretanto, reconhecem que, graças à sua profissão, são economicamente privilegiados em relação à maior parte da população moçambicana, incluindo técnicos superiores que trabalham no Aparelho do Estado¹⁰¹.

Na fala dos entrevistados, era muito comum ouvir que os seus filhos deviam estudar para não sofrer como eles. Lourenço, por exemplo, disse: *“meus filhos podem varrer para os bôeres¹⁰², mas não podem ser mineiros”*. A ida às minas é, portanto, também interpretada como um “castigo”, resultante da falta de escolaridade. Por isso, alguns decidiram investir no capital cultural dos filhos através do pagamento de mensalidades em escolas privadas. Em virtude disso, a média de escolaridade dos membros dos agregados familiares entrevistados é elevada se comparada com a dos mineiros em geral, existindo membros que frequentavam o ensino superior. Vilanculos, mineiro no ativo, 52 anos, natural de Vilanculos, Inhambane, de etnia Matsua, protestante (crente da Igreja Velho Apostolo), explica a sua decisão de apostar na educação dos filhos da seguinte forma:

¹⁰¹ O salário mínimo do mineiro é 300 US\$, cinco vezes mais que o salário mínimo em Moçambique, que é de 1.500,00 MT (60 US\$). Um técnico superior, no Aparelho do Estado, ganha equivalente a 480 US\$, não havendo, portanto, grandes diferenças salariais entre o mineiros e um técnico superior.

¹⁰² A expressão *varrer para os bôeres* significa sujeitar-se a humilhações, visto que trabalhar para os bôeres seria a última alternativa possível.

(...) não quero que meus filhos passem pelo mesmo sofrimento. Vou pagar a escola das crianças até o fim(...). Estou aqui porque não estudei (...) o mais velho está na universidade. Eu pago 2.500 meticais por mês¹⁰³ (...).

Pelembe e Macaringue, ex-mineiros entrevistados, são menos críticos em relação a essa questão. Eles acreditam que o trabalho nas minas pode ser uma alternativa viável para os seus filhos, desde que estes estudem para que possam ocupar postos de chefia e assim auferirem bons salários. Por coincidência, os filhos desses dois homens também são mineiros¹⁰⁴.

Basta estudar, você tem boa vida nas minas. Não é preciso descer lá em baixo, não (no subsolo). Kaunda o [filho] pode estar lá na Administração e ganhar bem. Tem muitos jovens que estão bem lá (Pelembe).

Note-se que, no seu discurso, o entrevistado não faz referência aos trabalhos do *underground* (subsolo), mas a trabalhos administrativos que não exigem exposição a riscos de morte. Na conversa com Kaunda, concordou com a posição do pai, mas considerou que só poderá trabalhar nas minas se terminar o ensino superior. Na época em que o entrevistei (2008), era finalista de curso médio de Contabilidade e Gestão. Ele é o único dos quatro filhos do Pelembe que não migrou para a África do Sul. Além do filho que trabalha nas minas, Pelembe tem mais dois que trabalham no mercado informal e formal. Esse é um exemplo típico de uma família com forte tradição de emigração para a África do Sul.

¹⁰³ O equivalente a 100 USD na altura da entrevista (2007).

¹⁰⁴ Filho de Macaringue, faleceu em 2009, vítima de Tuberculose.

2.4.2.3 A Conjuntura Política e Sociocultural

Os motivos de natureza política e conjuntural devem ser inclusos na lista de fatores que influenciam as escolhas dos sujeitos migrantes. Eventos históricos e políticos são evocados pelos entrevistados como razões para a migração. Macaringue refere que a situação de discriminação racial e os maus tratos a que era submetido pelos portugueses e a instabilidade política que se vivia no país no tempo colonial também determinaram o seu percurso pelas minas. A respeito da questão racial, conta o seguinte episódio:

...os brancos diziam o seguinte: "já vem o *Lumumba*¹⁰⁵, olhem o *Lumumba*". Só para me provocar. Eu fiquei de boca calada. Um dos brancos me pediu coisas e eu fui lhe servir (...) Depois de eu dar a conta (...) de repente o rapaz disse: rapaz, falta dinheiro (...) no balcão, o patrão disse: vai trabalhar malandro (...) o branco do troco me deu uma chapada... eu também não hesitei (...) opa Lumumba quer matar pessoas... foi ai que começou a zaragata (...).

Para Vilanculos, além da situação de desemprego, a decisão de migrar foi motivada pelo receio de ser atingido pela "operação produção", um programa instituído pela FRELIMO na década 1980, que consistiu no recrutamento compulsivo de homens e mulheres residentes em várias cidades do país, considerados improdutivos, marginais e com comportamento desviante para os campos de reeducação localizados na província de Niassa. Incluía-se neste grupo, prostitutas, desempregados, curandeiros e os que se manifestavam contra o sistema político vigente. Trata-se de uma forma radical que a FRELIMO adotou para o controle de corpos dos sujeitos envolvidos com vista à sua reabilitação moral. Este tipo de política se diferencia do controle exercido no contexto da ida às

¹⁰⁵ Em referência à Patrice Lumumba, líder revolucionário congolês na década de 1950 e 1960.

minas, por ter sido compulsivo e ter proporcionado o desenraizamento e rupturas violentas- algumas delas definitivas- entre as pessoas que se deslocavam para esses campos e os seus familiares. As marcas deste programa se fazem sentir ainda hoje, em alguns segmentos da população moçambicana que permaneceram no naquela região.

Outro entrevistado, Carlos Cumbana, 40 anos, natural de Jangamo, Inhambane, ex-mineiro, salienta que abandonou a sua profissão de professor primário para trabalhar nas minas de 1989 a 2007, devido aos atrasos do pagamento do seu salário e a sua responsabilidade para cuidar da família. O entrevistado conta que ficava seis meses sem salário e ele acabou por seguir o mesmo trajeto percorrido por seu pai e tios: a ida às minas.

Os casos aqui mencionados expressam de forma clara que são vários os elementos que concorrem para a tomada de decisões para migrar. Os motivos pessoais se associam a muitos outros de natureza estrutural.

Os fatores relacionados com os papéis de gênero e de natureza social e cultural não deixam de ter uma influência nessas escolhas. Estudos como de Covane (2001) e Casimiro et al.¹⁰⁶ (2007) revelam que na zona sul de Moçambique, em particular em algumas áreas de forte tradição migratória de Gaza e Inhambane, através do processo de diferenciação de papéis que se constroem socialmente, a migração é uma atividade prescrita para os homens e rapazes. Em contrapartida, às mulheres e às raparigas cabe o desenvolvimento de atividades da esfera privada, como cuidar do lar, das crianças e machambas (roças), etc.

Nas zonas mais recônditas dessas províncias, como o distrito de Mabote (Inhambane), a migração para África do Sul foi apontada como um dos principais motivos da evasão escolar dos rapazes, enquanto os casamentos prematuros constitui um dos motivos da evasão das meninas, o que reforça a influência desses princípios definidos socialmente.

¹⁰⁶ Trata-se de um estudo do qual participei como pesquisadora.

Geralmente, essas meninas contraem casamento com 12 anos, com o consentimento dos seus familiares, e assumem, desde cedo, responsabilidades atribuídas às mulheres. Essa idade de casamento contrasta com a definida pela lei moçambicana, que é de 16 anos para rapazes e meninas.

Em conversas com homens e mulheres adultas dessas zonas durante o estudo referido, apurou-se que além de as questões de gênero estarem enraizadas no seio das famílias, verifica-se uma valorização social dos que migram para melhorar a vida da família e cumprir seus deveres morais e sociais. De certa forma, ser homem, nessas regiões, significa passar por uma experiência migratória de preferência na África do Sul, mesmo que de forma clandestina. Status, prestígio, ritos de passagem e masculinidade condicionam esse deslocamento temporário ou definitivo.

Na impossibilidade de migrarem para África do Sul, muitos jovens se deslocam para as grandes cidades, como Maputo e Beira¹⁰⁷, para trabalharem como empregados domésticos até conseguirem uma estabilidade financeira para começarem um negócio e regressarem para casa para lobolarem uma mulher. Tive a oportunidade de acompanhar de perto esses casos, empregando jovens vindos da província de Inhambane com esse propósito. Na convivência com tais jovens, percebi que muitos deles têm pais, irmãos e outros parentes na África do Sul e na cidade de Maputo, o que significa que a experiência migratória ainda é crucial para muitas famílias. A preocupação em sustentar um lar continua sendo um dos principais propósitos desses jovens¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Segunda maior cidade de Moçambique (Capital da Província de Sofala).

¹⁰⁸ Depois de mais de um ano de trabalho, um dos meus empregados de cerca de 20 anos pediu-me para ir para sua terra natal (Inhassoro-Inhambane), porque a sua mãe estava doente com a promessa de regressar dentro de 15 dias. No entanto, a sua estadia se prolongou por dois meses. Quando procurei saber das razões do atraso, fiquei sabendo que a família desse rapaz tinha arranjado uma esposa para ele e que a doença era uma justificativa. A estadia dele na terra culminou com a realização da cerimônia de lobolo. Essa história revela que a família é um ator importante na concepção dos projetos migratórios.

2.4.2.4 Migração como Modelo Exemplar

Observou-se que a migração como modelo plausível e exemplar tem resultado em novos deslocamentos do mesmo modo que os Palestinos no extremo sul do Brasil estudados por Jardim (2001). A experiência migratória de mineiros, inseridos em redes familiares e de amizade, tem servido de modelo para muitos jovens. Esses parentes, geralmente homens, funcionam como um grupo de referência que serve de inspiração para a integração do mineiro no grupo. Nesse sentido, muitos são influenciados por parentes e amigos que regressam para o país munidos de bens materiais, vestuário, viaturas e melhoram de forma visível as condições de vida dos seus familiares.

Nesse contexto, os mineiros que regressam bem vestidos, exibindo bens para os seus familiares e vizinhos, constroem uma imagem de sucesso, gerando expectativas para os que pretendem emigrar. A honra e o prestígio das famílias em zonas de grande influência migratória são determinados pela emigração. Contudo, nos últimos tempos, os mineiros já não exercem a mesma influência como grupo de referência para as novas gerações. A restrição nas contratações, a contaminação dos mineiros pelo vírus da AIDS¹⁰⁹, a melhoria da condição de vida no país e o acesso à escola são alguns dos fatores que contribuem para que membros jovens das famílias dos mineiros elaborem seus projetos e, assim, busquem outras alternativas. Aliás, como foi referido anteriormente, são os próprios mineiros que procuram distanciar os filhos do mundo das minas, investindo o seu capital financeiro na educação. Em outras palavras, a profissão de mineiro já não assume a mesma influência simbólica para as novas gerações, isto é, já não é transmitida como herança de pai para filho ou tio para sobrinho, como antigamente.

¹⁰⁹ Os dados da ronda de vigilância epidemiológica de 2007 indicam que a região sul de Moçambique é a mais infectada do país, com 21%. Gaza e cidade de Maputo apresentam os maiores índices de seroprevalência, com 27 e 26% respectivamente.

2.3 FAMÍLIA E PROJETOS MIGRATÓRIOS

O mais importante a analisar neste estudo, no entanto, não é apenas entender o que leva o mineiro a migrar para as minas sob o risco de incorrer em reducionismos e essencializações, mas entender como são concebidos os projetos migratórios (se podemos falar de projetos), a forma como os atores participam na concepção e o agenciamento dos mesmos e quais os efeitos desses deslocamentos na vida desses sujeitos e suas famílias.

Para a compreensão desse jogo de relações do universo pesquisado, recorro à noção de projeto de Gilberto Velho (1994) definido a partir de Alfred Schütz (1970-1971). O autor define projeto como uma conduta organizada para atingir finalidades específicas e destaca que os projetos individuais interagem uns com os outros dentro de um campo de possibilidades, o que significa que eles não operam em um vácuo, mas mediante premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. É a partir do campo de possibilidades que são formulados e implementados os projetos.

Os dados desta pesquisa revelam que a família direta ou indiretamente assume um papel central na concepção dos projetos dos mineiros. Em todos os casos analisados, os mineiros argumentam que a decisão de migrar foi impulsionada e intermediada por uma rede familiar, na qual a experiência de migração de homens mais velhos da família foi decisiva, como pai, tios ou irmão mais velho. Percebe-se, então, que o parentesco continua sendo crucial para a configuração da trajetória profissional dos mineiros.

As histórias de Macaringue e Vilanculos, descritas a seguir, são exemplares e similares a de outros entrevistados. Os parentes que estiveram nas minas anteriormente foram determinantes nas suas

trajetórias. Macaringue, por exemplo, foi influenciado por seu irmão mais velho. Mesmo trabalhando em um restaurante como chefe de cozinha, o salário e o tratamento que recebia dos seus patrões deixavam a desejar. Tratando-se do período colonial, não escapou dos conflitos raciais da época. Durante uma de suas viagens à terra natal, encontrara-se com o seu irmão que acabava de chegar das minas. O irmão conhecendo as suas dificuldades, convidou-o para as minas dizendo: *“meu irmão, você está a passar mal. Para você ser homem, tem que ir trabalhar nas minas..”*. Apesar desse aconselhamento, Macaringue não estava disposto a trabalhar nas minas porque achava que tinha estudado o suficiente para não arriscar a sua vida. Entretanto, de regresso a Maputo, as dificuldades continuaram porque não conseguia permanecer nos empregos. A decisão de partir viria a se concretizar em 1961, depois de momentos de sofrimento, hesitações e insegurança. Macaringue contou que depois de tanto sofrimento e frustração lembrou-se do conselho do irmão e dos bens que este trazia da África do Sul e finalmente decidiu procurar uma vaga para as minas na TEBA. O processo de contratação foi simples, como lembra o entrevistado:

“(...) fui levar o contrato e nem custou nada. Foi de hoje para amanhã (...) Eu fui consultar numa terça e eles disseram para aparecer no dia seguinte. Fui recebido e viajei no mesmo dia. Isto no dia 25 de Agosto de 1961. Portanto, saímos no dia 26 (...)”.

Vilanculos foi incentivado por seu tio, irmão mais velho do pai. Tudo começou quando ficou desempregado, em 1982. Antes de estar desempregado, trabalhava como costureiro em uma empresa têxtil privada. Foi despedido por ter regressado uma semana depois do tempo dispensado pela empresa para acompanhar o funeral do pai. Sabendo da situação, o tio enviou-lhe um telex (telegrama) convidando-o para trabalhar nas minas.

Vilanculos foi admitido em um momento em que o mineiro tinha um maior poder de barganha para pleitear o ingresso de um parente nas

minas, estabelecendo muitas vezes relações pessoais com o patronato. Uma negociação direta do trabalhador com o seu patrão era suficiente para a aquisição de um posto de emprego para um familiar ou amigo. Em contrapartida, no contexto atual, nota-se uma melhoria nas condições de trabalho dos mineiros, mas as oportunidades são mais restritas no que se refere às contratações pela mediação de parentes. Mesmo assim, o parentesco ainda assume um papel importante nesse processo e algumas minas ainda permitem que os mineiros aposentados sejam substituídos por seus filhos ou parentes. Foi assim que Pelembe e Macaringue conseguiram mandar os seus filhos.

Em alguns casos, a opinião das esposas também foi determinante para a decisão final de viajar. A esposa, lembra Macuevene, é minha carametade, por isso *"um homem com cabeça deve consultar a mulher antes de tudo"*. O informante acrescenta: *"a própria bíblia diz que depois do casamento homem e mulher se tornam uma só carne"*. A consulta que esse entrevistado fez à mulher para migrar sugere que esta interfere de forma ativa na concepção dos projetos migratórios. Por esse motivo, ela deve ser incluída como um elo importante nas redes que se configuram nessa experiência migratória.

Outro exemplo que explicita o papel das mulheres na tomada das decisões é de Artur Nhavene, 35 anos, mineiro, desde 2005 em uma mina de platina de Carletonville. Depois de várias tentativas para encontrar emprego, os familiares da esposa conseguiram uma vaga para que ele trabalhasse nas minas .

Enfim, a migração não pode ser vista apenas a partir da perspectiva econômica, mas resulta de múltiplas incidências e ordens que configuram as escolhas. Destacam-se, nesse conjunto de elementos, a falta de escolaridade, a concretização de projetos pessoais e coletivos, motivos políticos e conjunturais, fatores de natureza cultural e social, influência de redes familiares e de amizades, tornando-se desse modo uma alternativa para a concretização dos projetos de vida. Nesse sentido, a emigração cumpre diferentes níveis que se complementam.

3 O PAPEL MEDIADOR DAS INSTITUIÇÕES E O JOGO DE INTERESSES

“Os Estados-nação podem deter seu poder de decisão, porém, uma vez parte de uma rede de poderes e contrapoderes, tornam-se, po si só, desprovidos de poder: passam a depender de um sistema mais amplo de exercício de autoridade e influência, a partir de múltiplas fontes.” (CASTELLS, 2000, p. 354)

Este capítulo faz uma análise dos atores envolvidos no atendimento e das relações que se estabelecem entre eles, com destaque para o papel mediador da TEBA e da sua relação com os mineiros e seus familiares. O capítulo inicia com uma apresentação dos papéis assumidos pelos diferentes atores governamentais e não governamentais envolvidos no atendimento dos mineiros e apresenta a percepção dos mineiros sobre os serviços prestados pela TEBA. A atenção é centrada no sistema dos pagamentos, recrutamentos e no processo das contratações, no qual são evidenciadas as fragilidades do sistema.

3.1 OS AGENTES ENVOLVIDOS

Um das principais características do fenômeno migratório em análise é a existência de diferentes agentes estatais e privados que intermedeiam as relações entre o Estado, os mineiros e o capital, fato que torna essa experiência singular e marcada por tensões que caracterizam as migrações transnacionais (ONG, 1999). Cada um desses atores assume papéis diferenciados no jogo de forças que se estabelecem entre si em defesa de interesses particulares e coletivos, transformando essa experiência em um espaço no qual vários projetos interagem. Todos esses atores se encarregam da prestação de serviços específicos aos mineiros e suas famílias nos países de origem e de acolhimento. A atuação dessas

empresas é acompanhada pela circulação de bens materiais simbólicos, sendo regulada por normas estabelecidas pelos Estados moçambicano e sul-africano.

O Estado moçambicano é representado pelos Ministérios de Trabalho, Finanças, Interior e Negócios estrangeiros e Cooperação. O Ministério de Trabalho age por meio do Departamento Migratório e suas delegações de Trabalho em Jonanesburgo (África do Sul) e Distrito de Ressano Garcia. A função desse Ministério é essencialmente burocrática e consiste basicamente no controle de processos das contratações mediante validação e arquivo dos contratos e fiscalização dos pagamentos diferidos dos mineiros em coordenação com a TEBA conforme o Acordo 64. A relação que esse órgão estabelece com os mineiros e suas famílias é meramente formal, limitada e caracterizada por certo distanciamento comparativamente à TEBA, como será apresentando mais adiante. Esse protagonismo da TEBA é determinado não só pelos princípios definidos nos acordos de cooperação, como também pela discrepância das condições de trabalho entre as duas instituições. Isso ficou evidente durante o trabalho de campo.

Enquanto a TEBA possui um sistema computadorizado para o controle dos contratos, o sistema de controle utilizado pelo Ministério de Trabalho é manual. Os espaços onde esses contratos são arquivados são afetados por infiltrações, e os funcionários trabalham em espaços muito reduzidos¹¹⁰. Paralelamente as ações do Ministério das Finanças são levadas a cabo através dos serviços alfandegários instalados nas fronteiras, que assumem a responsabilidade pela fiscalização da importação dos bens adquiridos pelos mineiros durante a sua estadia na África do Sul. A emissão dos passaportes dos mineiros é feita pelo Ministério do Interior, através da Direção Nacional de Migração.

Na África do Sul, o Estado sul-africano é representado pelo *Departmet of Home affairs*, que tem a função de controlar a entrada e

¹¹⁰ Durante a pesquisa de campo, estava em processo a construção do novo edifício.

saída dos migrantes, mediante a concessão de autorização de permanência em coordenação com a TEBA. Uma das principais funções desse órgão é a definição de políticas migratórias e de normas que regem os fluxos migratórios.

Os direitos laborais dos mineiros são defendidos pelo Sindicato Nacional dos Mineiros, a National Union of MinerWorkers-NUM, criado em 1982 e filiado ao Congress of South African Trade Unions (COSATU). O NUM é um interlocutor entre os mineiros e os administradores das minas e um dos principais agentes políticos que tem contribuído para a melhoria das condições de trabalho dos mineiros, bem como dos efeitos deste fluxo e na implementação do programa de ações afirmativas do governo sul-africano. Esse sindicato congrega todos os mineiros interessados independentemente da sua nacionalidade e é responsável pela criação de associações nacionais de mineiros nos países de origem dos migrantes, como a AMIMO. Tal associação é dirigida por ex-mineiros e desenvolve projetos comunitários nas zonas de origem com apoio de ONGs internacionais e nacionais. A ação dessa associação é ainda limitada e beneficia principalmente ex-mineiros.

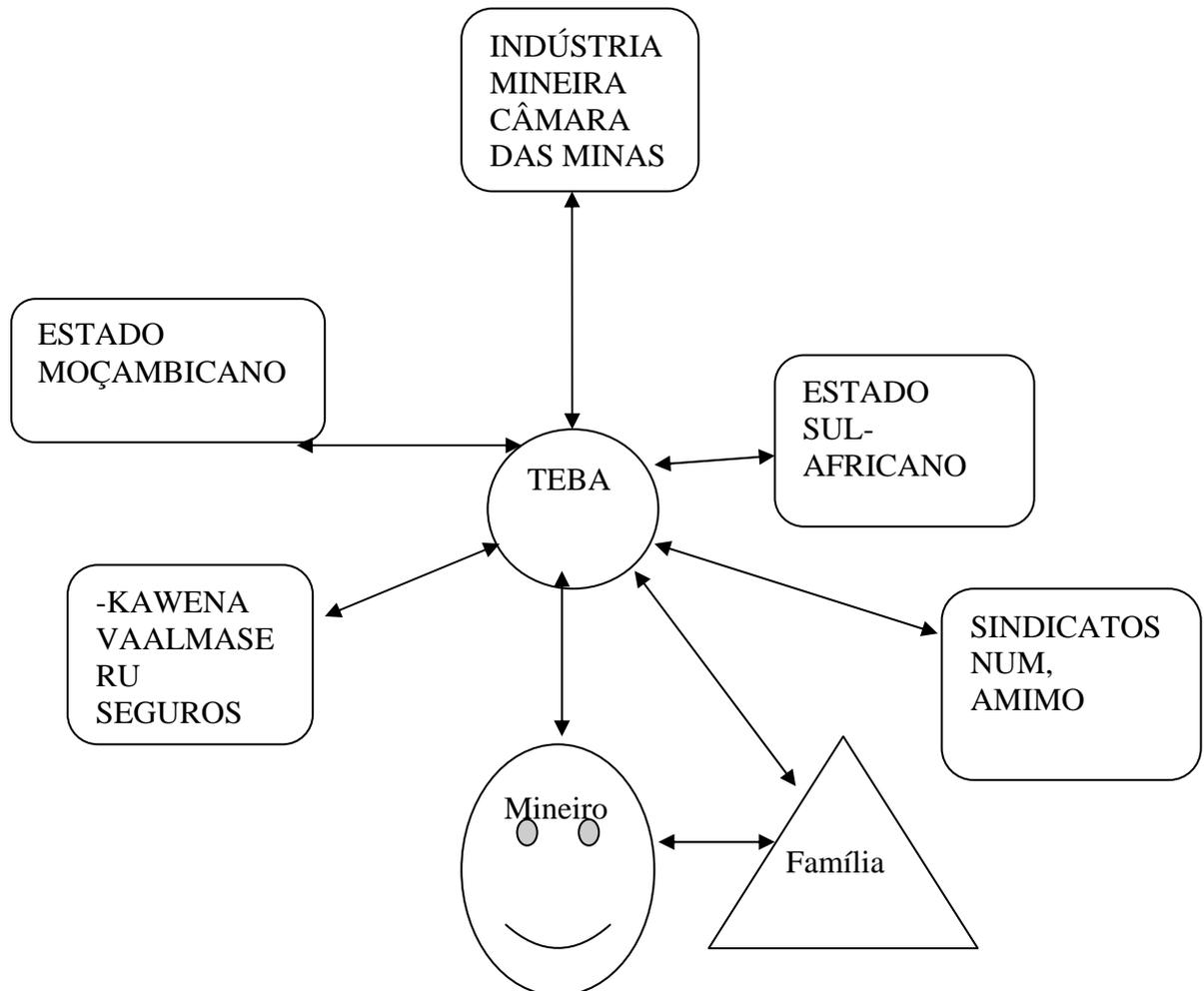
Entre as instituições privadas que participam desse fluxo encontram-se a empresa sul-africana KAWENA, VAALMASERU, TEBA e as empresas de seguros dos mineiros que assumem as tarefas descritas a seguir. A KAWENA é a única empresa que agencia o transporte de cargas, venda e distribuição dos bens adquiridos pelos mineiros através de 15 armazéns espalhados pelas principais cidades em quatro províncias do sul de Moçambique e postos de venda em todas as subdelegações da TEBA. Essa empresa comercializa mais de 200 produtos com destaque para os materiais de construção (cimento, ferro, chapas), mobiliário (camas, colchões, cadeiras, mesas), produtos alimentícios, como farinha de milho, açúcar, leite, chá e produtos de higiene e limpeza (sabão em pó, sabonete), etc e a maior parte desses produtos é produzida na África do Sul. O Estado moçambicano concede direitos especiais à KAWENA pelo fato de prestar serviços exclusivos para os mineiros. A KAWENA goza de

direito de isenção de impostos aduaneiros desde que cumpra com os requisitos previstos no artigo 4 e 5 do Diploma Ministerial nº 62/98 (anexo 2). A atuar na área de transporte de passageiros, a VAALMASERU tem representações na cidade de Maputo e Xai-Xai, província de Gaza, e possui uma frota de transporte (8 ônibus) que se encarrega do transporte diário de mineiros e seus familiares de Moçambique (províncias de Sul) para a África Sul e vice-versa. Antes de essa empresa assumir tal responsabilidade, o transporte dos mineiros era feito principalmente por comboio (até a cidade de Maputo) e meios de transporte semi-coletivos. Nos escritórios dessa empresa, existem quartos para os motoristas e um armazém para guardar as mercadorias perdidas pelos mineiros. É nesses escritórios que se procedem o embarque e o desembarque dos mineiros e suas famílias. Nos pontos de ônibus, é muito frequente observar mineiros acompanhados por seus familiares, muitos deles vindos de lugares distantes para se despedirem.

Por fim, a TEBA assume um papel central na intermediação da relação entre os mineiros, as minas e os Estados envolvidos por meio do agenciamento dos serviços prestados pelas instituições governamentais e não governamentais. Os serviços dessa instituição são apresentados no ponto a seguir.

A figura 3.1 (a seguir) ilustra a relação que a TEBA estabelece com os diferentes atores envolvidos nesse fluxo.

Figura 3.1: Os atores envolvidos no fluxo migratório



3.2 A TEBA E O SEU FUNCIONAMENTO

Pela relevância e trajetória histórica da TEBA no fluxo de mineiros para a África do Sul, concentrei-me na compreensão do seu funcionamento e da forma como essa agência se articula com os diferentes atores. Desde sua criação, essa empresa tem sofrido alterações e se adaptado ao contexto sociopolítico. De uma agência orientada para o recrutamento de nativos (indígenas) no contexto colonial e de *apartheid*, a organização transformou-se em uma instituição de recrutamento de profissionais.

A TEBA está sediada em Johannesburgo e opera em cinco países africanos, nomeadamente: Botswana, Lesotho, Swazilândia, África do Sul e Moçambique, contando com cerca 90 escritórios. A TEBA também possui escritórios nas minas filiadas à Câmara das Minas, denominadas *Teba on the Mine* – TOM.

Desde 2005, 75% de seu capital é propriedade de seis companhias mineiras lideras pelo sul-africano James Montlasi, também membro da Câmara das Minas e membro fundador do NUM, tornando-se o primeiro proprietário negro de uma agência de recrutamento de trabalhadores, fato que simboliza as mudanças que tem se registrado na indústria mineira sul-africana. Os restantes 25% pertencem a funcionários da instituição e proprietários de algumas minas.

Apesar das mudanças que se verificam no funcionamento da TEBA, a instituição continua a responder aos interesses dos proprietários das minas, mantendo estreita relação com a Câmara das Minas. Ainda assim, a presença da TEBA em Moçambique tende a reduzir-se em decorrência da diminuição do número de trabalhadores recrutados para as minas.

Atualmente, a TEBA possui em Moçambique uma delegação central (Sede) na cidade de Maputo e seis subdelegações, das quais duas na província de Inhambane (Maxixe e Vilanculos), três na província de Gaza (Xai-Xai, Chokwè e Chibuto) e uma em Ressano Garcia. Em 2008, a TEBA

contava com um universo de cerca 77 trabalhadores dirigidos por um gerente que também responde pela TEBA, na Suazilândia. Todos esses trabalhadores são moçambicanos, sendo que cerca de 10% são ex-mineiros que ocupam categoriais mais baixas, como pessoal de apoio, motoristas, guardas, etc. O pessoal é recrutado localmente, exceto os que ocupam cargos de direção.

A TEBA tem um papel relevante nesse processo porque é encarregada por controle e fluxo dos mineiros, pagamentos e circulação de informação sobre os mineiros e suas famílias. Portanto, a instituição é uma espécie de consorciação que intermedeia a relação entre as minas, os Estados e os mineiros, funcionando como uma espécie de *brokers*¹¹¹ (intermediários), e, como nó de uma rede, incorpora os desejos e vontades de todos os intervenientes do processo através de mecanismo burocráticos formais e informais legitimados pelos atores.

3.2.1 Os Serviços da TEBA e a Interação dos Atores

A TEBA presta serviços de caráter financeiro, administrativo e social que são efetuados em três setores-chave: serviços sociais, pagamentos e contratos. Dentre os vários serviços oferecidos, as movimentações financeiras, os serviços sociais e as contratações são os mais procurados pelos mineiros e suas famílias.

O setor dos pagamentos é responsável por pagamentos diferidos, pensões e remessas de dinheiro. O setor de serviços sociais atende casos relacionados com as comunicações entre os mineiros e seus familiares, abertura de processos dos beneficiários das pensões e das contas bancárias. Outras atividades desse setor concentram-se na área de saúde,

¹¹¹ Igor Machado utiliza essa expressão para análise do papel dos intermediários na imigração brasileira em Portugal, tomando como ponto de referência a bibliografia sobre o coronelismo e o poder local no Brasil, que destaca o papel desses personagens nas relações de poder.

com destaque para aqueles ligados à AIDS, financiados não só pela TEBA como também pelas instituições do governo, organismos internacionais e ONGs.

Além dos programas de natureza administrativa e social, a TEBA desenvolve atividades de responsabilidade social a fim de permitir a reintegração dos mineiros nas suas comunidades de origem e a melhoria da qualidade de vida de suas famílias. Essas ações estão mais focadas na construção de escolas, financiamento de projetos agrícolas, melhoria de condições de água e saneamento. O apoio às comunidades é canalizado através da AMIMO e estruturas locais da zona de origem dos migrantes, mas estão muito aquém das necessidades dos migrantes.



Foto 3.1: Parte exterior dos setor de pagamento da Delegação da Teba na Cidade de Maputo.

Fonte: Pesquisadora.

As informações dos serviços disponíveis para o mineiro e suas famílias são veiculadas através de cartazes colados nas paredes com mensagens escritas em inglês e changana. Ali predominam informações relacionadas com os procedimentos que os mineiros devem seguir para fazerem seus planos de funerais, pensões, enviar dinheiro para seus familiares, além de diversos esclarecimentos sobre a AIDS. Tais

informações mesclam, de forma paradoxal, aspectos ligados à morte e à vida. O uso de imagens é bastante comum nos cartazes que buscam facilitar a compreensão da mensagem, conforme o cartaz que segue.



Foto 3.2: Cartaz informativo sobre remessas de dinheiro.
Fonte: Pesquisadora.

A informação disponível sobre os serviços da TEBA também é transmitida pelos funcionários dos diferentes setores por meio de explicações verbais. A TEBA recorre a ex-mineiros, geralmente os mais idosos (mais de 60 anos), como Macaringue, para facilitar a sua relação tanto com os mineiros no ativo como com seus familiares. Eles assumem várias tarefas, dentre as quais se destacam o apoio no preenchimento dos impressos para levantamento de dinheiro e o encaminhamento para serviços apropriados.

Para Macaringue, a TEBA é também um espaço ideal para fazer seu pequeno negócio de venda de medicamentos que consumia nos seus tempos de mineiro, os quais, segundo ele, servem para todo tipo de doença e para todos independentemente da sua profissão. Li a bula e constatei que alguns desses medicamentos auxiliam no sistema nervoso, erupção da pele, performance sexual e melhoramento de qualidade de sangue. Esses medicamentos são adquiridos na África do Sul e, segundo o

entrevistado, são de uso frequente entre os mineiros e negros nos subúrbios sul-africanos.

A comunicação interpessoal e verbal através da língua changana assume um papel central no relacionamento da TEBA com os mineiros e seus familiares. Na verdade, a changana foi eleita a língua oficial dos mineiros moçambicanos à semelhança do *fanagaló*. Por esse motivo, quase todos os mineiros e funcionários da TEBA são falantes de changana independentemente da sua origem étnica e linguística. Uma das particularidades do changana, é o fato de ser compreendida pelos falantes de outras línguas faladas pelos habitantes do sul de Moçambique, o que revela uma fluidez das fronteiras linguísticas.

Outro aspecto revelante é a distribuição espacial da TEBA. Em todas as delegações visitadas, os espaços foram delimitados para responder de forma específica aos grupos existentes. Existem espaços reservados ao atendimento exclusivo dos mineiros e outros aos seus familiares (exceto na TEBA de Ressano Garcia, onde o atendimento é exclusivo para os mineiros). Em cada um desses espaços, a interação entre as pessoas que por lá transitam e os funcionários assume configurações diferentes. Nos espaços de atendimento aos mineiros, por exemplo, a relação entre os mineiros e os funcionários são meramente profissionais e mais formais. Nos espaços reservados aos familiares, as relações entre os funcionários e os usuários são mais fluidas e informais.

3.2.2 As Percepções das “Injustiças”

Como foi mencionado no capítulo I, o pagamento diferido, instituído na Convenção de 1928 e reconfirmada pelo Acordo 64 é a principal despesa feita da TEBA aos mineiros. Esses fundos são transferidos a partir de um processo complexo que envolve a circulação do dinheiro das minas para a TEBA na África do Sul. Por sua vez, a TEBA transfere os fundos

para o Banco de Moçambique que, mais tarde, repassa em prestações para as delegações da TEBA em Moçambique para o pagamento desse valor aos mineiros através da TEBA Bank.

Dando continuidade ao discurso do governo colonial português, a retórica do governo atual para justificar o pagamento diferido é baseado em uma discursividade de familismo que aprisiona os sujeitos migrantes. O argumento defendido pelas autoridades governamentais é de que além de o pagamento diferido representar uma fonte de receita para o governo, garante uma boa aplicação dos fundos e o sustento das famílias dos mineiros. Essa posição foi manifestada por um funcionário do Ministério de Trabalho de Moçambique do seguinte modo:

(...) muitos mineiros gastam o dinheiro na África do Sul e esquecem que têm família cá em Moçambique e a decisão das autoridades de descontá-los é benéfico porque quando eles voltam, juntam dinheiro (...) se eles não fossem obrigados a descontar, iam gastar o dinheiro em outras coisas tirando o caso de um e outro lúcido, a maioria deles ia gastar.

Esse depoimento revela a forma discriminatória como os mineiros são tratados pelas instituições governamentais e a interferência desses órgãos nos projetos desses homens. Todos os entrevistados são contrários ao pagamento diferido, pois consideram que o dinheiro que recebem na África do Sul não é suficiente para sustentarem suas famílias, fato que os obriga a exercerem outras atividades nos seus tempos livres. No fundo, o pagamento diferido é a principal forma pelo qual o Estado moçambicano tira dividendos desse processo através de entrada de divisas no país, e sua preocupação central não é o sustento das famílias tal como referenciado nos discursos oficiais.

Os entrevistados mostraram-se também insatisfeitos pela forma como o pagamento diferido é efetuado. Muitos disseram não entender a base do cálculo dos valores descontados e sentem-se injustiçados pelo câmbio baixo aplicado e o fato de o dinheiro não render juros durante a sua ausência. Outros, manifestaram a vontade de ter o dinheiro

depositado em contas bancárias para minimizar os riscos de assalto no ato de levantamento. A respeito disso, Vilanculos expressou-se da seguinte maneira:

(...) nós estamos a ser roubados (...) nosso dinheiro não rende nada. Ficamos lá a trabalhar e o dinheiro fica parado. Não temos contas no Banco. Deviam deixar o dinheiro a render aqui em Moçambique ou deixarem levantar o dinheiro na África do Sul (...).

O espaço em que se procede o pagamento diferido apresenta algumas particularidades que explicitam a forma como ocorre a relação entre os diferentes atores. Trata-se de um espaço majoritariamente masculino, onde os pagadores (funcionários da TEBA) e os que recebem (mineiros) se comunicam por um guichê protegido por um vidro blindado. Alguns mineiros se fazem acompanhar por suas esposas ou parentes, mas estes geralmente aguardam por eles na parte de fora. Depois de receberem o dinheiro, uns optam por entregar todo dinheiro às suas companheiras, enquanto outros preferem guardar pessoalmente em lugares seguros como meias, roupa interior ou repartirem o dinheiro com os seus acompanhantes.

A presença dos acompanhantes pode ser interpretada, por um lado, como uma estratégia para reforçar a segurança no transporte do dinheiro (visto que alguns mineiros têm sido assaltados) e, por outro, como uma forma de os familiares testemunharem os resultados obtidos no *Joni*. A atitude de um mineiro que encontrei em uma das minhas idas à TEBA, da cidade de Maputo, na companhia da esposa, ajuda a compreender a segunda situação. Depois de levantar o dinheiro, o mineiro entregou sorridente o volume do dinheiro que acabara de levantar para sua esposa que o aguardava em um dos bancos dizendo: “Hi letchi” (está aqui). A esposa recebeu o dinheiro sorrindo e, em seguida, colocou na bolsa. Uma outra interpretação desse gesto é de que a mulher tem mais habilidade para guardar e gerir o dinheiro.

Em todos os escritórios da TEBA, existe um conferente que se posiciona junto à parte externa dos balcões onde se efetua o pagamento diferido. Esse funcionário do Estado moçambicano fornece o câmbio do dia e fiscaliza todo o processo do pagamento diferido. Depois de receber o dinheiro, o mineiro entrega ao conferente que, por sua vez, reconta e devolve ao mineiro em nome do Estado moçambicano. Esse ritual é permanente e serve para evitar desconfiança, porque, segundo um dos conferentes entrevistados, os mineiros acusavam os funcionários da TEBA de desviarem uma parte dos seus salários. Para tal funcionário, o problema não estava nos desvios, mas nas dificuldades que o mineiro tinha de entender a base do cálculo do seu salário. Esse processo transforma-se em um encontro entre o Estado moçambicano, mineiros e as famílias, no qual os intervenientes como atores de uma encenação ritual revestida de simbolismo. O que está em jogo não é apenas o pagamento em si, mas o lugar que cada ator ocupa nesse processo. Observei, por exemplo, que muitas vezes o conferente limitava-se a cumprir o seu papel carimbando os talões de levantamento sem conferir o dinheiro.

Das vezes que transitei pelos locais de pagamento, percebi que a minha presença nesse espaço nem sempre era aceita com tranquilidade. Esse fato ficou evidente quando pedi para que um dos conferentes me ajudasse a indicar um mineiro para uma entrevista. O funcionário respondeu ao meu pedido nos seguintes termos:

Não te aconselho. Estes são confusos. Não vale a pena falar com eles aqui. Podem pensar que queres lhe aldrabar e roubar o dinheiro deles. Alguns destes homens não prestam (...) Já fui ameaçado muitas vezes aqui (...).



Foto 3.3: Câmbio do dia (Local: Ressano Garcia - 2007).

Fonte: Pesquisadora.

3.2.3 O Pagamento das Remessas e das Pensões

O ambiente tenso e de desconfiança do espaço do pagamento diferido contrasta com o vivido nos espaços de atendimento aos familiares, essencialmente feminino, nos quais se nota uma maior interação, cumplicidade e intimidade entre as pessoas (sobretudo as senhoras) e os funcionários que não se encontram nos balcões do pagamento. Muitos desses funcionários tratam as pessoas utilizando expressões familiares (como *mama*, *papa*, *mana*) e conhecem a história de cada um que lá se encontra. Foi assim que, por exemplo, consegui identificar as mulheres viúvas.

Os fundos pagos às famílias provêm das remessas enviadas pelos mineiros e das pensões que tais famílias recebem pelos seus familiares já falecidos. O levantamento desse dinheiro é feito mediante o preenchimento de um talão escrito em inglês, o que torna indispensável o auxílio dos funcionários da TEBA e reforça as relações de dependência e

subordinação. Trata-se de relações assimétricas entre um grupo que domina as regras e a escrita e outro que não tem domínio.

Esse talão é fornecido no mesmo dia do levantamento e tem a mesma função que a de um cheque avulso; é acompanhado por uma caderneta, onde são efetuados os registros de cada movimento e o controle de saldo. Diferentemente das instituições bancárias comuns, os beneficiários se identificam, utilizando suas impressões digitais. Os homens encontraram uma forma peculiar de limpar a tinta, passando os dedos no cabelo, ao passo que as mulheres se limpam com as capulanas¹¹². A TEBA só permite saques, o que limita a possibilidade de os mineiros e suas famílias economizarem seus recursos através desse sistema. Todavia, durante as entrevistas, esse assunto não foi questionado pelos usuários desse sistema.

Enquanto uma parte dos mineiros envia regularmente dinheiro para o sustento dos seus familiares utilizando o sistema bancário da TEBA, outros preferem fazer uso de canais não oficiais, como redes de amigos, familiares, colegas e transportadores. Nos pontos de ônibus da principal empresa transportadora de mineiros para Moçambique, a VAALMASERU, é comum encontrar familiares de mineiros aguardando pela chegada do ônibus para receberem dinheiro enviado pelos mineiros. Muitos mineiros optam por enviar dinheiro com os motoristas, mas Brígida conta que essa via não é das melhores visto que, nas suas palavras, “(...) são todos aldabrões porque cobram e comem o dinheiro e dizem que perderam ou foram assaltados (...)”. Por esse motivo, Brígida deixou de usar essa via e passou a utilizar um Banco privado, apesar das taxas que são cobradas.

O representante da VAALMASERU confirma as desvantagens desse meio e referiu que os seus funcionários já não são autorizados a receber encomendas nem dinheiro dos mineiros porque no passado registraram-se muitos conflitos entre os mineiros e a empresa.

¹¹² Espécie de canga, utilizada pelas mulheres como traje do dia a dia e durante as cerimônias como casamento, falecimento, etc.

A maioria dessas transações são centradas na esposa. É ela que recebe, levanta e administra o dinheiro enviado pelo mineiro, tornando-se uma figura central na interligação do mineiro com a sua família. Essa tendência é recente e revela mudanças que ocorrem nas famílias dos mineiros mais jovens onde a mulher e a família nuclear ganham centralidade. A mulher acaba assumindo a chefia da família, tomando decisão sobre a gestão da casa e educação dos seus filhos. Uma das principais prioridades dos mineiros é garantir a sobrevivência das famílias, embora os recursos enviados nem sempre sejam suficientes para suprir as necessidades da família, como observa Brígida:

Todos meses recebo 500 Randes. Este dinheiro é pouco, mas consigo pagar energia e comprar alguma coisa para as crianças. O resto consigo na associação¹¹³ (...).

O pagamento das pensões destinadas às viúvas também constitui uma das principais despesas da TEBA¹¹⁴. É por essa razão que os dias reservados ao pagamento das pensões às viúvas são movimentados. A existência de elevado número de viúvas nos balcões da TEBA evidencia a relação do trabalho mineiro com a morte. Pude identificar dois tipos de pensões mediados pela TEBA: um depende da aderência voluntária do mineiro; outro provém do sistema de segurança social no qual o mineiro é descontado obrigatoriamente uma parte do seu salário durante sua permanência nas minas. O primeiro, *Mineworkers Provident Fund* implementado desde 1989 beneficia os mineiros ao atingirem idade de reforma, os despedidos, os que contraírem invalidez durante o seu trabalho nas minas ou as viúvas e dependentes de mineiros que perderem

¹¹³ Brígida é membro de uma associação de mulheres em Xai-Xai, eu a conheci quando participava de um seminário sobre direitos humanos e das mulheres. Fiquei impressionada pelo seu dinamismo e quando me aproximei dela fiquei sabendo que era esposa de um mineiro. A partir daí nossas relações se estreitaram.

¹¹⁴ Em 2007, as remessas representaram 655 milhões de randes, o equivalente a cerca de 80 milhões de dólares.

a vida por acidente de trabalho¹¹⁵. Os benefícios dessa pensão abarcam o subsídio de funeral e pagamento de 36 meses de salário aos familiares dos mineiros. O segundo tipo de pensão provém do *The Rand Mutual Assurance* criada em 1894. Os principais beneficiários são os mineiros, ex-mineiros assim como os seus dependentes.

É importante destacar que a reforma a que se refere não ocorre nos mesmos moldes da reforma pela qual o trabalhador recebe uma pensão fixa ao longo dos últimos anos de sua vida. No caso dos mineiros, as minas pagam de uma única vez uma indenização. Esse tem sido um dos grandes pontos de reclamações dos mineiros.

Os dados de campo mostram que nem todos os beneficiários conhecem os procedimentos e os seus direitos, o que faz com que muitos não se beneficiem das pensões. Além disso, o processo para a atribuição das pensões é bastante burocrático, o que gera desistências e frustrações no seio dos beneficiários. Aqui o capital social e cultural exerce um papel importante para romper com as barreiras e iniciar o processo para aquisição dos benefícios.

A falta de clarificação dos procedimentos para atribuição e recepção das pensões inicia no próprio processo de recrutamento. Nos contratos de mineiros a que tive acesso, observei que a esposa tem sido a pessoa frequentemente indicada como beneficiária em caso da morte do mineiro casado. No entanto, a TEBA não explicita o processo de indicação dos beneficiários, ou seja, apesar de o contrato ter um espaço reservado para essa questão (*Deathly Beneficiary*), os funcionários da TEBA fazem uma pergunta indireta para o preenchimento desse espaço, ou seja: a quem se pode contatar caso ocorra algum problema nas minas?

¹¹⁵ A idade máxima de reforma para os mineiros do *underground* é de 60 anos e da superfície de 63 anos, enquanto que a idade mínima para os mineiros do *underground* é de 50 anos e para os da superfície 53 anos. A diferença de anos dessas duas categorias de trabalhadores se deve à natureza do seu trabalho. Os trabalhadores do *underground* estão mais sujeitos a contrair doenças relacionadas com a sua atividade como tuberculose, pneumonia, além de correrem com frequência mais riscos de acidente.

Quando procurei saber de um dos funcionários da TEBA da Cidade de Maputo o motivo dessa situação, ele referiu que a pergunta é assim colocada para evitar que os mineiros tenham a sensação de morte. Trata-se de uma situação que acaba por transformar as mulheres em principais beneficiárias das pensões sem que os mineiros deliberem de forma consciente sobre esse aspecto. Embora a indicação do beneficiário seja feita dessa forma, a maior parte dos mineiros entrevistados reiteraram a sua preferência pela esposa, afirmando que a colocariam como beneficiária em caso de sua morte pelo fato de ela ser a sua companheira e a mãe dos seus filhos. Essa imagem positiva sobre as mulheres foi percebida por Rabe (2006) no estudo com mineiros moçambicanos, sul-africanos e oriundos de suazilândia e do Lesotho, que descreveram as esposas no seguintes termos: *"she is very good woman..., she is treating me very well..., she is very well..."*, ou seja, ela é uma boa mulher, ela me trata muito bem e ela é muito boa.

Na entrevista realizada com senhoras viúvas, ficou claro que as dificuldades para a obtenção das pensões são enormes. A maior parte referiu que enfrentou dificuldades para obter as pensões e que os valores que recebe são muito baixos. Algumas contam que chegaram a pagar valores a funcionários da TEBA para, segundo elas, "agilizar" o processo. Esses problemas foram confirmados pelos funcionários entrevistados que salientaram que a demora se dá na África do Sul.

Também existem casos de mineiros falecidos na África do Sul sem o conhecimento dos seus familiares, casos em que a TEBA enfrenta dificuldades para localizá-los por insuficiência de dados ou mudança de residência. Para colmatar essa situação, no mês de maio de 2009, o Ministério de Trabalho de Moçambique divulgou, pela imprensa, a lista dos mineiros mortos e apelou aos seus familiares para contatarem a instituição para reaver o dinheiro das pensões a que têm direito. Uma parte desse valor provém da venda dos bens deixados pelos mineiros (espólio). Supõe-se que muitos desses familiares residam em regiões recônditas, sem acesso a jornal e outros canais de informação.

3.2.4 O “Passaporte” para as Minas

O recrutamento, termo empregado pelos próprios mineiros e atores envolvidos na contratação de mineiros para as minas, é um dos momentos mais importantes do percurso dos mineiros rumo às minas. Qualquer descumprimento das normas definidas pelos dispositivos legais vigentes pode impedir o seu movimento de “ir” e “vir” e, conseqüentemente, interromper a concretização de projetos de milhares de famílias. Todo o processo de contratação é intermediado pela TEBA por meio de um sistema computadorizado que permite que o mineiro seja identificado por um simples número em todas as delegações da instituição e nas minas.

O processo de recrutamento abrange três tipos de trabalhadores: o primeiro grupo é composto por *trabalhadores qualificados desempregados*, isto é, com qualificações e experiência na indústria mineira que não tiveram seus contratos renovados por motivos diversos (excedente de mão-de-obra, falência da mina, demissão, etc). São indivíduos que já trabalharam nas minas e tornaram-se mão-de-obra na reserva. O segundo integra *trabalhadores qualificados cujos contratos acabam de expirar*. O terceiro é composto pelos *novatos* (*novices*) também conhecidos por *mafungas*¹¹⁶.

Os trabalhadores do primeiro grupo são recrutados somente quando as minas necessitam de categorias específicas de trabalhadores qualificados (como por exemplo, os *rock drillers*, ou seja, os perfuradores de rochas). A identificação desses trabalhadores ocorre mediante

¹¹⁶ Expressão em fanagaló, que significa aprendiz.

divulgação de mensagens através de rádio, redes familiares e de amizades, ex-mineiros e estruturas locais, como as administrações dos distritos e líderes comunitários. O segundo grupo renova seus contratos no fim das suas férias anuais e constitui a maioria. O terceiro é contratado somente em casos excepcionais, ou seja, quando ocorrem mortes, reforma ou doença dos mineiros, e os proprietários das minas autorizam a substituição do trabalhador por um dos seus parentes.

O processo de recrutamento tem início nas subdelegações da TEBA, espalhadas nas províncias do Sul, e posteriormente é formalizado no posto de Ressano Garcia. Portanto, Ressano é o posto de passagem obrigatória e a única entrada e saída de mineiros para as minas. Em virtude disso, tornou-se um lugar de trânsito e ponto de convergência de mineiros oriundos de vários locais e províncias de Moçambique em busca de um contrato para as minas. A importância dessa delegação é acrescida pelo fato de estar junto ao principal posto fronteiriço entre Moçambique e África do Sul.

Em Ressano Garcia, os procedimentos das contratações são rigorosa e rigidamente seguidos. Geralmente, os mineiros renovam os seus contratos no mesmo dia em que viajam para as minas. Os escritórios lá existentes situam-se em um pátio amplo e com um declínio acentuado típico de uma zona montanhosa. A dimensão da infraestrutura lá existente (cozinhas, dormitórios, escritórios) revela que, no passado, o fluxo de mineiros era bastante elevado. Hoje, esse espaço está sendo utilizado parcialmente devido à redução do fluxo dos mineiros. Existe apenas os serviços administrativos e os setores de pagamentos e contratações.

O bloco administrativo encontra-se na parte de cima, e os restantes serviços na parte de baixo do pátio. No mesmo complexo, próximo da parte administrativa, encontra-se um representante da KAWENA, que promove a venda de produtos para os mineiros. O acesso aos serviços de contratações se dá a partir de uma longa escada. Antes de descerem para a sala dos contratos, os mineiros deixam as suas pastas de viagem nos bancos, que se encontram em baixo de uma árvore, na parte de cima do

pátio. As pastas são em geral pequenas, quase iguais e ficam amontoadas, formando um círculo. O ambiente é de confiança, e os mineiros parecem despreocupados com possíveis desaparecimentos dos seus pertences que, em geral, são de pouco valor material. Esse cenário não é o mesmo que acontece quando os mineiros regressam à terra natal, uma vez que geralmente chegam munidos de bens materiais depois de mais um contrato de trabalho.

Na parte interior da sala de emissão de contratos, existem cerca de 30 bancos com capacidade de albergar 300 pessoas. Os bancos estão dispostos paralelamente, de modo que os mineiros ficam virados de frente para o *guichê* de atendimento. Antes de se dirigirem ao *guichê*, os mineiros submetem os seus documentos ao chefe da Secção da TEBA para confirmação preliminar dos dados. Esse momento é tenso porque qualquer insuficiência de informação pode significar o regresso para casa. Depois dessa etapa, os mineiros aguardam de forma ordeira pela chamada ao *guichê*, onde são emitidos os contratos. Ali, colocam os seus dedos em um aparelho que os identifica a partir da impressão digital e registra os seus dados. Esse processo leva em média 30 minutos, o que, no entender de um dos funcionários da TEBA, significa uma melhoria dos serviços de atendimento, maior simplicidade e eficiência dos serviços, permitido assim a redução do custo da própria TEBA. A mesma fonte aponta que antes os mineiros pernoitavam em Ressano Garcia durante dias à espera da sua vez para embarcar e a TEBA custeava suas despesas de transporte e alimentação. Na época, alguns dormiam ao relento devido à superlotação dos espaços disponíveis e, na fronteira, eram obrigados a preencher fichas complexas para o seu nível escolar, fato que não ocorre atualmente.

Dos *novices* e dos mineiros qualificados desempregados é exigido o passaporte atualizado, o TELEX e o documento do *Department of Homme Affairs*¹¹⁷. Esse documento que autoriza o exercício de atividades profissionais na empresa que emitiu o TELEX é solicitado pelo

¹¹⁷ Representante do Ministério do Interior sul-africano.

empregador. O modelo de "TELEX" varia de mina para mina, mas todos contêm informações similares (nome da companhia, identificação do mineiro e atividade a ser desenvolvida). Em alguns casos, a aquisição do TELEX envolve suborno aos funcionários das minas. Foi o que aconteceu com Francisco Mucavel, mineiro, natural de Xai-xai, 37 anos, esposo da Brígida, uma das entrevistadas. Brígida relata que ajudou o marido a renovar o contrato através de contatos estabelecidos com um vizinho da sua terra natal (amigos dos pais) que ocupava um lugar de chefia como *boss boy*. A entrevistada assim conta:

Falei com meus tios na zona. Meu marido já estava desempregado desde junho (2009). Falei com meus tios e eles pediram 2.000 Randes. Pedi emprestado aqui na zona e ele agora esta a trabalhar.

O depoimento de Brígida revela não só a existência de alternativas para o estabelecimento de contratos com as minas, como também a agência (ORTNER, 1994) das mulheres na experiência migratória, ainda que se estabeleça a partir do papel subalterno da mulher.

Para a contratação dos mineiros que já exerciam suas atividades nas minas, é exigida a apresentação de um certificado denominado *BONUS CERTIFICATE*, emitido pela entidade empregadora, e o passaporte. O mineiro também precisa apresentar o documento emitido pelas autoridades sul-africanas pelo *Department of Home Affairs*. Munido desses documentos e "Makhulo Skopo"¹¹⁸, documento de identificação do mineiro emitido pela TEBA, o mineiro apresenta-se ao setor de emissão de contratos de Ressano Garcia.

Para garantir a renovação do seu contrato, o trabalhador que se encontra de férias deve apresentar-se na TEBA, até ao dia estipulado pelo seu patrão no BONUS. Contudo, nem todos conseguem cumprir com esse

¹¹⁸ Makhulo Skopo significa cabeça grande em Fanagaló. Os funcionários da TEBA disseram que atribui-se esse nome porque nos primeiros documentos emitidos no tempo colonial, os mineiros apareciam com cabeças grandes. Esse documento contém o número de identificação do mineiro na TEBA e é através dele que se pode ter acesso a histórico, dados pessoais, bancários, incluindo o contrato do mineiro.

prazo em função de razões relacionadas com doença, mortes, cansaço, etc.

Durante o trabalho de campo, deparei-me com algumas situações dessas na cidade de Maputo, Maxixe e Ressano Garcia. Quando isso ocorre, a TEBA faz a mediação da comunicação entre a mina e o trabalhador através do envio da mensagem por e-mail ou contato telefônico para a TOM. Em caso de doença, a família do mineiro entra em contato com o setor dos serviços sociais da TEBA para dar informações sobre a situação do trabalhador.

Alguns dos funcionários entrevistados dizem que muitas vezes os mineiros utilizam essa estratégia para prolongar a sua estadia em casa. Presenciei casos de mineiros nessa situação que justificaram seu atraso dizendo que estavam doentes. Em um desses casos, o trabalhador foi autorizado a regressar depois do contato com a TOM, e em outro, teve que aguardar pela resposta. Por vezes, trabalhadores acabam por perder seus empregos quando não se apresentam dentro do período previsto. Quando isso ocorre, alguns optam pela clandestinidade em vez de regressarem para casa.

Alguns informantes que trabalharam nas minas durante o regime do *apartheid*, como Pelembe e Macaringue, contam que, nos últimos tempos, os patrões têm sido menos rigorosos com seus empregados quando esses não se apresentam no local de trabalho no dia marcado. Macaringue afirma:

Nos tempos passados, eles [os patrões] batiam. Você dizia que tinha dores de barriga, davam medicamento. Tem dor de dentes, mandavam arrancar o dente. Querendo como não, tinha que trabalhar. Hoje não é assim. Podemos arranjar documento no hospital para justificar e eles aceitam.

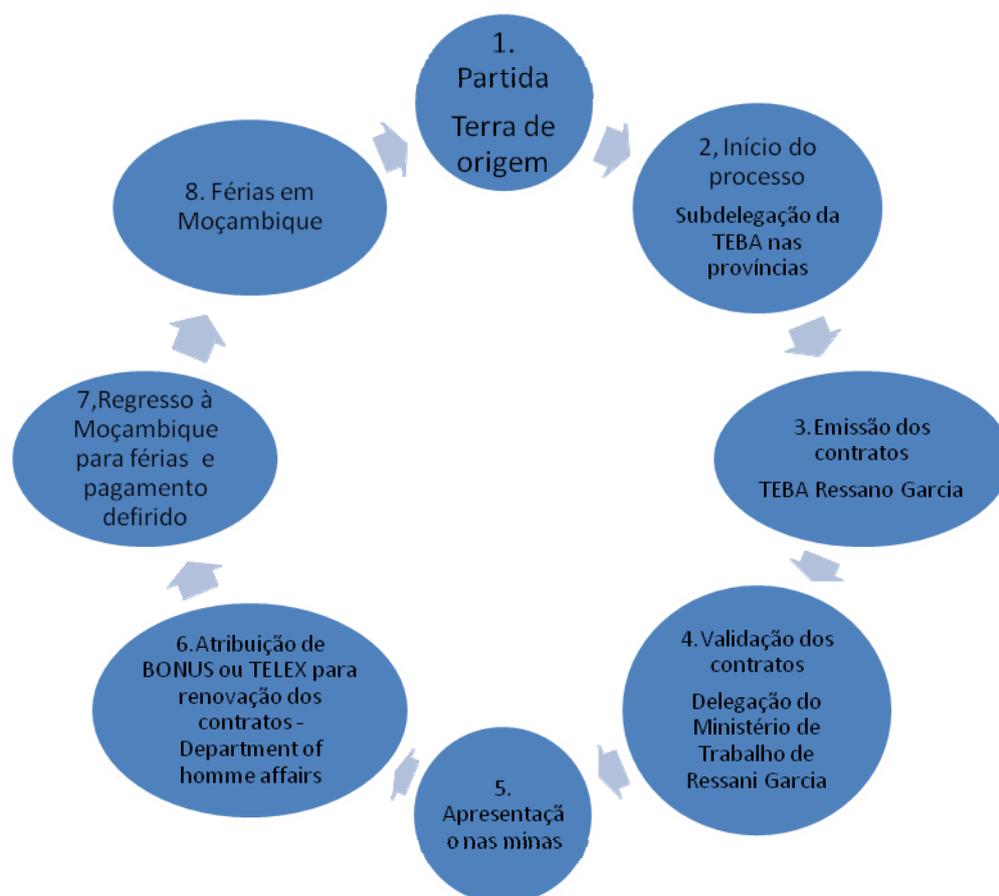
Macaringue, Pelembe e António Dimas, natural de Chibuto, casado, crente da Igreja do Nazareno, na mina desde 1969, e mesmo os funcionários mais antigos da TEBA reconhecem que o fim do *apartheid* trouxe melhorias significativas para o mineiro. Os salários são muito

melhores agora do que na época do *Apartheid*, e as pessoas tratadas com mais respeito. Um dos pontos ressaltados por Dimas para se referir a esse aspecto é o fato de hoje os mineiros terem direito a um enterro condigno contrariamente ao passado, quando, segundo ele, eram enterrados na África do Sul sem conhecimento da família. Portanto, a ideia compartilhada pelo entrevistado é de que, com a libertação de Mandela, os mineiros tornaram-se mais livres e com seus direitos respeitados.

3.2.5 Os Contratos e as Perspectivas de Retorno

Depois de cumpridos todos os procedimentos para o recrutamento dos mineiros, segue-se a emissão dos contratos, os quais são assinados pela TEBA em representação das minas e pelo trabalhador. Em seguida, os mineiros submetem pessoalmente os contratos para a Delegação Distrital do Trabalho, que se situa a 5 metros da TEBA, para a obtenção de uma terceira assinatura. Só assim é que o contrato tem validade. Procurei através da figura 3.2, ilustrar a diferentes etapas de migração circular dos mineiros.

Figura 3.2: As etapas do processo das contratações



O Estado moçambicano funciona como aquela entidade que tem o poder de validação do processo de contratação do mineiro, porém as regras e condições do contrato são firmadas por acordos bilaterais e por interesses privados. Ao Estado sul-africano cabe a tarefa de autorizar a permanência dos mineiros à luz da sua legislação. Contudo, as regras do jogo das contratações e do funcionamento do fluxo das minas são determinadas pelos proprietários das minas e estão na maior parte das vezes fora do controle dos Estados nacionais.

Os contratos (*mudendes*¹¹⁹), cuja duração é de 12 meses, quando têm seu período encerrado, não são renovados automaticamente. O mineiro é obrigado a regressar a Moçambique a fim de firmar um novo contrato com a mesma ou outra companhia mineira, se existirem condições para tal. Essa estratégia tem como finalidade controlar o fluxo dos mineiros e evitar que muitos permaneçam na África do Sul de forma ilegal ou rompam os vínculos com os seus familiares.

Durante o trabalho de campo, percebi que, embora existam mineiros que acabam por permanecer definitivamente na África do Sul, construindo seus lares e rompendo com o ciclo apresentado na figura 3.2 (página anterior), a grande maioria dos entrevistados referiu que pretende regressar à sua terra natal depois da reforma, o que significa que muitos concebem seus projetos migratórios levando em conta o caráter temporário da migração e a perspectiva de regresso.

Medeiros (2003) refere que, em 1995, o governo sul-africano ofereceu uma "anistia" (Miners Amnesty¹²⁰) de residência permanente aos mineiros estrangeiros que estivessem trabalhando desde 1986, mas as candidaturas apresentadas por moçambicanos foram muito aquém das expectativas, o que demonstra que os mineiros encaram a migração como uma experiência transitória e provisória.

Para Sayad (1998), essa provisoriedade é marcada por uma contradição, visto que nas suas palavras:

"(...) não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinitivamente ou ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas se se gosta de viver com intenso sentimento do provisoriedade. Oscilando, segundo as circunstâncias, entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato, a situação do migrante se presta, não sem alguma ambiguidade, a uma dupla interpretação (...)" (SAYAD, 1998, p. 45)

¹¹⁹ Mudendes significa contrato em Fanakalo.

¹²⁰ Esse processo foi levado a cabo de outubro de 1995 a Março de 1996.

É, portanto, renovando os contratos, sujeitando-se à regras estabelecidas, prolongando a sua condição de migrantes que os mineiros entrevistados e muitos outros que se deslocam para a TEBA encaram a migração como uma estratégia de vida caracterizada por momentos de certezas e incertezas.



Foto 3.4: Mineiros conferindo os documentos para a emissão dos contratos (TEBA em Ressano Garcia, 2008).

Fonte: Pesquisadora.

4 RELATOS DA VIDA NAS MINAS: ALOJAMENTOS, MEDOS E SEGREDOS

O “compound” é essencial para o sistema rígido de controle da força de trabalho. É vedado, fechado para os de fora, e os mineiros precisam de permissão para se ausentarem mesmo fora das horas de trabalho. (FIRST et al., 1998, Ilustração IV)

O principal objetivo do presente capítulo é compreender a lógica interna das minas do ponto de vista dos mineiros, a partir da análise dos alojamentos e do seu campo profissional, colocando em evidência os princípios que regem o funcionamento desses alojamentos, as diferentes fases do processo de treinamento, a descida para o subsolo e a forma como os mineiros interpretam a vida nas minas e a sua convivência com o perigo. A questão da masculinidade é analisada nas condutas e atitudes dos mineiros e na sua relação com a AIDS.

4.1 OS ALOJAMENTOS: NOVOS TEMPOS, NOVAS ABORDAGENS

4.1.1 Os *hostels*: um Espaço para os Transmigrantes

O trabalho e a habitação estabelecem uma relação de interdependência e são elementos fundamentais para a definição do trabalhador migrante, visto que o trabalhador só adquire estatuto oficial quando possui uma habitação e um empregador (SAYAD, 1998). É nesse contexto que, há muito tempo, as companhias mineiras organizam alojamentos para os mineiros como parte integrante dos contratos assinados. Trata-se dos *compounds* ou *hostels*, alojamentos grátis, que se situam próximos do local de trabalho, destinados para mineiros sul-africanos e estrangeiros do sexo masculino. Dados da NUM indicam que

mais de 60% dos mineiros, na sua maioria estrangeiros, acomodam-se nesses locais, ficando longos meses longe dos seus familiares, da terra natal e dos valores culturais. Nessa linha, Appadurai (1999) refere que à semelhança de outros grupos (refugiados, exilados), os albergues de mão-de-obra estrangeira podem ser concebidos como translocalidades por estarem separadas de contextos nacionais. *Os hostels* são espaços cercados que podem albergar até 5.000 homens, distribuídos em dormitórios coletivos que acomodam de 8 a 12 mineiros. *Os hostels* possuem igualmente infraestrutura como cozinhas, sanitários e quartos de banho, bares, hospital e espaços para a prática de esporte.

Ao se analisar a lógica interna da vida nos *hostels*, percebe-se que é semelhante a de ambientes de confinamento humano, como os presídios, coventos, manicômios, analisados por Goffman (1992) como instituições totais, por comportar uma máquina administrativa que integra processos de admissão, regras de condutas (comportamentos prescritos e proibidos) que modela a conduta dos internados. Harris (1994) aponta que o primeiro *hostel* foi construído em 1885 pela companhia De Beers e tinha como principal objetivo controlar o movimento regular dos trabalhadores através de um regime disciplinar e de controle.

Ainda hoje, as regras, os horários das refeições e entradas e saídas são rigorosamente seguidos, e os mineiros têm a vida vigiada. O *hostel* é cercado por uma vedação, sendo que seu acesso (entrada e saída) só é permitido mediante apresentação do cartão de identificação exclusivo aos mineiros (*makulo skopo*) que funciona através de um sistema de controle *computarizado*. Nas palavras de Júlio “(...) *só pelo número podem descobrir que não comeste e que não estás na mina. Se acordas tarde, vem alguém saber o que se passa (...) parece que gostam de ti, mas é porque eles não querem perder dinheiro*”.

Os hostels possuem uma estrutura organizativa que permite o controle dos trabalhadores. Os alojamentos são governados por um gestor (*compound manager*) que vive no *hostel*, e a liderança dos quartos está a cargo dos *chibombas*, que são escolhidos pelos integrantes do grupo.

Contudo, cada nacionalidade é representada por um *induna*, que assume a responsabilidade pelo acompanhamento da conduta dos mineiros provenientes do seu país. No passado, os quartos eram distribuídos em função de nacionalidades, mas, com o fim do *apartheid*, os quartos congregam pessoas de várias nacionalidades. Portanto, em um mesmo quarto podem coabitar mineiros provenientes de vários países e etnias. Alguns entrevistados referem que essa medida foi tomada como forma de evitar regionalismo e divisões étnicas entre os mineiros, pois, segundo Pelembe, "(...) nós machanganas éramos mais gostados pelos bôeres porque somos bons trabalhadores (...)". Isso não significa que o fator étnico não seja preponderante e utilizado como um papel de diferenciação entre os mineiros. O que mudou foi a forma como a diferença étnica é manejada. Na convivência diária, a sua identidade étnica é ressaltada, isto é, é como changanas, xhosas, zulus, sothos que os mineiros se tratam e demarcam suas fronteiras étnicas e sociais, daí a importância da figura dos *indunas*.

De acordo com os entrevistados, a religiosidade é incentivada, e o princípio religioso é respeitado na hora de compartilhar os quartos. Macaringue diz que sempre conseguiu partilhar quartos com pessoas de suas relações de amizade, que professavam a sua religião, contribuindo assim para o estabelecimento de rotinas que falcultam fazer orações. Em contrapartida, Júlio teve dificuldades de ficar muito tempo no mesmo quarto com os religiosos, porque, segundo ele, "(...) eram mais velhos e chatos. Como eu era mais novo, eu tinha que fazer chá e lavar a louça para eles". Esse discurso revela que alguns tentam reproduzir formas de relações de poder vigentes nas zonas de origem, nas quais os mais velhos ocupam um lugar hierarquicamente mais alto.

Harris (1994) destaca que a implantação dos *compounds* foi acompanhada pela expansão das atividades missionárias na região do Witwatersrand e que os metodistas, anglicanos, presbeterianos, luteranos, batistas, congregacionistas, calvinistas e católicos viam esta região como um espaço adequado para a expansão das sua doutrina. A missão

missionária das igrejas contou com suporte das companhias mineiras que viam vantagens na conversão religiosa por garantir a construção de corpos docéis. Este processo era acompanhado por uma ética industrial que imputava nos mineiros, princípios como pontualidade, disciplina, obediência, o acesso ao mundo letrado e outras visões de mundo e sistema de crenças que diferenciam das religiões populares (HARRIS, 1994).

Apesar do rigor do ambiente dos *hostels*, os mineiros criam espaços de sociabilidade, redes sociais por meio de afinidades religiosas, étnicas, políticas, e adotam comportamentos anômolos às regras estabelecidas. Os entrevistados referiram que, nos tempos livres, buscam várias formas de lazer com pessoas de dentro e de fora do *hostel*. Nos *hostels*, os mineiros podem assistir filmes, televisão, ouvir rádio, etc. e até se divertem nos bares que se encontram no interior do *hostel* e nas proximidades. Alguns procuram se ocupar, fazendo pequenos "bicos" como barbeiros, alfaiates, sapateiros ou jogando damas. O futebol figura como uma das principais formas de divertimento e, por vezes, as disputas envolvem mineiros de outras minas.

Também existem mineiros que se dedicam a pequenos negócios, vendendo produtos como amendoim torrado, frutas e outros artigos. Há aqueles que se envolvem em negócios proibidos e mais complexos, como transações financeiras baseadas em empréstimos, cuja restituição deve ser feita mediante juros altos. Os mineiros chamam a essa atividade de *Mbongolo* que, na língua changana, significa burro, de modo que os que se envolvem no *Mbongolo* são considerados irresponsáveis e burros. Os mineiros entrevistados dizem que esse tem sido um dos principais motivos de conflitos na mina, pelo fato de algumas pessoas não assumirem suas dívidas. Vilanculos testemunhou vários conflitos ao longo desses anos de vida mineira. O entrevistado declara:

Na mina, há de tudo. Há pessoas que fabricam dinheiro e ficam ricos (...) dá 100 Randes e recebe 200 Randes. Quando você pedir 50, tem que saber que deve devolver 100, mesmo se devolver no

mesmo dia. Combinado é combinado, mas quando as pessoas recebem esquecem (...) Já assisti muita gente a levar porrada, quase a morrer, por causa disso”

Além disso, a prática de sexo entre homens foi mencionada por Macaringue e Júlio como sendo comum nos *hostels*. Esses mineiros, de diferentes gerações, contam que este fenômeno é antigo nas minas e que era frequente no tempo em que estiveram nas minas. Os entrevistados relatam que geralmente essas práticas ocorrem entre pessoas com relações desiguais de poder, ou seja, mineiros que ocupam posições de chefia e os mineiros de categoriais mais baixas.

Na ótica de Harris (1994), esse fenômeno, conhecido como *Bukhontxana*, também era muito comum entre os mineiros em meados do século XX. Essas práticas eram uma estratégia para inclusão e aquisição de segurança financeira e emocional dos *novices* e uma forma de aquisição de poder e *status* dos *indunas*. Esse tipo de relação seguia padrões heterossexuais, onde um dos elementos assumia o papel de feminino, desempenhando tarefas tradicionalmente destinadas às mulheres, como cozinhar, engomar, etc., enquanto o outro assumia o papel masculino, pagando as despesas necessárias.

Júlio afirma que testemunhou alguns casos desses e que muitos relacionavam essa prática com superstição, ou seja, acreditavam que os praticantes reforçavam seus poderes para ascenderem profissionalmente. Comparando essa prática ao que se vive nas cadeias, Júlio refere o seguinte:

(...) Vi miúdos fofuchos a serem escolhidos para serem mulheres. São pessoas adultas, com mulheres em Moçambique que fazem isso. Eles recrutam miúdos e eles aceitam tudo para não fazerem trabalhos pesados (...)

Ele conta que, em algumas regiões de Gaza, cientes da possibilidade de os mineiros estabelecerem este tipo de relações, alguns mineiros são submetidos a cerimônias de purificação quando regressam definitivamente à terra natal. Essas cerimônias são orientadas por ex-mineiros mais

velhos e curandeiros, e, envolve sacrifício de galinhas e banhos com remédios apropriados. Neste contexto, a realização destes rituais permite que o mineiro volte à sua vida "normal" junto da sua família, o que transforma a sua experiência sexual numa questão transitória e secreta. Isto é, não se trata de homens que reivindicam uma identidade sexual como homossexuais, mas, que pelo contrário, tentam renegá-la, por meio de rituais.

4.1.2 Percepções sobre as Condições dos *hostels*

As condições oferecidas aos trabalhadores nos *hostels* e o seu regime de funcionamento sempre foram objeto de questionamento por ativistas políticos e pelos movimentos sindicais, como a NUM, por serem considerados uma violação dos direitos laborais e, conseqüentemente, violação dos direitos humanos. A superlotação dos quartos, a falta de higiene, a qualidade da alimentação, a falta de liberdade de movimento dos mineiros e restrições no contato do mineiro com os seus familiares e o mundo exterior são alguns aspectos criticados por vários atores políticos e representantes dos trabalhadores. Situação semelhante é verificada na China, onde a questão do trabalho-dormitório tem sido referido como um atentado à liberdade de movimento do indivíduo, e a moradia é tomada como fonte de demonização do sistema fabril (MACHADO, 2009).

Com a pressão dos sindicatos e as mudanças políticas, as condições de habitação dos mineiros têm se alterado em termos dos serviços prestados nos *hostels* (melhoria da alimentação, higiene e menos superlotação), assim como na liberdade de escolha de residir ou não nos *hostels*. No passado, os mineiros eram obrigados a viver nos *hostels*, mas atualmente têm a liberdade de escolher o local para a sua acomodação. É assim que mineiros, como Marrengula, Júlio e outros, optaram por residir

em casas alugadas nos *townships*¹²¹, também conhecidos por *locations*, recebendo, por isso, um valor adicional para o alojamento. Cada um desses mineiros optou por viver nos *locations* por motivos diferentes. Para Marrengula, a decisão está relacionada com o fato de ser estudante; em outro caso, Júlio tomou essa decisão quando se casou com uma mulher sul-africana.

A reestruturação dos *hostels* também introduziu novos padrões e rearranjos familiares através da autorização de visita dos familiares, em particular as esposas, aos *hostels*. Esses locais dispõem de quartos para visitantes, onde os mineiros podem receber suas esposas por um tempo não superior a 30 dias. No entanto, o número de quartos é ainda limitado em relação à demanda. Em caso de estadias prolongadas, são obrigados a alugar quartos ou casa nos *townships* e, quando as suas esposas regressam, eles retomam os seus lugares nos quartos. Essa prática tem sido incentivada pelas companhias mineiras como uma estratégia de combate à AIDS.

Apesar das várias opções de acomodação que as companhias oferecem, os *hostels* continuam sendo a opção ideal para os mineiros estrangeiros, em particular moçambicanos, visto que, diferentemente dos mineiros sul-africanos, uma quantidade muito pequena traz suas esposas para visitar ou viverem definitivamente na África do Sul (RABE, 2006).

Muitos entrevistados entendem que a presença das esposas na África do Sul acarreta custos referentes à sua estadia (alimentação, saúde, escola, aluguer de casa, etc.). Entretanto, essa explicação por si só não é suficiente para se compreender a opção de não levar a família, pois há relatos de mineiros que acabam por constituir novas famílias com mulheres sul-africanas, deixando para trás a sua família na terra de

¹²¹ Espécie de favela, localizada nos arredores das cidades sul-africanas, criada na década de 1950, no contexto das políticas segregacionistas instituídas pelo regime do *apartheid*, destinada aos sul-africanos não brancos. É nesses locais que vive a maior parte dos sul-africanos pobres. Alguns *township*, Soweto por exemplo, são historicamente importantes pelo fato de muitas figuras proeminentes da África do Sul terem passado sua juventude nesses locais e dirigido a luta contra o *apartheid*.

origem. Assim, a explicação mais adequada é de que, como sujeitos transmigrantes, os projetos migratórios são concebidos de tal maneira que a esposa permaneça na terra natal, cumprindo suas tarefas na esfera doméstica e gerindo os bens do marido como uma fiel depositária.

Portanto, estabelecer uma residência na África do Sul não é prioridade para a maioria dos trabalhadores moçambicanos, não só pelos custos, mas também pela forma como o seu projeto é concebido. A maior parte dos entrevistados referiu que viver nos *hostels* é menos dispendioso e oferece maior segurança, o que possibilita economizar dinheiro para o regresso após o fim dos seus contratos e evitar a violência. Além disso, eles referiram que as condições dos *hostels* são aceitáveis, embora como referiu Nhavene *“onde há muita gente, não é fácil viver (...) mas nos fim de semana temos fruta e sobremesa”*.

Ao se referirem às condições dos *hostels*, os entrevistados que trabalharam nas minas no tempo do *apartheid* estabelecem comparações entre um tempo bom (presente) e um tempo mau (passado). Na visão desses homens, as condições de trabalho e de alojamento hoje são bem melhores que no passado. No entender de Macaringue, *“os negros eram tratados como bichos (...) os brancos diziam: vocês são Samora Machel (...) bichos de quatro patas”*. Nessa época, dizem os entrevistados, os quartos eram superlotados, podendo albergar até 20 pessoas, e os mineiros trabalhavam em um ambiente totalmente fechado.

A ideia que prevalece entre os entrevistados é de que vale mais a pena ser mineiro hoje do que no passado, embora alguns mineiros acusem os mais jovens de falta de responsabilidade como se pode perceber a partir da fala de Mondlane, 60 anos, ex-mineiro, natural de Chibuto, trabalhador das minas de 1966 a 1997, etnia changana. De acordo com o entrevistado *“antes o mineiro não tinha valor, não tinha regalia, mas fazia alguma coisa com pouco dinheiro. Hoje esses jovens não têm cabeça. Só querem beber (...)”*. Nesse discurso, está patente a diferença geracional e de vivências.

Apesar das melhorias mencionadas pelos entrevistados, a questão dos *hostel* continua sendo um dos “*cavalos de batalha*” da NUM, que, em 2003, assinou um acordo com a Câmara das Minas, o qual enfatizava a necessidade de garantir a liberdade de escolha dos mineiros no que tange à acomodação individual e familiar até o final de 2013. A intenção do NUM é, portanto, substituir a médio prazo essas residências coletivas por outras individuais ou familiares. A principal questão que se coloca perante esse quadro é se existem condições políticas para a concretização dessa estratégia e se os mineiros estrangeiros têm preferência por esse modelo.

Se considerarmos as últimas ondas de xenofobia e os discursos dos entrevistados, os *hostels* continuarão por muito tempo sendo uma estratégia viável para muitos mineiros moçambicanos. Talvez o que se pode questionar seja a modalidade do funcionamento desses alojamentos e os rearranjos familiares que possam ser criados para o reforço dos vínculos do mineiro com a sua família.

4.2 PERCURSOS DE UM RITO DE PASSAGEM

A trajetória dos mineiros para as minas lembra o percurso de um rito de passagem tal como definido por Van Gennep (1978). De acordo com esse autor, os ritos de passagem ou de transição caracterizam-se pela fase de separação (preliminares), margem (ou liminares) e agregação (pós-liminares). Ao se referir a estas três fases definidas por Van Gennep, Turner (1974), salienta que a fase de separação ocorre quando um indivíduo ou grupo se afasta de um ponto fixo da estrutura social ou de um conjunto de condições culturais. Na segunda fase (a fase de separação ou limiar), o sujeito possui características ambíguas com poucos atributos do passado ou do estado futuro. A fase de agregação é o momento em que é consumada a passagem. Nessa etapa, o sujeito tem direitos e deveres perante os outros.

Tomando por base esses pressupostos, entendo que, para o caso dos mineiros, a fase de separação ocorre no momento em que estes deixam seus lares, filhos e famílias e se submetem ao recrutamento na TEBA, seguindo todos os procedimentos burocráticos exigidos. Esse período é marcado por ansiedade, insegurança e medo.

O mineiro encontra-se na fase liminar, ou de margem, quando entra no mundo da mina, participa do *xicurumayela*, processo que testa a capacidade de raciocínio, inteligência e potencial físico do candidato e desce ao "underground". O *xicurumayela* é seguido unicamente para os *novices* na qualidade de neófitos e passa por dois momentos fundamentais: o *muchongolo* e *murhavarhava*¹²². Nessa fase, eles ainda não têm um lugar definido, "status", nem sequer uma tarefa específica. O *muchongolo* consiste na realização de exercícios físicos a uma temperatura de 40 a 45°, com o objetivo de apuramento da capacidade e robustez física do mineiro. Devido à intensidade desses exercícios, alguns

¹²² Todas as expressões são em fanagalo.

mineiros não resistem e são encaminhados para o hospital. De certo modo, nessa etapa está implícita a construção de um corpo ideal¹²³. Trata-se de um corpo forte e firme capaz de suportar um trabalho árduo e um ambiente de tensão que caracteriza a mina.

Júlio relata a sua experiência dizendo:

(...) Aquilo foi um sofrimento. Fiquei mais de seis horas no *miners center* quase nu. Tinham me vestido uma saia. Eles ligavam a temperatura muito alta, depois metiam termômetro na boca para ver se a temperatura atingia mais de 36 graus. Aqueles que não conseguiam, caíam aí mesmo. Na altura, eu era um jovem com muita força, mas sofri. Eu sofri muito(...).

Na fase seguinte, Júlio e seus colegas foram submetidos a testes psicotécnicos que visavam ao aferimento da sua capacidade intelectual (*murhavarhava*). Conforme suas palavras, "*não entendi bem o que era, mas deram-me peças e objetos grandes e pequenos para ver se eu conseguia trabalhar com o material (...)*". Antes de descer ao subsolo, recebeu um treinamento durante duas semanas. Foi nesse período que aprendeu o *fanagalo*, noções básicas de trabalho e regras de conduta e de disciplina que permitem a construção da identidade social do mineiro.

A descida para o subsolo (*underground*) é relatada como uma das mais importantes experiências profissionais dos entrevistados. Dizem que, ao descer ao *underground*, o mineiro está sujeito aos mesmos riscos de um soldado em plena guerra, podendo sair de lá vivo ou morto. É no *underground*, onde são realizados os trabalhos mais perigosos, que colocam em risco a vida dos mineiros. Trata-se de uma etapa bastante importante, na qual os mineiros enfrentam um mundo desconhecido e perigoso e se afirmam enquanto verdadeiros mineiros transitando de neófito para profissional. Logo, é nesse dia que o mineiro entra para o verdadeiro mundo da mina e se destaca dos outros colegas que não

¹²³ Para que seja contratado, o *novice* deve ter no mínimo 18 anos de idade, entre 55 e 67 kg, adaptar-se a temperaturas altas e estar apto psicológica e fisicamente.

passaram pela mesma experiência. Para os entrevistados, *"o verdadeiro mineiro é o que trabalha no underground"*, visto que é nesse local que entram em contato direto com a natureza, extraindo os recursos naturais como o ouro, carvão e o diamante.

Nesse sentido, o cumprimento das etapas definidas na fase liminar, possibilita a transição do mineiro para a fase de agregação e, conseqüentemente, a aquisição de um novo *status* junto dos seus colegas e na comunidade de origem após o seu primeiro retorno. Assim, espera-se que ele *"..se comporte de acordo com as normas costumeiras e padrões éticos, que vinculam os incumbidos de uma posição social, num sistema de tais posições"* (Turner, 1974,p117). A passagem por este processo, permite que nos contratos que se sucedem, o mineiro encontre-se numa situação mais estável e a experiência de trabalho nas minas torne-se menos traumática, embora não deixe se submeter novamente a uma série de rituais no ato da renovação do seu contrato e ao longo da sua permanência nas minas.

4.3 O *UNDERGROUND*: O MUNDO QUE NINGUÉM CONHECE

Conforme os entrevistados, o acesso ao subsolo é feito por meio de elevadores com capacidade que variam de 40 a 100 pessoas. Em uma mina, podem existir até quatro elevadores. Os mineiros andam devidamente equipados: macacão, capacete e uma lanterna que iluminará o subterrâneo escuro e profundo. Nenhum mineiro deve entrar para uma mina sem esse equipamento. A roupa pode ser dispensada ao longo do trabalho, devido a temperaturas altas. Júlio conta, com tristeza, que perdeu dois relógios comprados na Alemanha porque não sabia que devido às altas temperaturas não poderia resistir e acabavam estragando.

Uma das sensações vividas na mina é o sentimento do medo. De acordo com os entrevistados, o medo inicia com a entrada no elevador. Essa experiência torna-se mais traumática porque a maior parte dos

mineiros provém das zonas rurais e nunca teve oportunidade de ver nem de andar de elevador. O que torna mais angustiante a descida, relatam os entrevistados, é a velocidade, a distância e o barulho provocado pelo elevador. Macaringue relata a sua primeira experiência do seguinte modo:

“O primeiro dia foi de susto (...) aquilo fazia barulho. Parecia um avião. Nunca subi num avião, mas já ouvi o barulho. Meus ouvidos doeram muito mesmo. Queria desistir, mas não podia. (...) fiquei assustado, porque o elevador era grande. Quando o elevador começou a andar, parecia que a corda ia arrebentar. Corria com grande velocidade. Não há quem não fica assustado. Depois de alguns dias, a pessoa esquece e se acostuma (...) É lá onde ganhas o pão (...)”

Na verdade, muitos mineiros passam a tomar consciência dos riscos de vida que correm quando descem para o *underground*. Os que não se ambientam ao trabalho acabam por desistir ou negociar com seus chefes e patrões para desempenhar outras funções na superfície. Na opinião dos entrevistados, as desistências raramente ocorrem, em razão de que aqueles que desistem colocam a sua reputação em risco. Ou seja, o homem que desiste torna-se menos homem do que os demais que enfrentam os desafios do trabalho mineiro. Nesse sentido, a profissão constitui um elemento central para a constituição e afirmação da sua masculinidade.

Na análise sobre a construção da identidade masculina entre os mineiros de uma mina de ouro de Joanesburgo, Campbell (2001) destaca que a construção da masculinidade passa necessariamente pela adoção de um comportamento que se caracteriza por bravura e coragem face aos riscos que o mineiro enfrenta no seu ambiente de trabalho. Assim, os mineiros mais antigos encorajam os neófitos, lembrando-os de que como verdadeiros homens, devem ganhar coragem suficiente para enfrentar os desafios da vida. É nesse sentido que os que não conseguem enfrentar essa coragem podem colocar em jogo a sua masculinidade. Nesse contexto, as habilidades masculinas, evocadas pelos homens, possibilitam a negociação de um valor ao sujeito masculino (CIOCCARI, 2004).

Chegado ao *underground*, o mineiro depara-se com aquilo que será o seu ambiente de trabalho durante a vigência do seu contrato de trabalho. A partir daí, passa a ter noção do mundo que lhe espera: insalubridade, temperaturas altas, profundidades, barulho das máquinas, cheiro de explosivos e de outros artefatos para explodir minério, ar condicionado, abafamento, rochas, etc. É nesse cenário que os mineiros ficam horas trabalhando arduamente sob o controle de seus superiores hierárquicos. A temperatura interior é condicionada por tubos de oxigênio inseridos, de modo que qualquer falha no sistema de abastecimento do ar pode ser fatal.

Nesse espaço escuro e profundo, os entrevistados contam que nos primeiros dias foram tomados por medo e insegurança por não saber se voltariam vivos. Todos disseram que já testemunharam acidentes com seus amigos e colegas que resultaram em amputações e até mortes. Macaringue orgulha-se de ter trabalhado nas minas sem nenhum incidente, mas expressou-se da seguinte maneira sobre o mundo do subsolo:

(...) aí se morre, mesmo. Já perdi colegas, mas graças a Deus tive a sorte de estar vivo até hoje. Quando se trabalha na mina deve-se esperar tudo (...) aí não há conversa, é só ganhar coragem e carregar seu colegas para fora (...) mas agora já não há acidente de qualquer maneira. Dantes (...) era sempre (...)

Na fala do entrevistado, está implícito um discurso de heroicidade que caracteriza os discursos dos mineiros. Em conversa com as famílias dos mineiros, em particular as esposas, percebi que algumas não sabem o que os maridos fazem, mas a grande maioria tem noção de que a vida lá é dura e arriscada. Os entrevistados preferem não compartilhar as suas experiências de vida nas minas com seu familiares para não criarem sentimentos de dor e tristeza. Na maioria das vezes, o “segredo” só é revelado depois do regresso definitivo das minas. Durante as entrevistas, os ex-mineiros foram os que se dispuseram a revelar os segredos e os mistérios das minas.

Amélia, 33 anos, natural de Maputo, viúva de mineiro desde 2003, mãe de dois filhos, conta que seu marido não gostava de falar das minas. Ela se refere à atitude do marido da seguinte forma:

“Ele não gostava de falar do trabalho dele lá no Joni. Não sei o que ele fazia. Antes de morrer, ele dizia que queria parar, mas que não tinha outra saída. Tinha que trabalhar (...)”

A mesma observação foi feita por Florência, 30 anos, viúva, natural de Marracuene, Maputo, de etnia ronga, protestante, crente de Igreja Presbiteriana. Ela afirma que, quando procurava saber do trabalho, o marido não entrava em detalhes e se limitava a dizer que *“lá nas minas se trabalha duro”*. No contato com os entrevistados, percebi que os mineiros preferem manter sua vida profissional em segredo para não decepcionar seus familiares e amigos. Eles consideram o seu trabalho íntimo e pouco digno para ser revelado, principalmente para as mulheres. Essa preocupação em não revelar os segredos das minas era frequente durante as entrevistas e muitos chegaram a me dizer que eu era curiosa demais. Muitos optavam por conversar em lugares reservados e longe de seus familiares.

Ao se referir aos “segredos das minas”, Macaringue compara a profissão do mineiro com a do médico. Segundo o entrevistado, assim como o médico, o mineiro não deve contar o que ocorre na mina para não assustar as pessoas. Nas suas palavras *“(...) o mais importante é que os mineiros voltem para casa bem bonitos e com roupa bonita, como as batas brancas dos médicos (...)”*

Júlio também considera que o acontece nas minas não deve ser revelado à semelhança do que ocorre na caça. Nas suas palavras:

Na minha terra, há um ditado que diz que “na pastagem não se conta tudo que se passa”. Não se pode revelar a ninguém como o animal foi abatido. É o que acontece nas minas. O que acontece lá não deve ser revelado (...)

Além de espaço de trabalho, o subsolo é um lugar onde se conquistam amizades, inimigos, reputações ou difamações, sucessos e fracassos como resultado do seu desempenho e relacionamento com os colegas. Um bom ou mau desempenho no *underground* tem reflexos direto na vida na superfície. Os trabalhadores que trabalham no subsolo também auferem melhores salários que os demais devido aos riscos a que se sujeitam.

Apesar dos grandes desafios que enfrentou nas minas, Pelembe lembra-se, com nostalgia, e orgulha-se de ter conquistado várias amizades durante as duas décadas que trabalhou nas minas em virtude de ser prestativo. Ele conta que foi por isso que *“conquistou a amizade dos brancos e de toda a gente na mina”*. Pelembe relata:

“(…) lá eu era amigo das pessoas. Consegui formar pessoas jovens. Até hoje que estou aqui em casa, esses jovens que formei vêm me visitar. Nas festas [fim do ano], fica cheio de carros aqui na entrada da minha casa (…).”

O entrevistado contou que, por ser atencioso, conseguiu salvar vários colegas da morte, incluindo uma colega sul-africana que havia sofrido um acidente no subsolo. O relato foi feito da seguinte forma:

“(…) Nas minas, tudo pode acontecer. É como na tropa. Você pode ver teu companheiro do lado morrer e não fazer nada. Deve-se ter coragem e ajudar o companheiro. Nós aprendemos isso no *training centre*. Qualquer demora pode provocar mortes. Consegui salvar pessoas com minha coragem. Tive uma colega, mulher, que era *driver de makalanhane*¹²⁴, que quase morreu lá nas minas. De repente, foi cortada por um ferro e começou a sangrar. Ela estava vestida de macacão e para salvá-la era preciso tirar a roupa dela. Meus colegas ficaram a ver o sangue com medo de atuar, com medo de serem ditos que a violaram. Quando eu cheguei, tirei a roupa dela, rasguei a calcinha e amarrei a perna dela para controlar o sangue. Ela começou a se recuperar e me apertou a mão. Não me esqueço desse dia. Depois disso, a família fez uma grande festa para agradecer a minha coragem. Até hoje ela me chama de irmão.

¹²⁴ Locomotiva em fanagoló.

A situação descrita por Pelembe revela os riscos permanentes dos mineiros e remete igualmente à reflexão sobre as relações de gênero nas minas e dos constrangimentos que emergem na convivência entre as poucas mineiras com os demais mineiros.

Durante o processo de formação, os mineiros são instruídos de que nas minas *"todos são homens"*, o que significa que as mulheres devem ser tratadas como tal por ocuparem um espaço masculino. Ainda assim, por ser mulher, a mineira que sofreu acidente correu riscos de vida por receio dos seus colegas homens.

4.4 SOBRE O PERIGO NAS MINAS E RITUAIS DE SEGURANÇA

A tramitação dos documentos reconhecidos pelos governos moçambicano e sul-africano no âmbito dos acordos de cooperação vigentes confere ao mineiro o direito legal que lhe dá acesso a um mundo profundo, escuro, distante e desconhecido: o mundo das minas. Ao se referirem a esse mundo, os entrevistados fazem descrições impressionantes e, em seus discursos, colocam em evidência atributos masculinos (coragem, força) que os ajudam a superar o medo e o perigo eminente das minas. Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que a vida nas minas é dura, difícil, estressante e perigosa. Expressões como *a vida lá é dura, nós estamos a sofrer, trabalhamos porque enfim (...)* eram recorrentes durante as entrevistas. Entretanto, a maioria acredita que é uma experiência temporária, recompensável, que justifica o sacrifício para sair da pobreza, embora façam questão de dizer que não gostariam que os seus filhos seguissem o mesmo caminho. Como foi mencionado anteriormente, o convívio com essa periculosidade é permanente, inicia logo após a chegada do mineiro nas minas e só termina quando estes deixam de exercer tal profissão.

A partir dos relatos dos entrevistados, percebi que eles têm noções gerais sobre o trabalho nas minas, a partir dos relatos dos primeiros que partiram, mas só o contato direto com a mina é que lhes dá profunda dimensão da realidade. O papel dos amigos, familiares, conterrâneos e colegas de quarto que se encontram nas minas é fundamental para a diminuição da fragilidade dos *novices*, conforme relata Júlio: "(...) meu tio é que me recebeu (...) Ele me explicava os trabalhos nos primeiros dias e me ensinava fanagaló (...)".

Esse perigo da profissão determina laços de solidariedade e união indispensáveis à rotina nas minas, como destaca Eckert (1993). Esses princípios são evocados nos centros de treinamento e consolidados na convivência diária. O perigo resulta não só dos acidentes que podem acontecer durante o tempo que executam suas atividades como também das doenças que podem contrair durante o exercício de sua profissão.

Devido à natureza perigosa do trabalho no *underground*, os gestores das minas encaram a segurança como um dos elementos fundamentais e procuram afirmar frequentemente os princípios básicos no cotidiano das minas. Júlio refere que, nas minas por onde passou, os mineiros receberem informações sobre noções de segurança e os riscos do trabalho. Eis suas palavras:

Todos dias cantamos sobre as regras de segurança. O *sandanda* [um dos chefes da mina] nos informa sobre as quatro regras básicas de segurança quando estamos no *waiting place* [sala de espera]. Todo mineiro conhece essas regras porque até incomoda falar da mesma coisa todos os dias. Os quatro princípios básicos são: 1. verificar as condições do local de trabalho; 2. verificar as condições do equipamento de trabalho e de segurança; 3. fiscalizar o comportamento dos colegas; e 4. resolver os problemas identificados antes de começar a trabalhar.

Toda essa informação é transmitida em fanagaló e os mineiros são obrigados a passar por esse processo e ouvir atentamente as instruções de segurança, tornando-se assim um ritual. Essa retórica também é priorizada em grandes fábricas como a Mozal que se guia pelos seguintes

princípios "*safety comes first, work comes second*"¹²⁵ (GRANJO, 2003, p. 410).

Macaringue conta que, em alguns espaços da mina onde trabalhou, estão estampadas a expressão *bassopa lo mo nziba ka wena*, que, em *fanagaló*, significa cuidado com o seu corpo.

Os entrevistados recorrem a comparações com outras profissões para descrever o perigo de seu trabalho. Como forma de revelar esse sentimento, Pelembe chega a comparar a vida nas minas com a vida militar, afirmando que "*a vida lá é como na tropa*". Essa comparação é compartilhada por outros que nunca passaram pela tropa. O mineiro é assim comparado a um soldado que se encontra em um campo de batalha.

Os mineiros de carvão de Charquedas estudados por Eckert fazem a mesma analogia do mineiro com um soldado, no sentido da necessidade de um corpo saudável. Outros estudos como o de Ciocari (2004), nas minas de Leão, compara o mineiro ao pescador. Nesse contexto, as minas de carvão são comparadas ao mar devido à sua irresistibilidade, paixão e grandeza.

Os mineiros entrevistados, sobretudo os que trabalham no subsolo, reconhecem o perigo e compartilham sentimentos de medo e insegurança que advém da sua profissão. Desse modo, a imprevisibilidade e a fatalidade, ou seja, a morte por acidente ou a doença surge como uma noção estrutural do trabalho dos mineiros e do cotidiano de sua família (ECKERT, 1993).

O medo e a insegurança fazem com que alguns mineiros se submetam a cerimônias tradicionais durante a sua estadia em Moçambique. Marrengula conta a sua experiência dizendo:

(...) não posso negar. Todos anos eu faço cerimônias sempre que volto para casa. Os meus velhos lá em Vilanculos ficam preparados. É preciso fazer missa para agradecer e pedir aos

¹²⁵ Isto é, segurança em primeiro lugar, trabalho em segundo (tradução minha).

espíritos para o trabalho correr bem (...). Quase todos mineiros fazem isso (...) Podem não dizer (...).

A preocupação com a *domesticação do aleatório* através de amuletos e rituais é frequente não só entre os mineiros como também em outras categorias profissionais, como mostra o antropólogo português, Paulo Granjo em um estudo realizado com operários da Mozal, em 2004. O autor observa que, apesar de a Mozal ser caracterizada por racionalidade tecnológica e modernidade, os trabalhadores daquela empresa acreditam na proteção dos espíritos dos antepassados contra os acidentes e que a feitiçaria pode contribuir para a ocorrência de acidentes. Além disso, a proteção divina é apontada pelos mineiros entrevistados e pelos trabalhadores da Mozal como determinante para a proteção contra os acidentes. Por esse motivo, muitos revelaram que a sua jornada de trabalho é precedida de orações.

Os relatos expostos mostram que mesmo estando no seu posto de trabalho, os mineiros não se disvenculam de sua terra natal, das crenças e valores culturais e que, dessa forma, os sistemas modernos e tradicionais se complementam.

4.5 PERCEPÇÕES SOBRE A AIDS

4.5.1 O Cenário e as Intervenções da Teba

Os dados de campo revelam que um dos principais custos da experiência migratória para as minas recai na saúde dos mineiros, o que torna a mortalidade um dos principais dilemas da profissão. Darch (1981) citando um relatório do Congresso Nacional Africano (ANC), destaca que as condições de saúde e segurança nas minas sempre foram precárias,

resultando na morte de 28 mil trabalhadores de 1936 a 1975, vítimas de acidentes, representando a morte de 5 mineiros a cada 2 dias, durante quatro décadas.

De acordo com os dados da TEBA (2007), dos 46.256 mineiros contratos para as minas de 2005 e 2006, 999 perderam a vida, dos quais, 445 por doença, 49 por acidentes de trabalho e 505 por outras causas. O número de mortes por doença é maior do que as causadas por acidente de trabalho. Com a mecanização da extração mineira, o número de acidentes de trabalho tende a diminuir. Dentre as doenças que afetam os mineiros, destacam-se a tuberculose, a pneumonia e, nos últimos tempos, a AIDS. A Câmara das Minas¹²⁶ estima que a taxa de seroprevalência nas minas de ouro e carvão seja de 30% e 16% respectivamente. A mesma fonte indica que existe uma forte relação entre a AIDS e a Tuberculose, sendo que, em 2008, foram diagnosticados 4.639 casos de Tuberculose.

Durante o trabalho de campo, a associação do mineiro à AIDS pode ser percebida através de cartazes e informações sobre a doença em todas as delegações da TEBA e da AMIMO, mediante a circulação de ativistas na TEBA, nos pontos de ônibus da VAALMASERU e nos discursos dos próprios entrevistados. Portanto, não se poderia falar de mineiros sem fazer referência a essa doença. Na realidade, essa questão renderia uma nova pesquisa em virtude de sua complexidade, mas o fato é que a disseminação da AIDS entre os mineiros é assumida como uma realidade por vários pesquisadores e pelas próprias instituições que trabalham com esse grupo – Câmara das Minas, NUM e TEBA.

Um estudo realizado em Kwazulu, Natal, nos anos 90, citado por Rabe (2006), aponta que o índice de contaminação entre os mineiros pela AIDS era três vezes maior do que em trabalhadores não mineiros. Nesse estudo, a migração como fator de disseminação é também associada às dinâmicas culturais e comportamento sexual dos mineiros.

¹²⁶ Annual report 2008-2009. Disponível em:
<http://www.bullion.org.za/publications/annual%202008rep%20txt.pdf>.
Acesso em 5 de fevereiro de 2010.

Não foi possível identificar o número de moçambicanos infectados pela AIDS; entretanto, em conversa com os funcionários da TEBA e AMIMO e com os próprios mineiros, foi fácil perceber que a AIDS é uma doença estabelecida no universo dos mineiros e figura como um dos grandes destruidores dos seus sonhos e projetos. Por coincidência, a província de Gaza, o “berço” do trabalho migratório, é a que apresenta maior taxa de seroprevalência em Moçambique (27%).

Informações recolhidas na TEBA indicam que anualmente são deportados a Moçambique muitos mineiros com doenças relacionadas com AIDS¹²⁷, alguns na fase terminal e fisicamente debilitados ou mesmo mortos. Essa situação contribui para a construção da visão estereotipada que associa os mineiros à AIDS. Nesse sentido, ser mineiro também significa ser potencial transmissor da AIDS e, assim, um ator perigoso e nocivo à sociedade.

De acordo com a coordenadora da TEBA, o que torna mais preocupante em relação à AIDS nesse grupo é o comportamento assumido por alguns mineiros contaminados. Quando repatriados, alguns não informam às suas parceiras sobre o seu estado sorológico com receio de serem discriminados. Existem aqueles que associam a AIDS à feitiçaria, como o caso de ex-mineiro que encontrei no posto administrativo de Mapai, distrito de Chicualacula, província de Gaza, em 2007, quando fazia um trabalho de consultoria. O trabalho tinha como objetivo compreender a relação entre segurança alimentar e AIDS e, para tal, visitei diversas famílias e serviços de saúde dos distritos de Chicualacuala, Massagena e Chokwè. A identificação das famílias com pessoas vivendo com AIDS foi possível em função da ajuda dos serviços de saúde desses distritos sob a condição de manter o sigilo sobre a identidade delas. Foi assim que encontrei um homem, com aproximadamente 45 anos, completamente debilitado e com uma forte tosse. Quando lhe perguntei qual era a causa da doença, com muita

¹²⁷ De 2005 a 2006, as minas repatriaram 221 mineiros por causas diversas, inclusive em função da AIDS.

naturalidade ele disse que os curandeiros disseram que tinha sido enfeitado lá nas minas, por colegas, por causa da disputa de lugares. Já tinha ouvido muitas histórias similares através de terceiros, mas essa era a primeira vez que presenciava uma cena semelhante. Na época, também encontrei vários ex-mineiros, esposas e filhos contaminados pela AIDS. Os funcionários de saúde disseram que, naquelas zonas, eram muito comuns situações daquela natureza.

A associação da AIDS à feitiçaria foi destacada por Passador e Thomaz (2006) em um estudo sobre a sexualidade e doença em Moçambique. Os autores referem que:

“(...) a associação da degradação física com acusações de feitiçaria, longe de ser residual, parece ser sistêmica. A percepção da doença estaria ligada, assim, às relações cosmológicas, de vizinhança e de parentesco, universos de difíceis penetração por parte de ONGs que têm a cabeça moldada quanto ao que deve ser feito na luta contra a doença”. (PASSADOR; THOMAS, 2006, p. 274)

Para reverter esse cenário, as companhias mineiras estão paulatinamente alterando as formas de atendimento dos trabalhadores infectados desenvolvendo seus próprios programas de prevenção e tratamento da AIDS. A TEBA, por meio de uma equipe composta por uma coordenadora, um enfermeiro e 55 ativistas, tem desenvolvido ações junto aos mineiros e suas comunidades. As mensagens veiculadas incidem sobre a prevenção e são divulgadas em forma de peças de teatros, palestras, filmes, programas radiofônicos. As campanhas realizadas pela TEBA são mediadas pelos ativistas provenientes das comunidades (alguns dos quais ex-mineiros) principalmente nos autocarros da VAALMASERU. As sessões são feitas em *changana* e incluem a distribuição gratuita de preservativo.

Os ativistas envolvidos nessa campanha afirmaram que têm enfrentado muitas dificuldades na realização do seu trabalho com os mineiros, porque muitos se sentem violentados com as mensagens transmitidas. A coordenadora desse programa referiu que, por vezes, são

as próprias esposas dos mineiros que expulsam os ativistas dos autocarros, alegando a presença de crianças e pessoas adultas naquele lugar. No entanto, alguns mineiros acusam os ativistas de quererem *“abrir os olhos das nossas mulheres”*¹²⁸ e de ladrões e, por isso, alguns não aderem às campanhas. Entretanto, existem aqueles que entendem as mensagens e recebem passivamente os preservativos.

4.5.2. Sexualidade e Identidade Masculina

Importante questionar: a que se deve essa forte associação dos mineiros à AIDS?

Estudos que buscam explicações dos motivos que agravam o risco da contaminação dos mineiros pelo vírus da AIDS e por outras doenças de transmissão sexual identificam vários fatores, incluindo os de natureza cultural e identitária.

O governo de Moçambique, através de uma das suas principais políticas de combate à AIDS, o Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV/SIDAS, durante o período 2010-2014¹²⁹, considera que o alastramento da doença também se deve aos movimentos migratórios e além fronteiras. A vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes é colocada nos seguintes termos:

O migrante, prevalentemente homem, não tem condição para levar consigo a sua família, e portanto, é conduzido a criar outras relações nos locais de passagem ou de trabalho. Entretanto, e por razões similares, a mulher do emigrante tende a desenvolver novas relações. (PEN III, 2009, p. 20)

Matsinhe (2006), antropólogo moçambicano, em sua tese de doutoramento, analisa a resposta de Moçambique à AIDS e mostra que,

¹²⁸ Significa despertar as mulheres. Chamar atenção das mulheres para a realidade.

¹²⁹ Trata-se do Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV/SIDA (PEN III).

tanto nas narrativas do governo quanto das ONGS e dos moçambicanos em geral, a AIDS é associada ao estrangeiro e aos *outsiders*. Portanto, as narrativas que se constroem sobre a AIDS convertem os mineiros na categoria de "outros". Em primeiro lugar porque tiveram contato com outros espaços estrangeiros e, em segundo, por se presumir que quando estiveram nas minas adotaram comportamentos de risco. Essa situação é agravada pelo fato de os mineiros migrarem sozinhos e geralmente regressarem para casa duas a quatro vezes por ano (embora alguns consigam regressar mensalmente).

Nas entrevistas com os mineiros, não foi fácil abordar com profundidade essa questão, principalmente por causa do receio que muitos tinham de expor a sua intimidade, sobretudo para mim, uma mulher. Contudo, alguns entrevistados confirmaram que é prática comum os mineiros se envolverem sexualmente com mulheres sul-africanas que circulam pelos *townships* que se situam nos arredores das minas para, segundo eles, "*matar a sede*".

Em conversa com as esposas dos mineiros na TEBA Maxixe, elas afirmaram que suspeitavam que os maridos mantivessem outras relações durante a sua estadia na África do Sul por causa da distância que os separa e do pouco tempo que estão juntos. Uma das entrevistadas relatou nos seguintes termos: "*Elas conhecem todos os segredos dos nossos maridos porque ficam lá com eles. Quando nós vamos para lá, apanhamos porrada*". Essa entrevistada mostra não só que com a distância os maridos acabam estabelecendo vínculos com outras mulheres, como também que a emigração reduz a intimidade entre eles.

Durante a entrevista, procurei saber se as mulheres utilizavam preservativo quando estavam com os maridos, mas nenhuma delas referiu que fazia uso desse anticonceptivo, apesar das campanhas de sensibilização terem como principal discurso o seu uso. Essa situação tem suscitado vários debates sobre as estratégias adequadas para a prevenção da AIDS, não só para os mineiros como também para vários segmentos

da população moçambicana que ainda oferecem resistência ao uso de preservativo.

No estudo realizado em 2007, nos distritos de Mabote e Govuro, província de Inhambane sobre a violência baseada em gênero em Moçambique, do qual participei como pesquisadora, através de entrevistas e grupos de discussão com homens e mulheres de diferentes idades e escolaridade, incluindo ex-mineiros e esposas de mineiros, ficou patente que nessas comunidades muitos resistem ao uso de preservativo. E, além disso, que vários estereótipos que colocam em riscos as campanhas em curso contra a doença são compartilhados por homens e mulheres.

Em conversas com homens e mulheres de várias idades, ambos consideravam que o preservativo era um elemento estranho que impedia a plena satisfação sexual. Além disso, muitos acreditavam que o seu uso poderia criar desavenças nos lares por fomentar desconfiança. Alguns entrevistados, incluindo as próprias mulheres, defendiam por um lado que só o contato carne com carne (*nyama nyamane*) poderia garantir o prazer sexual e a reprodução sexual e, por outro, que nunca poderiam usar preservativos com suas esposas pelo fato de não serem mulheres da rua. Do mesmo modo, ressaltaram que não aceitariam nenhuma proposta de uso de preservativo por parte das esposas.

Buscando outras causas da vulnerabilidade dos mineiros à AIDS, Catherine Campbell (2001) em um estudo realizado com os mineiros que trabalham nas minas sul-africanas, aponta que esta está também associada à questão da masculinidade. A autora revela que, entre esses homens, a sexualidade assume um papel importante na afirmação da sua masculinidade manifestada através da sua relação com múltiplas parceiras. No seu entender, os altos índices de seroprevalência que se registram entre os mineiros em geral (25%) estão relacionados com a maneira como eles constroem as representações sobre a sua profissão. Fatores como as condições de trabalho e vidas nas minas, a convivência permanente com o perigo e a falta de controle sobre suas vidas são fundamentais para a construção das suas identidades. Nesse contexto, os

mineiros consideram o sexo como uma forma fácil e adequada para aliviar o *stress* e o cansaço do seu dia-a-dia. Portanto, alguns mineiros acreditam que correm mais risco de morrer no subsolo do que mantendo relações sexuais desprotegidas e, desse modo, longe de casa e de suas esposas, sexo e álcool tornam-se aliados de muitos mineiros (CAMPBELL, 2001).

A construção da identidade masculina é assim marcada por ambiguidades. Por um lado, ela surge como uma forma de enfrentamento das difíceis condições de trabalho através da bravura e coragem, por outro, sujeita os trabalhadores aos riscos de contrair o vírus da AIDS.

4.5.3 Refletindo sobre as Práticas Culturais “Nocivas”

Algumas práticas culturais (como rituais de purificação da viúva e de iniciação masculina) têm sido consideradas como elementos que contribuem para a propagação da epidemia, pelos organismos que desenvolvem programas de combate à AIDS. Devido ao fracasso dos grandes programas do governo liderados pelo Conselho Nacional de Combate à AIDS financiados por doadores internacionais, a estratégia adotada pelo governo e ONGS é de promover campanhas de sensibilização nas comunidades sobre os riscos destas práticas e em, alguns casos, propor meios alternativos para que sejam mais seguras. Uma das apostas da nova estratégia do governo é a adoção do *princípio de comunicação e moçambicanização da mensagem* sobre a AIDS mediante à adaptação dos programas desenvolvidos aos contextos sócio-culturais das comunidades beneficiárias. É assim que para reverter esta situação, a Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO) e os líderes tradicionais tais como curandeiros, régulos¹³⁰, na qualidade de “guardiões da tradição”, têm sido envolvidos nos programas do governo e das ONGS na sensibilização das comunidades e no uso de formas alternativas de

¹³⁰ Chefes tradicionais reconhecidos legalmente.

purificação através do uso de plantas. Esta sensibilização inclui o apelo aos médicos tradicionais para o encaminhamento de doentes com sintomas semelhantes à AIDS às unidades sanitárias, o uso de lâminas (gillette) individuais para as vacinas que se fazem aos pacientes e o uso de instrumentos individuais para os rituais de iniciação que envolvam uso de objetos cortantes.

Uma dessas práticas que predominam nas zonas de origem dos mineiros é *kutchinga* ou *ku pita kufa*¹³¹, embora se registre uma redução da sua prática devido em parte às campanhas de sensibilização. Tais cerimônias colocam em evidência as relações desiguais entre homens e mulheres, uma vez que as mulheres são socializadas e geralmente consideradas subalternas e, não raro, culpabilizadas pela morte e insucesso do marido. Em função disso, essas mulheres passam a fazer parte de rituais mesmo que coloquem em risco a sua saúde.

O *kutchinga* tem como objetivo purificar o viúvo ou a viúva, os bens e a casa, deixados por um dos falecidos, os quais passarão a pertencer aos seus herdeiros. Após a morte do marido, todos os objetos e pertences do morto são considerados impuros, perigosos e fonte de infortúnios e, por essa razão, a sua utilização só é permitida depois dessa cerimônia. Muitos dos seus praticantes acreditam o que o descumprimento desse ritual atrai azar e problemas na família, e a viúva corre o risco de não se casar novamente. Parte-se do princípio que a morte está carregada de impureza, que contamina primeiramente a mulher, em seguida os irmãos, os filhos, os membros da comunidade, os parentes residentes em outras aldeias. Assim, essa impureza pode ser eliminada por uma purificação coletiva que resolve interesses individuais e coletivos.

Apesar de existirem outras formas de purificação da viúva, como o sacrifício de animais e utilização de ervas tradicionais, muitos optam por essa prática através de relações sexuais por considerarem mais eficaz e menos dispendioso. Geralmente, no ritual do *kutchinga*, a viúva mantém

¹³¹ Ritual de purificação da viúva.

relações sexuais com o irmão mais novo do marido sem o uso do preservativo no dia do enterro e por mais uma semana após o funeral. Na ausência deste, a viúva pode manter relações com outro membro da família ou um sujeito desconhecido, identificado pela família, o qual recebe uma quantia de dinheiro pelos serviços prestados.

Por causa dos seus efeitos nefastos na vida das mulheres, o *kutchinga* tem sido severamente criticado pelos ativistas e instituições que trabalham na área da AIDS e defensoras dos direitos das mulheres por ser considerada uma das *práticas culturais nocivas a combater*. Entretanto, à semelhança do que ocorre com as campanhas para o uso do preservativo, os efeitos das várias ações levadas a cabo não atingem grande número de famílias. Um dos fatores determinantes é o fato de muitas famílias viverem nas zonas rurais onde a influência dos valores culturais, considerados tradicionais, é bastante forte, locais onde as comunidades são mais resistentes às mudanças. Muitas dessas famílias foram educadas com base em princípios e valores que as colocam totalmente ligadas à tradição, à naturalização dos papéis sociais nos quais o homem é considerado um ser superior em relação às mulheres.

Importa referir que, apesar de se afirmar que o *kutchinga* é comum nas zonas de origem dos mineiros, nenhuma das mulheres viúvas entrevistadas confirmou ter passado por essa cerimônia. Essas entrevistadas referiram que não aceitariam passar por nenhuma dessas cerimônias caso fossem obrigadas a tal. A razão que elas apresentaram não está associada ao receio de contraírem o vírus da AIDS, mas ao fato de não terem afinidades com os prováveis parceiros, como aponta Florência:

(...) Não me pediram para fazer nada (risos), mas eu não podia aceitar. Eu tenho que gostar de alguém para ir à cama com ele (...)

A AIDS entre os mineiros é também associada à prática da poligamia, já que muitos deles têm em média três mulheres, além das companheiras na África do Sul. Mesmo não sendo reconhecido pelo

governo de Moçambique pela da Lei da Família em vigor, esse tipo de casamento é bastante valorizado, principalmente pelos mineiros mais velhos e residentes nas zonas rurais. Os mineiros dessas regiões são mais conservadores e justificam tal prática em nome da “tradição”, procurando associar esse ato à virilidade do homem. Nessas áreas, a poligamia ainda é sinônimo de elevado estatuto social, sendo praticada por chefes e pessoas de alto prestígio.

Nessa linha, Matsinhe (2006) aponta que as motivações da prática da poligamia fundamentam-se na crença de que o homem é por natureza polígamo, sendo, portanto, “natural” e “normal” ter mais de uma mulher. Argumenta-se também que o homem tem uma capacidade ilimitada de procriação, fato que justifica a necessidade de ter mais de uma mulher como garantia da procriação em caso de uma delas não poder procriar.

Os entrevistados, especialmente os homens mais velhos, justificam que a poligamia dignifica o homem e permite uma maior interajuda entre as mulheres. Contudo, as mulheres repudiam a poligamia, mas a toleram, justificando que elas não têm outra alternativa senão aceitar os maridos, desde que garantam a educação dos filhos. Tanto os homens quanto as mulheres afirmam nas entrevistas que os homens possuem maiores necessidades sexuais e, por isso, a poligamia é justificável.



Foto 6: esposas de mineiros em fila de pagamentos. (Local: TEBA Maxixe, 2010)
Fonte: Pesquisadora.

5 ALIANÇAS, RUPTURAS E REDES DE SOLIDARIEDADE

“compreender como a família passa de uma ficção nominal para um grupo real, cujos laços estão unidos por intensos laços afetivos, é preciso levar em conta todo o trabalho simbólico e prático que tende a transformar a obrigação de amar em disposição amorosa e a dotar cada um dos membros da família de um “espírito de família” gerador de devotamentos, de generosidades, de solidariedades (...).” (BOURDIEU, 2005, p. 130)

Este capítulo discortina-se sobre as concepções gerais da família moçambicana, a partir da reflexão da rede de relações que o mineiro estabelece com a família, a circulação de bens por meio de investimentos na terra natal, as viagens e as estratégias de comunicação adotadas. O capítulo reflete acerca das dívidas sociais que se estabelecem a partir do casamento, as rupturas que ocorrem no universo familiar por causa da disputa pela “herança” do mineiro e a quebra das relações entre o mineiro e sua família.

5.1 FAMÍLIA(S) MOÇAMBICANA(S): CONCEPÇÕES GERAIS

Uma parte da literatura clássica¹³² sobre família em Moçambique apresenta uma visão conservadora da família moçambicana, considerando que esta é constituída por grupos que se assentam em uma base política e social de sociedades patrilineares e matrilineares. O sistema patrilinear tem forte influência nas zonas sul (entre os tsongas) e algumas regiões do centro do país. Por sua vez, o sistema matrilinear predomina na zona norte (principalmente entre os mácuas) e algumas regiões do centro do país.

A forma de organização familiar nas zonas rurais das sociedades patrilineares é o *munthi*, definido por Fialho (1998) como unidades de

¹³² Junod (1996), Fialho (1998).

habitação, produção, consumo, religião e política autônomas. O *munthi* possui uma organização interna, definida hierarquicamente de acordo com as gerações, a ordem de nascimento e o sexo, expressando a oposição e complementaridade masculino/feminino, mais velhos/mais novos, esposa mais velha/esposa mais nova, etc. As gerações que compõem o *munthi* são a dos pais (mais velhas), dos filhos (intermediárias) e dos netos (mais novas). Os irmãos distinguem-se pela ordem de nascimento (mais velhos e mais novos). No *munthi*, as relações entre os gêneros se estruturam com base no modelo patriarcal que atribui autoridade ao homem e define espaços e papéis diferenciados para homens e mulheres. Os homens dedicam-se às atividades exteriores (trabalho assalariado, criação de gado, caça, pesca e guerra), ao passo que às mulheres a responsabilidade é com cuidado dos filhos, água, lenha, cozinha e agricultura.

Essa estrutura familiar apresenta formas diferenciadas, entretanto, na maior parte das vezes, é formada por povoações com cerca 10 palhotas¹³³, que incluem celeiros, cozinhas, currais, espaços de estar, de trabalhar, de comer e árvores (FELICIANO, 1998). O agregado familiar do *munthi* é alargado e composto pelo homem na qualidade de chefe de família ou *munumuzana (changana)*, mulher ou mulheres, filhos e todos aqueles que vivem na mesma casa (avós, cunhados, sobrinhos, etc.). As unidades conjugais são geralmente formadas por marido, esposas e filhos. Em alguns casos, o *munthi* pode estar ligado a um agregado familiar central, denominado "*Tsindza wha munthi*", o qual se situa nas proximidades e cumpre funções sociais e econômicas (WLSA¹³⁴, 1998).

Diferentemente das sociedades patrilineares, nas sociedades matrilineares, a origem ancestral que liga os antepassados mortos e os descendentes vivos da mesma comunidade é da linha materna. O sistema de casamento é matrilocal, visto que o casal passa a residir no espaço da

¹³³ Casas construídas com caniço.

¹³⁴ Woman Law in Southern Africa é uma instituição de pesquisa sobre mulher e gênero.

família da mulher. Os filhos do casal pertencem ao *nihimo*¹³⁵ da mãe e não do pai, como ocorre nas sociedades patrilineares. O pai social é o irmão da mulher, ou seja, o tio materno (*atata*) e a afinidade entre os membros concentra-se na família materna alargada e não na família nuclear. A autoridade política e social é exercida pelo Mwene (régulo) na companhia das *Apwiyamwene* (rainha). Em ambos os sistemas, o parentesco assume um papel central na definição de redes de solidariedade e reciprocidade que se estabelecem entre os membros da mesma família, vizinhos, amigos.

Apesar de esses dois modelos servirem de base para a compreensão da dinâmica social da família moçambicana, a coexistência de famílias de diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e políticos reconfiguram a forma da organização das famílias moçambicanas, tanto no meio urbano como no rural. Essas mudanças colocam em questão os pressupostos da ideologia das famílias patrilineares e matrilineares.

Os dados etnográficos também confrontam-se com esses padrões. Durante o trabalho de campo, verificou-se que nenhuma das famílias entrevistadas se encaixa completamente no modelo do *munthi*. Com o processo de urbanização e mobilidade social das famílias para as zonas urbanas e fora do país, a forma de organização das famílias rurais vai se reestruturando. As famílias fragmentam-se, e os sistemas “tradicionais” de organização familiar são transformados visando à reprodução familiar. A ligação entre as unidades de habitação, consumo e produção não são rígidas, e o *munthi* vai ganhando outras configurações deixando de ser uma exclusividade do meio rural.

Os dados do campo também revelam que, apesar disso, algumas famílias reproduzem formas de organização que se aproximam do *munthi*. O exemplo da família de Francisco Julião Chongo, 35 anos, natural de Chokwe, residente em uma das localidades do distrito de Namaacha, província de Maputo, é elucidativo. Francisco migrou para as minas há

¹³⁵ Linhagem ou clã – entidade que marca a origem ancestral que liga os antepassados mortos e os descendentes vivos da mesma comunidade.

mais de seis anos juntamente com seu irmão mais velho já falecido. Antes de migrar, vivia com a esposa em uma palhota construída por ele mesmo no terreno do pai. A mulher de Francisco vive com os sogros e seus dois filhos, que nasceram na ausência do marido. Por estar sob proteção do sogro, a esposa de Francisco acredita que tem obrigação de dar satisfação sobre a sua vida privada e a relação com o marido. Sempre que o marido envia dinheiro ou bens, ela apresenta aos sogros antes de utilizar, como sinal de respeito e consideração.

A família de Samuel Mabunda encontra-se em uma situação similar. No interior do quintal de Samuel, além da casa principal, existem pelo menos mais três palhotas que pertencem aos seus filhos, que também se encontram na África do Sul. Em uma delas, vive a nora e os netos de Samuel, permitindo a convivência de diferentes gerações no mesmo espaço doméstico à semelhança dos hindus de Inhambane, estudados por Jardim (2006).

5.2 HOMEM QUE NÃO MIGRA QUER COZINHAR

Apesar de os dados etnográficos mostrarem rupturas na rigidez das relações de gênero evocando a *agency* das mulheres no processo migratório, observa-se, entre o grupo estudado, também a permanência de modelos que reproduzem o que Bourdieu chama de dominação masculina. Esse autor entende que a dominação masculina está inserida em um contexto de relações de oposição entre homens e mulheres em que:

(...) a força masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visam legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante

estreita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina (...). (BOURDIEU, 1999, p. 18)

Nesse contexto, o mundo social é construído tendo como parâmetro os princípios de visão e divisão entre os sexos. Assim, a diferença entre os sexos está baseada em uma visão mítica do mundo: a relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres. Bourdieu afirma que a diferença biológica dos sexos (entre o corpo masculino e o corpo feminino) pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, sobretudo da divisão social do trabalho.

É nesse sentido que, no universo estudado, baseados na ideologia de dominação patriarcal, os homens ainda são vistos como provedores, chefes de família. Por isso, algumas tarefas, como a emigração para as minas, são concebidas como essencialmente masculinas, relacionando a emigração com as obrigações sociais e morais.

O estudo sobre o trabalho migratório realizado por Covane (2001) mostra que essas representações fazem parte do universo simbólico das famílias da zona rural do sul de Moçambique. O autor aponta que, durante muito tempo, em certas regiões de Gaza, os homens que não migravam eram discriminados e ridicularizados por outros homens, assim como por mulheres da comunidade. Além disso, a experiência migratória permitia que *homens falassem sobre o trabalho de homens para outros homens, como verdadeiros homens (grifo meu)*.

Nesses termos, Júlio, por exemplo, conta que quando era mais novo as conversas dos seus tios eram dominadas por histórias vivenciadas nas minas, tanto que aqueles que não tinham passado por essa experiência sentiam-se excluídos. O entrevistado relata:

(...) Eu ouvia conversas dos velhos a falarem das minas. Um dia desses, estava lá um tio meu que nunca tinha ido às minas. Ele ria-se das piadas que outros contavam. Minha mãe, que se

encontrava próxima a escolher amendoim, chamou-lhe e disse: De que vais falar? (...) O tio chateou-se e saiu do grupo (...).

Uma das letras de uma canção, gravada na década de 1980 pelos Serviços Provinciais de Cultura de Gaza (SPCG), citada por Covane (2001), expressa de forma clara a crítica das mulheres em relação aos homens que não migravam. Eis o trecho de uma delas:

Um homem que não migra para o Djoni
Esse homem não tem nenhuma iniciativa
Nós podemos pedir-lhe para tomar
conta das crianças
Porque ele não tem nenhuma iniciativa

Os migrantes que ficavam longos períodos de tempo em casa sem conseguir renovar os seus contratos eram criticados, porque acabavam por se intrometer em assuntos femininos, como cozinhar. Assim, mais do que uma necessidade, migrar para as minas tornava-se uma obrigação masculina e uma forma de os homens expressarem sua masculinidade.

Ainda hoje, o fim de contrato significa para muitos o reinício do sofrimento e da pressão familiar. Durante o trabalho de campo, encontrei muitos mineiros fazendo diligências junto à TEBA para renovar os seus contratos, a fim de evitar constrangimentos sociais junto à família e à comunidade, por estar desempregado e ocupando um espaço considerado doméstico. Nesse contexto, estar na mina significa manter a honra na família, contribuindo para a construção da identidade masculina e a reprodução da ordem simbólica e dos valores tradicionais.

O simples fato de permanecerem em casa durante o período de férias tem criado frustrações nos mineiros. Um dos mineiros entrevistados em Ressano Garcia, que já estava havia 45 dias com a família, relata o seguinte:

Já vou voltar. Descansei, mas estava cansado. Todos os dias problemas, falecimentos, doença... dinheiro também acaba e família já não te vê bem aí sentado.

Os trechos da canção que se segue, recolhido por Manghesi¹³⁶ em 1979, no distrito de Homoine, Província de Inhambane, revela o destino de muitos homens que não conseguiam retornar às minas:

Despediu-se da casa
Dizendo que ia para o Joni (nas minas)
Mas está retido em Maputo
Já está a sofrer
Acabou seis meses em Maputo
Caminho para Joni não se vislumbra

Vendeu a roupa que veste
Porque tem fome
Vendeu os seus sapatos
Vendeu o seu cobertor
Vendeu o seu sobretudo
Porque tem fome

A insegurança em relação ao emprego é uma constante entre os mineiros e, embora haja possibilidade de renovação dos contratos, os empregadores não oferecem nenhuma garantia. É assim que os mineiros vivem, constroem suas famílias e criam seus filhos. Logo, a insegurança torna-se uma estruturante da identidade dos mineiros (ECKERT, 1985). Mineiros ficam 10, 20 e até 40 anos com a mesma sensação. Isso mostra que as tradições familiares levam os homens a contratos sucessivos nas minas e que a família ocupa um papel central na vida dos mineiros.

Esse familismo é também incentivado pelos atores envolvidos na contratação dos mineiros. Ao se contratar um mineiro, parte-se do pressuposto de que uma das principais motivações da sua migração é o sustento do seu lar presente ou futuro. Por isso, em seus contratos existe um espaço destinado ao registros dos membros da sua família nuclear e alargada. Nos casos em que o mineiro não é casado, a família privilegiada é a extensa, o que leva a entender que o sujeito é obrigado a se comprometer no sustento dos seus progenitores.

¹³⁶ Um dos pesquisadores do livro *o Mineiro Moçambicano*.

5.3 OS SIGNOS DO SUCESSO

O fluxo de moçambicanos para a terra do *rand* é acompanhado não só pela circulação de bens financeiros, como também de bens materiais, com implicações na vida cotidiana das famílias dos mineiros. Na visão de Sahlins (1997), os bens e objetos estrangeiros são incorporados nas comunidades natais como poderes culturais e exercem uma influência positiva sobre as relações locais que contribui para a sua reprodução. Desse modo, as emigrações estrangeiras estão imbricadas às ambições locais, e os objetos e coisas que circulam no contexto migratório são dotados de prestígio e poder. A preocupação de trazer recursos materiais e financeiros para a terra natal remonta desde o início da migração para as minas. Harris (1994) lembra que, no final do Século XIX, mineiros traziam bens pessoais como forma de exibir o fruto do seu trabalho.

Mais do que buscar condições para o sustento dos seus familiares através de envio de dinheiro, bens alimentícios e material escolar para os filhos, alguns mineiros investem em bens materiais que contribuem para a mudança do seu *status* social, reforçando a ideia de que aspectos simbólicos também condicionam a migração, e a emigração constitui um elemento de diferenciação social. Viaturas de vários modelos, colchões, cadeiras, mesa, televisores, geladeira são alguns artigos trazidos ou enviados pelos mineiros, os quais funcionam como símbolo de distinção na sua comunidade de origem, como lembra Brígida:

Antes de meu marido ir para as minas, as coisas não eram fáceis. O dinheiro que ele conseguia nos biscates (bicos) de pintor servia para comprar comida. Nem sempre conseguia (...) Quando foi para as minas, comprou *uma geladeira, televisor* (...).

Os mineiros trazem esses produtos pessoalmente durante as suas férias ou dispensa ou através da KAWENA. Diariamente são descarregados, no armazém central da KAWENA, contentores de artigos

diversos provenientes da África do Sul via terrestre ou marítima. Todo o processo de desalfandegamento da mercadoria é supervisionado pelos serviços das Alfândegas de Moçambique.

Os produtos podem ser adquiridos nos postos da empresa na África do Sul, situados nas minas, ou nas delegações da TEBA em Maputo, o que significa que a circulação da moeda também é feita na África do Sul. Quando os produtos são adquiridos na África do Sul, o mineiro envia o número de recibo para os seus familiares para efeitos de levantamento dos produtos. Em alguns casos, a empresa entrega os produtos a domicílio.

Os preços aplicados nessas lojas são relativamente mais baratos em relação ao que vigoram no mercado nacional, entretanto o que incentiva a utilização dos serviços da KAWENA não são os preços, mas a facilidade e a eficiência das transações. Com o pouco tempo de permanência em Moçambique, os mineiros aproveitam para se concentrar em outras atividades como a construção de habitação, as cerimônias religiosas e os casamentos.

Segundo um dos representantes da KAWENA, a procura dos serviços da KAWENA pelos mineiros é elevada. Em 2007, a empresa recebeu 55 mil pedidos. A avaliação que os mineiros entrevistados fazem é de que a KAWENA só beneficia os mineiros com melhores salários, mas consideram que a utilização desses serviços são vantajosos porque garante que os produtos sejam adquiridos com eficiência. Entretanto, um dos funcionários do Ministério de Trabalho entrevistado não vê com bons olhos os serviços dessa empresa.

Veja esta empresa, KAWENA, praticamente 100% do dinheiro dos mineiros acaba no pagamento deferido e no KAWENA. Eles gastam o seu dinheiro nessas duas instituições (...) Depois, nessa altura, não há razão de se vender açúcar por essa via; eles trazem açúcar Sul-africano via KAWENA, enquanto nós temos várias fábricas de açúcar em Moçambique, então, isto envolve muita coisa e nós é que somos culpados. Nós, o governo, concretamente o Ministério das Finanças na pessoa da 1ª Ministra Luísa Diogo, que na altura já era Ministra das Finanças e conhecia este problema (...)

Por ser direcionada exclusivamente para os mineiros e suas famílias, a KAWENA acaba por influenciar os hábitos do consumo dessas famílias, como observa o funcionário entrevistado:

Eles vendem tudo, até roupa para si tem. Há três anos atrás inauguramos uma escola em Chibuto dada pela TEBA, onde estava lá o Ministro do Trabalho de Moçambique e da África do Sul e o presidente da Câmara das Minas. A criançada da escola, as mães e outros estavam quase todos vestidos a sul-africanos e tudo comprado na KAWENA (...).



Foto 5.1: produtos armazenados em uma das lojas do Kawena (Março, 2008).

Fonte: Pesquisadora.

Pode-se constatar que outro investimento importante para os mineiros é a habitação. Por se tratar de um investimento visível e duradouro, a casa permite que o mineiro seja reconhecido tanto por sua família como pela sociedade em geral. Um homem que fica longos anos nas minas, sem, no entanto, conseguir “construir”¹³⁷, no mínimo, uma casa de alvenaria para a família, é considerado um irresponsável.

¹³⁷ Expressão utilizada em Moçambique para se referir à construção de uma casa.

É pelo tamanho e qualidade¹³⁸ da casa que os mineiros são avaliados por seus vizinhos e familiares e reforçam seu capital simbólico, definido por Bourdieu como:

“ (...) a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categoriais de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno/rico/pobre/culto/inculto, etc.)”. (BOURDIEU, 2005, p. 107)

Assim, quanto maior for a casa, maior é a admiração e o respeito das pessoas. Por isso, um dos principais investimentos dos mineiros é a construção ou reabilitação das suas casas com o objetivo de criar conforto para a sua família, mas também obter reconhecimento. O conforto significa, na maior parte das vezes, deixar de dormir na esteira¹³⁹, sentar na cadeira, ter uma casa, de preferência de alvenaria, com luz elétrica ou energia solar e canalização.

As casas dos mineiros ganham mais visibilidade nas zonas rurais e nas pequenas cidades do que nas capitais provinciais. Na periferia urbana da cidade de Maputo, as casas dos mineiros assemelham-se a dos demais cidadãos em termos de estilo arquitetônico e material, ao passo que, no meio rural e nas pequenas cidades, nota-se uma certa distinção na construção. Em Chibuto, por exemplo, um dos distritos da província de Gaza, muitos mineiros construíram casas consideradas luxuosas para o seu contexto (com quatro quartos, luz elétrica, garagem, etc.). As casas dos mineiros destacam-se das demais devido ao tipo de material utilizado, ou seja, cimento, aro metálico para as janelas e sua imponência. Muitas possuem antenas parabólicas, garagens com carros, etc. Contudo, o exemplo de Chibuto não deve ser generalizado, pois nem todos mineiros auferem salários que permitem fazer esse tipo de investimento ou compra de viaturas para transporte coletivo, como alguns fazem. Nessa linha,

¹³⁸ Avaliada pelo tipo de material utilizado (cimento, aros, blocos, etc.)

¹³⁹ Feita de caniço.

Tembe et al. (2007) indica que são poucos os incentivos do Estado para investimentos dos mineiros em suas comunidades.

Por se tratar de construção da casa, uma atividade considerada masculina, geralmente o material enviado é armazenado até o regresso do mineiro durante o período de férias ou dispensa. Em alguns casos, são os filhos homens ou irmãos que se responsabilizam pela gestão dos recursos. As casas são construídas ao longo de vários anos pedra sobre pedra. O tempo de duração depende da capacidade financeira do mineiro. A maior parte sai da palhota para a nova casa.

Alguns entrevistados afirmaram que construíram suas casas com o dinheiro que economizaram nas minas. Entretanto, nem todos conseguem ter o mesmo privilégio por auferirem baixos salários. A diferença salarial gera uma distinção interna que se reflete de forma direta na vida cotidiana dos mineiros. Francisco Chongo, por exemplo, trabalha nas minas há seis anos, mas o que conseguiu até agora foi comprar blocos.

Antes de ir às minas, Macaringue tinha construído um quarto e sala e, durante o tempo em que esteve nas minas, construiu dois quartos (um interno e outro externo) e uma pequena casinha que pertencia ao seu filho que faleceu. Para ele, a missão nas minas foi cumprida porque, nas suas palavras, *“posso morrer, mas minha mulher e filhos terão abrigo”*.

A mesma opinião é compartilhada por Samuel Mabunda, quando coloca que a melhor coisa que conseguiu fazer durante mais de 40 anos nas minas foi construir a sua casa. Antes de ir às minas, o entrevistado vivia em uma palhota e hoje tem uma casa de alvenaria.



Foto 5.2: Casa do Sr. Mabunda, Chipenhe, Gaza.
Fonte: Pesquisadora.

Quase todos os entrevistados tinham casa própria. O estilo das casas dos entrevistados variava de acordo com o seu poder aquisitivo. Alguns, como o marido da Brígida, possuem casas simples e menos espaçosas, contruídas com material local (pau-a-pic); outros, como Samuel Mabunda, construíram casas de alvenaria. O sr. Pelembe é dono de uma casa de alvenaria com três quartos e um muro imponente que faz questão de exibir, estampando o letreiro “Vivenda Pelembe”.

Essa preocupação com infraestrutura é comum em outros contextos migratórios. Rouse (1992) mostra que a migração de mexicanos também trouxe mudanças significativas na economia e estrutura espacial dos aguillanos através de remessas enviadas pelos mexicanos aos seus familiares e investimentos em infraestrutura. Como resultado, ao longo dos anos, o Município de Aguililla deixou de estar isolado e se tornou um espaço transnacional.

Estudos realizados por Farré (2009), no distrito de Massinga, província de Inhambane e um dos distritos com forte influência migratória, aponta que em zonas de forte migração, além de infraestrutura (casas), os emigrantes daquela região investem em depósitos de água, ritos e cerimônias como casamento, rituais para os mortos (por exigência do morto ou por recomendação), transporte (*pick-*

up Isuzu), compra de animais (porcos, cabritos e vacas) para a sua reprodução e venda ou aluguel aos vizinhos para a roça e aquisição de porção de terra.

5.4 DA QUEBRA DOS COMPROMISSOS E TRANSFERÊNCIA DE DÍVIDAS SOCIAIS

Nos discursos dos mineiros, os compromissos familiares são apontados como uma das motivações para a emigração, mas, na realidade, esse compromisso não é honrado por todos os mineiros. Os dados de campo mostram que nem todos os mineiros cumprem com as suas obrigações familiares. A coordenadora dos Serviços Sociais da TEBA salientou que esse setor tem recebido queixas de esposas e outros familiares de mineiros que não dão notícias e nem enviam recursos financeiros e materiais para seus familiares. Outros simplesmente interrompem repentinamente o envio das remessas de dinheiro sem sequer dar satisfação aos seus familiares. Essa situação surge com mais frequência quando os mineiros constroem novas famílias na África do Sul, sendo obrigados a custear as despesas domésticas.

Mesmo com a obrigação de regressar a Moçambique anualmente, existem aqueles que só se apresentam na TEBA para renovar os seus contratos e posteriormente regressam para suas residências na África do Sul ou simplesmente encontram outros destinos diferentes do seu lar.

Em 2007, conheci uma mulher no distrito de Mabote, cujo marido se encontrava nas minas há 14 anos, deixando-a com quatro filhos menores e grávida do último filho. O marido deixou de dar notícias há cinco anos, e a informante diz que não sabe se ele está vivo ou não. Por ter sido lobolada, ela não pode contrair casamento com outro homem e ainda cumpre obrigações perante a família do marido como ela própria refere: “fui lobolada (...) não posso fazer nada. Vou esperar até ele voltar”.

A história de Felismina é bastante elucidativa. Primeira das três esposas de Samuel Mabunda, com quem teve apenas uma filha, a entrevistada ficou surpreendida quando contei que um dia antes de entrevistá-la estive com o seu marido nos escritórios da TEBA, na cidade de Xai-Xai. Para Felismina e Salomão, vizinho que ajudou a localizá-la, o marido estava no *Joni* e não em Xai-Xai.

Nos primeiros instantes, pensei que mais uma vez tinha parado no endereço errado depois de longos quilômetros de caminhada em zonas que outrora tinham sido palco de conflito armado; mas para minha alegria e alívio, os fatos mostraram que aquela história era verídica e que eu estava testemunhando pessoalmente o acontecimento. Antes de qualquer conversa mais aprofundada, decidi esclarecer melhor a situação, pedindo que Felismina mostrasse uma fotografia do marido para confrontar com a que eu havia tirado um dia antes.

Felismina, mulher de porte pequeno, com um caráter submisso e muito prestativa, correu imediatamente para o interior da casa e exibiu uma foto antiga, provavelmente tirada de uma das minas da África do Sul. Na foto, o marido aparentava ter uns 30 anos e segurava uma caixa de ferramentas. A foto deixava claro que se tratava do mesmo homem que eu havia encontrado em Xai-Xai no dia anterior: alto, com permanente no cabelo e uma corrente de ouro no peito. Depois disso, mostrei a foto que havia tirado com Samuel no encontro de Xai-Xai, mas a mulher não conseguia reconhecer o marido, porque a imagem que aparecia na minha máquina digital era bastante reduzida. Para facilitar a visibilidade, ampliei o zoom da minha máquina fotográfica, e a mulher incrédula afirmou: “hi Yena”, que em changana significa “é ele”. O ambiente que se seguiu foi de risos e admiração: “como ele vai para a cidade (*doropa* em chagana) e não chega aqui em casa?” Questionavam a mulher e o vizinho, que também foi mineiro e já estava aposentado por motivo de doença.

O gesto de Samuel revela o valor da primeira esposa na estrutura familiar. Quando pedi o endereço da sua casa, Samuel deu referências da casa da sua primeira mulher. Mesmo sabendo que ainda não tinha

chegado lá, o informante não me disse nada. Apenas pediu desculpas, caso a família não me servisse chá no dia em que eu fosse visitá-la, porque, segundo ele, *“uma casa sem homem é assim”*. Coincidentemente, quando Felismina me recebeu, também pediu desculpas por não ter servido nada e até tentou tirar papaias para me oferecer como sinal de gratidão e respeito. Esse gesto é muito comum nas zonas rurais.

Ao agir dessa forma, Samuel seguiu a hierarquia da ordem de casamento vigente na sua terra de origem que confere à primeira mulher o papel importante na hierarquia familiar. Ela é considerada a “verdadeira mulher” e, por isso, as outras lhe devem obediência e respeito. A primeira mulher também assume uma função ritual importante, sobretudo em caso da viuvez¹⁴⁰.

Em relação a esse episódio, parece que eu fiquei mais perplexa do que Felismina. Aparentemente, esse incidente não a perturbou, pois, depois de tudo esclarecido, conversou normalmente sobre a experiência migratória na família. Aliás, a própria Felismina disse que conhecia as duas esposas do marido e que não se preocupava com a situação, porque, segundo ela, *“(...) o mais importante é que o marido lhe compre sabão para lavar a roupa e comida”*, isto é, cumpra o seu papel de provedor. Nesse contexto, a masculinidade desse sujeito expressa-se pelo compromisso não só da relação marital, como também das dívidas simbólicas com a parantela que ele está alimentando.

No entanto, por motivos que não soube explicar, Felismina diz que há cinco anos deixou de receber dinheiro do marido através da TEBA. Segundo ela, o marido só envia dinheiro no período da seca ou quando ocorrem calamidades como cheias e ciclones. Depois de três meses, voltei para casa de Felismina e a encontrei na mesma situação. Recebeu-me com a mesma simpatia e disse que o marido ainda não tinha regressado.

¹⁴⁰ Nos casamentos poligâmicos, a primeira mulher é chamada por *Nkosikasi*, que significa “mulher grande”, ou *nsati wa nkulu*, na língua changana.



Foto 5.3: Chipenhe: entrevista com Felismina e o vizinho, em 2008.

Fonte: Pesquisadora.

Assim como Felismina, milhares de mulheres encontram-se nessa situação, principalmente no meio rural. Estando loboladas, as mulheres sem veem obrigadas a manter fidelidade e lealdade ao lar e aos familiares do marido até a morte (JUNOD, 1996). Pelo laço que se constitui com o lobolo, o homem acaba transferindo as suas dívidas sociais para a esposa, que deve cumprir deveres e obrigações sociais inerentes à sua condição de nora. Uma das obrigações da mulher consiste na prestação dos serviços para os familiares do marido, sobretudo os sogros. Isso acontece com mais frequência quando a mulher reside com os sogros ou nas proximidades. Nesse sentido, o papel central das mulheres não está somente na gestão dos bens materiais do mineiro, mas na reprodução social e familiar¹⁴¹, mesmo que para isso tenham que passar a sua juventude criando seus filhos com um marido-ausente que pode ou não retornar ao lar. Portanto, a ausência do migrante durante a maior parte do ano acaba sendo um estilo de vida das famílias dos migrantes.

¹⁴¹ Bourdieu (2005) considera que "(...) a família tem um papel importante na manutenção da ordem social, isto é, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social" (BOURDIEU, 2005, p. 131).

5.5 VIUVEZ E RUPTURAS: A HISTÓRIA DE FLORÊNCIA

A morte do mineiro pode alimentar conflitos no seio das famílias, entre a viúva e os familiares do marido, sobretudo se esta subverter a regra familiar das sociedades patrilineares, segundo a qual o principal herdeiro dos bens do marido são os filhos do sexo masculino e os irmãos do marido (POTASH, 1986). Foi o que aconteceu com Florência que, depois do morte do marido, entrou na disputa por uma pensão com a família do marido falecido.

Ela conta que as desavenças com a família do marido começaram mesmo antes da sua morte, porque, segundo ela, a sua cunhada queria que ele se casasse com um dos seus parentes. Mesmo assim, em 1999, Florência se casa pelo civil e religioso (Igreja dos 12 Apóstolos). O casamento foi antecedido da cerimônia de lobolo, conforme a tradição. Do lobolo, Florência recebeu objetos pessoais (um conjunto de saia e blusa, sapatos, roupa interior e joias), e os pais e as figuras femininas da família (avós e tias materna e paterna) receberam roupas, bebidas e um valor de 300,00 MT em forma de gratificação. Depois do casamento, o marido, que já trabalhava nas minas desde 1996, regressou e Florência foi viver com os familiares do marido, mas as relações não eram harmoniosas, principalmente com a cunhada. Em 2000, Florência foi viver com o marido, na África do Sul, por três anos, em uma casa alugada em um *township*. O marido enviava regularmente dinheiro para o seu irmão como forma de gratidão. O dinheiro acumulado nas minas permitiu que o marido comprasse terreno no bairro de Laulane (arredores da Cidade de Maputo) e construísse uma casa (quarto e sala), onde Florência reside atualmente. Com a morte do marido em 2005, Florência foi acusada de feitiçaria, e os conflitos se agravaram por causa da disputa pelos bens e pensão. Eis o relato dela:

(...) Sofri muito quando meu marido morreu. Toda a família dele ficou de longe. Ninguém queria saber de mim. Minha família disse para não sair de casa, porque eles queriam me arrancar. Meu cunhado me arrancou todos os documentos do meu marido (passaporte, makholo skhopo) para eu não tratar nada na TEBA (...) fui à Liga [Liga dos Direiros Humanos] meter a queixa, mas ele não apareceu. Depois disso, fui à Polícia e ele apareceu e na presença da polícia prometeu-me entregar os documentos. Passando uns dias, foi deixar os documentos na TEBA.

O litígio levou cerca de dois anos e terminou com a recepção da pensão por parte da viúva em 2008 (cerca de 25.000 Randes). Com esse dinheiro, ela continuou com o pequeno negócio de venda de óleo e terminou a obra da casa que o marido havia construído. Nesse processo, Florência contou com apoio dos pais e irmão que lhe forneciam informações sobre os procedimentos a seguir. Florência disse que, por causa desse conflito, já não visita a campa do marido há vários anos, porque está localizado no cemitério da família do marido, fato que lhe deixa muito triste. Importante ressaltar que a situação dela tornou-se agravante pelo fato de não ter tido filhos com o marido, um aspecto bastante valorizado pelas famílias moçambicanas, que garante a inclusão das mulheres e o fortalecimento de vínculos familiares.

5.6 REDES DE SOLIDARIEDADE FEMININA E INTERAJUDA

O mundo no qual se inserem os mineiros e suas famílias os obriga a se integrarem em redes de solidariedade que permitem responder às necessidades que emergem no seu dia-a-dia. Na mina, os mineiros integram uma complexa rede de relações que envolve parentes, amigos e colegas, a qual permite uni-lo à sua família, ao meio de trabalho e à sociedade local.

Nas zonas rurais, onde os fluxos migratórios têm sido feitos em rede e as residências dos mineiros estão localizadas próximas umas das outras, as redes são mais densas e expressivas. Em geral, mineiros e suas

famílias são conhecidas e são facilmente identificados pelos pastores, régulos, chefes de postos, secretários do bairro, professores, enfermeiros e por cidadãos comuns. Foi assim que consegui chegar à casa de Samuel Mabunda.

No entanto, não são essas redes que serão analisadas nesse tópico, mas as que são tecidas pelas esposas dos mineiros com a finalidade de angariar apoios para sustento do lar e resolução de conflitos. Trata-se de circuitos que se dão dentro e fora da sua parentela e envolvem a circulação de bens materiais e simbólicos, bem como as trocas e obrigações recíprocas. As redes são acionadas sobretudo nos momentos-chave, como o nascimento, a morte, as doenças, o casamento, os conflitos e o desemprego, conforme mencionado anteriormente.

Uma das estratégias adotadas por essas mulheres é a criação de uma rede de solidariedade feminina que permite estabelecer alianças com base no parentesco, vizinhança, religiosidade, interesses econômicos, etc. Na sua parentela, as relações mais estreitas são mantidas com a mãe, irmãs e tias materna e paterna (*hahani*). *Hahani* é uma figura muito importante na estrutura familiar dos tsongas de Moçambique. É ela que deposita os segredos da sobrinha e faz a mediação das relações entre a sobrinha e os pais, bem como os aspectos relacionados com casamento, gravidez, conflitos conjugais, etc.

Na parentela do marido, o principal elo de ligação são as sogras e cunhadas, peças fundamentais da sograria¹⁴². É a partir da sograria que se dá o vínculo entre a esposa e o marido, e, por isso, qualquer constrangimento nessa relação pode ter implicações na relação marido e mulher. Jardim (2006), mostra também que entre as famílias hindus de Moçambique, a relação entre nora e sogra caracteriza-se pela flexibilidade de hierarquias e tem o seu cotidiano conectado independentemente do espaço que elas ocupam.

¹⁴² Junod (1996) define sograria como um laço e lugar que unem um homem ou mulher à sua família de aliança. Esse termo estende-se a outros membros da família, representando o lugar (casa) e vínculo da nora ou genro com a família do seu cônjuge.

Entre os tsongas, as relações entre nora e sogra são marcadas por cumplicidade e conflitos e ocorrem principalmente no momento do nascimento dos filhos e na partilha dos trabalhos domésticos. A presença da sogra no nascimento dos filhos é quase que obrigatória e funciona, de certo modo, como um barômetro que ajuda a medir o grau da relação entre ambas. A presença da mãe e a ausência da sogra nos últimos meses de gravidez ou doença pode ser sinônimo de conflito e desentendimento entre nora e sogra.

O apoio da sogra nesses momentos cruciais cria um circuito de reciprocidade que se caracteriza pelo sentimento de obrigação de dar, receber e retribuir. O exemplo de Brígida ajuda a explicitar melhor esse circuito. Em 1999, Brígida juntou-se ao marido. Segundo ela, o marido não lhe *lobolou* porque não tinham dinheiro¹⁴³. Depois da união de fato¹⁴⁴, ela passou a morar na casa dos pais do marido, enquanto ele trabalhava nas minas. Foi lá que nasceram os seus dois filhos (com idades de 2 e 5 anos em 2008). Brígida relata que a sogra lhe ajudou durante toda a gravidez e o nascimento dos filhos, dando-lhe banhos, medicamentos, fazendo massagens, etc. Por ser um importante momento da sua vida como mulher, ela tem pela sogra uma eterna gratidão.

Com a sua saída da casa dos sogros em 2008, a informante conquistou uma certa autonomia, mas ainda cumpre suas obrigações de nora. Todos os finais de semana vai para a casa dos sogros para ajudá-los a cozinhar e lavar a roupa. Brígida aceita com naturalidade essa atitude, porque, segundo ela, *“apesar de ainda não ter sido lobolada, devo cumprir com as minhas obrigações”*.

¹⁴³ Os homens que não lobolam as mulheres antes de se unirem maritalmente são obrigados a pagar a multa no dia do lobolo. Essa multa é agravada se o casal tiver filhos. Em caso da morte da mulher antes do lobolo, o marido deve realizar uma cerimônia de lobolo com o objetivo de eliminar a dívida.

¹⁴⁴ A nova lei da família de Moçambique, aprovada em 2004, reconhece três tipos de casamento: civil, religioso e tradicional, desde que sejam registrados por entidades ou autoridades competentes. Apesar de o lobolo ser considerado um casamento tradicional, raramente é registrado. A mesma lei reconhece a união de fato desde que o casal more junto durante um ano.

A responsabilidade de Brígida é acrescida pelo fato de a sogra ser idosa e, por consequência, não ter condições físicas para realizar os seus trabalhos domésticos. A atitude da Brígida resultará igualmente na criação de uma eterna gratidão que poderá ser retribuída pelas cunhadas, pelo marido ou por outros membros da família.

Outro caso exemplar é de Felismina Dimande, esposa de Samuel Mabunda, que mora a 100 metros da casa da sogra (viúva). Ela conta que apesar de o marido ter deixado de enviar dinheiro regularmente há cinco anos, compartilha o pouco que tem com a sua sogra, que é idosa. Ela divide com a sogra alimentos que produz na machamba e o dinheiro que rende com a venda da bebida tradicional (tontonto).

Os membros masculinos da família do marido, em particular sogros e cunhados (principalmente os irmãos mais velhos do marido), são tratados com certo distanciamento pelas mulheres, por ocuparem um lugar superior na hierarquia familiar.

Fora da parentela, as redes de interajuda estendem-se a instituições formais e informais onde se destacam as igrejas, as associações locais, etc. O papel da Igreja, por exemplo, é fundamental, sobretudo em caso de doenças e viuvez. O papel da igreja como aliada da viúva é expresso na seguinte fala de Florência:

Eles (a família do marido) não queriam que eu tirasse luto. Disseram que matei meu marido. Meu padrinho de casamento foi ter com eles, primeiro eles aceitaram, mas depois não vieram. Meus pais chamaram esses da Igreja e fizeram rezas para eu tirar luto. Tirei toda roupa que usava, e abriram uma cova na minha casa e enterraram parte da roupa. Outra roupa levaram para dar aos velhos (...)

A presença da Igreja nesse ritual revela as mudanças que aparecem no cristianismo através do encontro cultural com os valores tradicionais. No caso aqui exposto, a Igreja se fez representar por membros da comunidade, e sua ação consistiu na realização de orações e benção da água que ela usou para tomar banho. Florência ficou de luto durante 8

meses, vestindo roupas brancas e compridas e com atividade sexual expressamente proibida.

Outro exemplo de apoio de instituições é o de Brígida. Ela é membro de uma associação de costureiras desde 2006. A partir da venda de uniformes e outros artigos confeccionados na Associação, consegue reforçar o seu orçamento familiar.

Os amigos e vizinhos assumem um papel fundamental como rede de apoio, mas também no controle do comportamento das mulheres. Casos de infidelidade ou suspeitadas são muitas vezes reportados por vizinhos e amigos, terminando em tragédia. Apesar disso, as entrevistadas destacaram as vizinhas como suas principais aliadas, em função de ajudarem no cuidado das crianças e na segurança na sua ausência.

Apesar do *xitique* (transação que consiste em uma contribuição de certo valor previamente a ser entregue a um membro do grupo de forma rotativa) ser uma prática de solidariedade grupal muito comum entre mulheres com poucos recursos econômicos, nenhuma das entrevistadas estava inserida nessa rede, por considerarem que não tinham recursos suficientes para tal.

5.7 VIAGENS E FLUXOS

À semelhança do que ocorre em outras experiências migratórias, as viagens estabelecem e reforçam vínculos entre os que ficam e aqueles que partem. Entre os palestinos estudados por Jardim (2007), por exemplo, as viagens não só estreitam laços familiares, como também reforçam as tradições, estabelecem “consensos” familiares, viabilizam o aprendizado do idioma e costumes árabes para as novas gerações e, ainda, possibilitam futuros casamentos. No contexto desta pesquisa, as viagens são realizadas principalmente em dois momentos. Por um lado, quando as mulheres têm oportunidade de refazer o trajeto dos seus maridos,

permanecendo um período limitado de tempo na África do Sul e, por outro, quando os mineiros viajam à terra natal para passar férias, renovar contratos, etc. A viagem das mulheres é feita pelo menos uma vez em nome do testemunho da migração, mas nem todas fazem essa viagem.

A periodicidade do retorno do mineiro à terra depende da negociação do mineiro com o patronato. Uns regressam para casa uma vez por mês, outros trimestralmente, mas a grande maioria viaja no mês de dezembro para passar as festas do Natal¹⁴⁵ e final do ano com a família. Há também a possibilidade de os mineiros pedirem dispensa de três a cinco dias para tratarem de assuntos familiares.

O tempo de contato entre os mineiros e a sua família é considerado muito reduzido pelos mineiros e pelas próprias esposas, porque, segundo dizem, não permite cumprir com os vários compromissos sociais. Uma das esposas dos mineiros, entrevistada na Maxixe, abordou essa questão da seguinte forma:

“(…) Eles voltam por pouco tempo e não temos tempo para fazer nossas cerimônias. Só ficamos com eles quando está doente ou morre. Só recebemos dinheiro”.

Em dezembro, as fronteiras ficam lotadas de mineiros que se fazem transportar por veículos particulares e privados sobrecarregados de vestuário, mobília (colchões e cadeiras), comidas, principalmente sacos de batata, cebola, óleo e ovos, produtos que nessa altura do ano têm os preços agravados no mercado nacional. O regresso dos mineiros nesta época é sempre aguardado com muita expectativa pelos seus familiares, e, os diferentes agentes envolvidos no seu atendimento, ou seja, a TEBA, as alfândegas e os transportadores, também se mobilizam para responderem as demandas. É nesse período que as famílias aproveitam para marcar as cerimônias de casamento, festas e rituais relacionados

¹⁴⁵ O dia 25 de Dezembro tem um significado diferente para os moçambicanos. Alicerçados no princípio de laicização do Estado, o governo moçambicano decretou essa data como o dia da família. Assim, os cristãos celebram o Natal, e os não cristãos o dia da família.

com a morte (missas) e nascimento de crianças para permitir a participação dos mineiros. Muitos partem para as minas, deixando suas mulheres grávidas e só conhecem seus filhos nessa altura. Contudo, o nascimento dos filhos pode resultar em conflito familiar, quando o tempo de gestação da mulher não coincide com a última estadia do mineiro na terra natal¹⁴⁶.

Em Chibuto, um dos distritos de forte influência migratória, alguns residentes com quem conversei relataram que, em dezembro, realizam-se muitas cerimônias de lobolo devido à presença de mineiros. Trata-se de uma época marcada por muita alegria, mas também pela tristeza, provocada por mortes de mineiros por acidentes, devido à intensidade do trânsito nas estradas nacionais, conflitos conjugais devido a ciúmes, etc.

Esse regresso nem sempre significa repouso ou tranquilidade por causa de questões administrativas. Por vezes, os mineiros se deparam com problemas relacionados com contas excessivas de luz, água, etc., e em vez de aproveitar as férias, são obrigados a resolver esses problemas. Alguns mineiros interpretam essas situações como uma forma de perseguição, uma indicação de sentimento de desenraizamento. Sobre essa questão, Vilanculos afirmou:

(...) vou levar esta fatura para Companhia das Águas. Não sei como mandaram esta fatura se eu não tenho contador. Quando sabem que é casa do mineiro, aumentam as contas. Esse país (...)

Esse sentimento de perseguição está presente na fala de muitos mineiros que se acham injustiçados devido à sua condição de mineiro.

¹⁴⁶ Informação recolhida em Mabote, no âmbito da pesquisa sobre a violência baseada em gênero, realizada em 2007. O adultério confirmado ou suspeito tem sido uma das principais causas de violência de alguns mineiros contra as suas mulheres.



Foto 5.4: Lourenço no ponto de ônibus, XaiXai, 2009, acompanhado por ses familiares.
Fonte: Pesquisadora.

5.8 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

Além das viagens regulares dos mineiros para a terra natal e dos seus familiares, existem outras formas utilizadas pelo mineiro para se comunicar com seus familiares. Nos últimos tempos, as tecnologias de comunicação assumem um papel central na manutenção dos laços entre os migrantes e seus parentes, em particular as esposas. Por isso, a distância não impede que os mineiros acompanhem o que ocorre com seus familiares.

Os que privilegiam o contato permanente com a família, como Francisco Mucavel, marido da Brígida, geralmente o fazem através do telefone fixo ou telemóvel¹⁴⁷ que, nos últimos tempos, está em franca expansão, atingindo um número considerável da população moçambicana. O celular, que há cinco anos era utilizado por uma minoria privilegiada de

¹⁴⁷ O celular foi introduzido em Moçambique em 1998. Atualmente, o país dispõe de uma rede fixa com mais 7 milhões de usuários (sobretudo nas zonas urbanas) e duas redes de telefonia móvel que atinge cerca de 10% da população moçambicana: A MCEL e a VODACOM.

moçambicanos das zonas urbanas, está cada vez mais acessível¹⁴⁸ aos moçambicanos. O telemóvel criou uma nova configuração das formas de comunicação entre os mineiros e seus familiares, fortalecendo e intensificando os vínculos dos migrantes e seus familiares, e entre os parentes que ficam. Contudo, o ritmo do acesso ao telemóvel nas zonas rurais mais recônditas ainda continua lento.

Deve-se ressaltar que o celular consta na lista dos bens trazidos ou enviados pelos mineiros para seus familiares, sobretudo as esposas. Apesar de o telemóvel facilitar a comunicação e reduzir as distâncias entre os mineiros e sua família, alguns entrevistados são de opinião que, com esse meio, os problemas apresentados pelas famílias aos migrantes tornaram-se frequentes, gerando preocupações nos mineiros. A respeito do uso do celular, Vilanculos disse o seguinte:

É bom ter informação da casa, cheias, problemas, etc. mas quando começam a dizer que não têm comida, você fica doente. Não fica à vontade saber que tua família não está a comer. Por isso é bom, mas não é bom.

Nesse sentido, a tecnologia assume um papel contraditório como fonte de alegria e tristeza, alívio e preocupações para os mineiros. Para evitar tais constrangimentos, muitos preferem não fornecer os seus números de telefone aos familiares. Vilanculos é um dos que optou por se comunicar com a família dessa forma, segundo ele, “para evitar dores de cabeça”. Além disso, é muito mais fácil o migrante obter meios financeiros para telefonar para os seus familiares do que o contrário.

Quando os mineiros telefonam, geralmente, procuram saber do estado de saúde dos seus familiares, dão informações sobre o envio do dinheiro, férias, etc. É nesses momentos que os familiares falam sobre nascimentos, casamentos e apresentam suas preocupações, pedidos e lamentações.

¹⁴⁸ Um celular pode custar 1.000,00MT (US\$ 40) o equivalente a 80 Reais.

Antes da introdução do celular em Moçambique, o contato com a família era feita através de cartas enviadas por colegas, amigos e familiares, etc. Além de ser mais morosa, a carta era menos eficiente, porque os mineiros não letrados (a maioria) não tinham outra solução senão recorrer aos outros para escreverem suas cartas. Por outro lado, só os membros mais letrados da família podiam ler as cartas enviadas, o que invadia de certa forma a privacidade. Brígida conta que, durante muito tempo, comunicou-se com o marido através de cartas enviadas por amigos e parentes. A informante disse que pelo menos duas vezes recebeu pedidos das vizinhas para leitura das cartas enviadas pelos maridos.

Os colegas dos mineiros que residem próximo do local das famílias dos mineiros também intermedeiam essa comunicação, levando ou trazendo notícias escritas, recados ou encomendas.

Em casos considerados urgentes, como morte ou doença, os familiares que não têm acesso direto ao mineiro recorrem à TEBA para o envio de informações. Nos últimos tempos, a morte de mineiros que regressam para casa já doentes e acabam por perder a vida em Moçambique é muito comum. Uns regressam depois de serem dispensados pelos serviços, devido ao seu estado de saúde, e outros agravam o seu estado de saúde durante a sua estadia no país. Foi o que aconteceu com o marido de Florência, que regressou a Moçambique doente e perdeu a vida depois de seis meses de permanência no país, vítima de tuberculose.

O papel de intermediação da TEBA também ocorre quando acontece algo grave com o mineiro nas minas, ou seja, morte ou acidente de trabalho. Em caso de morte, a TEBA efetua todos os procedimentos junto da mina para a transladação do corpo para a terra natal do mineiro. O meio de comunicação mais utilizado para esse tipo de informação é o e-mail. O contato com as famílias é feito pelos integrantes dos Serviços Sociais da TEBA. Ser mensageiro de uma notícia triste é, na opinião de uma funcionária do setor social da TEBA, muito desgastante, visto que

envolve sentimentos de dor, tristeza e desespero das famílias que, depois de longos anos de espera, recebem seus familiares como cadáveres.

6 NEM LÁ, NEM CÁ: XENOFOBIA, PRECONCEITOS E ESTEREÓTIPOS

“Se estrangeiro é a definição jurídica de um estatuto, *imigrante* é antes de tudo uma condição social” (SAYAD, 1998, p. 243)

Neste capítulo, proponho-me a discutir a experiência de emigração e imigração de moçambicanos na África do Sul, a partir da análise do fenômeno de xenofobia na África e da sua relação com a construção do Estado-nação sul-africano. Apresento inicialmente o contexto político da África do Sul após o fim do *apartheid* e os efeitos das suas políticas sobre o fluxo migratório. Na análise, procuro mostrar que a vontade política do governo sul-africano em permitir a inclusão social de estrangeiros não coincide com a opinião da maior parte da população, e o mundo do trabalho torna-se o principal palco de batalha entre sul-africanos e estrangeiros. Nessa confrontação entre os nacionais e os não nacionais, a violência e os atributos étnicos, em particular a língua, são acionados pelos nacionais para expulsar os estrangeiros. O capítulo reflete ainda acerca do processo de reintegração dos imigrantes na terra natal, ressaltando a relação que estabelecem com a população local.

6.1 RECLASSIFICANDO OS NACIONAIS E OS NÃO NACIONAIS

6.1.1 O Contexto Político na África do Sul Pós-*Apartheid*

Durante o período do *apartheid*, as políticas migratórias do governo sul-africano estavam em consonância com as políticas do regime baseado em fortes medidas que restringia a circulação de nacionais não brancos e de estrangeiros dos países africanos, dentro do território sul-africano. Em

contrapartida, a imigração dos brancos ou europeus era incentivada com objetivo de reforçar a minoria branca (BOUILLON, 1999).

Segundo Medeiros (1999), a afirmação da África como democracia plurirracial e pluriétnica (*Rainbow Nation*) reconfigurou as relações sociais, econômicas e políticas do país em nível nacional e internacional. A reformulação de políticas migratórias¹⁴⁹, a abertura política para o exterior a partir da adesão à SADC e a anulação de fronteiras raciais imprimiram uma nova dinâmica no fluxo de pessoas e bens. Como resultado, aumentou consideravelmente o número de emigrantes africanos que se deslocaram para África do Sul. Isso acontece, por um lado, devido aos problemas de natureza social e política que ocorrem nos seus países de origem (como a recente crise política no Zimbábue) e, por outro, pela oportunidade econômica e campo de possibilidades que o país lhes oferece.

Com o novo cenário político, os estrangeiros foram se inserindo no mercado de trabalho através de suas redes familiares e de amizade, disputando as oportunidades com os nacionais. A entrada massiva de estrangeiros vindos de toda a África saiu completamente do controle do Estado sul-africano e tornou-se um grande dilema da nova nação pós-*apartheid*, transformando a África do Sul em um país de imigração por excelência e um dos países mais intolerantes do mundo aos estrangeiros. Esse sentimento antiestrangeiro foi manifestado pelos sul-africanos em 1997, em uma pesquisa levada a cabo pelo *Projeto Southern African Migration*, no qual se constatou que 25% dos sul-africanos eram favoráveis ao banimento da imigração, 45% defendiam políticas migratórias restritivas, 17% colocaram-se receptivos a políticas flexíveis à imigração e apenas 6% demonstraram estar completamente abertos à migração. A perda de emprego, o crime e a disseminação de doenças foram apontados pelos inquiridos brancos e negros como aspectos

¹⁴⁹ Uma das medidas migratórias adotadas mais importantes foram as anistias para os imigrantes "ilegais" e a abolição de vistos de entrada para alguns países da região.

negativos que resultam da presença dos imigrantes (McDONALD, 2000). Uma nova pesquisa, realizada em 2004 pelo *Centre for the Study of Violence*, sediado em Johannesburgo, indicava que 87% dos sul-africanos acreditavam que os estrangeiros indocumentados estavam envolvidos em crimes.

A postura desses sul-africanos é alimentada por alguns segmentos do governo e imprensa sul-africana que proferem discursos e adotam postura anti-estrangeiro, contrastando com os princípios constitucionais que se sustentam na igualdade racial e na promoção dos direitos humanos para cidadãos e não cidadãos, embora, com limitações para os direitos políticos. Em 1994, por exemplo, Mangosutho Buthelezi, líder Zulu e ex-Ministro do Interior, em seu primeiro discurso ao parlamento, proferiu o seguinte discurso:

“Se nós como sul-africanos competirmos pelos recursos com os estrangeiros que vivem na pobreza na África do Sul, é melhor considerarmos que não será possível levar a cabo o nosso Programa de Reconstrução Nacional”¹⁵⁰ (tradução minha).

É nessa presença de estrangeiros, de difícil de quantificação, que se situam os conflitos com os nacionais, em um momento em que a África do Sul se reconstrói enquanto nação. Os nacionais se sentem ameaçados por terem de concorrer em pé de igualdade com os estrangeiros na conquista de um lugar no mercado de trabalho e acesso aos serviços sociais básicos; enquanto isso, os estrangeiros buscam na África do Sul as condições que não encontram em seus países de origem. Por outro lado, o governo sul-africano procura tomar medidas que visam a respeitar os direitos dos imigrantes enquanto direitos humanos. Nesse jogo de forças, os direitos universais se contrapõem aos direitos de cidadãos, os quais se encontram em um território estrangeiro.

¹⁵⁰ *If we as south african are going to compete for sarce resource with millions of aliens who are pouring in South African, then we can bid goodbye to our Reconstruction and Development program*-Citado por Reilly (2001, p. 7)

É nesse sentido que, para se livrarem dessa disputa, sobretudo pelos postos de trabalho, segmentos pobres da população sul-africana majoritariamente negros, em substituição do Estado – o único ator com legitimidade para controlar o fluxo migratório dentro do seu território (TORPEY, 2003) –, optam por individualmente criar medidas migratórias restritivas e fazer justiça pelas “próprias mãos” recorrendo ao uso da violência.

A precariedade da vida dos sul-africanos não foi resolvida pelas promessas dos programas de governação do Congresso Nacional Africano, lançadas na campanha eleitoral de 1994. Tais promessas previam a melhoria das condições de vida das populações pobres, que manifestam o seu descontentamento por meio da aversão ao estrangeiro.

Trata-se do *Reconstruction and Development Programme*, introduzido em 1994, que tem os seguintes objetivos: criar emprego através de obras públicas, construir 1 milhão de casas com saneamento e eletricidade, alargar a rede de saúde, introduzir a educação gratuita por 10 anos, fazer a reforma agrária e introduzir políticas de ação afirmativa (*affirmation action*) no setor público e privado¹⁵¹. Em 1996, essa política sofreu alterações devido ao fracasso na sua implementação e foi substituída pelo *Growth, Employment and Redistribution (GEAR)*, que tinha como objetivo central reduzir a pobreza com ênfase para a redução da taxa do desemprego e melhoria do acesso à água, eletricidade, linhas telefônicas, habitação e saúde (BRANCO, 2003). Entretanto, os resultados ainda estavam muito aquém do esperado, visto que as desigualdades entre brancos e negros continuavam acentuadas¹⁵².

Ainda hoje, uma parte considerável desses sul-africanos encontra-se aglomerada em bairros de lata dos subúrbios de grandes cidades que contam com um número significativo de imigrantes, na sua maioria considerados ilegais, desprovidos de qualquer protecção social, fato que

¹⁵¹ ANC: *Reconstruction Development Programme*, p. 1.

¹⁵² Em 1998, os brancos tinham em média de 85.296 randes, e os negros apenas 15.024; a taxa de desemprego era de 42,5% dos negros contra 4,6% para brancos (BRANCO, 2003).

os torna vulneráveis. É nesse contexto turbulento que acontece a disputa entre os “nacionais” e “não nacionais”.

6.1.2 “Etnicização” da Xenofobia

Em Maio de 2008, as manchetes veiculadas pelos meios de comunicação de Moçambique e do mundo colocavam em questão os princípios da nova fase da África do Sul multirracial e democrática. Televisões, jornais e rádios não paravam de reportar cenas chocantes e histórias tristes de episódios de xenofobia de sul-africanos contra estrangeiros. Em pouco tempo, o aparente sentimento de irmandade entre sul-africanos e africanos de outras nacionalidades foi substituído por ódio, vingança e destruição jamais vistos na história daquele país. Os estrangeiros, oriundos de países vizinhos, que durante séculos conviviam de forma harmoniosa com os sul-africanos, passaram em curto espaço de tempo a serem estigmatizados e considerados invasores que se propagaram sem controle.

Os entrevistados mineiros e não mineiros relatam que a atitude dos sul-africanos foi surpreendente pelo fato de, durante vários anos de convivência, nunca terem sido vítimas de agressões dessa natureza. Por várias semanas, a fronteira de Ressano Garcia ficou repleta de gente que desesperadamente retornava a Moçambique. Alguns conseguiram trazer as suas bagagens contendo roupas, colchões, cobertores, etc., e outros deixaram aquele país apenas com a roupa do corpo e sem seus haveres, obtidos depois de longos anos de trabalho.

Um dos aspectos que mais revolta os nacionais é o fato de os estrangeiros contribuírem para o barateamento da mão-de-obra e precarização das condições de trabalho por aceitarem receber menos do que recebem os sul-africanos pelos mesmos serviços. Essa prática tem sido muito comum entre os farmeiros das plantações agrícolas sul-

africanas, que, com intuito de obter altos rendimentos, optam por contratar trabalhadores sazonais estrangeiros em detrimento dos nacionais, que não aceitam trabalhar por muito pouco e não hesitam em atacar os imigrantes que aceitam tais condições e supostamente ocupam seus potenciais postos de trabalho. Em Novembro de 2009, por exemplo, a imprensa moçambicana noticiou que um caminhão com estrangeiros, vindos do Zimbábue, recrutados para a colheita de uva em uma das cidades sul-africanas, foi severamente atacado pelos sul-africanos que acabavam de rejeitar as condições de trabalho que foram aceitas por estrangeiros. Em função desse e de outros motivos, a relação entre sul-africanos pobres e estrangeiros, principalmente os que coabitam no mesmo espaço, é marcada por tensões.

Os ataques de xenofobia, ocorridos em Maio de 2008, e outros que se sucederam até finais de 2009, elucidam de forma clara a relação de segmentos da sociedade sul-africana com os estrangeiros. As principais vítimas desses ataques são imigrantes que habitam nos *townships*, localizados nos arredores das grandes cidades como Joanesburgo e Durban. Alguns desses imigrantes trabalham por conta própria como vendedores ambulantes, cabeleireiros, pedreiros, e outros são trabalhadores sem ou com pouca qualificação que trabalham sazonalmente nas plantações agrícolas, fábricas e outras empresas. A principal diferença entre esses migrantes e os mineiros contratados pela TEBA é o fato de os primeiros serem majoritariamente considerados ilegais, com residência permanente, enquanto os últimos possuem contratos de trabalho regidos por acordos bilaterais. Embora tenham estatutos diferenciados, os efeitos da xenofobia atingem a todos.

A explosão do “barril de pólvora” que há muito teimava em não explodir já tinha sido anunciada por Jean Comaroff e John Comaroff, no artigo *“Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e estados pós-coloniais”*. Os autores abordam essa questão com base na análise da retórica nacionalista que se construiu contra os estrangeiros a partir do incêndio ocorrido em 2000 na Cidade do Cabo, que destruiu 9 mil hectares

de *fynbos*, incluindo bandos de chitas, avestruzes que se encontravam nos parques que se localizavam na área atingida. Além de ter colocado em risco a destruição de igrejas e construções históricas, residências de posseiros e vinhedos de renome internacional, o incêndio provocou um aumento da poluição do ar e trouxe outros prejuízos para a região. Dentre as várias explicações atribuídas ao fenômeno, como a colocação de pontas de cigarro, fogueiras abandonadas em acampamentos, fogo posto, terrorismo urbano do fundamentalismo islâmico, etc., a que ganhou eco no discurso político foi a de que o incêndio atingiu proporções alarmantes devido à presença das plantas estrangeiras.

Os autores referem que o fato de a Cidade do Cabo ser uma região vulnerável a incêndio foi reconhecido pelos políticos como um dos motivos da situação, motivo esse relegado para o segundo plano quando se tentava explicar o incidente. Acreditava-se que, apesar de o incêndio ter sido provocado por uma multiplicidade de fatores, tinha atingido dimensões alarmantes, principalmente porque na região existiam plantas invasoras estrangeiras que eram mais propensas ao fogo. O discurso dominante partia do pressuposto de que essas plantas tinham alterado o ecossistema natural de Cabo e se propagado de forma incontrolável, colocando em risco o patrimônio natural do país. Portanto, a culpa foi atribuída às plantas invasoras estrangeiras que ironicamente durante anos foram motivo de orgulho da nação africana. Duas semanas após o incêndio, as plantas estrangeiras também eram responsabilizadas pelas inundações que tiveram lugar na Província de *Mpumalanga*. O argumento que tomou conta dos críticos era de que as madeiras estrangeiras tinham substituído as plantas nativas dotadas de maior capacidade de absorver a água.

Na época, sul-africanos de diferentes origens e camadas sociais estiveram envolvidos no combate às plantas invasoras, gerando um sentimento de pertencimento à comunidade que excluía os não nacionais. A luta acirrada que se travou com as plantas estrangeiras foi inserida no discurso da construção da nação e até de renascimento africano,

anunciado pelo ex-presidente Thabo Mbenki (COMAROFF, 2001). Esse sentimento de revolta e repulsa contra o estrangeiro que se situava no reino natural foi mais tarde transferido para o mundo humano, em que os migrantes passaram automaticamente à categoria de rejeitados e invasores. Assiste-se, assim, a um processo de etnicização e racialização de plantas com implicações diretas na demarcação de fronteiras e etnicidade. Nesse processo, categorias étnicas são construídas pelos nacionais para identificar os imigrantes e estes são culpabilizados pelo insucesso dos sul-africanos, originando assim ataques xenófobos.

Ao se relacionarem com os estrangeiros, os sul-africanos constroem imagens e estereótipos negativos e chamam os estrangeiros de *makwerekwere*¹⁵³. Nesse confronto entre os nacionais e os estrangeiros, a diferença cultural, em particular a língua, tem sido acionada como elemento de demarcação das diferenças. As reportagens publicadas e alguns entrevistados que viveram de perto essa experiência contam que a língua, enquanto um traço diacrítico, foi acionada como um elemento distintivo para identificar os estrangeiros. Os entrevistados referem que os estrangeiros eram identificados pelo sotaque, uma vez que, quando solicitados a pronunciar corretamente palavras de certas partes do corpo (como joelho, cotovelo), faziam de forma diferente, em contraste com o modo de um sul-fricano "genuíno" pronunciar. Portanto, a diferenciação pela cor da pele vigente na época do *apartheid* foi substituída pela língua, pelo fato de ambos grupos possuírem a mesma cor. As ações de violência eram acompanhadas por danças e cânticos em línguas locais que evocavam a morte e a retirada dos imigrantes.

¹⁵³ Termo de origem *sotho* que significa fala incompetente.

6.1.3 Relatos das Vítimas de Xenofobia

A violência atingiu o auge no dia 11 de maio de 2008, em Alexandra e, em poucos dias, espalhou-se para os arredores de Durban, no KwaZulu-Natal, Província de Gauteng, Cidade do Cabo e alguns dos bairros históricos da luta contra o *apartheid* situados nos subúrbios de Johannesburgo, a maior cidade da África do Sul conhecida por seu potencial financeiro, econômico e violência urbana.

Os autores dos ataques eram sul-africanos, na sua maioria jovens, provenientes dos bairros pobres, os quais, apoiados por líderes comunitários, impiedosamente munidos de catanas, facas, paus, pedras e outros objetos contundentes, agrediam fisicamente e, até mesmo, assassinavam os imigrantes depois de saquear e destruir as suas residências. Além disso, escolas e estabelecimentos comerciais de estrangeiros foram encerrados e saqueados. As casas de material precário (os chamados *mukhukos*) foram destruídas, e as de alvenaria, ocupadas. Migrantes foram inescrupulosamente linchados sob o olhar incrédulo de familiares, amigos, vizinhos, câmeras da televisão e impotência da polícia sul-africana, que não encontrava meios de conter os ânimos da multidão possuída por um ódio incontrolável. O povo fazia “justiça com as próprias mãos”, usando as armas mais cruéis em seu poder, algumas das quais utilizadas no tempo do *apartheid*. O chamado *necklacing*¹⁵⁴ foi uma delas. As reportagens a seguir são elucidativas em relação aos acontecimentos:

¹⁵⁴ Prática que consiste em colocar um pneu cheio de gasolina no pescoço de alguém e incendiá-lo. Tem sido usada em Moçambique para matar acusados de feitiçaria, ladrões, etc.

Na sequência dos atentados xenófobos na África do Sul

Cerca de 10 mil regressam

Por Armando Nenane
Fotos de Naia Ussene

Na estação de comboios que partem da vila fronteiriça de Ressenano Garcia com destino a Maputo, ainda na manhã desta quarta-feira, Hermenegildo Justino, 28 anos, acabava de deixar a África do Sul.

Choupal, onde residem os seus pais e irmãos, era o seu destino, deixando para trás os cinco anos de um sonho ora fracassado nas terras do rand. Para além das roupas do corpo, Justino trazia nas mãos a edição desta terça-feira do jornal sul-africano The Sun onde a fotografia de um sul-africano armado com uma catana e um machado ilustra uma notícia que fala de mais de 25 moçambicanos mortos na sequência dos atentados, dignos de terrorismo, protagonizados por sul-africanos no âmbito da campanha xenófoba instalada contra moçambicanos, malawianos e zimbabueanos naquele país vizinho. "Este jornal não vendo",

disse Justino ao SAVANA, acrescentando que vendeu as calças para poder pagar o comboio de regresso, mas que não iria vender o jornal pois era a única coisa que tinha para mostrar em casa e assim não precisava de contar como foi expulso da África do Sul.

Muitos cidadãos nacionais atravessaram a fronteira nas mesmas condições em que regressou o Justino. Quando a nossa reportagem chegou ao local, nas primeiras horas desta quarta-feira, um comboio vindo das terras do rand acabara de descarregar pouco mais de 3.500 moçambicanos que atravessaram a fronteira, segundo dados da Direção Nacional de Migração. Esse número, ainda segundo aquela direcção, juntou-se aos pouco mais de 2.500 nacionais que atravessaram na segunda-feira e aos quase 3.000 que atravessaram na terça-feira. Totalizavam, pelo menos até as primeiras horas de quarta-feira, cerca de 10 mil moçambicanos que atravessaram a fronteira. Devido ao enorme fluxo de chegadas, as autoridades alandegárias não conseguiram distinguir os



Depois de deixar as casas em debandada, milhares de moçambicanos regressam de mãos a abanar

legais dos ilegais. Mas parece que a balança aponta que o maior número dos que chegam é de ilegais, segundo o director nacional adjunto de migração, Leonardo Bauhofer. "Os sul-africanos não gostam de trabalhos pesados". Os que chegavam deixavam para trás tudo aquilo

que conseguiram amealhar ao longo do tempo em que estiveram lá a trabalhar. As características de serem machanganas, segundo Hermenegildo Justino, são bem conhecidas pelos sul-africanos e era através desse distintivo que eram identificados nas ruas da África do Sul para

serem imediatamente corridos pelos sul-africanos armados até aos dentes.

O pecado que eles cometeram, segundo apurámos nas suas próprias palavras, não se prende somente com o facto de serem ilegais nas terras de Thabo Mbeki, pois nem todos os expulsos o são. O pecado tem a ver com o facto de trabalharem em qualquer tipo de emprego, aceitando salários que, sendo míseros aos olhos dos trabalhadores sul-africanos, para eles dão para fazer as suas vidas. Os sul-africanos, segundo Justino, entendem que sem os moçambicanos a trabalharem naqueles empregos, onde para eles os salários são de miséria,

o patronato sul-africano acabaria por contratar os cidadãos locais e pagar os salários que eles exigem.

Mas nem tudo para por aí. "Os sul-africanos são preguiçosos. Eles não gostam dos trabalhos pesados que acabam sendo realizados por moçambicanos. Nós lá trabalhamos nas minas, nas plantações, nas carpintarias, na mecânica, entre outros trabalhos pesados", disse ele.

Seis autocarros abarrotados

Para além da descarga da manhã de quarta-feira, a reportagem do SAVANA registou, já por volta do meio dia, a chegada a vila de Ressenano Garcia de pelo menos seis autocarros de 75 lugares abarrotados que vinham da África do Sul para efeitos de repatriamento de moçambicanos. Eles encontravam-se detidos em Lindela. Um dos autocarros teve que desviar a rota e voltar, pois somente ali se constatou que a carga que trazia era da vizinha Suazilândia. Para além de moçambicanos, estão sendo corridos da África do Sul estrangeiros com as nacionalidades zimbabueana, swazi e malawiana.

Carlos Santana, de 79 anos, não conseguia localizar alguns dos seus familiares. Apanhou um comboio abarrotado em Joanesburgo com destino a fronteira por volta das 18 horas de terça-feira e só chegou às sete da manhã de quarta-feira.

Ficaram para trás casas queimadas e bens roubados. Para além das mortes, muitos moçambicanos contrairam ferimentos graves e ligeiros. Outros foram simplesmente linchados, enquanto que algumas mulheres foram violadas, segundo relatos dos que chegaram.

Ataques xenófobos continuam na RAS

CINCO imigrantes morreram e meia centena de outros foram feridos ontem em incidentes de carácter xenófobo, num bairro de Joanesburgo, informou a Polícia sul-africana. Duas das vítimas morreram calcinadas e outras três espancadas com matracas e armas brancas", declarou um porta-voz da Polícia à agência sul-africana SAPA, sem indicar a nacionalidade das vítimas.

Os feridos socorridos nos hospitais apresentavam ferimentos de balas e com armas brancas. "Na sequência dos incidentes, três centenas de imigrantes procuraram protecção nas esquadras da Polícia de Cleveland e outros continuam a chegar", disse o porta-voz da Polícia, Cheryl Engelbrecht. "A atmosfera está muito tensa e estamos a vigiar a área", acrescentou.

As cinco mortes em Cleveland há a acrescentar outras duas

vítimas mortais em incidentes semelhantes no bairro de Alexandra e um outro morto sábado no bairro de Tembisa.

Na semana passada, em Alexandra, a população local começou a atacar os imigrantes, maioritariamente moçambicanos e zimbabueanos, forçando-os a abandonar as suas casas.

As esquadras de Polícia deste subúrbio residencial tiveram que albergar os imigrantes apavorados, que os seus vizinhos sul-africanos acusam de ser responsáveis pela alta taxa de delinquência em Joanesburgo, uma das cidades mais perigosas do Continente Africano.

Os tumultos estenderam-se durante a semana aos bairros periféricos de Diepsloot, Thokoza e Tembisa.

Na quinta-feira, um moçam-

bicano de 22 anos foi assassinado com um tiro na cabeça, disparado à queima-roupa por um desconhecido, no Soweto, quando a vítima acabava de sair de casa a caminho do seu local de trabalho.

Segundo a Polícia, um grupo de desconhecidos aproximou-se da vítima, na zona de Mfulo North, antes de disparar à queima-roupa, um tiro que atingiu o moçambicano na cabeça, causando-lhe morte imediata. Não foi divulgada a identidade da vítima, com a Polícia a alegar que a família não tinha sido ainda informada. A Polícia também recusou-se a confirmar se o moçambicano teria sido vítima da presente vaga de ataques xenófobos que se têm verificado em várias zonas da província de Gauteng, com particular gravidade em Alexandra e Diepsloot, ambas a norte de Joanesburgo.

A cena mais gritante que espantou e chocou o mundo inteiro foi a morte brutal de Ernesto Alfabeto Nhamavane, natural de Homoine, 35 anos, casado e pai de quatro filhos. *Flaming man* (o homem das chamas), como ficou mundialmente conhecido, Alfabeto tornou-se o símbolo da xenofobia na África do Sul. Proveniente de famílias e zonas economicamente pobres, seguiu a trajetória de muitos jovens do sul de Moçambique que encontram na emigração um caminho viável para a superação da pobreza e melhoria das suas condições de vida e de sua família. Ele estava na África do Sul desde 2006 trabalhando como pedreiro e, com os fundos que ganhava exercendo essa profissão, sustentava a sua família. Assim como muitos imigrantes, Alfabeto seguiu a rota de seus familiares, no caso um primo que já trabalhava naquele país como mineiro. Alfabeto foi queimado vivo em Ramaphosa pelos manifestantes, e seu corpo foi carbonizado pelas chamas, tornando-se completamente irreconhecível. Acabou sendo identificado por seus familiares somente duas semanas depois da morte graças a um defeito de nascença em um dos seus dedos.

Alguns meses depois da tragédia, desloquei-me para Homoine, onde me dirigi à Administração do Distrito na tentativa de encontrar mineiros vítimas de xenofobia e a família de Alfabeto. Entretanto, isso não foi possível, visto que não havia informação sobre mineiros atingidos, e a pessoa que conhecia a casa do Alfabeto estava fora do Distrito. Nesse contexto, preferi não prosseguir com a viagem sem conhecer ao certo o caminho. A opção foi contatar pessoas vítimas de xenofobia residentes nos arredores da Sede de Homoine. Foi assim que, com a ajuda de funcionários da Administração do Distrito e de um líder comunitário, conversei com dois jovens que forma vítimas dos efeitos da xenofobia. Trata-se dos primos Grino e Gochi, solteiros com 22 e 20 anos de idade respectivamente, que viviam no bairro suburbano de Germiston, província de Gauteng. Esses jovens trabalhavam na África do Sul como biscateiros (bicos) e, por vezes, eram contratados como ajudantes na construção civil, onde recebiam um valor semanal de 100 Randes (o equivalente a 10

USD). Encontravam-se na África do Sul sem nenhuma documentação desde 2005, onde, à semelhança de muitos outros, foram se juntar aos primos e irmãos.

Os jovens contam que tudo começou na noite do dia 16 de maio, uma sexta-feira, intensificando-se no sábado durante todo o dia. Os vizinhos sul-africanos já os tinham alertado um dia antes sobre o acontecimento, mas eles ignoraram o aviso e preferiram manter-se no bairro, porque achavam que era passageiro. Grino relata:

(...) Ouvimos um barulho estranho de pessoas a cantar músicas sul-africanas. Preferimos ficar dentro de casa para não sermos atacados. De repente, ouvimos disparos. Ficamos com mais medo ainda e começamos a chorar (...). Amanheceu (...) consegui sair de casa, meus vizinhos me ajudaram (...) fui na esquadra (...) quando voltei tudo estava queimado, comecei a chorar porque pensei que meu primo estava morto. Só que ele tinha conseguido fugir (...).

O primo de Grino (Gochi) conta que tinha conseguido fugir e se refugiado em uma mina já desativada, localizada próxima do bairro onde vivia. Os dois foram acolhidos em uma esquadra durante uma semana. O regresso de uma parte desse grupo à terra natal aconteceu uma semana depois, com a ajuda dos dois governos, os quais tomavam todas as precauções para a manutenção de boas relações diplomáticas.

Em muitas reportagens com as vítimas de xenofobia, a referência à ajuda dos vizinhos sul-africanos é frequente, o que leva a concluir que os acontecimentos de maio não devem ser interpretados de forma simplista como uma aversão dos sul-africanos aos estrangeiros, mas como uma manifestação política de certos segmentos da sociedade sul-africana contra um governo que não consegue responder as suas necessidades.

Os governo de Moçambique optou por um discurso suave a respeito do ocorrido, apelando à calma, serenidade e ressaltando a relação de irmandade entre os dois povos; o governo sul-africano, por sua vez, ainda dirigido pelo Presidente Tabo Mbeki, criticava os atos apelando aos populares que tivessem calma. A reportagem que segue apresenta a reação do presidente de Moçambique:

XENOFOBIA NA ÁFRICA DO SUL**Guebuza apela aos moçambicanos para não retaliarem**

O Presidente da República, Armando Guebuza, repudiou os actos de violência que estão sendo praticados contra emigrantes moçambicanos e de outras nacionalidades na África do Sul por pessoas movidas por sentimentos xenófobos ao mesmo tempo que apela para que os nacionais se abstenham de enveredar pela retaliação.

Falando a jornalistas que acompanhavam a sua visita à província de Cabo Delgado, Guebuza apelou os moçambicanos para que não se deixem dominar pelo sentimento de revolta e ódio pelo que está a acontecer com os nossos compatriotas na África do Sul ao ponto de pretenderem enveredar por actos de retaliação.

A revolta que possamos estar a sentir por causa do que está a suceder deve ser usada de forma nobre. A maneira mais nobre possível é compreender por que é que está a surgir esta situação. O que sucede é que são forças inimigas do povo sul-africano e moçambicano e não só como também dos zimbabwianos e malawianos, disse.

No entender de Guebuza, por detrás destes

actos de violência estão forças insatisfeitas com o processo de consolidação da amizade e cooperação bem como da unidade entre os povos destes países, por isso mesmo o Governo vai, através dos mecanismos de que dispõe, transmitir às populações a mensagem de que a melhor resposta para este tipo de actos " não pode ser a retaliação".

Não podemos enveredar pela retaliação porque se pensarmos dessa maneira estaremos a multiplicar situações de violência e, pior do que isso, estaremos a ensinar as nossas crianças que a violência é que é o nosso modo de vida quando não é. É nossa responsabilidade explicarmos as pessoas de que temos um problema cuja solução passa por agir de maneira civilizada. E ao nível do nosso Governo e do sul-africano estamos a dialogar para encontrar formas de parar com esta onda de violência, disse Guebuza.

José Sixpence

6.1.4 A Xenofobia entre os Mineiros

Os depoimentos colhidos com mineiros e funcionários do Ministério de Trabalho e TEBA, assim como as reportagens divulgadas pela imprensa, indicam que a xenofobia foi vivenciada de diferentes maneiras entre os mineiros e outros grupos de imigrantes. O discurso compartilhado pelos entrevistados é de que, devido à localização das minas, poucos mineiros foram atingidos pela xenofobia. Tanto na fala dos mineiros como das instituições antes referenciadas, há uma clara tendência de distinguir os mineiros dos demais imigrantes.

Alguns mineiros afirmam ter assistido aos acontecimentos pela televisão e que não sofreram nenhum ataque, mas ressaltam o medo que se instalou na companhia. O fato de muitos mineiros estrangeiros viverem

em *hostels*, locais protegidos por fortes sistemas de segurança, que impede a circulação de pessoas estranhas, é visto pelos entrevistados como um dos fatores que contribuiu para que os mineiros fossem pouco afetados pelos ataques. A entrada nos *hostels* por pessoas externas às minas só é possível mediante aprovação prévia por pessoas responsáveis pela segurança.

A politização dos mineiros também foi importante. O apelo feito pela NUM aos mineiros foi apontado pelo gerente regional da TEBA e por alguns entrevistados como um dos fatores que contribuiu para que a xenofobia não atingisse dimensões alarmantes nesse grupo. Marrengula, por exemplo, referiu o seguinte:

(...) fizemos reunião lá no khutsong [*township* onde ele vive] (...) os chefes disseram para não revoltar porque outros também queriam reagir... Na companhia, ficamos com medo (...).

Apesar da aparente tranquilidade, algumas minas consideradas marginais pela TEBA, ou seja, aquelas que não mais geravam lucros foram atacadas, e há relatos de tentativas de assalto a outras. Uma dessas situações ocorreu na East Rand Proprietary Mine, uma mina situada em Boksburg, arredores de Joanesburgo, conforme a reportagem a seguir.



Assim, durante os dias de intensos ataques, muitas minas ficaram paralisadas pelo fato de os mineiros estrangeiros terem se recusado a trabalhar, alegando falta de segurança e solidariedade em relação a seus

concidadãos. Alguns patrões optaram por dispensar seus trabalhadores até que a situação ficasse calma. Por outro lado, no interior de algumas minas, como a de Artur Nhavene, o ambiente era tenso, visto que alguns mineiros sul-africanos, aproveitando-se da situação, proferiam piadas insultuosas contra seus colegas estrangeiros.

6.2 OS PROBLEMAS DE REINTEGRAÇÃO NA TERRA NATAL

6.2.1 De Regresso à África do Sul

Dados do governo de Moçambique¹⁵⁵ indicam que regressaram ao país 40 mil imigrantes, a maioria (ou seja 86%) proveniente das províncias do sul de Moçambique¹⁵⁶, que fugiam da violência, deixando para trás seus pertences que haviam acumulado durante o tempo de estadia na terra do *rand*, além de amigos, familiares, filhos e empregos. No processo de repatriamento, instituições governamentais e não governamentais, como a ACNUR, Cruz Vermelha, Médicos sem fronteiras, foram mobilizadas para fazer face a essa tragédia. Os grupos de direitos humanos dos dois países envidaram esforços no sentido de garantir que as vítimas fossem tratadas devidamente.

Os governos da África do Sul e dos países envolvidos foram obrigados a instalar campos de refugiados de modo a permitir o acolhimento e o repatriamento dos migrantes para os seus países de origem e agentes da polícia para controlar e atender esses casos. Em Moçambique, O governo decretou estado de emergência e, durante um mês, esteve envolvido no repatriamento das vítimas de xenofobia. Os

¹⁵⁵ Balanço do Plano Econômico Social 2008, Fevereiro de 2009.

¹⁵⁶ 62% dos imigrantes eram oriundos da Província de Gaza, a região do país historicamente marcada pelo movimento migratório para a África do Sul, incluindo as minas.

regressados foram reunidos em centros de acolhimento e acomodados em tendas improvisadas e tinham acesso a alimentação, assistência médica, etc., e de lá, quando possível, eram reencaminhados para a sua terra natal.

Durante um inquérito realizado pelo governo de Moçambique para a identificação do perfil dos migrantes, apurou-se que esses migrantes exerciam uma série de profissões, dentre as quais pedreiros (maioria), vendedores ambulantes, pintores, agricultores, estudantes, cabelereiros, barbeiros, bate-chapas, artesãos, telefonistas, funcionários de armazéns, etc. Observando o leque de profissões dos regressados, pode-se perceber a enorme dimensão da participação desse grupo na economia sul-africana. Portanto, são pessoas que dão um contributo importante para a economia interna. Muitos deles são preferidos pelos empregadores que optam por uma mão-de-obra mais flexível e mal remunerada, capaz de gerar lucros com custos reduzidos. Isso mostra que embora os imigrantes sejam escorraçados pelos locais, o país necessita de mão-de-obra migrante para se desenvolver.

Apesar da incerteza com o futuro, muitos moçambicanos preferem regressar àquele país com a esperança de reconstruir sua vida. Quando retornei aos Centros de acomodação abertos pelo governo de Moçambique, três meses depois do acontecimento, ninguém mais estava lá. Em pouco tempo, os imigrantes já tinham abandonado o local. Segundo a informação fornecida pela polícia, alguns voltaram para a sua terra natal, enquanto outros regressaram para a África do Sul.

Além de serem discriminados pela população local, muitos têm dificuldades de se readaptar aos seus hábitos culturais. É o caso de Amélia Buque, 23 anos, natural de Inhambane, uma das vítimas de xenofobia que regressou ao país em maio de 2008, deixando para trás seu marido sul-africano e seu emprego de cabelereira. Encontrei-me com Amélia em um dos meus trabalhos de campo na cidade de Inhambane. Ela estava alojada no Centro de Trânsito de Inhambane destinado a pessoas portadoras de

deficiência, amputados, vítimas de minas colocadas no país durante o conflito armado entre FRELIMO e RENAMO.

Amélia, mãe de um filho de 18 meses, viveu uma experiência bastante inusitada. Ela relata que foi para a África Sul quando tinha apenas 10 anos de idade. Foi levada por uma vizinha sua sem o consentimento dos pais com a promessa de estudar. Chegada à África do Sul, viveu com a referida senhora durante meses e, um dia, descobriu que um dos *isopores* que se encontravam no quarto da senhora com quem vivia estava repleto de órgãos humanos. Assustada, correu imediatamente para a casa da vizinha que, depois de tomar conhecimento do sucedido, imediatamente entrou em contato com a polícia. Amélia conta que, alertada por outros vizinhos, a tal senhora abandonou a casa e nunca mais voltou. A partir de então, passou a viver com a vizinha a quem ela passou a chamar de mãe.

Curiosamente, Amélia fala bem o português, embora tenha partido de Moçambique há mais de 10 anos. Disse-me que aprendeu a falar português com as suas clientes no bairro onde trabalha como cabeleireira, fazendo tranças principalmente para as moçambicanas. A situação de Amélia torna-se mais complicada porque diz que não se lembra dos nomes dos seus pais nem da sua terra natal. As tentativas de localizar a família redundaram em fracasso apesar do empenho das autoridades do governo.

Durante a nossa conversa, Amélia revelou o seu desgaste em permanecer naquele Centro, como se pode perceber na fala seguinte:

(...) Estou cansada (...) estou cansada de comer verduras. Eu não consigo comer isso todos dias. Lá não comemos assim. Tem carne, galinha. Criança não tem leite. Quero voltar para casa. Meu marido está lá. Não sabe se estou viva. Roubaram meu telefone. Não conheço o número dele (...).

Quando regresssei ao Centro, meses depois, Amélia já tinha abandonado o local sem avisar a Ação Social nem os guarda da instituição. Assim como Amélia, muitos moçambicanos dizem não

conhecer seus familiares nem o local onde vivem e regressam novamente para a África do Sul. As autoridades enfrentam muitas dificuldades para atendimento de pessoas nessas situações, sobretudo devido aos custos elevados para tal.

No Centro de Beleluane, encontrei António (36 anos) e Clara (34 anos), um casal também vítima de xenofobia que afirmaram não terem conseguido localizar seus familiares porque tinham deixado Moçambique há vários anos. António conta que foi menino de rua e, antes de ir para a África do Sul, vivia em um internato para crianças desamparadas na Costa do Sol, Cidade de Maputo. Foi lá onde conheceu a sua atual esposa, que também foi menina de rua. O reencontro se deu na África do Sul, em 1998, quando trabalhavam como “camelôs”. O casal tem duas filhas, uma com 13 anos (filha da mulher com um masuzi¹⁵⁷) e outra de 6 anos (filha de ambos). Conversei com as crianças e elas só falavam inglês e Zulu, o que tornou difícil a sua integração na escola. Não foi possível aprofundar mais a história desse casal porque, quando regressei ao Centros alguns dias depois, já tinham abandonado do local.

Esse drama é semelhante ao revelado pelo cineasta moçambicano Camilo de Sousa no documentário “Fronteira de amor e ódio”, produzido em coordenação com a Fundação de Desenvolvimento da Comunidade, uma ONG moçambicana que conta a história de Francisco Zunguze, um moçambicano que foi para a África do Sul em 1985 e se casou com uma sul-africana com quem teve dois filhos. Depois de anos na África do Sul, Zunguze se vê obrigado a regressar à sua terra natal, situada em uma zona rural, juntamente com a família que construiu na África do Sul. Em uma das passagens do documentário, a esposa do Zunguze vai ao poço *carretar água*¹⁵⁸, trajando um vestido comprido e sapatos, contrastando com as mulheres locais que estavam descalças e vestidas de capulanas.

¹⁵⁷ Natural da Suazilândia.

¹⁵⁸ Expressão utilizada para se referir ao ato de tirar água do poço (tanque de água aberto através de uma escavação subterrânea). Essa é a principal fonte de água existente nas zonas rurais de moçambique.

6.2 MAGAÍZAS E MADJONIDJONIS

Um dos efeitos produzidos por qualquer experiência migratória é a mudança das referências identitárias dos sujeitos envolvidos. Para o caso do grupo pesquisado, essa mudança expressa-se não apenas nos hábitos, nas relações familiares e no estatuto social, mas também na relação que o imigrante estabelece no país de origem e de destino. No processo de sua experiência migratória, os sujeitos são conotados como “outros”, “outsiders” em ambos os países. São identificados como machanganas na sua relação com os colegas nas minas, *makwerekwere* quando se relacionam com a população local na África do Sul e *madjonidjonis* no seu país de origem. Essa perspectiva bifocal diferencia-se dos estudos que estabelecem uma correlação entre a experiência migratória e a etnicidade somente a partir da experiência de imigração dos sujeitos no país de acolhimento.

Os dados de campo mostram que a experiência de emigração para as minas caracteriza-se por um duplo sentido mesmo no seu país de origem. Por um lado, os mineiros são vistos como pessoas distintas pela população local devido ao capital econômico e financeiro que acumulam; por outro, estão sujeitos a preconceitos e estereótipos devido a sua condição de migrante. A manifestação dessa discriminação é feita por meio de atribuições de termos pejorativos para classificá-los. Essa forma de tratar os mineiros não é recente e vai se alterando ao longo dos tempos à medida que o perfil dos migrantes se altera.

Segundo Covane (2001), até a década de 1970, os mineiros eram chamados *mampara magaíza ou mambarha gayiza*, expressão derivada da palavra bôeres “baar” (que significa cru, pessoa sem formação e ludibriável), e se vestiam de forma que eram facilmente identificados (cabelo alisado, correntes de ouro, etc.). Durante o trabalho de campo, os entrevistados mais velhos reconheceram essas características do mineiro e

até contaram histórias sobre os mineiros dessa época. Pelembe, refere-se ao *mampara magaíza* nos seguintes termos:

Era um estúpido. Não sabia nada. Marcava preço antes de saber quanto custa. Dizia para os portugueses: dá lá esse refresco de 10 escudos antes de saber o preço. O comerciante aproveitava e ele chegava em casa sem dinheiro.

Os relatos sobre os *mampara magaíza* indicam que, na época, esses mineiros regressavam da África do Sul no fim do seu contrato de trabalho sem dinheiro e com bens que não se adaptavam ao seu contexto, como eletrodomésticos mesmo não tendo energia elétrica. As malas vinham pesadas e sobrecarregadas com objetos supérfluos que deixavam a família indignada. Quando regressavam a Moçambique, os *magaízas* chamavam atenção não só pelo que traziam como também em função de seu visual. Vestiam roupas inadequadas, incluindo casacos (mesmo no tempo de frio), bonés enormes, traziam consigo canetas e relógios de prata, mesmo não sabendo ler nem ver as horas.

Nesse sentido, Harris (1994) aponta que, ao trazerem canetas e relógios, por exemplo, os mineiros procuravam mostrar à sua comunidade que, durante a sua permanência na África do Sul, adquiriram conhecimentos de escrita e noções de tempo. Também, ao exibirem novos objetos como facas de mesa, colheres, toalhas de mesa, botas, meias casacos, cintos, etc., os mineiros sugeriam que tinham adquirido um novo comportamento com a sua ida para as minas.

Por falta de escolaridade, muitos perdiam seus bens e as correspondências que enviavam para os seus familiares não chegavam ao destino por insuficiência de informação. Era comum encontrar envelopes contendo dinheiro com inscrições "*para minha esposa*", "*para minha mãe*" "*para meu pai*", sem endereço identificado anotado (SANTOS, 1962).

A transformação do *magaíza em madjonidjoni* ocorreu na sequência do aumento do salário dos mineiros na África do Sul na década de 1970. Com o aumento do preço do ouro, as indústrias mineiras se viram

obrigadas a aumentar o salário dos seus empregados em resposta às reivindicações dos trabalhadores. Essa situação permitiu que os mineiros passassem a ser socialmente importantes na comunidade e formassem uma elite rural e uma classe economicamente estável, em detrimento da grande parcela da população (sobretudo no meio rural). Os madjonidjonis encontravam-se em uma melhor situação socioeconômica em relação aos magaiças, por terem melhores salários e estavam assim aptos a comprar um carro, alugar um apartamento, viver na cidade ou construir uma casa moderna (COVANE, 2001). Assim, madjonidjoni passou a ser sinônimo de estabilidade, segurança para a família e parceiro ideal para contrair casamento.

Entretanto, apesar da melhoria em termos econômicos, o nível educacional dos mineiros continuou baixo, fato que determina a forma como esses mineiros são vistos pela população local, em particular a urbana e letrada. Para o senso comum urbano, essa expressão refere-se aos indivíduos que emigram para as minas da África do Sul e regressam para Moçambique com relativo sucesso econômico.

Embora essa categoria seja reconhecida pelos próprios sujeitos, é pouco apreciada pelos entrevistados (que preferem ser chamados de mineiros), por classificar os migrantes de forma depreciativa, relacionando-os com atitudes e comportamentos considerados grosseiros nos lugares por onde transitam. Deve-se destacar que a forma como os mineiros são vistos é situacional, ou seja, eles tem mais prestígio nas zonas rurais, do que nas zonas urbanas, onde a atitude discriminatória é mais significativa. Uamusse, ex-mineiro, Presidente da AMIMO, expressa a sua opinião dizendo:

(...) Madjonidjoni é um nome da rua. É um desprezo só porque trabalhou na África do Sul. (...) É verdade sim que muitos não têm estudo, mas as coisas estão a mudar (...).

A ostentação de bens (viaturas de luxo com matrícula estrangeira, vestuário), e alguns episódios envolvendo mineiros (como por exemplo, o

consumo de álcool e brigas que terminam em violência física) tem contribuído para a construção de imagens estereotipadas dos mineiros. Durante o trabalho de campo, ficou claro que essa imagem que se constrói em relação aos mineiros está presente na fala de pessoas comuns e dos funcionários das instituições que trabalham diretamente com eles. Observei que as relações entre os mineiros e as instituições por vezes têm sido tensas, o que faz com que alguns funcionários digam que é preciso saber trabalhar com os mineiros. Em geral, os conflitos surgem quando envolve dinheiro e bens dos mineiros, conforme explica um dos funcionários da VAALMASERU na seguinte fala:

(...) os mineiros são agressivos. Sempre temos problemas com eles. Não sei porque. Lá na África do Sul, não são assim. São calmos, respeitados e bons trabalhadores. Quando chegam aqui tornam-se "bichos de sete cabeças" (...). Eles desconfiam de todos e acusam-nos de ladrões (...). Ninguém pode tocar na bagagem deles (...). Por isso, eles dispensaram os "ajudantes" e organizam pessoalmente as bagagens porque acusavam os motoristas e ajudantes de ladrões (...). Muitos perdem suas bagagens porque quando entram em Moçambique compram bebidas e apanham sono (...) Os colegas roubam, ou esquecem. Temos muitas bagagens de mineiros aqui a se estragar mais não vem buscar (...).

O depoimento desse funcionário é similar a de outros que trabalham com mineiros. Muitos mineiros desconfiam das instituições e de pessoas que os rodeiam, chegando, em alguns casos, a usar a violência para exigir respeito. Essa atitude pode ser explicada pelo fato de muitos desses mineiros ficarem durante muito tempo aprisionados nos *compounds* e longe da convivência com outras realidades.

Os entrevistados reconhecem esse caráter considerado agressivo de alguns mineiros, mas referem que muitos que assumem essa postura não têm escolaridade. Na visão deles, esse comportamento é justificado porque os mineiros, em geral, são rejeitados por seus compatriotas, principalmente, porque estes têm inveja da sua condição social.

Além disso, alguns entrevistados em Ressano Garcia afirmaram que têm sido vítimas da polícia. A fala de um mineiro entrevistado em Ressano Garcia é elucidativa:

Lá na baixa [da cidade de Maputo], a polícia nos manda parar, basta descobrir que somos mineiros. Revistam nossas pastas e depois põem drogas para dizer que é nossa. Nós ficamos a perder tempo, enquanto é o último dia do BONUS [documento que garante a renovação do contrato] (...).

Os entrevistados acreditam que são identificados por seu estilo peculiar de andar e pelas mochilas que portam. “Eles descobrem logo, querem dinheiro”, dizia um deles. Essa situação é agravada pelos problemas que enfrentam na fronteira com os funcionários das alfândegas.

É importante referir que essa relação de tensão foi mais relatada pelos mineiros no ativo, o que significa que os ex-mineiros acabam se reintegrando na sociedade, rompendo com a provisoriedade de suas vidas, embora alguns ainda continuem mantendo vínculos com o mundo da mina através dos seus familiares, amigos ou exercendo alguma função nesse universo. Antes de adoecer, Macarigue viajava regularmente para as minas para visitar seus colegas e amigos, e Júlio, por exemplo, diz que sempre que vai à África do Sul, não deixa de ir os *hostels* visitar seus familiares e amigos. Segundo ele, “*as coisas melhoraram, mas não tenho saudades de nada (...)*”.

7 CONCLUSÕES

Ao longo dos capítulos que compõem esta tese, procurei trazer questões que permitem refletir sobre as migrações contemporâneas internacionais, através da análise da experiência migratória de moçambicanos para a África do Sul, em particular para as minas de ouro e platina, colocando em evidência as diferentes dimensões e forças que cooperam para a sua concretização e os custos sociais desses deslocamentos na vida dos sujeitos que partem e ficam.

Trata-se de um fenômeno que mostra que as reconfigurações das histórias nacionais de Moçambique e África do Sul estão entrelaçadas com as formas de exploração do trabalho nas minas iniciadas no período colonial. Nesse sentido, o fluxo migratório para as minas surge como um elemento de continuidade e descontinuidade nas relações entre os dois países, o qual permite compreender as dinâmicas migratórias contemporâneas africanas no contexto do capitalismo atual. As continuidades surgem fundamentalmente pelo fato de os acordos de cooperação permanecerem atuais e da mão-de-obra moçambicana continuar a ser priorizada pelo capital sul-africano. As descontinuidades podem ser percebidas a partir da mudança gradual do perfil e das restrições no recrutamento da mão-da-obra e das mudanças das políticas que norteiam os fluxos, baseadas em princípios raciais e do colonialismo.

Os dados do campo mostram que essa experiência migratória não se resume apenas à circulação de pessoas e bens entre os países de emigração e de imigração, mas carrega consigo um conjunto de elementos que revelam dois aspectos fundamentais. O primeiro relaciona-se com as diferentes formas de intervenção e articulação das instituições governamentais e não governamentais nos fluxos migratórios, o papel de intermediação dos agentes económicos e políticos e a relevância política dos instrumentos jurídicos na regulamentação desses fluxos. O segundo

relaciona-se com os efeitos desses movimentos na vida dos sujeitos, especialmente na esfera familiar.

Ao analisar o papel dos Estados nesse processo, procurei evidenciar que uma das singularidades dessa migração é o fato de o papel regulador do Estado ser intermediado por acordos bilaterais entre Moçambique e África do Sul, fato que insere essa experiência no campo de relações diplomáticas e internacionais. Porém, a forma como esses instrumentos foram negociados ao longo dos tempos evidencia diferenças nas relações de forças entre os dois países, as quais se manifestam pela subordinação do mais pobre ao mais rico (SAYAD, 1998). Assim, a África do Sul, enquanto país com uma melhor situação econômica e promotora de empregos para os imigrantes, encontra-se em vantagem em relação à Moçambique, país fornecedor de mão-de-obra. Na visão de Sayad (1998), essa relação desigual demonstra o caráter ilusório da bilateralidade e da reciprocidade dos acordos e convenções. Alguns exemplos dessa assimetria foram a abolição unilateral da cláusula do ouro em 1978, o repatriamento dos mineiros moçambicanos em 1986 e a imposição de medidas restritivas para a emigração de mão-de-obra estrangeira a partir da década de 1970.

Concordando com Ong (1999), entendo que as instituições não governamentais que participam desse fluxo são subcontratadas pelos estados envolvidos e surgem como parte integrante de uma agenda que permite, simultaneamente, a concretização dos projetos dos estados nacionais e a defesa dos interesses capitalistas, viabilizando o fornecimento de mão-de-obra para as companhias mineiras. Em contrapartida, pela prestação de serviços, o estados conferem regalias e direitos exclusivos aos privados que contribuem para alimentar um sistema capitalista que sustenta as empresas transnacionais. Com as suas ações, essas instituições conectam os imigrantes e seus familiares e os estados na economia regional, mundial e aos ciclos globais do capitalismo atual que fomentam riquezas a custa de uma "sangria de braços" de

homens oriundos de comunidades pobres dos países da região austral do continente africano, em particular Moçambique.

Outro aspecto importante que refleti nesta tese é o fato de os estados nacionais não problematizarem os elevados custos desse fluxo na vida dos migrantes, que decorrem da sua exposição ao trabalho nas minas. Como resultado, a responsabilidade pelas doenças, mortes, viuvez e o número elevado de órfãos que surgem dessa experiência ficam a cargo das empresas que o Estado subcontratou, deixando os mineiros e seus familiares reféns das vontades e das fragilidades dos sistemas de previdência social geridos por essas instituições. Nesse sentido, os migrantes e suas famílias sujeitam-se a jogos na interpretação dos benefícios devido à falta de clarificação dos trâmites a seguir e a fratura na comunicação entre os funcionários das instituições que prestam serviços e os beneficiários. Essa fragilidade é extensiva ao sistema de recrutamento de mão-de-obra aparentemente eficiente, que obriga o mineiro e seus familiares a acionarem mecanismos ilícitos, como subornar os funcionários para a aquisição do TELEX e conseguir o recontrato, sujeitar-se a subcontratos ou aguardar na fila por um recontrato depois de longos anos de trabalho. Importa destacar também que os mecanismos instituídos pelas instituições privadas para a gestão do sistema migratório reforça a dependência dos mineiros e seus familiares devido ao seu nível de escolaridade.

Contudo, o papel do Estado moçambicano, que ficou mais saliente durante a pesquisa, é a sua preocupação com rendimentos financeiros desse fluxo, deixando de lado aspectos cruciais, relacionados com as pensões e doenças dos mineiros. A presença do Estado nos locais do pagamento diferido através da figura do conferente, na validação dos contratos e no controle da saída e entrada dos mineiros pelas fronteiras nacionais demonstra essa preocupação econômica e administrativa. Desse modo, fica claro que os custos sociais da migração são pagos por esse sujeito que atravessa fronteiras em busca de oportunidades de emprego.

Do ponto de vista da percepção das condições do trabalho, constatei que os informantes elaboram suas representações situando o trabalho nas minas como uma experiência traumática e insegura, apesar de reconhecerem que, com a mudança do jogo político, houve melhorias no sistema trabalhista e na profissionalização da classe. Ainda assim, a profissão continua sendo frágil.

As implicações na esfera familiar são trazidas por meio de análise das relações de gênero e familiares. Analiso as relações de gênero a partir de uma perspectiva que evidencia a *agency* das mulheres, infantizando o seu papel não só na gestão dos fundos dos migrantes, como também no acionamento de redes que viabilizam o reemprego do marido, aquisição de pensões e sobrevivência familiar. Essa lógica constitui uma reversão à ordem tradicional que limita a intervenção da mulher aos destinos do lar e a subordinam à família do marido. Portanto, o comportamento que se espera da mulher modifica-se em função dos diferentes contextos. Nesse sentido, essa experiência migratória se reflete simultaneamente na construção da identidade masculina e feminina. Outro aspecto fundamental para a reflexão desta identidade está relacionada com a recente presença feminina nas minas, fato que marca o início de uma nova etapa na indústria mineira e nas relações de gênero.

Ainda na esfera familiar, os dados do campo mostram que, apesar de os entrevistados terem evocado a motivação econômica como determinante nas suas escolhas, existem outros fatores, incluindo elaborações pessoais e obrigações sociais e morais que desempenham um papel importante nas condutas dos migrantes e suas famílias. Em todos esses momentos, a família, em particular os homens mais velhos, agenciam e influenciam as escolhas sem deixar de lado o papel exercido pelas esposas, em alguns casos. Ainda, procurei mostrar que, no contexto migratório, o casamento é acompanhado por uma rede de relações familiares que envolve dívidas sociais e simbólicas que não se restringem a relações maritais, por exemplo, enviar dinheiro para comprar sabão para lavar a roupa da sogra.

Na análise das razões que levam os mineiros a abraçarem esse projeto, mostro que é inegável que os mineiros migram por motivações econômicas, mas estas por si só não explicam a complexidade desse fenômeno, por isso a necessidade de entendê-lo como fato social total. Destaco que é também pela importância social da emigração e em nome de um discurso de familismo, incentivado pelas instituições formais (Estado e privados), das dívidas e compromissos sociais que os mineiros participam desse projeto. Porém, as histórias mostram também que os sujeitos rompem com ciclos de relações de parentesco e compromissos, não regressando à terra natal ou simplesmente deixando de enviar remessas de dinheiros, o que significa que esse discurso de familismo deve ser relativizado, ou seja, nem sempre os sujeitos se comportam como a família espera.

Na análise desse projeto, evidencio o seu caráter paradoxal, considerando que o mesmo poder ter um sentido positivo, como por exemplo, incrementar a balança de pagamento do Estado, reduzir as taxas de desemprego, melhorar a vida do migrante e sua família através de remessas de dinheiro, permitir a construção de uma casa de alvenaria, realizar investimentos que concretizam projetos familiares, mas também negativo, quando resulta em mortes, doenças, humilhações sociais, o que torna o projeto em referência um projeto caracterizado por ambiguidades. Assim, pretendo dizer que existem ganhos visíveis, mas também perdas irreparáveis, provocadas por esse processo. Os efeitos dessas duas faces da mesma moeda dependem das trajetórias de cada migrante, o que significa que o mineiro pode ser portador de uma "fortuna" como de uma tragédia e a experiência migratória, marcada por tristeza como por alegria.

Por outro lado, o projeto migratório deve ser visto como *individual*, por depender da decisão individual do sujeito em responder a sua ambição de sair da condição do desemprego ou melhorar a sua vida; *familiar*, por ser influenciado por redes familiares e visar ao sustento familiar; e *nacional*,

por ser uma estratégia do Estado na redução da pobreza através do incremento da balança de pagamento e redução do desemprego.

Ao analisar a questão da xenofobia, procurei refletir sobre o papel do imigrante na reconstrução do Estado-nação sul-africano, a partir da disputa que se trava no mercado de trabalho como efeito do aumento do desemprego e das medidas adotadas pelo país com vistas à livre circulação de pessoas no contextos de acordos regionais. Esse fenômeno pode ser interpretado como uma relação entre cidadãos “legítimos” e “ilegítimos” na disputa pelos direitos e exercício de cidadania dentro de um espaço territorial. Nesse sentido, o trabalho pode ser visto como um idioma acionado pelos nacionais e estrangeiros como elemento de afirmação identitária, que estabelece a diferença entre quem é nacional e quem é estrangeiro. Portanto, a aversão ao estrangeiro, ou seja, a xenofobia, é provocada pela disputa dos direitos e não à diferença de nacionalidade em si.

Finalmente, termino essas reflexões salientando que as narrativas que apresento nesta tese revelam reproduções e transformações de um fenômeno histórico que tem como principais protagonistas homens com um estatuto legal *provisório e transitório* (SAYAD, 1998), que participam de um processo contínuo que deixa marcas definitivas em todos os sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **Soberanía sin territorialidad**. Notas para una geografia posnacional. Nueva Sociedad; número 163, Caracas, 1999.

BÁLSAMO, Pilar Uarte. **Perigoso é não correr perigo**. Experiências de viajantes clandestinos em navios de carga no Atlântico Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus Editora, 7.ed., 2005.

BOUILLON, Antoine et al. **Immigration africaine en Afrique du Sud: Les migrants francophones des années 90**. Institut Français D´Afrique du Sul. Paris: Éditions Karthala et IFAS, 1999, p. 4-73.

BRANCO, Luís Bernardo N. M. C. **A política externa sul-africana do apartheid a Mandela**. Instituto Superior de Ciências de Trabalho e Empresa. Tese (Doutorado em em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais). Instituto Superior de Ciências de Trabalho e Empresa, 2003, Lisboa.

CABAÇO, José L. O. **Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo (USP): São Paulo, 2007.

CAMPBELL, Catherine. "Going Underground and Going After Women". *Masculinity and HIV Transmission among Black Workers on the Gold mines*. In: MORREL, R. (Ed) **Changing men in southern Africa**. South Africa: University of Natal: Press/Zed Books, 2001, p. 275-286.

CASIMIRO, I, BONATE, L e MUNGOI, D. **Violência Baseada em Género em Moçambique: os casos de Inhambane e Nampula**. Care International: 2007, Maputo.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra SA, 2000.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. *Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica*. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 283-302, julho de 2003.

CIOCCARI, Marta. **Ecoss do Subterrâneo**: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão das Minas de Leão (RS). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Naturalizando a nação. Estrangeiros, apocalipse e o Estado Pós-Colonial. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 57-106, julho de 2001.

COVANE, Luís A. **O trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)**. Maputo: Promédia, 2001.

_____. **As relações económicas entre Moçambique e Africa do Sul, 1850-1964**: Acordos e Regulamentos principais. Série: Estudos 6. Maputo: AHM, 1989.

DARCH, Colin. Trabalho migratório na África Austral: um apontamento crítico sobre a literatura existente. In: **Estudos moçambicanos nº 3**, 1981, Maputo, Centro de estudos Africanos da UEM, p. 81-96.

DAVIES, Robert; HEAD, Judith. *The future of mine migrancy in the context of broader trends in migration in south Africa*. University of Cape Town, junho, 1994, p. 27-29.

DURHAN. Eunice. **A Caminho da Cidade**. Editora Perspectiva S.A.: São Paulo, 1978.

ECKERT, Cornélia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. In: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Porto Alegre, v. 19/20, n. 1/2, 1996-1997.

_____. **Os homens da mina**. Um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão de Charquedas, Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFRGS, 1985.

_____. **Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho**: Mineiros do Carvão (La Grand-Combe, França). Cadernos de Antropologia nº 11. PPGAS, UFRGS, 1993.

FARRÉ, Albert. **Formas de investimento das poupanças nos locais de origem dos imigrantes do sul de Moçambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane)**. II Conferência do IESE "Dinâmicas da Pobreza e Padrões de acumulação em Moçambique", Maputo, 22 e 23 de Abril 2009, p. 393-418.

FELICIANO, José Fialho. **Antropologia Econômica dos Thongas do Sul de Moçambique**. Tese (Dourado Antropologia Social) Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

FIRST, Ruth et al. **Black Gold: the Mozambican miner, Proletarian and peasant**. New York: Harvester Press, 1983.

_____. **O mineiro moçambicano**: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane. Maputo: Centro de Estudos Africanos, UEM, 1998[1977].

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 11.ed., Petrópolis, Vozes, 1994.

GEFFRAY, Christian. **A causa das armas**: antropologia da Guerra contemporânea em Moçambique. Porto: Anfrontamento, 1991.

GEORGES, Eugenia. *Gender, Class and Migration in the Dominican Republic: Women's Experiences in Transnational Community*. In: **Towards a transnational Perspective on Migration: Race, Classe and Nationalism Reconsidered**. *Annals of the NY Academy of Sciences*. NY 1992, v. 645, p. 81-99.

GLICK-Schiller, N., BASH, L, BLANC-SZANTON, C. **Towards a transnational Perspective on Migration: Race, Class and Nationalism Reconsidered**. *Annals of the New York Academy of Sciences*. New York, 1992, v. 645.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Coventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

GRANJO, Paulo. A mina desceu a cidade: Memória histórica da mais recente indústria moçambicana. In: **Revista etnográfica**, Vol. VII, n. 2, 2003, p. 403-428.

HARRIS, Marvin. **Labour Emigration Among the Mozambique Thonga: Culture and Political Factors**. *África*, 29, 1959, p. 50-66.

HARRIS, Patrick. **Work, Culture and Identity**. *Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. South Africa: Series Editors: Allen Isaac ABD, Jean Hay, 1994.

HEAD, Judith. ***Migrant Mine Labour From Mozambique: Employment Prospects and Policy. Options in the 1990S.*** Journal of Contemporary African Studies, Vol. 13, Number 1, 1995.

HEDGES, David et al. **História de Moçambique.** Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961. 2.ed, v. 2, Maputo: Livraria Universitária, 1999.

JARDIM, Denise. Famílias Palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras. In: **Repensando relações familiares.** FONSECA, Cláudia (Org). Cadernos Pagu (29) julho-dezembro de 2007. UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas 2007, p. 193-225.

_____. **Palestinos no extermo sul do Brasil:** identidade étnica e mecanismos de produção de etnicidade. Chuí/RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social. PPGAS/MN, 2001).

JARDIM, Marta D. R. **Cozinhar, adorar e fazer negócio:** um estudo da família indiana (hindu) em Moçambique. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, 2006.

JUNOD, Henri A. **Usos e costumes dos bantu.** Tomo 1. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996 [1912].

_____. **Usos e costumes dos bantu.** Tomo 2. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996 [1912].

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidade hegemônica e subalterna. In: **Horizontes antropológicos 4.** n. 9 (1998), p. 103-117.

OLIVEIRA, Roberto C. de. **Identidade, Etnia e estrutura Social.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

ONG, Aihwa. ***Flexible Citizenship. The Cultural Logics of Transnationality.*** Durham & London: Duke University Press, 1999.

OPPENHEIMER, Jochen. **Magermanes:** os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã: passado e presente. Lusotopie, 2004, p. 85-105.

ORTNER, Sherry. *Theory in anthropology since sixties.* In: **Culture/Power/History: a reader in contemporary social theory.** Edited by Dirks, Eley and Ortner. Princeton: Princeton Univ. Press, 1994, p. 372-411.

KUPER, Adam. Nomes e partes: As categorias antropológicas na África do Sul. In: **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. L´Estoile Benoit de et al (Org). Rio de Janeiro, Relume Dumará, FAPERJ, 2002 p.39-60.

LESSINGER, Johanna. *Investing or Going Home? A transnational Strategy among Indian Immigrants in United States*. In: **Towards a transnational Perspective on Migration: Race, Classe and Nationalism Reconsidered**. *Annals of the NY Academy of Sciences*. v. 645, NY 1992, p. 53-80.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Conclusions*. In: **L´identité**. *Seminarie dirigé para Lévi-Strauss*. Paris: Quadridge/PUF/1983.

LUCAS, Anibal Fernando. **Mão-de-Obra Moçambicana Emigrante na Ex-República Democrática Alemã, 1979-1990**. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: UEM, 2002.

MACHADO, Igor José de Renó. **Apontamentos para uma etnografia da imigração brasileira no Porto, Portugal**. 2004. Disponível em: <http://www.ces.us.pt/lab2004/pdfs/igormachado.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2008.

MACHADO, Rosana P. **Made in China**. Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. Porto Alegre: UFRGS, Tese (Doutorado em Antropologia Social), 2009.

MC DONALD, David A. **On Borders: perspectives on international migration in Southern Africa**. St Martin´s Press, 2000, p. 1-23.

MATSINHE, Cristiano. **Tábula Rasa**. Maputo: Texto Editores, 2006.

MEDEIROS, Carlos A; MEDEIROS, Isabel Marques. **Nota sobre dinâmicas migratórias recentes na República da África do Sul**. *Finisterra*, XXXIV, 67-68, 1999, P. 111-120.

MUNGOI, Dulce M. D. C. J. **O mito Atlântico**: Relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

NHANTUVE, Américo C. **Comunidades moçambicanas na diáspora: relacionamento institucional entre o Estado e as comunidades 1975-2000.** Estudo de caso realizado em Durban, Johannesburgo e Nelspruit. Trabalho de conclusão (Licenciatura em História). UEM, 2002.

PASSADOR, Luís H; THOMAZ, Omar Ribeiro. **Raça, sexualidade e doença em Moçambique.** Florianópolis: Estudos feministas, v. 14, janeiro-abril 2006, p. 263-286.

POTASH, Betty et al. **Widows in African Societies: Choices and Constraints.** California: Stanford University Press, 1986.

PENVENNE, Jeanne Marie. **African Workers and colonial racism. Mozambican Strategies and Struggles.** In: Lourenço Marques, 1877-1962. South Africa: Series Editors: Allen Isaac ABD Jean Hay, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SAHLINS, Marshall. *O "Pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II).* In: **Mana 3 (2).** Estado: editora, 1997, p. 103-150.

_____. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, Leovigildo L. **A cooperação social ao Sul do Save.** Maputo: Serviço de Acção Social Psicossocial, 1962.

SERRA, Carlos et al. **História de Moçambique.** v. 1, Maputo: Livraria Universitária, UEM, 2000.

_____. **História de Moçambique.** Maputo: Livraria Universitária, UEM, v. 2, 2.ed, 1999.

SCOT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade.** Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez. 1990, p. 5-19.

SOUSA, Noemia De. **Magaíça.** Disponível em:
<http://www.astormentas.com/din/poema.asp?key=13418&titulo=maga%Ed%e7a>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2009.

TEMBE, Joel N. et al. **Aplicação sustentável das poupanças dos migrantes moçambicanos na redução da pobreza no âmbito do PARPA.** Maputo: NETRA, 2007.

TORPEY, John. **A invenção do Passaporte.** Vigilância, Cidadania e o Estado. Lisboa: Temas e debates, 2003.

TURNER, Victor W. Liminaridade e "Communitas". In: **O processo ritual. Estrutura e Antiestrutura**. Petropólis: Vozes, 1974, p. 116-129.

RABE, Maria E. **Black Mineworkers Conceptualisations of Fatherhood: A Sociological exploration in the south Africa goldmining industry**. University of South Africa, 2006.

REILLY, Janet E. **Nation building and construction of identity: Xenophobia in South Africa**. Refuge: Canada's periodical on refugees, v. 19, n. 6, 2001. Disponível em: <http://pi.library.yourku.ca/ojs/index.php/refuge/article/view/21234/19905>
Acesso em: 20 de novembro de 2008.

ROUSE, Roger. *Making Sense of Settlement; Class Transformation, Cultural Struggle, and Transnationalism among Mexican Migrants in United States*. In: **Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Classe and Nationalism Reconsidered**. *Annals of the NY Academy of Sciences*. v. 645, NY 1992, p. 25-52.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de Passagem**. Petropólis: Vozes, 1978.

WLSA. **Famílias em contexto de mudanças em Moçambique**. Maputo: WLSA, 1998.

OUTROS DOCUMENTOS E SITES CONSULTADOS

ANC - **The Reconstruction and Development Programme**. Disponível em: <http://www.anc.org.za/rdp/rdpall.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

Anglogold Ashanti Limited – Johannesburgo, Gauteng, South Africa. Disponível em: <http://www.mbendi.com/orgs/cb33/html>. Acesso em: 3 de janeiro de 2010.

ANNUAL report 2008-2009. Chamber of mines of South Africa. Disponível em: <http://www.bullion.org.za/publications/annual%202008rep%20txt.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2010.

CULTURA na África do Sul. Artes, População e Notícias. Disponível em: <http://africa-turismo.com/africa-do-sul/cultura.htm>. Acesso em: 16.12.09.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio on line**. Disponível em: www.dicionarioaurelio.com. Acesso em: 26 de fevereiro de 2010.

MAPA da África do Sul. Caraterísticas e limites geográficos Disponível em:

<http://www.suapesquisa.com/mapas/mp-africa.jpg>. Acesso em em 10 de janeiro de 2010.

GoldFields. Disponível em: <http://www.goldfields.co.za/contacts-map.php>. Acesso em: 2 de janeiro de 2010.

MOÇAMBIQUE, Governo de. **BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2008,FEV2009**.Disponível em:

http://www.pap.org.mz/downloads/balanco_pes_2008_versao_ar.pdf.

Acesso em: 20 de abril de 2009.

MOÇAMBIQUE, Governo de. **Lei n 10/2004 de 25 de Agosto**. Aprova a Lei da família e revoga o livro do IV código civil/Assembleia da República. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

MOÇAMBIQUE, Instituto Nacional de Estatística de. **Censo 2007**.

Disponível em: http://www.ine.gov.mz/censo_2007/enfoco/ic07. Acesso em 10 de janeiro de 2010.

MOÇAMBIQUE, Ministério de Trabalho de. **Acordo de trabalho Migratório de 1 de Janeiro de 1965**, com as emendas de 8 de Abril de 1971. Doc V., elaborado em Pretória entre 25 e 26 de Novembro de 1963 e assinado em Lisboa em 13 de Outubro de 1964 (Documento V).

PNUD/UNDP. **Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD**. Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimentos humanos. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

SOUTH African Government Information. Disponível em:

<http://www.info.gov.za/aboutsa/glance.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2009.

TEBA Moçambique – Dados Estatísticos (2005, 2006, 2007, 2008), Maputo.

UNAIDS. *Report on the global Aids Epidemic*, 2008. Disponível em: www.unaids.org. Acesso em: 2 de janeiro de 2010.

WHITE PAPER on Correction in South Africa,9 February 2009. Disponível em:

<http://www.info.gov.za/view/DynamicAction?pageid=549&tabfield=kcYYYY&tabval=2005&sdate=&orderby=>. Acesso em: 5 de Fevereiro de 2009.

ANEXOS

ANEXO 1

Lista de pessoas entrevistados (mineiros, ex-mineiros, familiares e vítimas de xenofobia) – Não inclui funcionários das instituições contatadas

1. Ex-mineiros entrevistados							
Nome	Naturalidade	Estado civil	Tipo de casamento	Religião	Residência atual	Tipo de mina	Ocupação atual
Vasco Macaringue	Gaza	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade de Maputo	Ouro	Ativista na TEBA
Pelembe	Gaza	Casado	Monogamia	Católico	Cidade de Maputo	Ouro	Conta própria (furos de água)
Eugénio Macuavene	Gaza	Casado	Monogamia	Protestante	Província de Maputo	Ouro	Funcionário da KAWENA
Júlio	Gaza	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade de Maputo	Ouro	Taxista
Jafete	Gaza	Casado	Monogamia	Protestante	Província de Maputo	Ouro	Funcionário da AMIMO
Uamusse	Gaza	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade de Maputo	Ouro	Presidente da AMIMO
Mondlane	Gaza	Casado	Poligamia	Protestante	Cidade de Xai-Xai	Ouro	Ativista na TEBA
Cume	Inhambane	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade de Xai-Xai	Ouro	Ativista na TEBA
Carlos Cumbana**	Inhambane	Casado	Monogamia	Protestante	Distrito de Jangamo	Ouro	Conta própria (agricultor)
2. Mineiros no ativo							
António Dimas	Gaza	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade de Maputo	Ouro	
Samuel Mabunda	Gaza	Casado	Poligamia	Protestante	Chipenhe-Gaza	Platina	
Ernesto Vilanculos	Inhambane	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade de Maputo	Ouro	
Artur Nhavene	Gaza	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade de Maputo	Platina	
Américo Marrengula	Inhambane	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade da Maxixe	Ouro	
Lourenço Chambisso	Gaza	Casado	Monogamia	Protestante	Cidade de Xai-Xai	Várias minas	
3. Esposas Mulheres							
Florencia	Maputo	Viúva	Protestante	Cidade de Maputo		
Brigida	Gaza	Casada	Monogamia	Protestante	Cidade de Xai-Xai		
Felismina Mabunda	Gaza	Casada	Monogamia	Protestante	Chipenhe-Gaza		
Amélia Alfredo	Gaza	Viúva	Protestante	Cidade de Maputo		
Julieta Chongo*	Gaza	Solteira	Protestante	Província de Maputo		
4. Filho de ex-mineiro							
Kaunda Pelembe	Maputo	Solteiro	Católico	Cidade de Maputo	Estudante
5. Vítimas de xenofobia							
Grino	Inhambane	Solteiro	Sem religião			
Gochi	Inhambane	Solteiro	Sem religião			
Amélia Buque	Inhambane	Casado	Monogamia	Protestante			
António	Zambézia	Casado	Monogamia	Protestante			

* Irmã de mineiro



Foto 1: Florência num dos bancos da TEBA, Cidade de Maputo, 2008.



Foto 2: Mabunda e a pesquisadora na TEBA Xai-Xai, 2008.



Foto 3: Colchões adquiridos por mineiros, Kawena – Cidade de Maputo, 2008.



Foto 4: Macaringue com as esposa, filha e netas, 2008



Foto 5 : Contratos arquivados, Delegação de Trabalho do Ministério de Trabalho – Ressano Garcia, 2008.



Foto 6: Mineiros com a pesquisadora – Ressano Garcia, 2008.



Foto 7: Ônibus da VAAL MASERU – Xai-Xai, 2009



Foto 8: Placa informativo dos projetos financiados pela TEBA, Província de Maputo (3 de Fevereiro)

25 DE MAIO DE 2008



Domingo Christophe, moçambicano, chora no hora do adeus à sua mulher sul-africana, Silindile, e seu filho, Thando

1.ª EDIÇÃO

Estórias para não devolver o dinheiro

«Presidente do Frelimo: «Quem não se dá ao trabalho de...»

domingo

Director: JORGE MATINE • Maputo, 25 de Maio de 2008 • ANO XXVII • n.º 1375

20,00 MT

MULHERES E CRIANÇAS MOÇAMBICANAS FORÇADOS A REGRESSAR AO PAÍS



Fugindo do terror

25 DE MAIO DE 2001



Perto de 18 mil pessoas atravessaram a fronteira fugindo da violência

Regressados mostram-se revoltados e inconformados

● Fronteira de Ressano Garcia tornou-se, nos últimos dias, pequena para tanta gente

Jaime Cumbana e Domingos Nhaule

MILHARES de cidadãos moçambicanos estão a regressar ao país fugindo de actos de violência xenófoba na África do Sul que dura há 21 dias. Afirmam

A nossa Reportagem chegou à fronteira de Ressano Garcia, na província do Maputo, por volta das 7.00 horas da última sexta-feira e os moçambicanos não conseguiam conter a sua fúria depois de terem visto os seus irmãos a serem mortos e os seus bens saqueados.

Os nossos compatriotas, na sua maioria com apenas roupa do corpo e descalços, "ferviam de nervos à pele", pois, no seu entender, não fazia sentido observarem-se os procedimentos migratórios, uma vez que se tratava de uma situação de emergência.

Os ânimos subiram de tal maneira que depois de terem permanecido cerca de uma hora e meia em filas do lado sul-africano, quando passaram para o lado moçambicano não queriam saber de nada, nem mesmo do seu registo, limitando-se a gritar: "são ingratos, não sabem agradecer, em pouco tempo vão se lembrar de nós!".

A nossa Reportagem conversou com alguns regressados que não esconderam a sua fúria, bem como o seu desagrado perante a atitude dos sul-africanos.

ALBERTO MALUMANE

Não compreendo como é que afirmam que estamos a tirar-lhes emprego, se eles não têm cultura de trabalho. Aliás, mesmo os que trabalham, depois de auferir os salários, no dia seguinte não vão aos postos de trabalho. Só regressam depois de esgotar o dinheiro e aí os patrões não lhes dão outra chance, disse Alberto Machava,

32 anos, natural de Xai-Xai, província de Gaza, que trabalhava como motorista de táxi em Springsteen, Joanesburgo, desde 1992.

Questionado sobre se um dia regressaria à terra do Rand, o nosso entrevistado disse que era uma questão de tempo, porque toda a minha fortuna está lá. Deixei quatro carros, para além de dois filhos com a mãe que é sul-africana.

Explicou que casou com uma mulher sul-africana porque elas (as senhoras) vêem que os seus homens sul-africanos não lhes dão garantias de uma vida segura.

ARMINDA MACHAVA



Arminda Machava, 27 anos, natural de Maputo, que trabalhava num salão de cabeleireiro em Tembisa, arredores de Joanesburgo, disse que foi vítima de espancamento por ter mostrado aos sul-africanos que a partir do tratamento do cabelo era possível ganhar dinheiro. Arminda Machava chegou a abrir um salão de cabeleireiro mas teve que abandoná-lo devido a situação de violência.

As mulheres sul-africanas

nunca imaginaram que só de tratar cabelo a minha vida podia melhorar, então começaram as perseguições contra a minha pessoa, disse.

Explicou ainda que no início da sua actividade outras mulheres sul-africanas tentaram imitá-la mas, como não tinham o domínio na matéria, não conseguiram angariar a clientela e acabaram por fechar os estabelecimentos.

Em relação à eventualidade de um dia retornar para a África do Sul, a nossa entrevistada não descartou essa possibilidade uma vez que foi naquele país onde criou as bases para a sua sobrevivência.

É difícil depois do que vi, mas creio que sim porque não tenho outra solução, apesar de ter perdido dois irmãos e não sei qual é o paradeiro, disse.

EVARISTO MEQUE BALANE

Evaristo Balane, natural de Inhambane, que desde 1999 trabalhava como ajudante de obras em Gauteng, arredores de Joanesburgo, numa empresa de construção civil, disse que o problema dos sul-africanos é o de quererem ganhar muito dinheiro em pouco tempo.

De acordo com Balane, que viu o seu amigo de infância a ser amputado o braço, para eles ganhar 80 randes por dia é pouco. Querem 150 randes e os patrões não aceitam.

Revelou-nos ainda que ficou três dias numa esquadra, antes de ser recambiado para Moçambique. Apenas trago esta roupa porque fui encontrado

a regressar do serviço e não deu tempo para chegar à casa. Se tenho documentos é porque ando sempre com eles por temer ser recambiado.

Sobre se vai regressar àquele país quando a situação acalmar, o nosso entrevistado disse que tal hipótese era remota: daqui em diante vou-me dedicar à machamba, não quero saber mais da África do Sul, aqueles homens são ingratos, não têm a noção dos laços de amizade que unem os dois povos.

ALBERTO MALUMANE



Alberto Malumane, cidadão moçambicano a residir e a trabalhar na África do Sul há cinco anos, mostrou os ferimentos contraídos devido aos ataques xenófobos de que foi vítima, disse que os seus agressores encontraram-no em sua casa, por volta das 18.00 horas, na companhia da esposa, tendo o mandado sair e espancá-lo.

Afirmou que o mais triste de tudo foi ser espancado diante da esposa, que não podendo ajudar limitou-se a chorar de forma copiosa.

Contou que os invasores grita-

vam que os matchanganas deviam voltar à sua terra, porque estão a roubar-lhes o emprego e as esposas. Malumane desconfie as verdadeiras razões dos ataques, até porque vinha trabalhando e convivendo pacificamente com eles. Do assalto que sofreu os seus bens pessoais foram incendiados, desde documentos, roupa, utensílios domésticos, electrodomésticos, entre outros.

Como forma de escapar com vida refugiou-se na esquadra da polícia mais próxima, onde deu conta da ocorrência e esperou que fosse trazido de volta a Moçambique.

ARMANDO ZONDIUANE

Armando Zondiuané, jovem moçambicano de 24 anos, que residia no "Soweto" onde trabalhava por conta própria num salão de cabeleireiro e barbearia, foi encontrado pelos manifestantes em sua casa, na noite da última quarta-feira a ver televisão. Quando ouviu vozes de homens batendo à porta, abriu e deparou com quatro indivíduos adultos que o interrogaram sobre a sua nacionalidade. Logo que respondeu que era moçambicano, os indivíduos desataram a agredí-lo provocando uma ferida na cabeça e teve de ser suturado.



Para trabalhos tipográficos, contacte a nossa Tipografia, sita

Av. Manomed Siad Barre, nº 424 - telef. 21420094-21424118 MAPUTO

domingo

Telef./Fax: 21431027 e e-mail: jdomingo@tv cabo.co.mz nº 1375

Medidas preventivas para evitar o incendio florestal

Care viajante:

- Se for a conduzir, ou como ocupante de um veículo, abster-se de fumar, pontas de cigarro (bacias) pelas janelas;
- Se entrar numa floresta não fumar!
- Não faça fogueiras nas florestas ou na proximidade;
- Faça fogueiras apenas em parques ou locais apropriados;
- Após terminar um piquenique, não abandonar o lixo, recolha-o e deposite-o nos locais e contêineres próprios!

É um conselho do Serviço Nacional de Bombeiros



Turba de gente armada com tudo a procura de estrangeiros: proibido não ser sul-africano



Homem em chamas e Policia serena



Policia posa para a posteridade enquanto o homem continua a sofrer



Policia usa extintor para salvar o homem



Cena horrivel de xenofobia: cara chomuscada pela turba

Simphiwe Nkwejii

ANEXO 2



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS

UNIDADE TÉCNICA DE REESTRUTURAÇÃO DAS ALFÂNDEGAS

Diploma Ministerial nº 62/98

de 20 de Maio

O emprego de moçambicanos no sector mineiro da África do Sul é uma actividade que se vem desenvolvendo há muitos anos e que constitui uma alternativa efectiva para a redução do desemprego, para além de contribuir positivamente para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Estes trabalhadores moçambicanos, na maior parte dos casos, providenciam o sustento das suas famílias, nos locais de origem, através do envio regular de bens de consumo a elas destinados.

Os diversos regimes aduaneiros que foram sendo criados para enquadrar este envio de bens não se mostraram eficientes, quer por serem aproveitados por indivíduos que a eles não são elegíveis, quer por se basearem em complicados mecanismos de controlo alfandegário.

Convindo regular, de forma a garantir a estabilidade das ligações entre os mineiros moçambicanos na RSA e suas famílias nos seus locais de origem, sem descuidar um adequado controlo de modo a que as medidas beneficiem, apenas, o grupo alvo a que se destinam, o Ministro do Plano e Finanças determina:

Artigo 1

Para efeitos do presente diploma considera-se:

Mineiro, todo o cidadão de nacionalidade moçambicana, em serviço nas minas da África do Sul, ao abrigo dos acordos governamentais em vigor entre a República de Moçambique e a República da África do Sul e com contrato visado pelo Ministério do Trabalho moçambicano;

Bagagem acompanhada, o vestuário e objectos de uso pessoal, móveis, aparelhos e utensílios em estado de usados, em qualidade e quantidade razoáveis.

Remessas de bens dos mineiros, o envio de bens pertencentes aos mineiros e por eles adquiridos na África do Sul, destinados ao seu uso próprio ou de suas famílias, através de empresas devidamente licenciadas, de acordo com o previsto no presente diploma.

Empresas distribuidoras de remessas de bens de mineiros, as empresas autorizadas a operar mediante uma concessão especial que consiste em proceder à venda de bens aos mineiros moçambicanos nos seus locais de trabalho na África do Sul e a realizar a sua entrega às respectivas famílias em Moçambique, ao abrigo da isenção prevista nos termos deste diploma.

Artigo 2

1. Ficam isentas do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras a bagagem acompanhada e as remessas de bens de mineiros, definidas no artigo 1.
2. As isenções previstas neste artigo não abrangem bebidas de qualquer natureza, tabaco e produtos similares, veículos automóveis e motorizadas de cilindrada superior a 125cc.
3. Tratando-se de electrodomésticos ou bens de uso doméstico duradouro, a isenção mencionada no corpo deste artigo abrange apenas uma unidade, de cada tipo, por ano.

Artigo 3

1. Ao regressar ao país, findo o contrato, o mineiro poderá trazer bagagem acompanhada, nos termos definidos no artigo 1., sobre a qual terá isenção de imposições aduaneiras, desde que o valor dessa bagagem não exceda 2,000 Randes.

2. Os mineiros poderão fazer remessas de bens para as suas famílias no valor de 300 Randes por mês ao abrigo da isenção de imposições aduaneiras, prevista nos termos do artigo 2, desde que esses envios sejam feitos através de empresas distribuidoras de bens de mineiros. O limite mensal poderá ser acumulado até a um máximo correspondente a 6 meses, após o que o mineiro perderá o direito à isenção.

Artigo 4

1. Tratando-se de bagagem acompanhada, a concessão da isenção de direitos será dada, no acto da travessia da fronteira, quando o mineiro regressa ao país findo o seu contrato, mediante prova de que o contrato não caducou numa data superior a 15 (quinze) dias da data de travessia no posto fronteiriço. Esta prova será feita através da apresentação do passaporte válido de nacionalidade moçambicana, no qual esteja registada a profissão de mineiro e tenha sido aposto um carimbo das autoridades sul africanas atestando o período de validade de permanência na mina.

2. A concessão da isenção das remessas de bens através do distribuidor é feita no acto da saída da mercadoria do armazém alfandegado, com destino à distribuição às famílias dos mineiros. Para gozar desta isenção o mineiro deverá apresentar, no acto da compra da mercadoria na África do Sul, o passaporte válido de nacionalidade moçambicana, no qual esteja registado como sua profissão a qualidade de mineiro e onde tenha sido aposto um carimbo das autoridades sul africanas atestando o período de validade de permanência na mina.

3. Em caso de solicitação do Director Nacional das Alfândegas ou de quem este delegar, as empresas distribuidoras deverão prestar provas de que as vendas efectuadas aos trabalhadores elegíveis à isenção respeitaram os condicionalismos previstos no presente diploma.

4. Se a empresa não providenciar evidência satisfatória das provas referidas no número anterior ser-lhe-ão cobrados os impostos aduaneiros correspondentes.

5. É responsabilidade da empresa distribuidora de remessas de bens de mineiros assegurar que não aceita, na sua empresa, nem procede à entrega de remessas de mineiros em excesso dos valores previstos no número 2, do artigo 3, do presente diploma.

Artigo 5

A concessão da licença de distribuidor de remessas de mineiros será dada às empresas que preencham as seguintes condições:

(a) submetam o pedido de distribuidor de remessas de mineiros ao Director Nacional das Alfândegas ;

(b) possuam um armazém alfandegado, devidamente aprovado pelos serviços alfandegários, para a armazenagem das mercadorias importadas destinadas à distribuição às famílias dos mineiros;

(c) prestem prova de possuir, no total, pelo menos três depósitos de distribuição de bens para as famílias dos mineiros, situados em pelo menos duas províncias do país.

(d) prestem caução, nos montantes e termos da autorização que lhe for concedida pelo Director Nacional das Alfândegas;

(e) efectuem o pagamento anual de 10,000 dólares americanos, destinados a suportar os custos em que os serviços alfandegários incorrem com a gestão do sistema;

(f) instalem no armazém alfandegado um sistema de controle devidamente aprovado pelo Director Nacional das Alfândegas destinado a realizar o controle das saídas dos bens destinados às famílias dos mineiros;

(g) possuam as licenças necessárias, passadas pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, para realizar a actividade de importador e a actividade comercial.

Artigo 6

As empresas licenciadas como distribuidoras de remessas de bens de mineiros são obrigadas a cumprir os seguintes procedimentos:

(a) verificar os elementos de identificação do mineiro previstos no número 2 do artigo 4, no acto da venda dos bens na África do Sul.

(b) submeter ao Director Nacional das Alfândegas até ao dia 15 de cada mês, os relatórios contendo a informação prevista no anexo A do presente diploma;

(c) manter no armazém alfândegado os registos e informações previstos no anexo B do presente diploma;

(d) permitir à Alfândega o livre acesso a todas as instalações, livros e registos que atestem a venda, transporte, importação, armazenagem e distribuição em Moçambique dos bens importados. Quando o sistema de controle for informático, a empresa deverá permitir à Alfândega o livre acesso ao sistema e programas informáticos que contêm a informação. Em ambos os casos, a informação deve estar disponível em Moçambique.

Artigo 7

1. A ultrapassagem dos limites previstos no artigo 3, dará lugar à aplicação das seguintes sanções ao mineiro beneficiário da isenção:

(a) se o limite previsto no número 2 do artigo 3 for excedido pelo mineiro ele pagará as imposições aduaneiras sobre o valor em excesso.

(b) sem prejuízo do previsto na alínea anterior, uma primeira infracção por parte do mineiro dará lugar a um aviso de que poderá ser retirado do sistema de isenções. Cópias deste aviso serão enviadas para os distribuidores de bens de mineiros autorizados e para a entidade empregadora.

(c) se o limite previsto no número 2 do artigo 3 for excedido mais de uma vez, ou se se provar a intenção do mineiro em lesar o fisco, proceder-se-á ao cancelamento de quaisquer isenções no presente e futuros contratos.

Artigo 8

1. Quando fique provado ter havido negligência por parte da empresa distribuidora, da qual tenha resultado a perda de receita para o Estado, o distribuidor pagará, para além dos impostos que sejam devidos, uma multa no mesmo montante desses impostos.

2. Se se verificar reincidência das circunstâncias previstas no número 1. deste artigo a licença de distribuidor de remessas de mineiros será cancelada.

Artigo 9

O presente diploma ministerial revoga o despacho do Ministro do Plano e Finanças de 12 de Fevereiro de 1996 e todas as demais normas estabelecidas sobre a matéria, que contrariem as disposições do presente diploma.

Artigo 10

Este diploma entra em vigor a 1 de Março do corrente ano.